



RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO

6º Programa de País do UNFPA no Brasil (Versão Final)



Consultor nacional: Caio Csermak

Consultor internacional: Alberto Nuñez Sabarís

Agosto de 2021

Índice

Lista de figuras	iv
Lista de tabelas	iv
Acrônimos e abreviações	v
Sumário executivo	vii
Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Propósito e objetivos da Avaliação do Programa de Países	1
1.2. Escopo da avaliação	1
1.3. Metodologia e processo	2
1.3.1. Abordagem metodológica	2
1.3.2. Métodos para a coleta e análise de dados	3
1.3.3. Seleção da amostra de parceiros	5
1.3.4. Equipe de Avaliação e princípios éticos	6
1.4. Limitações metodológicas e estratégias de mitigação	7
Capítulo 2 – Contexto do País	9
2.1. Desafios de desenvolvimento e estratégias nacionais	9
2.2. O papel da cooperação técnica internacional	13
Capítulo 3 – Resposta do UNFPA e estratégias do programa	15
3.1. Resposta estratégica do UNFPA	15
3.2. Resposta do UNFPA a partir do Programa de Países	15
3.2.1. Breve descrição da estratégia, objetivos e resultados do ciclo anterior	15
3.2.2. O atual Programa de Países	16
3.2.3. A estrutura financeira do Programa de Países	17
Capítulo 4 – Achados: respostas para as questões de avaliação	18
4.1. Relevância	18
4.1.1. Questão 1 – Alinhamento com os marcos normativos	18
4.1.2. Questão 2 – Alinhamento com as necessidades da população	26
4.2. Eficácia	30
4.2.1. Questão 3 – Alcance dos resultados e produtos	30
Q3.1 - A Teoria da Mudança	30
Q3.2 - Revisão e atualização da Teoria da Mudança	31
Q3.3 - Nível dos resultados	34
Q3.4 - Nível dos Produtos	36
4.2.2. Questão 4 – Parcerias estratégicas	47
4.3. Eficiência	53
4.3.1. Questão 5 – Uso dos recursos financeiros e humanos	53
4.3.2. Questão 6 – Mecanismos das intervenções	59
4.4. Sustentabilidade	64
4.4.1. Questão 7 – Estratégias de saída e apropriação das intervenções	64

4.4.2. Questão 8 – Gestão de riscos e mudanças de contexto	68
4.5. Coordenação	71
4.5.1. Questão 9 – Iniciativas interagenciais e Reforma da ONU	71
4.6. Cobertura	75
4.6.1. Questão 10 – Acesso a serviços de SSR e VBG	75
4.7. Conectividade	77
4.7.1. Questão 11 – Fortalecimento das capacidades locais e nacionais	77
Capítulo 5 – Conclusões	79
5.1. Nível estratégico	79
5.2. Nível programático	80
Capítulo 6 – Recomendações	82
6.1 Nível estratégico	82
6.2 Nível programático	84
ANEXOS	86
Anexo 1. Lições aprendidas	86
Anexo 2. Termo de Referência	89
Anexo 3. Lista de pessoas/instituições participantes	126
Anexo 4. Lista de documentos consultados	132
Anexo 5. Matriz de Avaliação	135
Anexo 6. Metodologia e ferramentas de coleta de dados	170
Anexo 7. Principais resultados do 6º Programa de País por produto e modo de engajamento	222
Anexo 8. Conclusões completas	233
Nível estratégico	233
Nível programático	239
Anexo 9. Descrição dos grupos em maior situação de vulnerabilidade	245
Anexo 10. Estudo de caso projeto #borasaber	247
Anexo 11. Atuação do UNFPA na assistência humanitária ano a ano	249
Anexo 12. Figuras referenciadas no corpo do texto	253
Anexo 13. Tabelas referenciadas no corpo do texto	259

Lista de figuras

FIGURA 01 – Distribuição geográfica das entrevistas.....	6
FIGURA 02 – Pirâmide Etária do Brasil (2012-2019)	9
FIGURA 03 - Razão de mortalidade materna 2009-15 – óbitos por 100 mil nascidos vivos	11
FIGURA 04 - Série histórica da gravidez na adolescência no Brasil (valores em milhares)	11
FIGURA 05 - Taxa de detecção (por 100 mil habitantes) de casos de Aids (2006-17)	12
FIGURA 06 - Número de atividades do Sistema ONU no Brasil, por ODS, 2019	14
FIGURA 07 – Dez maiores doadores da assistência externa no Brasil	14
FIGURA 08 – Processo de elaboração do Programa de País	20
FIGURA 09 – Resposta à questão 4 do Questionário para Parcerias	39
FIGURA 10 – Resposta à questão 19 do Questionário para Parcerias	63
FIGURA 11 – Resposta à questão 17 do Questionário para Parcerias	66

Lista de tabelas

TABELA 01 – Distribuição das entrevistas por perfil e gênero	5
TABELA 02 - Razão de mortalidade materna 2009-17 – óbitos por 100 mil nascidos vivos	10
TABELA 03 – Planejamento de Recursos do Marco de Parceria	13
TABELA 04 – Planejamento do 6º Programa de País	17
TABELA 05 – Matriz Lógica do 6º Programa de País	23
TABELA 06 – Alinhamento 6º Programa de País e Marco de Parceria 2017-2021	25
TABELA 07 – Desempenho dos indicadores do Produto 1	37
TABELA 08 – Desempenho dos indicadores do Produto 2	40
TABELA 09 – Desempenho dos indicadores do Produto 4.1	42
TABELA 10 – Desempenho dos indicadores do Produto 4.2	44
TABELA 11 – Execução do 6º Programa de País	55
TABELA 12 – Gastos com pessoal no 6º Programa de País	59
TABELA 13 – Gastos com <i>advocacy</i> e capacitação técnica no 6º Programa de País	60

Acrônimos e abreviações

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATRAÇÃO	Associação Baiana de Travestis, mulheres Transexuais e homens Trans da Bahia
BCP	Business Continuity Plan
CCA	Análise Conjunta de País (Common Country Assessment)
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CERP	Marco de Resposta e Recuperação Socioeconômica do Sistema ONU no Brasil
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPD	Programa de País (Country Programme Document)
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
DATA SUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DRP	Disaster Recovery Plan
DST/IST	Doenças/Infecções Sexualmente Transmissível
EAD	Ensino à distância
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EQA	Evaluation Quality Assessment
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTP	<i>Fast Track Procedures</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	<i>Individual Contract</i>
INE Cabo Verde	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LACRO	Escritório Regional do UNFPA para a América Latina e Caribe
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexo
LICA	<i>Local Individual Contract Agreement</i>
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
NEPO/UNICAMP	Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSC	Organização da Sociedade Civil
PPA	Plano Plurianual
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODOC	<i>Project Document</i>
PTRIG	Posto de Triagem
REJUIND	Rede de Juventude Indígena
SC	<i>Service Contract</i>
SGBV	Violência Sexual e de Gênero (Sexual and Gender Based Violence)
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
ToC/TdM	Theory of Change / Teoria da Mudança
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNCT	Equipe de País das Nações Unidas (United Nations Country Team)
UNEG	United Nations Evaluation Group
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VGB	Violência Baseada em Gênero

Sumário executivo

Contexto

O 6º Programa de Países 2017-2021 do UNFPA foi elaborado em 2016 e aprovado em setembro do mesmo ano em sessão regular do seu Conselho Executivo e tem como base o Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 no Brasil, o Plano Plurianual 2016-2019 (instrumento de planejamento do Governo Federal) e os principais marcos e documentos de planejamento globais do UNFPA. O 6º Programa de Países contribui diretamente para o Resultado 1 (Saúde Sexual e Reprodutiva), o Resultado 2 (Adolescentes e Jovens) e o Resultado 4 (Dinâmicas Populacionais) do Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA, tomando o Resultado 3 (Gênero) como transversal a todas as áreas programáticas. Tais resultados se traduzem em quatro produtos com focos nos seguintes temas: Saúde Sexual e Reprodutiva; Adolescentes e Jovens; Dinâmicas Populacionais; e Cooperação Sul-Sul e Trilateral. O 6º Programa de Países foi orçado em USD 37.500.000,00, porém a sua execução, até o final de 2020, havia sido de USD 12.786.762,24, o que foi motivado, sobretudo, pelos desafios de mobilização e execução de recursos no cenário de crise econômica e transição política que o Brasil atravessou durante os anos de execução do Programa.

Objetivos e escopo

A presente avaliação tem como objeto o 6º Programa de Países (2017-2021) do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil. Trata-se de uma avaliação externa e independente encomendada pelo Escritório de Países e que tem como propósitos: determinar em que medida os resultados do 6º Programa de Países foram atingidos; identificar lições aprendidas; produzir evidências para a aprendizagem, o processo decisório e a transparência da operação do UNFPA no Brasil; e formular recomendações úteis e baseadas em evidências para o desenho do próximo Programa de Países. Tais propósitos se desdobram em quatro objetivos específicos: Apresentar ao Escritório de Países, ao Escritório Regional, à Sede do UNFPA, aos parceiros nacionais e ao público em geral uma avaliação da relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade do 6º Programa de Países do UNFPA no Brasil tanto no contexto de desenvolvimento, como humanitário; Fornecer uma avaliação do papel desempenhado pelo Escritório de Países do UNFPA nos mecanismos de coordenação da Equipe de Países das Nações Unidas (UNCT) com o objetivo de melhorar a contribuição coletiva das Nações Unidas para os resultados de desenvolvimento nacional; Identificar as principais lições aprendidas dos processos de cooperação passado e atual e fornecer um conjunto de opções claras e orientadas para o futuro que resultem em recomendações estratégicas e factíveis para o próximo ciclo de programação; e Fornecer insumos para balizar o reposicionamento estratégico do UNFPA no Brasil à luz do novo Programa de Países a ser desenvolvido no futuro próximo e que orientará o trabalho do Escritório de Países para o próximo ciclo programático. O escopo desta avaliação compreende a execução das atividades planejadas e/ou implementadas entre janeiro de 2017 e dezembro de 2020 no âmbito do 6º Programa de Países do UNFPA no Brasil, com vigência de janeiro de 2017 a dezembro de 2021. As atividades em questão correspondem às seguintes áreas programáticas: Saúde Sexual e Reprodutiva; Adolescentes e Jovens; Dinâmicas Populacionais e Desenvolvimento Sustentável; Cooperação Sul-Sul e Trilateral; Gênero, Raça e Etnia; e Assistência Humanitária. A avaliação das atividades levou em conta tanto os efeitos esperados das atividades como aqueles não esperados, sejam positivos ou negativos. Finalmente, as fases inicial, de campo e de relatoria desta avaliação foram executadas de setembro de 2020 a março de 2021.

Metodologia

Esta Avaliação Final responde a onze questões de avaliação organizadas sob os critérios de Relevância, Eficácia, Eficiência, Sustentabilidade, Coordenação, Cobertura e Conectividade, estes dois últimos utilizados pelo UNFPA para analisar a resposta humanitária. As questões de avaliação foram previamente definidas pelo Escritório de Países do UNFPA em parceria com a Assessora Regional de Monitoramento e Avaliação do LACRO, sendo inseridas já no Termo de Referência da presente avaliação em número total de treze. Posteriormente, as questões foram apresentadas para a Equipe de Avaliação, que procedeu a exclusão justificada de duas questões e a revisão das perguntas no sentido de adaptá-las às necessidades de coleta e análise de dados, o que resultou em um total de onze perguntas. A Avaliação adotou um enfoque de gênero, raça e direitos humanos, assim como adotou a perspectiva, estabelecida na Agenda 2030, de não deixar ninguém para trás (LNOB) para a análise dos resultados do 6º Programa de Países. Ademais, ela teve como principal abordagem a Teoria da Mudança. Com ela, buscou-se compreender a cadeia lógica e causal que transforma insumos em atividades, atividades em produtos e produtos em resultados que contribuirão para o impacto social das intervenções do UNFPA. O foco da Avaliação se deu no nível dos produtos. A Avaliação propôs um desenho metodológico não-experimental que buscou responder a perguntas descritivas e

normativas com base em dados majoritariamente qualitativos. Tal desenho foi operacionalizado por onze questões de avaliação que, por sua vez, dividem-se nas diversas hipóteses listadas na Matriz de Avaliação, as quais foram testadas à luz dos dados coletados.

Além disso, a Equipe de Avaliação combinou a coleta de dados secundários e primários, qualitativos e quantitativos, de modo que a análise pode ser empreendida a partir de distintas abordagens e da triangulação de dados. A complementaridade de abordagens e a triangulação de dados foram os dois fundamentos metodológicos dessa Avaliação. A triangulação foi complementada com duas técnicas de validação: a primeira atravessou toda a Fase de Campo e consistiu nas revisões internas da Equipe de Avaliação; a segunda compreendeu um total de quatro reuniões de validação, duas ao final da Fase de Campo para a discussão das conclusões da Avaliação e duas ao final da Fase de Relatoria para a discussão de conclusões e recomendações, sendo que, em casa fase, uma reunião foi feita com a equipe do Escritório de País e outra com o Grupo de Referência da Avaliação. Em resumo, a Equipe de Avaliação utilizou os seguintes métodos de coleta de dados: **Revisão documental**: levantamento de dados secundários; **Entrevistas individuais e coletivas**: geração de dados primários; validação e triangulação de. Ao todo, 100 pessoas foram entrevistadas; **Grupos focais**: dada as limitações de interação face a face impostas pela pandemia de Covid-19, os grupos focais foram substituídos por entrevistas coletivas; **Questionário para parcerias**: a aplicação do questionário permitiu ampliar a amostra de parceiras/os entrevistadas/os. Ao todo, 70 pessoas responderam de forma válida ao questionário; **Questionário e tabela de desenvolvimento de capacidades**: ambas as ferramentas foram aplicadas a todas/os as/os oficiais do UNFPA; e **Oficinas de revisão da Teoria da Mudança**: série de cinco oficinas mediadas pelo consultor internacional, uma realizada com representantes de todas as equipes do Escritório de País e quatro com representantes de cada área de resultados.

Conclusões - Nível estratégico

1. **A operação do UNFPA no Brasil entre 2017 e 2021 se deu em cenários econômico, político e social em intensa transformação**, o que colocou desafios adicionais ao Escritório de País e exigiu adaptações nas áreas programáticas, no modelo de negócios, na estrutura de recursos humanos e na gestão de parcerias. Ainda assim, **o Fundo logrou avanços relevantes no advocacy baseado em evidências e no aconselhamento para a formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero, raça e etnia**. Cabe destaque para os resultados na promoção e acesso a métodos contraceptivos modernos, acesso de adolescentes e jovens a espaços de participação e serviços de saúde, testagem e tratamento de HIV/Aids e ferramentas demográficas. Como estratégias, destacam-se o preenchimento de lacunas nos dados oficiais, o enfrentamento a vazios assistenciais de insumos e atenção à saúde sexual e reprodutiva e o fortalecimento institucional e capacitação técnica de gestores, provedores de serviços e sujeitos de direitos;
2. **O 6º Programa de País foi planejado em forte alinhamento com os marcos normativos internacionais** – sobretudo com o Plano Estratégico Global 2014-2017 do UNFPA, a Agenda da CIPD e a Agenda 2030 – **e com as prioridades nacionais** – com centralidade do Plano Plurianual 2016-2019. Ao longo de sua execução, **o Escritório de País realinhou com sucesso o 6º Programa de País com o Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA e fez esforços em absorver as mudanças e temas emergentes** trazidos pela Conferência de Nairóbi (2019) e pelo Plano Plurianual 2020-2023;
3. **O Escritório de País segue a Teoria da Mudança do Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA e, ainda que não tenha criado uma Teoria da Mudança específica para o 6º Programa de País, desenvolveu uma análise sofisticada e baseada em evidências das inequidades estruturantes da sociedade brasileira**. Assim, o 6º Programa de País obteve sucesso em desenvolver **estratégias para não deixar ninguém para trás e alcançar primeiro os mais desfavorecidos, atuando em consonância com a Agenda 2030** e abordando os aspectos multidimensionais das barreiras de acesso a serviços e direitos por diferentes segmentos da população brasileira, com exceção da população idosa, sobretudo ao considerarmos a tendência demográfica de envelhecimento no país. As estratégias combinaram a capacitação de atores governamentais para o cumprimento de seus deveres e o fortalecimento de redes e organizações da sociedade civil para a demanda de seus direitos;
4. **O 6º Programa de País teve como estratégias pilares o fortalecimento de capacidades nacionais e de um ambiente propício aos avanços nos temas de mandato do UNFPA**. Para tanto, o Escritório de País promoveu **o advocacy baseado em evidências, o treinamento de gestores e provedores de serviço e a assistência técnica para a formulação de políticas públicas com enfoque de gênero, raça, etnia, idade e direitos humanos**. O sucesso dessas iniciativas se baseou na expertise acumulada pela equipe, na participação de grupos vulneráveis em espaços de tomada de decisão e no uso de evidências robustas, muitas vezes produzidas *ad hoc* pelo UNFPA ou com o seu apoio;
5. **As parcerias, iniciativas multissetoriais e espaços de governança criados pelo UNFPA contribuíram para um posicionamento estratégico da Agenda CIPD, para a conscientização social nos temas de seu mandato e para a**

criação de sinergia entre atores que têm o UNFPA como ponto de conexão. Para tanto, também foi relevante a **expansão territorial do Escritório de País**, que alocou equipes nas cinco regiões do Brasil, aproximando-se de atores locais de governos e da sociedade civil. A gestão de parcerias estratégicas foi imprescindível para que o Escritório de País fosse capaz de aumentar consideravelmente o volume de recursos não core, assim como para expandir a sua base de parceiros cofinanciadores, o que se deu, em grande parte, pela capacidade de criar alianças multisetoriais, novas formas de coalizção e canais de diálogo com parceiros não tradicionais. No entanto, **a mobilização de recursos encontrou desafios e, ainda, barreiras para se traduzir em execução dos projetos** e, no âmbito das parcerias, a estratégia de gestão de riscos teve êxito limitado;

6. **A estratégia de utilizar recursos semente para deflagrar o investimento de recursos dos parceiros se mostrou exitosa para o modelo de negócios do UNFPA no Brasil**, país classificado no quadrante rosa de acordo com o Plano Estratégico Global 2018-2021 do Fundo. Com essa estratégia, limitados recursos financeiros investidos pelo Escritório de País foram capazes de gerar escala em algumas intervenções e levaram a que parceiros não apenas disponibilizassem recursos financeiros, mas também outros ativos, como recursos humanos, técnicos, insumos e espaços midiáticos. No entanto, **o Escritório de País não desenvolveu uma estratégia de sistematização de boas práticas e escalonamento de iniciativas piloto condizente com o investimento de recursos semente**;
7. **A remodelação do Escritório de País teve êxito em adaptá-lo para uma nova lógica de financiamento** e a migração para contratos LICA permitiu o aumento da equipe com maior garantia de benefícios. Mesmo assim, **a rotatividade da equipe e o consequente alto investimento na curva de aprendizagem de novos contratados continuam a ser problemas relevantes de recursos humanos**. Por outro lado, **a diversidade de gênero, raça e etnia do Escritório de País foi reconhecida por parceiros e pela própria equipe como um valor agregado do UNFPA**, contribuindo para que parceiros governamentais e do setor privado enxergassem aí uma vantagem comparativa do Fundo, para que parceiros da sociedade civil se reconhecessem nessa diversidade e para que a equipe do UNFPA considerasse o ambiente institucional com mais potencial e mais acolhedor; e
8. **A emergência da assistência humanitária, a alocação de equipes locais e a pandemia de Covid-19 evidenciaram a existência de gargalos administrativos no Escritório de País**, sobretudo com relação à centralização de processos de aprovação e à realização de compras e contratações em regime emergencial. Por outro lado, **os parceiros cofinanciadores foram unânimes em avaliar positivamente os procedimentos administrativos do UNFPA**, bem como os parceiros implementadores também avaliaram positivamente os treinamentos administrativos recebidos.

Conclusões - Nível programático

9. Sob o ponto de vista do critério de Eficácia, **as atividades de SSR concentraram recursos e esforços em grupos prioritários**, logrando sucesso em identificar e enfrentar barreiras de acesso a serviços, promover e garantir acesso a insumos e métodos de contracepção, possibilitar planejamento reprodutivo a grupos vulneráveis e capacitar tecnicamente gestores e provedores de serviços. **Já as ações de Juventude tiveram como elemento central a perspectiva dos jovens como sujeitos de direitos**, levando em conta as interseccionalidades de gênero, raça e etnia para criar espaços de participação diversos e promover o acesso a serviços – sobretudo de saúde sexual e reprodutiva. Por sua vez, **a área de População e Desenvolvimento promoveu o fortalecimento das capacidades institucionais de parceiros para produzir, analisar e disseminar dados**, incluiu populações vulneráveis na metodologia oficial do Censo e capacitou gestores para a compreensão e uso de conceitos e ferramentas demográficas para a formulação e execução de políticas públicas;
10. **No 6º Programa de País, as iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral configuraram tanto um modo de engajamento, como um produto específico**. As ações tiveram **foco no continente africano** e o UNFPA deu apoio para que instituições nacionais brasileiras identificassem oportunidades e executassem acordos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, ao que se seguiram iniciativas – como seminários, missões e publicações – para a sistematização e disseminação de boas práticas, buscando sempre o efeito multiplicador;
11. **As áreas programáticas mantiveram o monitoramento sobre os indicadores de seus projetos e o Escritório de País monitorou os indicadores de produto e resultado do 6º Programa de País** de acordo com as ferramentas disponíveis e as orientações institucionais. Embora tais esforços sejam relevantes, **ainda persistem desafios para a construção de um sistema de M&E integrado entre as áreas programáticas** e que seja capaz de medir os resultados dos modos de engajamento utilizados;
12. **A área de Comunicação apresentou crescimento significativo em termos de tamanho da equipe, orçamento, escopo do trabalho, alcance de público nas redes sociais e presença na mídia tradicional**, tornando-se uma

parceira da área programática na busca por recursos, conscientização social e resultados, além de dar maior visibilidade ao trabalho de *advocacy*;

13. **Como estratégias para garantir a sustentabilidade das intervenções, o Escritório de País: investiu no desenvolvimento de capacidades dos portadores de deveres e no fortalecimento institucional e pessoal dos detentores de direitos;** combinou a atuação nos centros formuladores de políticas e de tomada de decisão – **abordagem top-down** –, com o apoio a setores governamentais, organizações e grupos populacionais com participação limitada no processo decisório, sobretudo aqueles grupos que são deixados para trás – **abordagem bottom-up**; e demonstrou grande adaptabilidade frente às mudanças de contexto, mostrando-se flexível para absorver novas áreas de atuação, ainda que retrocessos nas áreas de mandato do UNFPA tenham sido relevantes para o país no período;
14. **O UNFPA participou ativamente dos espaços e dos grupos de trabalho do UNCT, além de estar envolvido em diversas iniciativas e projetos interagenciais,** demonstrando uma disposição genuína em colaborar com outras agências e construir respostas conjuntas do Sistema ONU no país. Por sua vez, a Reforma da ONU aponta para o fortalecimento do trabalho interagencial e do papel do Escritório do Coordenador Residente. Não obstante todos esses fatores, **a coordenação interagencial ainda é um desafio, sobretudo em um cenário de recursos escassos e conservadorismo ascendente;** e
15. **Na assistência humanitária, o UNFPA chegou a campo em 2017 e ajudou na construção da Operação Acolhida, posicionando-se de modo estratégico** na resposta ao fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos e **investindo no fortalecimento das suas áreas de mandato na assistência humanitária – Violência Baseada em Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva.** Isso atenuou conflitos por mandato e recursos e aumentou as oportunidades de cooperação interagencial nos níveis do terreno e de tomada de decisão. **Já o esforço do UNFPA na articulação com os diversos atores envolvidos na assistência humanitária ajudou a fortalecer as capacidades institucionais dos governos locais,** sobretudo para a oferta de serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência Baseada em Gênero com qualidade e perspectiva de gênero e direitos humanos.

Recomendações resumidas - Nível estratégico

De modo a facilitar o seu uso, organizamos as recomendações pela ordem de curto, médio e longo-prazo. As recomendações de curto-prazo devem ser implementadas ainda na fase final da execução do 6º Programa de País; as de médio-prazo devem ser implementadas para o planejamento e início do ciclo programático do 7º Programa de País; finalmente, as de longo-prazo deverão ser executadas ao longo do 7º Programa de País.

Curto-Prazo

1. Torna-se fundamental o desenvolvimento de **estratégias de resposta às crescentes ameaças ao mandato do UNFPA** em diversos níveis (nacional, regional e internacional), **buscando alternativas de atuação e financiamento,** bem como **atualização de premissas e riscos;**
2. Recomenda-se o desenvolvimento de uma **estratégia mais robusta para a gestão das alianças multissetoriais,** buscando maior clareza sobre os seus objetivos. Além disso, é recomendável que o Escritório de País crie um **plano de gestão de riscos contextuais** para a análise dos acordos estabelecidos com os seus **parceiros cofinanciadores;**
3. Recomenda-se a **revisão dos procedimentos administrativos** com o objetivo de identificar alternativas disponíveis nas normas institucionais para a **descentralização de processos** de aprovação e a **maior celeridade de processos** de compra e contratação em situações emergenciais;

Médio-Prazo

4. **Recomenda-se o alinhamento com a Conferência de Nairóbi (3 zeros) e com o PPA 2020-2023,** buscando oportunidades de cooperação técnica e agendas convergentes com as novas prioridades do Governo Federal;
5. É recomendável que o Escritório de País **desenvolva uma Teoria da Mudança específica para o 7º Programa de País,** levando em conta o **novo Marco de Parceria** das Nações Unidas no Brasil, as **mudanças de contexto** acumuladas ao longo do 6º Programa de País e a **revisão da Teoria da Mudança** realizada por esta avaliação;
6. Para manter o foco no **princípio de não deixar ninguém para trás,** recomenda-se a ampliação do escopo das atividades voltadas para a **população idosa, os povos indígenas e as comunidades quilombolas;**
7. Recomenda-se o **uso estratégico do investimento de recursos semente em iniciativas piloto ou com potencial de escala,** incorporando o desenvolvimento de estratégias de sistematização de boas práticas e escalonamento ao orçamento e ao planejamento de seus programas desde o princípio;

Longo-Prazo

8. É estratégico o **desenvolvimento de capacidades na equipe** do Escritório de País **nas áreas de mobilização de recursos, parcerias estratégicas, planejamento e monitoramento**. Além disso, recomenda-se a **manutenção do Programa de Estágio Afirmativo e dos processos seletivos afirmativos**;
9. Recomenda-se criar uma **estratégia abrangente e integrada para a construção de capacidades** com o objetivo de planejar intervenções de forma proativa, garantir maior retorno sobre os investimentos e atender às **necessidades específicas do país, preenchendo as suas lacunas de capacidades** com base nas considerações de equidade, gênero e vulnerabilidades; e
10. Recomenda-se **manter os mecanismos de intervenção upstream** (principalmente o desenvolvimento de capacidades para a criação de um ambiente favorável e o *advocacy*), **em conjunto à abordagem downstream** (sobretudo em áreas geográficas que apresentam vazios assistenciais e populações com maior exposição à vulnerabilidade), **com foco em temas transversais e orientação para as necessidades locais**.

Recomendações resumidas – Nível programático

Curto-Prazo

11. Para uma **maior relevância do trabalho interagencial**, recomenda-se o foco nas seguintes janelas de oportunidade: a elaboração de projetos conjuntos no âmbito do UNCT/RCO para a **resposta à pandemia de Covid-19**; a elaboração de propostas conjuntas para as ações de **assistência humanitária** através da plataforma R4V; a participação no *joint team de HIV/Aids* e o desenvolvimento de projetos interagenciais de **Cooperação Sul-Sul e Trilateral**;
12. Recomenda-se a **intensificação das intervenções de VBG e SSR na assistência humanitária**, sobretudo na atenção às necessidades de pré-natal e contracepção de mulheres venezuelanas e na prevenção, testagem e tratamento de HIV/Aids, **áreas em que o UNFPA tem evidentes vantagens comparativas** em relação a outros atores presentes no terreno. É também recomendável que o UNFPA **amplie as ações de capacitação técnica e fortalecimento institucional de atores locais** envolvidos na assistência humanitária;
13. É recomendável que o **planejamento da área de Comunicação** seja feito de maneira integrada ao planejamento das áreas programáticas, de modo que as ações e campanhas conjuntas sejam definidas com antecedência e o potencial da área seja melhor utilizado;

Médio-Prazo

14. Para a área de Saúde Sexual e Reprodutiva, recomenda-se crescente investimento em **ações de capacitação técnica e na área de assistência farmacêutica e insumos médicos**;
15. Recomenda-se que o próximo ciclo programático dê seguimento às intervenções que abordem os **adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e usuários dos serviços de SSR** e que o UNFPA **retome parcerias governamentais** para influir positivamente na formulação de políticas públicas e na oferta de serviços para a Juventude;
16. É recomendável que o **UNFPA amplie o seu trabalho de produção e divulgação de dados**, atuando não apenas no apoio técnico a outras organizações, mas criando uma **plataforma própria de produção e disseminação de dados** com foco no preenchimento de lacunas nos dados oficiais. Recomenda-se que as ações de fortalecimento das capacidades para o uso de *advocacy* baseado em evidências se amplie para organizações da sociedade civil;
17. Recomenda-se que o próximo ciclo programático priorize a execução do **planejamento conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC** na área de Cooperação Sul-Sul e Trilateral. Sugere-se, ainda, o envolvimento de **organizações da sociedade civil** nas intervenções da área e um maior diálogo com outras áreas programáticas;

Longo-Prazo

18. É recomendável que o Escritório de País adote uma **estratégia unificada para o planejamento de atividades, monitoramento de indicadores e relatoria de resultados**, de modo que as áreas tenham maior padronização. Recomenda-se ainda **revisar/desenvolver indicadores de produto**: capazes de monitorar resultados dos **diversos modos de engajamento; desagregados por gênero, raça e etnia**; e que fiquem **dentro dos limites da capacidade de entrega do Escritório de País**; e
19. Recomenda-se que o **desenho de mecanismos de gestão compartilhada**, de atividades de **transferência de expertise** e de **estratégias de saída** façam parte do processo de planejamento de todos os programas do Escritório de País. Além disso, o UNFPA se beneficiaria de uma **estratégia de gestão de riscos contextuais e institucionais mais robusta** no planejamento das intervenções.

Capítulo 1 – Introdução

1.1. Propósito e objetivos da Avaliação do Programa de País

A presente avaliação tem como objeto o 6º Programa de País (2017-2021) do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. Trata-se de uma avaliação externa e independente encomendada pelo Escritório de País e que tem como propósitos: determinar em que medida os resultados do 6º Programa de País foram atingidos; identificar lições aprendidas; produzir evidências para a aprendizagem, o processo decisório e a transparência da operação do UNFPA no Brasil; e formular recomendações úteis e baseadas em evidências para o desenho do próximo Programa de País. Tais propósitos se desdobram em quatro objetivos específicos, tal como estabelecido pelo Termo de Referência da presente avaliação:

1. Apresentar ao Escritório de País, ao Escritório Regional, à Sede do UNFPA, aos parceiros nacionais e ao público em geral uma avaliação da relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade do 6º Programa de País do UNFPA no Brasil tanto no contexto de desenvolvimento, como humanitário;
2. Fornecer uma avaliação do papel desempenhado pelo Escritório de País do UNFPA nos mecanismos de coordenação da Equipe de País das Nações Unidas (UNCT) com o objetivo de melhorar a contribuição coletiva das Nações Unidas para os resultados de desenvolvimento nacional;
3. Identificar as principais lições aprendidas dos processos de cooperação passado e atual e fornecer um conjunto de opções claras e orientadas para o futuro que resultem em recomendações estratégicas e factíveis para o próximo ciclo de programação; e
4. Fornecer insumos para balizar o reposicionamento estratégico do UNFPA no Brasil à luz do novo Programa de País a ser desenvolvido no futuro próximo e que orientará o trabalho do Escritório de País para o período de 2022 à 2026.

1.2. Escopo da avaliação

O escopo desta avaliação compreende a execução das atividades planejadas e/ou implementadas entre janeiro de 2017 e dezembro de 2020 no âmbito do 6º Programa de País do UNFPA no Brasil, com vigência de janeiro de 2017 à dezembro de 2021. As atividades em questão correspondem às seguintes áreas programáticas: Saúde Sexual e Reprodutiva; Adolescentes e Jovens; Dinâmicas Populacionais e Desenvolvimento Sustentável; Cooperação Sul-Sul e Trilateral; Gênero, Raça e Etnia; e Assistência Humanitária. A avaliação das atividades levou em conta tanto os efeitos esperados das atividades como aqueles não esperados, sejam positivos ou negativos. As fases inicial, de campo e de relatoria desta avaliação foram executadas de setembro de 2020 à março de 2021. Os usuários desta avaliação são, principalmente, a equipe do UNFPA no Brasil e as contrapartes do Programa de País (governos, ONGs, instituições acadêmicas e setor privado), assim como outras agências do sistema ONU no Brasil, o Escritório Regional do UNFPA para a América Latina e Caribe (LACRO), a Sede do UNFPA e o seu Conselho Executivo.

Em decorrência do cenário de isolamento social colocado pela pandemia de Covid-19, a avaliação foi completamente conduzida de forma remota e a coleta de dados realizada através de ferramentas virtuais. Mesmo neste contexto desafiador, a Equipe de Avaliação se pautou pela produção de conclusões baseadas em evidências e pela promoção de ampla participação dos parceiros do UNFPA. Fazendo uso de diferentes ferramentas metodológicas, a avaliação trabalhou com uma amostra de parceiros diversa em termos de região, raça, gênero, área de atuação, tipo de vínculo e natureza institucional, incluindo parceiros de vários níveis de governo, organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, setor privado, agências do Sistema ONU e organizações internacionais. Em termos geográficos, a avaliação cobriu a cooperação do UNFPA em nível

nacional, bem como a sua atuação em localidades específicas, como o Distrito Federal e os estados de Amazonas, Bahia, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo.

1.3. Metodologia e processo

1.3.1. Abordagem metodológica

O marco metodológico para levar a cabo esta Avaliação se baseou nas Normas e procedimentos do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) e no Glossário de Termos Chave da OCDE em Avaliação e Gestão Baseada em Resultados (2002), assim como na Política de Avaliação do UNFPA (2019). Especificamente, foram seguidas as orientações metodológicas do [Evaluation Handbook do UNFPA \(UNFPA, 2013, Revised Edition 2019\)](#) sob as Normas e Padrões do Grupo de Avaliação do Sistema ONU. Outro documento importante de referência foi o manual para a integração de Direitos Humanos e Igualdade de Gênero em avaliações editado pelo UNEG ([Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluation – Towards UNEG Guidance](#)). O desenho da pesquisa se organizou a partir dos critérios e das perguntas de avaliação para avançar para a formulação de indicadores, fontes de informação e métodos de coleta de dados e análise de informações. Com esses elementos foi elaborada a Matriz de Avaliação (Anexo 5) que, por sua vez, alimentou a elaboração dos instrumentos técnicos.

Esta Avaliação Final responde a onze questões de avaliação organizadas sob os critérios de Relevância, Eficácia, Eficiência, Sustentabilidade, Coordenação, Cobertura e Conectividade, estes dois últimos utilizados pelo UNFPA para analisar a resposta humanitária. As questões de avaliação foram previamente sugeridas pelo Escritório de País do UNFPA em parceria com a Assessora Regional de Monitoramento e Avaliação do LACRO, sendo inseridas já no Termo de Referência da presente avaliação em número total de treze. Posteriormente, as questões foram apresentadas para a Equipe de Avaliação, que procedeu a exclusão justificada de duas questões e a revisão das perguntas no sentido de adaptá-las às necessidades de coleta e análise de dados, o que resultou em um total de onze perguntas. Os critérios, as perguntas e as suas respectivas hipóteses e indicadores estão disponíveis na Matriz de Avaliação usada para conduzir o processo.

Esta Avaliação adotou um enfoque de gênero, raça e direitos humanos, assim como adotou a perspectiva, estabelecida na Agenda 2030, de *não deixar ninguém para trás* (LNOB) para a análise dos resultados do 6º Programa de País. Ademais, ela teve como principal abordagem a Teoria da Mudança. Com ela, buscou-se compreender a cadeia lógica e causal que transforma insumos em atividades, atividades em produtos e produtos em resultados que contribuirão para o impacto social das intervenções do UNFPA. A cada degrau que subimos nesta cadeia lógica o contexto se torna mais complexo, a influência de fatores externos se intensifica, o prazo necessário para observar os resultados se dilata e o controle do Escritório de País sobre o alcance dos seus objetivos diminui. Se numa ponta desta cadeia o Escritório de País tem total controle sobre os insumos – recursos humanos, técnicos e financeiros – que aloca para as suas intervenções, na outra os impactos sociais de suas intervenções excedem em muito o seu controle.

O impacto almejado pelo Programa de País será apenas observável no longo prazo e em conjunto com o impacto das intervenções de diversos outros atores e instituições, todos eles fortemente afetados por variáveis independentes – aquelas sobre as quais o UNFPA não tem controle, mas que influenciam o alcance dos produtos e resultados do Programa de País, como padrões comportamentais, fatores macroeconômicos e processos político-institucionais. Por isso, a abordagem da Teoria da Mudança parte da premissa básica de que, tomado como dado um

conjunto de hipóteses, a ação de certos mecanismos – as intervenções do Programa de País – sobre as variáveis independentes irá gerar os efeitos esperados sobre as variáveis dependentes - aquelas majoritariamente sob o controle do Escritório de País. Assim, não se nega a complexidade da realidade e a influência de fatores contextuais, porém é criado um ambiente de análise minimamente controlado e propício à elaboração de conclusões baseadas em evidências.

Nesse sentido, a Teoria da Mudança oferece uma abordagem metodológica que permite focar nas variáveis dependentes, sem deixar, contudo, de levar em conta as variáveis independentes, o contexto em que são executadas as intervenções e as transformações socioeconômicas almejadas. Ao focar nas variáveis dependentes, a avaliação tem como principal objeto o nível dos produtos (*outputs*), pois ele é o ponto mais distante da cadeia lógica em que o Escritório de País mantém controle: o alcance dos produtos do Programa de País e os indicadores que fazem o seu monitoramento devem estar sob responsabilidade do UNFPA. A partir daí, é possível analisar – perspectiva e retroativamente - em que medida as intervenções do UNFPA contribuem para os resultados e impactos objetivados no Programa de País. Esta Avaliação teve as variáveis dependentes e o nível dos produtos (*outputs*) como âmbitos de análise, sem deixar de abordar, quando necessário, as variáveis independentes e o nível dos resultados (*outcomes*).

1.3.2. Métodos para a coleta e análise de dados

Esta Avaliação propôs um desenho metodológico não-experimental que buscou responder a perguntas descritivas e normativas com base em dados majoritariamente qualitativos. Tal desenho foi operacionalizado por onze questões de avaliação que, por sua vez, dividem-se nas diversas hipóteses listadas na Matriz de Avaliação, as quais foram testadas à luz dos dados coletados. Assim, o rigor metodológico foi garantido por uma combinação de ferramentas metodológicas diversas e complementares, de modo que as lacunas e fraquezas de uma ferramenta foram compensadas pelas características positivas de outra. Além disso, a Equipe de Avaliação combinou a coleta de dados secundários e primários, qualitativos e quantitativos, de modo que a análise pode ser empreendida a partir de distintas abordagens e da triangulação de dados. A complementaridade de abordagens e a triangulação de dados foram os dois fundamentos metodológicos dessa avaliação. A triangulação foi complementada com duas técnicas de validação: a primeira atravessou toda a Fase de Campo e consistiu nas revisões internas da Equipe de Avaliação; a segunda compreendeu um total de quatro reuniões de validação, duas ao final da Fase de Campo para a discussão das conclusões da Avaliação e duas ao final da Fase de Relatoria para a discussão de conclusões e recomendações, sendo que, em casa fase, uma reunião foi feita com a equipe do Escritório de País e outra com o Grupo de Referência da Avaliação. Em resumo, a Equipe de Avaliação utilizou os seguintes métodos de coleta de dados:

- a. **Revisão documental:** levantamento de dados secundários quantitativos e qualitativos sobre um conjunto amplo de intervenções do Programa de País;
- b. **Entrevistas individuais e coletivas:** geração de dados primários; validação e triangulação de dados colhidos através da revisão documental e de outras entrevistas; identificação de efeitos não esperados das intervenções do UNFPA e outras informações contextuais; identificação de percepções; representação de uma amostra variada e representativa de parceiros; participação dos parceiros no processo de avaliação.
- c. **Grupos focais:** dada as limitações de interação face a face impostas pela pandemia de Covid-19, os grupos focais foram substituídos por entrevistas coletivas através da adaptação dos guias para mediação dos grupos focais;
- d. **Questionário para parcerias:** a aplicação do questionário permitiu ampliar a amostra de parceiras/os entrevistadas/os e teve como foco identificar as principais características da/o parceira/o ou beneficiária/o; classificar a sua relação com o UNFPA; captar a sua percepção sobre a operação do UNFPA; e avaliar as ações de treinamento e capacitação técnica recebidas;

- e. **Questionário e tabela de desenvolvimento de capacidades:** ambas as ferramentas foram aplicadas aos oficiais do UNFPA e buscaram coletar dados sobre as atividades e resultados de desenvolvimento de capacidades do 6º Programa de País; e
- f. **Oficinas de revisão da Teoria da Mudança:** série de cinco oficinas mediadas pelo consultor internacional, uma realizada com representantes de todas as equipes do Escritório de País e quatro com representantes de cada área de resultados (SSR; Juventude; Dinâmicas Populacionais; e Assistência Humanitária).

A Equipe de Avaliação desenvolveu onze ferramentas de coleta de dados elaboradas a partir das questões e hipóteses de avaliação, apresentadas no Relatório Inicial de Avaliação. As ferramentas foram desenvolvidas de modo a refletir todos os indicadores da Matriz de Avaliação que dependessem da coleta de dados primários, ao mesmo tempo em que foram flexíveis para permitir a coleta de dados não previstos na Matriz de Avaliação. As onze ferramentas consistiram em: um guia de entrevista semiestruturada para a equipe do UNFPA; sete guias de entrevista semiestruturada, uma para cada tipo de parceria (Sistema ONU; Governo Federal; governos locais; doadores e organizações internacionais; parceiros implementadores; organizações da sociedade civil; e redes e coletivos); dois guias para mediação de grupos focais (representantes de organizações da sociedade civil e beneficiárias/os); e um questionário para parcerias em geral. Vale ainda ressaltar que as informações coletadas através das entrevistas foram inseridas em um ficha de coleta de dados (*interview logbook*), cujo modelo foi inspirado naquele proposto pelo *Evaluation Handbook* do UNFPA. Finalmente, para a integração de gênero e direitos humanos à avaliação, utilizamos como referência o documento *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluation – Towards UNEG Guidance*:

- a. **Mix de métodos:** conforme apresentado acima, a Equipe de Avaliação fez uso de métodos variados e complementares;
- b. **Participação dos stakeholders:** garantimos ampla participação das contrapartes na Avaliação através do Grupo Assessor, da realização de entrevistas e do envio de questionários *online*;
- c. **Inclusão dos mais vulneráveis:** seguindo a abordagem de LNOB, a Equipe de Avaliação entrevistou diversas pessoas que sofrem vulnerabilidades sobrepostas, como pessoas trans, mulheres indígenas, quilombolas e profissionais do sexo;
- d. **Uso de recursos adequados:** para tanto, a Equipe de Avaliação teve que, em comum acordo com a Gerente de Avaliação, ampliar o tempo previsto para a Fase de Campo desta Avaliação;
- e. **Amostra adequada:** a Equipe de Avaliação fez a seleção de uma amostra - para as entrevistas e o questionário - representativa em termos de gênero, raça, etnia, idade e região;
- f. **Dados desagregados:** a Equipe de Avaliação trabalhou com dados desagregados por gênero, raça, região e idade no Capítulo 2 deste relatório, bem como incluiu nas entrevistas questões específicas para coletar e classificar dados desagregados por gênero, raça e etnia;
- g. **Triangulação de dados:** dado o alto número de entrevistas e do uso complementar do questionário, logramos triangular dados nas respostas às questões da Avaliação;
- h. **Aproveitar conjuntos de dados existentes:** o Brasil apresenta uma oferta ampla de dados quantitativos e qualitativos produzidos por instituições públicas e universidades de excelência. Assim, este Relatório fez amplo uso de dados produzidos pelo IBGE, IPEA, DATASUS e institutos e pesquisadores/es de diversas universidades brasileiras; e
- i. **Validação dos dados:** além da validação interna da Equipe da Avaliação, as conclusões preliminares foram validadas em reuniões com a Equipe do UNFPA e com o Grupo Assessor.

Ainda de acordo com o guia da UNEG, o 6º Programa de País apresenta características gerais de alta *avaliabilidade (evaluability)*: as questões de gênero e direitos humanos foram estruturantes do Programa e informaram o desenho das intervenções; os produtos técnicos, análises e relatórios no âmbito do Programa abordam essas questões, bem como são levadas em conta no monitoramento dos efeitos das intervenções; as contrapartes foram adequadamente mapeadas e apresentam bom nível de participação no planejamento e execução das intervenções, inclusive aquelas de grupos vulneráveis em termos de gênero, raça e etnia; e dados têm sido colhidos de

modo desagregado. No entanto, duas características de média *avaliabilidade* foram identificadas, a saber: uso de poucos indicadores desagregados por gênero e raça; e os contextos político, institucional e cultural nos quais o Programa está inserido são apenas parcialmente propícios para o avanço em direitos humanos e equidade de gênero.

1.3.3. Seleção da amostra de parceiros

A seleção da amostra de parceiros entrevistados ao longo da Fase de Campo e dos parceiros convidados para responder ao questionário resultou da análise do Mapeamento de Parceiros entregue pelo UNFPA à Equipe de Avaliação. Os parâmetros de seleção foram os seguintes:

1. Garantir a participação de todos os parceiros de maior relevância política, econômica e/ou programática;
2. Garantir a participação de parceiros envolvidos em atividades de todos os produtos e projetos do Programa de País;
3. Contar com representantes de todas as categorias de parceiros (agências do Sistema ONU, doadores e organizações internacionais parceiras, Governo Federal, governos estaduais, prefeituras, parceiros implementadores, organizações da sociedade civil, redes e coletivos, setor privado, academia e beneficiárias/os);
4. Dentre os parceiros implementadores, buscar uma amostra diversa nos seguintes termos: atividades finalizadas e em execução; atividades de performance satisfatória e insatisfatória; atividades de orçamento robusto e de orçamento modesto; atividades de larga escala e atividades piloto; atividades de alcance nacional e de âmbito local;
5. Definir uma amostra de parceiros que seja representativa da diversidade da sociedade brasileira, sobretudo em relação aos seguintes fatores: gênero; raça; etnia; idade; e região.

Novos parceiros foram incluídos na lista de entrevistas na medida em que lacunas no levantamento de dados primários foram identificadas pela Equipe de Avaliação. Por sua vez, novas lacunas na amostra de parceiros foram identificadas pela equipe do UNFPA na Reunião de Validação de 15 de dezembro de 2020, que aconteceu na mesma semana do encerramento formal da Fase de Campo da Avaliação, no dia 18 de dezembro de 2020. Mesmo assim, entrevistas ainda foram realizadas ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, tanto para acomodar novos nomes propostos pela equipe do UNFPA, como para lograr entrevistar parceiros previamente selecionados, porém cujas agendas ainda não haviam apresentado disponibilidade. Ao todo, foram realizadas 75 entrevistas com 100 pessoas representantes da equipe do UNFPA e de todos os tipos de parceria do Escritório de País, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA 01 – Distribuição das entrevistas por perfil e gênero

Perfil das/os entrevistadas/os	# Entrevistas	Mulheres	Homens	Total Pessoas
Equipe do UNFPA	20	14	6	20
Sistema ONU	6	5	3	8
Governo Federal	14	13	5	18
Governos estaduais e prefeituras	11	10	3	13
Setor privado e doadores	6	3	4	7
Parceiros Implementadores (Grant e HACT)	7	7	2	9
Sociedade Civil	8	8	5	13
Beneficiárias da assistência humanitária	3	12	0	12
Todos os perfis	75	72	28	100

Fonte: Elaboração própria.

- Respeito à privacidade e à confidencialidade dos participantes da Avaliação, tratando os dados coletados de maneira anônima e no nível agregado, de modo a proteger a identidade da fonte;
- Participação consentida através da informação prévia dos princípios e objetivos da Avaliação, deixando claro que a participação era voluntária;
- Enfoque de redução de danos e maximização de benefícios, sobretudo em temas sensíveis; e
- Comunicação dos conflitos de interesses, quando identificados.

1.4. Limitações metodológicas e estratégias de mitigação

Além de desafios comuns a muitas avaliações, este exercício teve a tarefa extra de superar os riscos e limitações decorrentes das condições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19. Apesar dos diferentes níveis de risco, números de óbitos e respostas governamentais, todos os países e populações do mundo têm enfrentado este cenário. Torna-se desnecessário, portanto, discorrer longamente sobre as limitações inerentes ao contexto pandêmico, sendo que o foco desta seção será como as condições sanitárias e sociais afetaram este exercício em específico e quais foram as estratégias executadas pela Equipe de Avaliação para mitigar os seus efeitos e garantir o seu rigor metodológico.

Esta Avaliação foi um exercício completamente remoto, o que exigiu uma série de adaptações nas ferramentas de coleta de dados e na seleção da amostra das contrapartes. A adaptação da abordagem metodológica se deu em consonância com os princípios postulados pelo documento *Adapting evaluations to the COVID-19 pandemic*¹, publicado pelo UNFPA em abril de 2020. Ainda de acordo com o documento mencionado, a Equipe de Avaliação concordou em aceitar maiores limitações metodológicas, desde que tal aceite fosse acompanhado de transparência e buscasse por formas de mitigar as limitações e manter o rigor metodológico do exercício. Assim, a impossibilidade das interações face-a-face foi compensada com o uso intensivo da tecnologia e dos programas de videoconferência. Nossa experiência mostrou que as contrapartes do UNFPA se adaptaram bem ao teletrabalho e tivemos êxito em fazer entrevistas através de videoconferência com todas as pessoas que aceitaram o convite da Equipe de Avaliação. Embora problemas de conexão tenham afetado a qualidade de áudio e vídeo de algumas entrevistas, não registramos nenhum obstáculo digno de nota ao longo da execução da Fase de Campo. Pelo contrário, a adaptação generalizada do mercado de trabalho brasileiro ao regime de teletrabalho fez com que a realização de videoconferências fosse uma tarefa muito mais simples neste processo de avaliação do que em experiências prévias em que essa ferramenta era complementar às visitas de campo. Além do mais, as videoconferências permitiram a realização de entrevistas conjuntas com parceiros de cidades diferentes, porém envolvidos em uma mesma intervenção, o que em um trabalho de campo físico provavelmente seria feito através de entrevistas separadas.

Apesar da facilidade em realizar entrevistas através de videoconferências, a ausência de visitas de campo aos serviços e instituições foram uma limitação considerável, ao que se soma a impossibilidade de realização de grupos focais. Para mitigar essas limitações, a Equipe de Avaliação adotou as seguintes e complementares estratégias: aumentou o número inicialmente previsto de entrevistas, chegando a um total de 100 pessoas entrevistadas, o que permitiu uma maior triangulação de dados como compensação à impossibilidade das visitas de campo; fez 15 entrevistas coletivas como forma de compensar a não realização dos grupos focais; e aplicou um questionário *online* para os parceiros do UNFPA que obteve 70 respostas válidas.

¹ Documento disponível em: <https://www.unfpa.org/admin-resource/adapting-evaluations-covid-19-pandemic>.

As limitações metodológicas impostas pelo isolamento social se fizeram sentir com mais força na avaliação da assistência humanitária, já que em um regime de normalidade as visitas de campo seriam parte relevante do processo. O trabalho remoto limitou a capacidade da Equipe de Avaliação em coletar dados primários através de visitas de campo e, ainda que tenhamos mitigado tal limitação com outras ferramentas, há que se levar em conta que os dados sobre os atendimentos nos abrigos de Boa Vista, Pacaraima e Manaus prescindem da observação *in loco* e foram levantados exclusivamente através de revisão documental e entrevistas. Para mitigar tal limitação, a Equipe de Avaliação fez a revisão documental de relatórios de avaliação publicados por outras agências da ONU que também estão engajadas neste contexto de assistência humanitária². Igualmente importante foi a cooperação do Escritório Local de Boa Vista, cuja equipe não mediou esforços em trazer beneficiárias da assistência humanitária e facilitadoras indígenas para o espaço do UNFPA, permitindo que fossem entrevistadas via videoconferência pela Equipe de Avaliação. Para tanto, o UNFPA cumpriu com as medidas sanitárias de prevenção ao contágio por Covid-19 durante o transporte e a permanência das entrevistadas no Escritório Local, bem como garantiu a privacidade da entrevista. Com isso, mesmo que remotamente, logamos entrevistar 12 mulheres usuárias dos serviços de assistência humanitária do UNFPA.

Finalmente, logo no segundo ano de execução do 6º Programa de País houve a eleição de um novo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro. O seu governo tem sido marcado por mudanças significativas de discurso e prioridades em todas as áreas sensíveis para a operação do UNFPA no país, o que vem acompanhado da troca de diversos postos-chave nos primeiros escalões do Governo Federal. Assim, a coleta de dados com representantes do Governo Federal referentes aos anos de 2017 e 2018 sofreu limitações. A estratégia de mitigação se deu pela busca ativa do destino profissional de alguns atores, de modo que logamos entrevistar 6 ex-ocupantes de postos-chave do Governo Federal e de empresas públicas entre 2017 e 2018 que hoje atuam em outras instituições. Com relação à equipe do Escritório de País, a Equipe de Avaliação enfrentou uma limitação análoga, já que houve uma considerável rotatividade da equipe do UNFPA entre os anos de 2017 e 2020, o que levou a que alguns atores-chave para a elaboração e execução do 6º Programa de País já não estivessem mais no Escritório. Neste caso, entrevistamos 3 ex-componentes do alto escalão do Escritório de País como estratégia de mitigação. Capítulo 2 – Contexto do país

² Destaque para o relatório *Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018)*. É importante ressaltar que o Consultor Nacional fez parte da equipe desta avaliação, bem como foi o responsável pela Revisão de Meio-Termo da Nota Estratégica 2017-2021 da ONU Mulheres Brasil. Por isso, antes do início da pandemia de Covid-19, ele já havia feito visitas de campo aos abrigos e serviços da assistência humanitária nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Manaus, além de ter entrevistado atores-chave da Operação Acolhida. Esta experiência facilitou consideravelmente a interpretação e a triangulação dos dados agora coletados remotamente.

Capítulo 2 – Contexto do País

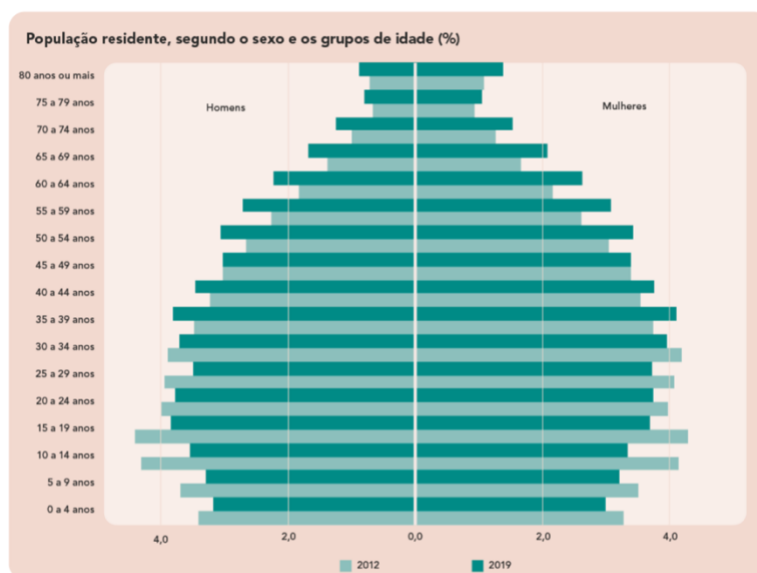
2.1. Desafios de desenvolvimento e estratégias nacionais

Contexto geral do país e avanços da Agenda 2030

A República Federativa do Brasil possui a 6ª maior população do mundo, com mais de 212 milhões de habitantes³. O país é uma federação formada por 26 estados e o Distrito Federal, compreendendo 5.570 municípios⁴. Trata-se do maior país em extensão territorial da América Latina. O Brasil possui 16.885,7 km de fronteiras terrestres com 10 dos 12 países da América do Sul. A expectativa de vida foi de 76,3 anos em 2018, o que combinado à queda na taxa de fecundidade – de 2,1 filhos por mulher em 2004 para 1,7 em 2018 -, levou à diminuição no ritmo de crescimento e ao envelhecimento da população, o que se verifica na pirâmide etária do país⁵:

FIGURA 02 – Pirâmide Etária do Brasil (2012-2019)

Em 2019, o Produto Interno do Brasil foi de 7,3 trilhões e a renda per capita de R\$ 31.833,50⁶, o que converte o país na nona maior economia do mundo⁷. Já o Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro de 2019 foi de 0,761, considerado alto desenvolvimento humano, o que, no entanto, coloca o Brasil apenas no 79º lugar do ranking global de 189 países⁸. O Brasil é considerado um país de renda média, porém os números absolutos e os indicadores agregados escondem consideráveis desigualdades entre diferentes grupos populacionais, sobretudo entre homens e mulheres e entre a população branca e não-branca (indígena, parda e preta).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019.

Segundo dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD⁹, as mulheres representam 51,8% da população brasileira. As mulheres possuem melhores

³ Informação disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php.

⁴ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>.

⁵ Informação e pirâmide disponíveis em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>.

⁶ Informação disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

⁷ Informação disponível em <https://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>.

⁸ Informação disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresenta-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>.

⁹ Informação disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>.

taxas de escolaridade que os homens¹⁰: 73,5% das mulheres concluíram o ensino médio até 2016, contra 63,2% dos homens; 23,5% das mulheres brancas e 10,5% das mulheres negras concluíram o ensino superior, contra 20,7% dos homens brancos e 7% dos homens negros. Apesar dos indicadores educacionais a favor, as mulheres ganhavam em média, no ano de 2016, menos que os homens – R\$ 1.764,00 contra R\$ 2.306,00 – e dedicavam mais tempo ao cuidado de pessoas e afazeres domésticos – 18,1 horas semanais de trabalho das mulheres para 10,5 dos homens. Além disso, em 2017 as mulheres representavam apenas 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados e 39,1% dos cargos gerenciais.

O Brasil apresenta também graves desigualdades raciais. Segundo dados de 2018 da PNAD, 55,8% da população brasileira se autodeclara negra (preta ou parda). A representatividade desta parcela significativa da população na Câmara dos Deputados, porém, é de 24,4%¹¹. Em 2018, a pobreza extrema – menos de USD 1,90 por dia por pessoa – atingia 8,8% da população negra, contra 3,6% da branca; por sua vez, 32,9% da população negra vivia abaixo da linha da pobreza – menos de USD 5,50 por dia por pessoa –, contra 15,4% da população branca. Se olharmos para a média dos rendimentos mensais da população ocupada de 2018, negras/os ganhavam em média R\$ 1.608,00, ao passo que brancas/os recebiam R\$ 2.796,00. Já a taxa de homicídios de jovens (15-29 anos) em 2017 foi de 34 para cada 100 mil habitantes entre a população branca e 98,5 para a população negra. Com relação à consecução dos ODS, cabem alguns destaques que têm relação direta com o mandato do UNFPA. O primeiro deles é apresentado na figura abaixo, que mostra os dados de razão de mortalidade materna no Brasil para cada 100 mil nascidos vivos entre os anos de 2009 e 2017, mostrando uma clara tendência de queda que, no entanto, retorna a um leve crescimento entre os anos de 2015 e 2017. Já em 2018, dado mais recente disponível e que não consta na tabela, a taxa caiu para 59,1¹². Tais dados mostram que a razão brasileira ainda representa cerca do dobro da meta para 2030, de 30 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos.

TABELA 02 - Razão de mortalidade materna 2009-2017 – óbitos por 100 mil nascidos vivos¹³

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	72,4	68,9	61,8	59,3	62,1	63,8	62,0	64,4	64,5
Norte	84,4	78,4	74,7	73,2	83,8	93,6	76,0	84,5	88,9
Nordeste	82,5	83,3	77,9	72,7	82,4	77,9	75,3	78,0	73,2
Sudeste	64,4	56,0	48,7	46,5	50,1	53,9	54,3	55,8	62,3
Sul	61,1	62,8	50,4	54,5	36,6	41,7	43,7	44,2	38,5
Centro-Oeste	75,6	77,2	68,2	64,3	62,5	60,2	65,9	67,3	56,9

Fontes: SIM/SVS/MS e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc)/SVS/MS. Dados disponíveis em: <<https://bit.ly/2GcYx5q>>. Obs.: Dados corrigidos utilizando-se a metodologia de vigilância de óbitos de mulher em idade fértil (Brasil, 2018).

A tabela acima mostra que os números da Razão de Mortalidade Materna das regiões Norte e Nordeste são consideravelmente mais altos que de outras regiões do país e que a média nacional. Esta disparidade regional no indicador fica mais evidente se olharmos a sua distribuição pelos estados da Federação, como mostra a figura abaixo. Nela vemos que, apesar da queda da razão em

¹⁰ Os dados do restante deste parágrafo foram retirados da publicação “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, IBGE, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf.

¹¹ Os dados deste parágrafo foram retirados da publicação “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, IBGE, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

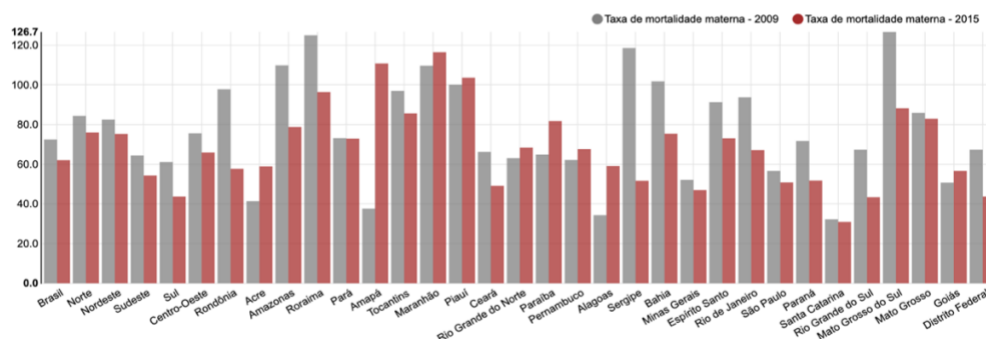
¹² Dado disponível em Boletim Epidemiológico Nº 20, Volume 51, Maio de 2020, p.22 (Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde). Acesso em <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/boletim-epidemiologico-no-20-maio-2020/>.

¹³ Informação disponível em *Caderno ODS 3, p.08, IPEA, 2019*.

todos os estados entre 2009 e 2015, estados como Roraima, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso possuem Razão de Mortalidade Materna maior que 80 e bem acima dos estados do Sudeste e Sul.

FIGURA 03 - Razão de mortalidade materna 2009-15 – óbitos por 100 mil nascidos vivos

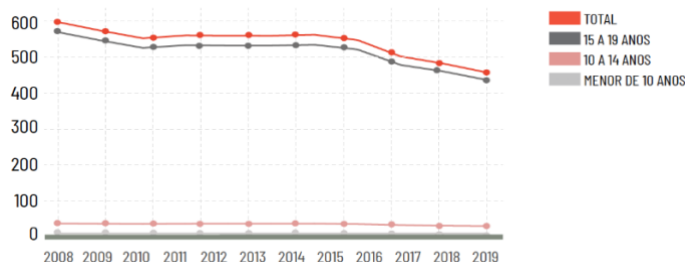
Indicador 3.1.1 - Razão de mortalidade materna



Fonte: ODS Brasil¹⁴.

Abaixo vemos a tendência de queda da gravidez na adolescência no Brasil, porém a média esconde disparidades entre diferentes grupos populacionais. A taxa de fecundidade adolescente (15-19 anos) de 2016 explicita a desigualdade regional: 45,4/mil na região Sudeste; 45,6/mil no Sul; 55,6/mil no Centro-Oeste; 64,9/mil no Nordeste; e 85,1/mil na região Norte¹⁵. Por sua vez, o Relatório Luz da Sociedade Civil de 2020 (p.32) aponta que a média brasileira ainda está muito acima da internacional (68,4 adolescentes entre 15 e 19 anos grávidas para cada mil no Brasil, contra 46/mil da média mundial). Em termos raciais, vemos outra disparidade relevante, já que dados de 2015 mostram que 7 em cada 10 adolescentes grávidas ou com filhos entre 15 e 19 anos grávidas eram negras¹⁶.

FIGURA 04 - Série histórica da gravidez na adolescência no Brasil (valores em milhares)¹⁷



Por sua vez, a figura seguinte mostra que a taxa de notificação de casos de HIV tem sofrido oscilações no Brasil ao longo dos anos, mas, em média, permanece estável. Há, contudo, um

¹⁴ Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador311>. Acesso em 28 fev 2021.

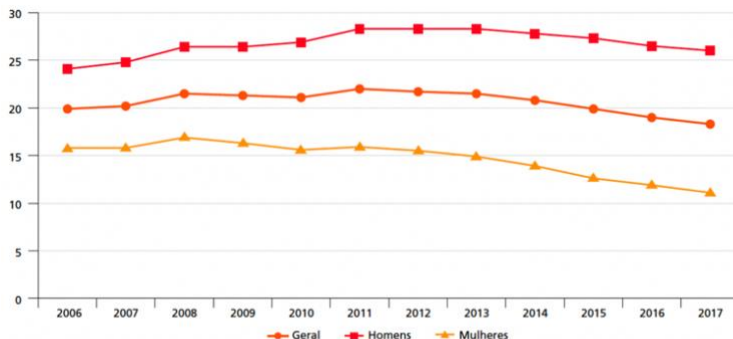
¹⁵ Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf.

¹⁶ Disponível em Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em 10 out 2020.

¹⁷ Informação disponível em *IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil, Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2020, p.32.*

preocupante aumento de novas infecções entre jovens no Brasil, com um aumento de mais de 50% entre jovens de 15 a 19 anos na última década¹⁸.

FIGURA 05 - Taxa de detecção (por 100 mil habitantes) de casos de Aids notificados nos diversos sistemas de informação do setor de saúde, por ano de diagnóstico (2006-17)¹⁹



Fonte: Painel de Indicadores Epidemiológicos do Ministério da Saúde. Acesso em: 18 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2WVvm3I>>. Nota: ¹ Notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), declarados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e registrados no Sistema de Controle de Exames Laboratoriais/Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (Siscel/Siclom).

Situação do país e desafios em termos das áreas programáticas do UNFPA

O 6º Programa de País do UNFPA no Brasil foi aprovado em 2016 e começou a ser executado em 2017. Desde então, o Brasil passou pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, pela presidência de Michel Temer de 2016 até o final de 2018 e pela eleição e mais de dois anos de governo do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro. Além das mudanças de prioridades, estratégias e pessoal inerentes às mudanças no âmbito do governo nacional, a transição entre as três presidências citadas marcou um crescente protagonismo do conservadorismo político no Brasil. Em temas conectados ao mandato do UNFPA, podemos apontar que tal contexto conservador tem se pautado pelo foco em políticas universalistas, o enfraquecimento das políticas de promoção da diversidade, a defesa da família nuclear patriarcal e a valorização da agenda de soberania nacional sobre o multilateralismo.

Outra questão que afetou a operação do UNFPA no Brasil foi o início e o crescimento do fluxo misto de refugiados e migrantes venezuelanos, sobretudo através da fronteira terrestre entre a Venezuela e o estado brasileiro de Roraima, o que exigiu uma resposta conjunta do Sistema ONU e do Governo Federal, resultando na Operação Acolhida. Por fim, a pandemia de Covid-19 tem impactado fortemente a população brasileira e, conseqüentemente, a operação de todo o Sistema ONU no país. O primeiro caso confirmado no Brasil foi diagnosticado em fevereiro de 2020 e, desde então, o país chegou à cifra oficial de 467.706 óbitos decorrentes de Covid-19 na finalização deste relatório²⁰, o que posiciona o Brasil como o segundo país em número absoluto de óbitos²¹. A pandemia de Covid-19 também tem aumentado a exposição de certos grupos populacionais a situações de risco e violência e aprofundado desigualdades estruturais de renda, gênero, raça, etnia, idade e região que, por sua vez, são determinantes para o acesso a direitos e serviços.

A situação macroeconômica do país piorou com a crise sanitária, o que se somou à longa retração que já estava em curso desde 2015: o Brasil apresentou retração do PIB entre o primeiro

¹⁸ Informação disponível em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/globo-e-unaid-lancam-campanha-para-alertar-sobre-o-aumento-de-casos-de-aids-entre-jovens-e-a-importancia-do-teste-do-hiv/>.

¹⁹ Informação disponível em *Caderno ODS 5, p.20, IPEA, 2019*.

²⁰ Informação disponível em <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 02 jun 2021.

²¹ Informação disponível em <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em 12 mar 2021.

trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2017, tendo o pior resultado no segundo trimestre de 2016, com uma queda de 4,6% no produto; do segundo trimestre de 2017 ao primeiro trimestre de 2020, as taxas de crescimento foram positivas, porém baixas, variando entre 0,2% e 1,6%; o efeito da pandemia começou a ser sentido no segundo trimestre de 2020, com uma queda de 2,2% no PIB²², e o país finalizou 2020 com uma queda de 4,1% do PIB²³.

2.2. O papel da cooperação técnica internacional

A cooperação internacional do Brasil é operacionalizada através da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, órgão criado em 1987 e que faz parte da estrutura do Ministério das Relações Exteriores – MRE²⁴. Desde a sua criação, a ABC é o órgão responsável pela assistência externa e pela cooperação técnica no Brasil, atuando também junto aos fundos e programas da ONU. O Brasil foi, em 1945, um dos 51 membros fundadores da ONU²⁵, que possui representação fixa no Brasil desde 1947²⁶. O país participa de todas as agências especializadas nas Nações Unidas e a presença nacional dos fundos e programas do sistema está amparada pelo Acordo Básico de Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, de 29/12/1964. A Equipe de País da ONU (UNCT) no Brasil é liderada pelo Coordenador Residente e seu escritório, ao qual estão ligados as/os Representantes das agências especializadas, fundos e programas. A presença do UNFPA no Brasil é regida pelo Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Fundo, de 07/01/1988²⁷. No âmbito nacional, o 6º Programa de País se insere no contexto do Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, em que contribui para quatro de cinco eixos e quatro dentre sete resultados. A tabela abaixo mostra o planejamento financeiro do Marco de Parceria por cada eixo e resultado:

TABELA 03 – Planejamento de Recursos do Marco de Parceria

		Recursos Mobilizados (USD)	Recursos a Mobilizar (USD)	Total por Resultado (USD)	
Eixo Pessoas	Resultado 1	191.759.989,00	129.518.229,00	321.278.218,00	16,69%
Eixo Planeta	Resultado 2	57.980.000,00	20.540.000,00	78.520.000,00	4,08%
	Resultado 3	133.404.508,00	102.552.730,00	201.957.238,00	12,26%
Eixo Prosperidade	Resultado 4	289.878.672,00	72.408.828,00	362.287.500,00	18,82%
	Resultado 5	56.866.666,00	18.022.250,00	74.888.916,00	3,89%
Eixo Paz	Resultado 6	23.809.780,00	53.858.570,00	62.868.350,00	4,04%
Eixo Parcerias	Resultado 7	708.730.818,00	65.406.906,00	774.137.724,00	40,22%
		Total de Recursos Mobilizados	Total de recursos a mobilizar	Total Geral	
		USD 1.462.430.433,00	USD 462.307.513,00	USD 1.924.737.946,00	

Fonte: Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021, p.53.

²³ Informação disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>. Acesso em 12 mar 2021.

²³ Informação disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>. Acesso em 12 mar 2021.

²⁴ Para maiores informações, ver <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>.

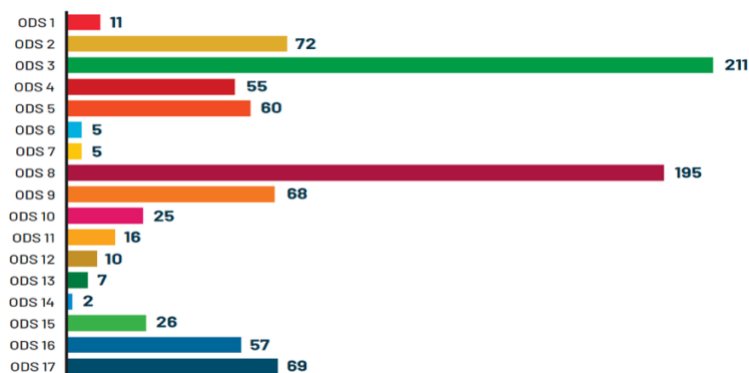
²⁵ Informação disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/09/onu-surgiu-para-garantir-a-paz-e-seguranca-do-mundo>.

²⁶ Informação disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un>.

²⁷ Informação disponível em <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes/CGCM>.

Os sete resultados do Marco de Parceria contribuem, por sua vez, para a Agenda 2030, de modo que os recursos e atividades executadas são também classificados de acordo com a sua contribuição para cada um dos 17 ODS. A figura abaixo mostra como o Relatório de Progresso 2019 do Marco de Parceria classificou as atividades executadas no país de acordo com os ODS:

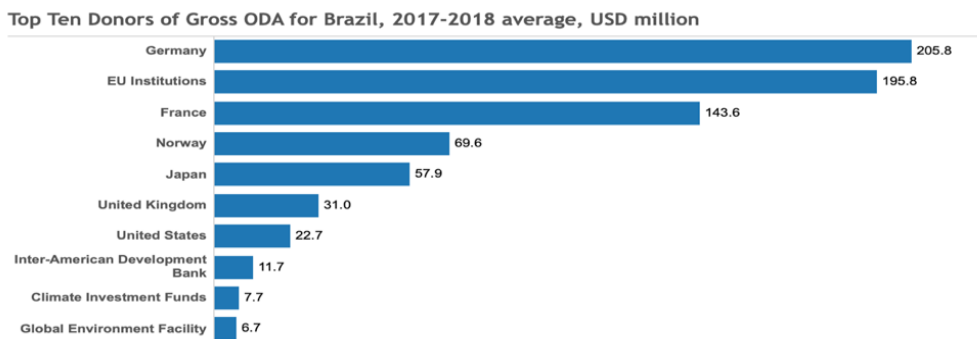
FIGURA 06 - Número de atividades do Sistema ONU no Brasil, por ODS, 2019²⁸



Fonte: Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021.

A operação do UNFPA no Brasil contribui diretamente para sete dos ODS²⁹. Acima vemos, portanto, a relevância da operação do UNFPA no contexto da assistência externa no Brasil: dos seis ODS com maior número de atividades em 2019 - 60 ou mais atividades -, quatro representam ODS para os quais o UNFPA contribui diretamente (ODS 3; ODS 5; ODS 8; e ODS 17). Um deles, o ODS 3, foi justamente aquele em que mais recursos foram investidos em 2019: mais de 120 milhões de dólares³⁰. Por fim, a assistência oficial para o desenvolvimento no Brasil (2017-2018) apresentou os seguintes valores para os dez maiores países ou instituições doadores:

FIGURA 07 – Dez maiores doadores da assistência externa no Brasil³¹



²⁸ Informação disponível em *Relatório de Progresso 2019 do Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável*, p.11.

²⁹ São eles: 1. Erradicação da Pobreza; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 10. Redução das Desigualdades; e 17. Parceiras e Meios de Implementação. Informação disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/missao-e-objetivos>.

³⁰ Informação disponível em *Relatório de Progresso 2019 do Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável*, p.11.

³¹ Informação disponível em

https://public.tableau.com/views/OECDACAidataglacebyrecipient_new/Recipients?:embed=y&:display_count=y&:showTabs=y&:toolbar=no?&:showVizHome=no.

Capítulo 3 – Resposta do UNFPA e estratégias do programa

3.1. Resposta estratégica do UNFPA

O UNFPA atua no Brasil desde 1973, tendo formalmente estabelecido o seu escritório no país em 1988, seguindo a assinatura do supracitado Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil em janeiro do mesmo ano³². Desde sua chegada ao país, o UNFPA tem colaborado com governos e organizações da sociedade civil para a formulação e monitoramento de políticas públicas e programas de população e desenvolvimento e, neste âmbito, cabe destaque ao campo da Saúde Sexual e Reprodutiva. O UNFPA já executou cinco Programas de País no Brasil: 1992-1997, 1998-2001, 2002-2006, 2007-2011 e 2012-2016.

O Escritório de País do UNFPA no Brasil está vinculado a LACRO, escritório regional do fundo para a América Latina e Caribe, com sede no Panamá. O Brasil está inserido no quadrante rosa do sistema de classificação que define a estratégia de presença e atuação do UNFPA nos países³³, conforme análise que combina as necessidades dos países e suas capacidades de financiar seus próprios programas de desenvolvimento, consistente também com a perspectiva da Agenda 2030 de *não deixar ninguém para trás* e de abordar as desigualdades multidimensionais entre os países. Essa análise identifica o país como apresentando baixas necessidades de desenvolvimento nas áreas do mandato e média-alta ou alta capacidade de financiamento de seus programas e políticas, em relação a outros países de atuação. Assim, o foco do UNFPA nos países classificados no quadrante rosaé fornecer *advocacy*, promover o diálogo político, fortalecer as capacidades nacionais e criar um ambiente propício para que sejam atingidos os resultados previstos no Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA. Em termos de ciclo programático, o 6º Programa de País coincide com o período de execução quinquenal do Marco de Parceria, no caso, ambos planejados para o período 2017-2021.

3.2. Resposta do UNFPA a partir do Programa de País

3.2.1. Breve descrição da estratégia, objetivos e resultados do ciclo anterior

O 6º Programa de País substituiu o 5º Programa de País do UNFPA no Brasil, que orientou a operação do Fundo entre os anos de 2012 e 2016, ano em que passou por um processo participativo de avaliação final. Os dois últimos programas de país do UNFPA no Brasil – o 5º e o atual – apresentam considerável grau de coerência em relação aos seus objetivos, produtos e resultados, demonstrando a coesão da operação do Fundo no país, o trabalho para a consecução de resultados de longo prazo e a relevância de suas prioridades *vis a vis* as prioridades nacionais e as demandas e necessidades da população brasileira. A Matriz Lógica do 5º Programa de País pode ser consultada no Anexo 13, Tabela 01.

A parte introdutória do 6º Programa de País destaca que a Avaliação Participativa do 5º Programa de País identificou as seguintes lições aprendidas: (a) o valor agregado de promover mobilização social, diálogo político e coordenação intersetorial entre parceiros; (b) *advocacy* baseada em evidências e diálogo político foram estratégias valiosas para o fortalecimento das políticas públicas; (c) o fortalecimento de capacidades em nível local é essencial para a implementação efetiva de políticas públicas; (d) a Cooperação Sul-Sul fortaleceu a articulação, sinergia e efetividade do programa; e (e) monitoramento e avaliação constantes são críticos para

³² Informação disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/missao-e-objetivos>.

³³ UNFPA Global Strategic Plan 2018-2021, pp. 13-14.

uma programação baseada em evidências. Como recomendações da avaliação do programa anterior, destacam-se: (a) diálogo político e fomento de coordenação intersetorial e parcerias entre atores relevantes; (b) ampliação da escala do *advocacy* baseado em evidências para a tomada de decisões e a comunicação de massa estratégica; (c) fortalecimento de capacidades em níveis descentralizados; (d) monitoramento e avaliação; e (e) expansão da Cooperação Sul-Sul.

Como veremos mais detidamente na análise do critério de Relevância, na transição entre o 5º e o 6º ciclos, o Programa de País 2017-2021 manteve a mesma estrutura de três resultados do Programa de País 2012-2016, porém diminuiu consideravelmente o número de produtos (de sete para quatro). Apesar da redução para apenas um produto no 6º Programa, o Resultado 1 apresenta lógica similar, já que propõe em ambos os planos uma maior e melhor disponibilidade de serviços e direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva e busca trabalhar tanto com os portadores de deveres, como com os detentores de direitos. Tal continuidade reafirma a relevância da área de Saúde Sexual e Reprodutiva para a operação do UNFPA no Brasil e para a consecução do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no país.

As questões de população e desenvolvimento e de Cooperação Sul-Sul, que no 5º Programa de País estavam divididas entre os Resultados 2 e 3, passaram a integrar um mesmo resultado no 6º Programa de País, no caso, o Resultado 4. Com isso, o apoio do UNFPA para a produção, desagregação e uso estratégico de dados sobre a população passou do foco em questões populacionais emergentes para uma preocupação central com a promoção do desenvolvimento sustentável. Desse modo, ampliou-se no presente Programa de País o escopo dos objetivos atrelados às intervenções de produção e disseminação de dados e boas práticas e de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, colocando-os a serviço da Agenda 2030, do Consenso de Montevidéu e do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.

Finalmente, o Resultado 2, que no programa anterior possuía apenas um produto dedicado aos direitos e necessidades dos jovens, passou a se dedicar exclusivamente à Juventude no 6º Programa de País. Ainda que presente em apenas um dentre três produtos do Resultado 2 do 5º Programa de País, a incorporação das necessidades e direitos de adolescentes e jovens na estratégia de saúde materna e de crianças foi um dos destaques de maior relevância do programa anterior feito pela revisão participativa do 5º Programa de País 2012-2016³⁴. É justamente na relevância dada ao segmento populacional da juventude que está a principal diferença de ênfase entre os dois planos, já que o programa atual dedica maior atenção à promoção dos direitos e da Saúde Sexual e Reprodutiva de adolescentes e jovens, que são o tema central do Resultado 2 do atual programa.

3.2.2. O atual Programa de País

O 6º Programa de País 2017-2021 do UNFPA foi elaborado em 2016 e aprovado em setembro do mesmo ano em sessão regular do seu Conselho Executivo pelo mecanismo de não-objeção, ou seja, o Programa proposto pelo país é considerado aprovado caso nenhum país apresente objeções ao mesmo. O Programa de País é elaborado com base na identificação de prioridades nacionais e necessidades da população identificadas nos marcos normativos e nas consultas com parceiros governamentais e não-governamentais. Com isso, o documento indica quais serão os resultados do Plano Estratégico Global para os quais o Programa de País irá contribuir. Assim, os resultados do Programa de País são também resultados do Plano Estratégico Global, os produtos de ambos os planos precisam estar alinhados e os dois documentos devem

³⁴ Documento de Programa de País para o Brasil 2017-2021, p.07.

contribuir para o avanço dos compromissos internacionais caros ao mandato do UNFPA, sobretudo o Programa de Ação da CIPD, o Consenso de Montevideu e a Agenda 2030. Ao refinar o planejamento para o nível dos produtos, o Escritório de País também precisa ajustar as suas prioridades para garantir que os resultados e produtos do Programa de País contribuam para os resultados do Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Este marco reflete as demandas e oportunidades identificadas pelo Sistema ONU através das evidências sistematizadas na Análise Conjunta de País, ao mesmo tempo em que se alinha às prioridades nacionais tais como foram definidas pelo Governo Federal em seu principal documento de planejamento quadrienal e monitoramento de políticas públicas, o Plano Plurianual³⁵.

Com relação à cobertura geográfica do programa, a principal articulação se dá em nível nacional com o Governo Federal e com associações e instituições de atuação federal. O âmbito nacional é complementado pela operação local em diversos estados e cidades através da parceria com atores locais e da presença nos estados de Amazonas, Bahia, Paraná, Roraima e São Paulo, além do Distrito Federal, o que corresponde ao trabalho em campo nas cinco regiões brasileiras (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). Além dos estados com equipe alocada, o Escritório de País também realiza projetos em parceria com atores locais de outros estados.

3.2.3. A estrutura financeira do Programa de País

O orçamento para a execução do 6º Programa de País foi assim planejado:

TABELA 04 – Planejamento do 6º Programa de País

PLANEJAMENTO DO 6º PROGRAMA DE PAÍS (USD - DÓLARES AMERICANOS)					
Áreas de resultado do Programa de País		Recursos regulares	Outros recursos	Total	%/total
Resultado 1	Saúde sexual e reprodutiva	1.000.000,00	5.000.000,00	6.000.000,00	16%
Resultado 2	Adolescentes e juventude	1.500.000,00	18.000.000,00	19.500.000,00	52%
Resultado 3	Dinâmicas populacionais	1.500.000,00	10.000.000,00	11.500.000,00	31%
Coordenação do programa e assistência		500.000,00	0,00	500.000,00	1%
Total		4.500.000,00	33.000.000,00	37.500.000,00	

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios financeiros do 6º Programa de País.

Pela tabela é possível ver que o 6º Programa de País foi planejado com um orçamento ambicioso e majoritariamente dependente de recursos cofinanciados, já que a previsão para os recursos regulares representava apenas 12% do total necessário para a implementação do plano. Como veremos na resposta à Questão 5 desta avaliação, a soma dos recursos regulares (orçamento institucional + recursos *core*) e dos recursos cofinanciados (recursos não *core*) resultaram em USD 13.328.537,11, ou seja, 35% do valor previsto no plano, o que limitou a execução do 6º Programa de País. Dentre os motivos para tanto, estão o crescimento de setores conservadores, o afastamento do Governo Federal – o principal financiador potencial –, a crise econômica no Brasil e mudanças constantes nas equipes diretivas dos órgãos governamentais.

³⁵ Sobre o alinhamento do 6º Programa de País com os marcos nacionais nos debruçaremos com mais atenção na resposta à Questão 1 desta Avaliação.

Capítulo 4 – Achados: respostas para as questões de avaliação

4.1. Relevância

Este critério buscou determinar em que medida os objetivos do Programa de País estão alinhados com os marcos normativos internacionais, com os marcos normativos e prioridades nacionais e com as necessidades específicas da população. Dentro deste escopo amplo, dois aspectos ganharam especial ênfase: a presente relevância do Programa de País, dada as intensas mudanças políticas, sociais e econômicas em curso no Brasil e a emergência da pandemia de Covid-19, o que levou a uma consequente necessidade de adaptação da operação; e as necessidades dos grupos vulneráveis em termos de idade, gênero, raça, etnia e região, bem como da intersecção entre duas ou mais dessas variáveis.

4.1.1. Questão 1 – Alinhamento com os marcos normativos

Em que medida o apoio do UNFPA é alinhado com as prioridades colocadas pelos marcos normativos e políticos nacionais e internacionais, incluindo acordos internacionais de direitos humanos (Agenda 2030, Programa de Ação da CIPD, Consenso de Montevideú, etc.)?

Q1.1 - Estratégia do 6º Programa de País para a abordagem das prioridades nacionais

O 6º Programa de País foi elaborado a partir do diálogo com as principais contrapartes do UNFPA no Brasil. Para a definição das prioridades e estratégias do Programa de País, em 2016 foram realizados retiros com os parceiros-chave do Governo Federal e da sociedade civil, tendo a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores como o parceiro fundamental para a elaboração e aprovação do programa, já que a cooperação técnica do Brasil com os organismos do Sistema ONU é responsabilidade deste órgão. As entrevistas com a equipe do UNFPA e com contrapartes governamentais e da sociedade civil avaliaram positivamente o processo de planejamento realizado em 2016, no qual as principais contrapartes puderam apresentar seus insumos e opiniões sobre as estratégias do Programa de País, assim como a Equipe de Avaliação responsável pela Avaliação Final do 5º Programa de País apresentou os resultados parciais do referido exercício.

O retiro foi dividido em grupos temáticos facilitados por oficiais do UNFPA e os insumos foram recolhidos e sistematizados para que servissem ao propósito da elaboração do 6º Programa de País. Apesar da percepção que os atores envolvidos tiveram sobre o processo, foi feita a ressalva de que o processo conjugou contrapartes que já eram próximas à operação do UNFPA no Brasil e, embora tal amostra fosse representativa em termos de diversidade de gênero, raça e região, um processo mais amplo de consulta não foi alcançado.

Como o Brasil é um país classificado no quadrante rosa, o Programa de País fomentou produtos e atividades que buscaram trazer visibilidade e gerar evidências para os temas do mandato do UNFPA, promovendo o treinamento de gestores e provedores de serviços, bem como prestando assistência técnica para a formulação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, o UNFPA fomentou a configuração de um ambiente propício para o avanço nos temas de seu mandato através da promoção do diálogo entre parceiros diversos, do fornecimento de apoio técnico e logístico para governos, do investimento crescente em ações de comunicação institucional e do fortalecimento de atores da sociedade civil e do setor privado para que também produzissem evidências e trabalhassem pelo avanço de agendas em comum.

Sem embargo, essa estratégia condizente com o trabalho do UNFPA para um país classificado no quadrante rosa foi complementada com algumas atividades e projetos mais próximos do que o Fundo determina para a presença em países classificados nos quadrantes laranja e vermelho, ou seja, países que apresentam capacidades mais baixas de financiamento de seus programas e políticas e déficits na entrega de serviços. Isso se deu por dois motivos principais. Primeiro, porque, como vimos no Capítulo 2 deste Relatório Final, o Brasil é um país com desigualdades estruturais que articulam de modo complexo variáveis como renda, raça, gênero e região. Segundo, pela eclosão da emergência do fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos, levando à necessidade de uma operação de entrega de serviços de assistência humanitária que conjugou organismos do Sistema ONU, Governo Federal, governos locais e organizações da sociedade civil.

O Programa de País se focou em grupos populacionais e em estados e regiões nos quais foram identificados desigualdades e problemas centrais para a implementação do mandato do UNFPA no país. Assim, o Escritório de País teve um foco inicial em estados da região Nordeste, sobretudo Bahia e Maranhão, onde os indicadores de Saúde Sexual e Reprodutiva têm desempenho relativamente mais baixo que os de outras regiões. O trabalho com o Maranhão não se sustentou com o tempo e, com a emergência da crise humanitária na Venezuela, o Programa de País passou a abarcar os estados de Roraima e Amazonas, nos quais os indicadores caros à operação do UNFPA também apresentam desempenho ruim. A isso, somou-se o trabalho no Paraná que, apesar de ser um estado com melhores indicadores sociais, apresenta vulnerabilidades elevadas em sua região fronteira com o Paraguai e a Argentina, justamente onde o UNFPA concentrou seus esforços.

Com relação aos temas prioritários, o Programa de País focou nas desigualdades de gênero, raça, idade e região, que são estruturantes para a abordagem das barreiras a direitos e serviços dos grupos mais vulneráveis da população brasileira. A desagregação de alguns indicadores relevantes para o mandato do UNFPA pelas variáveis citadas mostram que há diferenças substanciais no acesso a serviços e direitos, sobretudo quando consideramos populações que sofrem múltiplas vulnerabilidades. Por isso, a estratégia do Programa de País em abordar essas desigualdades estruturais mostrou-se acertada e fundamental para que o UNFPA lograsse atender ao princípio de que *ninguém será deixado para trás*, como veremos com maiores detalhes adiante.

Finalmente, dentre os poderes públicos, o Programa de País teve foco praticamente exclusivo no Poder Executivo, o que levou a poucas atividades e diálogos junto ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo, o que configura uma notável lacuna na operação do UNFPA no Brasil.

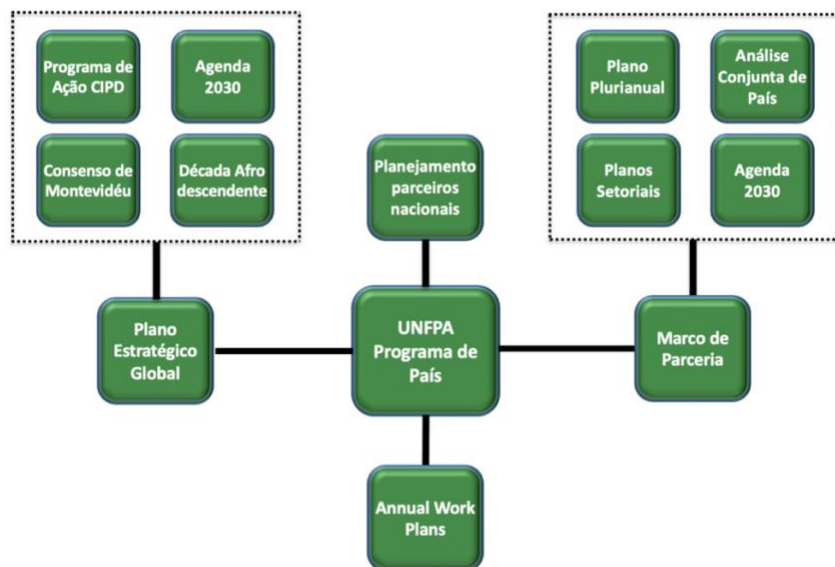
Q1.2 - Alinhamento do 6º Programa de País com os principais marcos internacionais

De acordo com o próprio 6º Programa de País, a definição de prioridades do Programa de País teve como referência o alinhamento com os seguintes marcos normativos nacionais e internacionais:

- a. O Plano Estratégico Global do UNFPA nos ciclos 2014-2017 e 2018-2021;
- b. O programa “Brasil, Pátria Educadora” e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 do Governo Federal;
- c. Análise Conjunta de País (CCA) 2015 da Equipe de País das Nações Unidas no Brasil;
- d. O Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2017-2021;
- e. A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável;
- f. O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD);
- g. O Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento; e
- h. A Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024.

Em resumo, o processo de alinhamento de marcos normativos e prioridades nacionais que resultou no 6º Programa de País pode ser representado visualmente pela figura abaixo.

FIGURA 08 – Processo de elaboração do Programa de País



Fonte: Elaboração própria com base no 6º Programa de País e no Plano Estratégico Global 2018-2021.

Dentre os marcos normativos, aquele que representa a espinha dorsal do mandato do UNFPA é a Plataforma de Ação da CIPD. Resultante da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada em Cairo, 1994, a Plataforma de Ação da CIPD foi adotada por 179 Estados-membros das Nações Unidas³⁶. Tal agenda colocou os direitos de mulheres e meninas no centro do debate sobre desenvolvimento, ao mesmo tempo em que mostrou as complexas conexões entre as questões de dinâmicas populacionais, saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos e sustentabilidade ambiental. A abordagem multidimensional dessas questões se tornou o cerne da Plataforma de Ação da CIPD e, conseqüentemente, do trabalho do UNFPA.

Assim, constata-se um alinhamento estrutural do Plano Estratégico Global 2018-2021 e do 6º Programa de País com a Plataforma de Ação da CIPD. Neste alinhamento vemos a centralidade da promoção dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva, do planejamento familiar e da abordagem multidimensional das dinâmicas populacionais, tendo as variáveis de gênero, juventude e direitos humanos como recortes interseccionais.

A agenda de população e desenvolvimento originada no Cairo passou por revisões e ampliações ao longo do tempo. Neste processo, destacam-se três marcos para o Escritório de País: o *ICPD Beyond 2014 Global Report*, relatório que resultou da reafirmação dos compromissos assumidos no Cairo durante a Assembleia Geral da ONU de 2014, ano do 20º aniversário da CIPD; o Consenso de Montevidéu de 2013, que foi parte da revisão regional da Cairo+20; e a Cúpula de Nairóbi, em 2019, que marcou o processo de revisão Cairo+25. O processo de revisão do *ICPD Beyond 2014* resultou na criação de novas ferramentas para a análise e a promoção do desenvolvimento sustentável, afirmando a indissociabilidade das dimensões sociais, econômicas e

³⁶ Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-do-cairo>. Acesso em 31 Jan 2021.

ambientais da sustentabilidade³⁷. Isso demonstra a consonância deste instrumento com o Consenso de Montevideu e a Agenda 2030. Esta tríade de compromissos foi fundamental para colocar a promoção do desenvolvimento sustentável com recorte de gênero, idade e direitos humanos no centro da agenda de população e desenvolvimento e da abordagem do UNFPA.

Por sua vez, a Cúpula Nairóbi (2019) teve como principais conclusões a reafirmação da relevância do foco na juventude e da promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres para a consecução do desenvolvimento sustentável. Além disso, a Declaração de Nairóbi propõe um enfrentamento mais robusto da violência sexual e baseada em gênero e das barreiras de acesso à saúde sexual e reprodutiva, o que se traduz na proposição de três zeros: zero necessidade de planejamento familiar não atendida; zero mortalidade materna evitável; zero violência sexual e de gênero e práticas nocivas. Os debates e temas emergentes da Cúpula de Nairóbi serão uma importante referência para o próximo ciclo de planejamento do UNFPA nos níveis internacional e nacional.

Outro marco normativo fundamental para o 6º Programa de País é o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento. O documento foi aprovado em 2013 como resultado da Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, na qual se reuniram representantes oficiais de 38 países. O Consenso de Montevideu identifica oito temas como prioritários para dar seguimento ao Programa de Ação da CIPD, a saber³⁸: 1. Direitos, necessidade e demandas dos meninos, meninas, adolescentes e jovens; 2. Proteção social e desafios socioeconômico para a população em envelhecimento; 3. Acesso universal aos serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva; 4. Igualdade de gênero; 5. Migração internacional e proteção de direitos dos migrantes; 6. Desigualdade territorial, mobilidade espacial e vulnerabilidade ambiental; 7. Povos indígenas, interculturalidade e direitos; e 8. Direitos dos povos afrodescendentes, combate ao racismo e à discriminação racial.

Uma rápida mirada no 6º Programa de País nos mostrará que tais temas são estruturantes da operação do UNFPA no Brasil. Ademais, tais temas se referem aos recortes populacionais mais estratégicos para o 6º Programa de País, posto que são aqueles que as evidências permitem identificar como representativos das desigualdades estruturais da sociedade brasileira: gênero, raça, etnia, idade e região. Uma ressalva deve ser feita para o tema de envelhecimento, que é pouco abordado no 6º Programa de País e que foi citado em muitas entrevistas como uma lacuna do trabalho do UNFPA no Brasil e como uma janela de oportunidade para o próximo ciclo, sobretudo se levarmos em conta a tendência demográfica de envelhecimento da população brasileira.

Além da identificação individual de cada um desses recortes populacionais como relevantes, o Consenso de Montevideu é um marco normativo relevante para a proposição de uma abordagem interseccional das diversas vulnerabilidades que atravessam a população da América Latina e Caribe. Assim, o documento permitiu a integração das dinâmicas populacionais e do desenvolvimento sustentável ao contexto latino-americano, abordando questões prementes para a região, como, por exemplo, a complexa relação entre território, meio ambiente e povos tradicionais ou ainda a articulação entre diversidade cultural e direitos dos povos indígenas. Com isso, o Consenso de Montevideu fomentou a criação de estratégias consonantes com a Agenda 2030 e a Plataforma de Ação da CIPD e, ao mesmo tempo, baseadas nas prioridades das populações da América Latina e Caribe.

³⁷ ICPD Beyond 2014, p.07.

³⁸ Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/consenso-de-montevideu>. Acesso em 31 Jan 2021.

Em resumo, os processos de revisão da CIPD e a Agenda 2030 se complementam como marcos que fazem a ponte entre as questões históricas de população e desenvolvimento com as novas abordagens do desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero, raça e etnia, tão relevantes no contexto brasileiro. Nesse sentido, o 6º Programa de País foi elaborado já tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, contribuindo diretamente para a consecução de sete deles: 1. Erradicação da Pobreza; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 10. Redução das Desigualdades; e 17. Parcerias e Meios de Implementação.

Embora os ODS sejam transversais aos produtos do 6º Programa de País do UNFPA, é possível ver um forte alinhamento entre o Produto 1 (Saúde Sexual e Reprodutiva) e os ODS 3 e ODS 5 e entre o Produto 4.2 (Cooperação Sul-Sul e Trilateral) e o ODS 17. Vale salientar, como já apresentado no Capítulo 2 deste Relatório Final, que dos seis ODS aos quais o Sistema ONU dedicou mais atividades em 2019, quatro representam ODS para os quais o UNFPA contribui diretamente (ODS 3; ODS 5; ODS 8; e ODS 17).

Além da relevância temática dos ODS, o alinhamento com a Agenda 2030 apresenta outras contribuições fundamentais para o 6º Programa de País:

- a. A Agenda 2030 foi uma das principais referências para a elaboração do Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2017-2021 no Brasil, cujos avanços na consecução das ODS são monitorados anualmente em seu Relatório de Progresso;
- b. A Agenda 2030 também foi uma referência para a elaboração do PPA 2016-2019, embora tenha sido retirada por veto presidencial do PPA 2020-2023, como veremos adiante;
- c. Além do Sistema ONU, o Governo Federal, através do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, monitora os avanços do Brasil nos indicadores do ODS, o que é consolidado na série de publicações Cadernos ODS;
- d. No Brasil, a sociedade civil organizada – através do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 – monitora os indicadores e analisa o ambiente político para o avanço da Agenda 2030, o que é consolidado anualmente no Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil; e
- e. Os avanços da Agenda 2030 são monitorados globalmente pelo Sistema ONU, pelos governos de muitos países e por várias instituições de pesquisa, fornecendo um enquadramento ímpar para a comparação internacional da performance de indicadores relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Finalmente, além dos marcos internacionais citados acima, a Equipe de Avaliação verificou que outros marcos internacionais também são referências importantes para o Escritório de País, com destaque para: Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (1989); Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995; Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – Durban, 2001.

Q1.3 - Alinhamento do 6º Programa de País com Plano Estratégico Global 2018-2021

Com relação ao Plano Estratégico Global, o 6º Programa de País foi elaborado durante a vigência do plano 2014-2017, o que levou à revisão do Programa de País para realinhamento com o plano global corrente (2018-2021), como veremos abaixo. Assim, tanto o 5º Programa de País como o 6º contribuíram para a consecução do Plano Estratégico Global de 2014-2017. Por sua vez, o 6º Programa de País contribuiu para o Plano Estratégico Global 2014-2017 e para o 2018-2021. Na tabela abaixo apresentamos a matriz lógica do 6º Programa de País de acordo com os resultados de ambos os planos globais, evidenciando o realinhamento da transição de um a outro marco:

TABELA 05 – Matriz Lógica do 6º Programa de País

Matriz Lógica do 6º Programa de País	
<p style="text-align: center;">Resultado 1: Saúde Sexual e Reprodutiva (Marco de Parceria – Resultado 1)</p> <p>Plano Estratégico Global 2014-2017</p> <p>Aumento na disponibilidade e uso de serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva integrados, incluindo planejamento familiar, saúde materna e HIV, que sejam responsivos ao gênero e que atendam aos padrões de direitos humanos para a qualidade do cuidado e a equidade no acesso.</p> <p>Plano Estratégico Global 2018-2021</p> <p>Todas as mulheres, adolescentes e jovens em todos os lugares, sobretudo aqueles mais atrasados, utilizam serviços integrados de Saúde Sexual e Reprodutiva e exercem os seus direitos reprodutivos livres de coerção, discriminação e violência</p>	<p style="text-align: center;">Produto 1 (Plano Estratégico Global – Produto 2)</p> <p>Programas e políticas de Saúde Sexual e Reprodutiva fortalecidos para prover serviços de qualidade nos níveis nacional e subnacional, alinhados com abordagens culturalmente sensíveis baseadas em direitos humanos, gênero, raça e idade, particularmente focados nos grupos mais vulneráveis.</p>
<p style="text-align: center;">Resultado 2: Adolescentes e Jovens (Marco de Parceria – Resultados 1 e 6)</p> <p>Plano Global 2014-2017</p> <p>Aumento da prioridade para adolescentes, especialmente meninas adolescentes e jovens, nas políticas e programas de desenvolvimento nacional, particularmente o aumento na disponibilidade de educação integral para a sexualidade e Saúde Sexual e Reprodutiva</p> <p>Plano Global 2018-2021</p> <p>Todos os adolescentes e jovens, especialmente as adolescentes, estão empoderados para acessar a Saúde Sexual e Reprodutiva e os direitos reprodutivos em todos os contextos</p>	<p style="text-align: center;">Produto 2 (Plano Estratégico Global – Produto 6)</p> <p>Programas e políticas nacionais fortalecidos pela incorporação de direitos humanos e necessidades de adolescentes e jovens nos níveis nacional e subnacional, através da igualdade de gênero e de abordagens culturalmente sensíveis, particularmente para meninas, afrodescendentes e populações jovens em situação de vulnerabilidade</p>
<p style="text-align: center;">Resultado 4: Dinâmicas Populacionais (Marco de Parceria – Resultados 5 e 7)</p> <p>Plano Global 2014-2017</p> <p>Políticas nacionais e agendas de desenvolvimento internacionais fortalecidas através da integração de análises baseadas em evidências sobre Dinâmicas Populacionais e as suas ligações com o desenvolvimento sustentável, Saúde Sexual e Reprodutiva e direitos reprodutivos, HIV e igualdade de gênero</p> <p>Plano Global 2018-2021</p> <p>Todas as pessoas de todos os lugares contam e são levadas em conta na consecução do desenvolvimento sustentável</p>	<p style="text-align: center;">Produto 4.1 (Plano Estratégico Global – Produto 14)</p> <p>Desenvolvimento socioeconômico nacional e políticas e programas para o meio ambiente fortalecidos pela integração de análises baseadas em evidências de Dinâmicas Populacionais e a sua ligação com desenvolvimento sustentável, direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva, HIV e igualdade de gênero</p> <p style="text-align: center;">Produto 4.2 (Plano Estratégico Global – Produto 14)</p> <p>O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento promovido, e suas conexões com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ampliadas, através da Cooperação Sul-Sul e Trilateral</p>

Fonte: Plano Estratégico Global 2014-2017; Plano Estratégico Global 2018-2021; e 6º Programa de País.

Como vemos na tabela acima, o 6º Programa de País foi elaborado para contribuir com três de quatro resultados do Plano Estratégico Global 2014-2017 do UNFPA. Depois do realinhamento com o Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA, o Programa de País continuou a perseguir os mesmos três resultados que, contudo, tiveram sua redação e escopo adaptados na transição de um a outro plano global. O único resultado do Plano Estratégico Global para o qual o 6º Programa

de País não possui um resultado específico correspondente é o Resultado 3, cujo foco está na promoção da equidade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas. Embora com uma diferença no escopo, o Resultado 3 se dedica em ambos os planos globais à promoção da igualdade de gênero com foco em direitos sexuais e reprodutivos. De acordo com as entrevistas com a equipe do UNFPA, a escolha de não inserir tal resultado na matriz lógica do 6º Programa de País se deu por dois motivos. Primeiro, pela estratégia de abordar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres de modo transversal a todos os seus resultados, abordagem consonante com a de outros organismos do Sistema ONU e com o 4º e 5º Programa de País, como mostram os seus respectivos relatórios de avaliação. Segundo, pelas orientações que a sede do UNFPA deu em relação às limitações de escopo e tamanho para a elaboração do programa, o que exigiu escolhas.

Finalmente, há uma forte continuidade entre os últimos dois planos globais do UNFPA, inclusive com a manutenção do mesmo impacto. Esta continuidade permitiu uma revisão simplificada do 6º Programa de País com o objetivo de alinhá-lo ao novo marco global, sobretudo porque tal processo se deu já na passagem do primeiro para o segundo ano do plano nacional. Assim, o ponto central da revisão do 6º Programa de País se deu com a inclusão de novos indicadores no nível dos produtos e com o alinhamento dos indicadores existentes com os do novo plano global. Foram inseridos dois novos indicadores para o Produto 1 e um novo indicador para o Produto 2. Os demais indicadores foram mantidos com a mesma redação, linhas-base e metas, ajustando-se o alinhamento com os produtos do Plano Estratégico Global 2018-2021.

Q1.4 - Alinhamento com o Marco de Parceria das Nações Unidas e com o PPA

O Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável define, para o prazo de cinco anos, as bases das atividades de cooperação para o desenvolvimento que devem ser implementadas pelos fundos, agências e organismos das Nações Unidas no Brasil. No contexto da Agenda 2030, da Reforma da ONU e de uma crescente demanda pelo trabalho interagencial, o modelo do Marco de Parceria tem ganho cada vez mais importância como o enquadramento para a atuação dos organismos no Sistema ONU. No Brasil, tal capacidade se traduz pelo alinhamento com o principal documento nacional de planejamento, o Plano Plurianual – PPA, e pelo embasamento da Análise Conjunta de País. Resultado das discussões de um Retiro de Priorização Estratégica, realizado em novembro de 2015 em Brasília, a elaboração do atual Marco de Parceria contou com a participação de representantes do Sistema das Nações Unidas, do governo brasileiro, da academia, do setor privado e de organizações da sociedade civil. O Marco de Parceria 2017-2021 divide seus resultados em cinco eixos que englobam as ações acordadas pela comunidade internacional por meio dos 17 ODS. Ainda que o novo Marco de Parceria estivesse agendado para 2022, a pandemia de Covid-19 atrasou o seu processo de planejamento e, no momento de fechamento deste Relatório, a extensão do atual programa está em negociação entre o Sistema ONU e o Estado Brasileiro. Abaixo vemos que o 6º Programa de País contribuiu para a consecução dos resultados do Marco de Parceria 2017-2021 através de um conjunto de atividades compatível com as diferentes abordagens do Sistema ONU no Brasil: a mobilização institucional; o *advocacy* de prioridades convergentes; o aconselhamento na elaboração de legislação interna; o desenvolvimento de capacidades técnicas e operacionais; e a produção e gestão de conhecimento.

TABELA 06 – Alinhamento 6º Programa de País e Marco de Parceria 2017-2021

Resultados 6º Programa de País	Marco de Parceria 2017-2021
<p>Resultado 1: Saúde Sexual e Reprodutiva</p> <p>Todas as mulheres, adolescentes e jovens em todos os lugares, sobretudo aqueles mais atrasados, utilizam serviços integrados de Saúde Sexual e Reprodutiva e exercem os seus direitos reprodutivos livres de coerção, discriminação e violência</p>	<p>Resultado 1 – Eixo População -Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional</p>
<p>Resultado 2: Adolescentes e Jovens</p> <p>Todos os adolescentes e jovens, especialmente as adolescentes, estão empoderados para acessar a Saúde Sexual e Reprodutiva e os direitos reprodutivos em todos os contextos</p>	<p>Resultado 1 – Eixo População – Supracitado.</p> <p>Resultado 6 – Eixo Paz - Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas;</p>
<p>Resultado 4: Dinâmicas Populacionais</p> <p>Todas as pessoas de todos os lugares contam e são levadas em conta na consecução do desenvolvimento sustentável</p>	<p>Resultado 5 – Eixo Prosperidade - Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade;</p> <p>Resultado 7 – Eixo Parcerias - Parcerias estratégicas estabelecidas para fortalecer e promover a cooperação internacional e contribuir para a redução das desigualdades dentro e entre os países.</p>

Fonte: Marco de Parceria 2017-2021 e 6º Programa de País.

O 6º Programa de País foi elaborado para contribuir para os resultados do Marco de Parceria, o que indica um alinhamento indireto com o PPA 2016-2019. Por isso, não há o compartilhamento sistemático de indicadores entre os planos, mas vemos um alinhamento de estratégias e de resultados quando analisamos ambos os documentos em paralelo, o que fazemos na Tabela 02 do Anexo 13. Tal alinhamento perdeu intensidade com a transição do PPA 2016-2019 para o PPA 2020-2023. Uma das principais mudanças impressas pelo PPA 2020-2023 é a adoção de uma postura universalista na definição dos públicos das políticas federais, distanciando-se da identificação e tratamento diferenciado das demandas de populações específicas. A pesquisa do número de entradas de alguns termos caros ao mandato do UNFPA mostra uma mudança de foco relevante entre a Mensagem Presidencial do PPA 2016-2019 e a do PPA 2020-2023: o termo “gênero” conta com 31 entradas no documento anterior contra 0 entrada no novo; “jovens” 32 entradas contra 2; “juventude(s)” 47 entradas contra 0; por fim, “direitos humanos” 48 entradas contra 10. Por sua vez, os recursos destinados às políticas para as mulheres em nível federal estão sob uma única iniciativa – o Programa: 5034 -, os indicadores desagregados por sexo estão ausentes no PPA e o Presidente vetou o trecho que estabelecia os ODS³⁹ como a principal diretriz para a implementação do PPA. Assim, o foco do plano anterior em diversidade e direitos humanos dá lugar a um plano que centraliza a família e a infância.

³⁹ Informação disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/629391-bolsonaro-sanciona-ppa-com-veto-a-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>.

4.1.2. Questão 2 – Alinhamento com as necessidades da população

Em que medida (i) o apoio do UNFPA é adaptado em termos das várias necessidades da população, inclusive aquelas dos grupos marginalizados e vulneráveis; e (ii) em que medida o UNFPA tem garantido que as necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas sejam levadas em conta tanto no planejamento, como na implementação de todas as intervenções apoiadas pelo UNFPA no marco do Programa de País levando em conta as variações de contexto?

Q2.1 - Adaptações do Programa de País através dos Annual Work Plans

O processo de planejamento anual é feito tendo como referência estrutural o Programa de País. A análise dos *Annual Work Plans* nos permite ver que, entre os anos de 2017 e 2020, os processos de planejamento resultaram em um forte alinhamento entre as atividades propostas anualmente e os produtos, resultados e indicadores do Programa de País. Segundo as entrevistas com a equipe do UNFPA, o planejamento das atividades que conformam os *Annual Work Plans* foi realizado através da complementaridade entre reuniões internas do Escritório de País e reuniões externas das áreas programáticas com as suas principais contrapartes, sobretudo aquelas com as quais o UNFPA tem PRODOCs e MoUs assinados. Após a definição do planejamento anual, a equipe do UNFPA faz a inserção de atividades e suas metas (*milestones*) na plataforma SIS – *My Results*. Para cada indicador de produto, são definidas/os as/os oficiais responsáveis pela sua consecução, ao passo que cada uma das várias metas em que se subdividem cada indicador traz a indicação das/os oficiais e assistentes de programa por ela especificamente responsáveis. Ademais, para cada meta se indica como prazo um trimestre do ano subsequente.

Ao analisar os *Annual Work Plans* dos anos de 2017 à 2020, a Equipe de Avaliação verificou que o Escritório de País cumpriu satisfatoriamente com este processo de planejamento, tendo sido capaz tanto de estruturar o conjunto de atividades e metas do ano seguinte em alinhamento com o 6º Programa de País e os seus principais marcos normativos de referência, bem como de adaptar o planejamento para alterações nos contextos político, econômico e sanitário.

Por fim, é necessário observar que tal capacidade de adaptação também resulta de atividades e metas definidas de modo genérico e que nem sempre guardam relação direta e causal com o número reduzido de indicadores a que se referem. Enquanto boa parte das metas⁴⁰ dos *Annual Work Plans* foram definidas com clareza (*e.g. Capacitação técnica de X provedores de serviços no tema Y em parceria com a contraparte Z*), outras metas foram determinadas genericamente (*e.g. Identificação de novas oportunidades de parceria no tema X*), o que gera desafios adicionais para o monitoramento dos resultados. Ademais, há consideráveis variações de complexidade e nível entre as metas de diferentes áreas ou anos de planejamento: enquanto algumas estão redigidas como atividades (*e.g. Seminário X organizado*), outras aparecem como entregas parciais no âmbito de uma atividade (*e.g. Relatório final do projeto Y entregue*), o que cria ruídos no estabelecimento da cadeia causal que leva das atividades aos produtos. Por isso, o Programa de País se beneficiaria de um maior padronização dos graus de definição e complexidade das metas dos *Annual Work Plans*.

⁴⁰ Consideramos desnecessário quantificar qual a porcentagem de metas que são ou não são genéricas, visto que este seria um exercício custoso em termos de tempo – dado o grande volume de metas dos *Annual Work Plans* – e considerando que a questão pode ser abordada de forma qualitativa a partir de exemplos modelares de redação de cada tipo de meta – que vão entre parênteses.

Q2.2 - Não deixar ninguém para trás e alcançar primeiro os mais desfavorecidos

A Agenda 2030 colocou dois desafios imperativos para o Sistema ONU e os seus países-membro: *não deixar ninguém para trás e alcançar primeiro os mais desfavorecidos*⁴¹. *Não deixar ninguém para trás* significa não apenas alcançar os mais vulneráveis dentre os grupos mais vulneráveis, mas também identificar as causas profundas e combater a discriminação e as crescentes desigualdades entre e dentro dos países. Para tanto, é necessário olhar para além das médias e dos dados agregados e analisar as variáveis relevantes para o desenvolvimento desagregando-as em recortes populacionais. Ou seja, é preciso saber com base em evidências *quem está sendo deixado para trás*. Com isso, é possível identificar quais grupos são excluídos do desenvolvimento, enfrentam múltiplas formas de discriminação ou possuem barreiras mais graves para o acesso a direitos e serviços. A identificação desses padrões de exclusão permitirá o desenho de programas e políticas que enfrentem as causas profundas da desigualdade, garantam a participação de grupos excluídos no planejamento e execução de ações e resultem em avanços para o desenvolvimento de todos e todas – sem que *ninguém* fique para trás⁴².

Ao longo do 6º Programa de País, o UNFPA realizou significativos esforços em identificar quais são os grupos populacionais que estão sendo deixados para trás e por quê, bem como planejou e executou ações relevantes para enfrentar o problema. O Programa de País foi formulado com uma abordagem baseada em direitos humanos e com foco no diagnóstico e enfrentamento de inequidades estruturais da população brasileira. Nesse sentido, os recortes de gênero, raça e etnia são transversais a todos os produtos do Programa de País, enquanto o recorte de juventude representa um produto específico. Para além desses macro recortes, o Programa de País oferece ferramentas para que as ações alcancem os grupos populacionais que vivenciam vulnerabilidades multidimensionais ou que enfrentam barreiras mais graves para o acesso a serviços e direitos. Assim, os grandes recortes de gênero, raça e idade ganham novos contornos nos projetos e ações desenvolvidos no marco do Programa de País, como, por exemplo, população jovem vivendo com HIV ou jovens mulheres negras com maior suscetibilidade à gravidez na adolescência.

Vemos, portanto, que a estratégia do Escritório de País para que *ninguém seja deixado para trás* consiste em aproveitar duas janelas de oportunidade: por um lado, identificar demandas específicas dessas populações e preencher lacunas nos dados oficiais; por outro, dar visibilidade aos próprios grupos vulneráveis e promover a divulgação ampla e amigável de dados já existentes. Com o sucesso desta estratégia, o UNFPA foi capaz de identificar parte dos grupos populacionais que *estão sendo deixados para trás*, para, a partir daí, compreender o como e o por quê da exclusão e, assim, planejar e executar atividades para *alcançar primeiro os mais desfavorecidos*. Com base nas entrevistas e na revisão de documentos⁴³, identificamos quais os principais grupos classificados pelo UNFPA como em situação de maior vulnerabilidade no país, a saber: indígenas e minorias étnicas; afrodescendentes; jovens e adolescentes; pessoas migrantes e refugiadas; pessoas com deficiência; população LGBTQI; e outras populações, como profissionais do sexo e pessoas em situação de rua. Uma descrição pormenorizada de tais grupos se encontra no Anexo 9.

⁴¹ No original em inglês: *leave no one behind & reach the furthest behind first*.

⁴² Ver *Leaving no one behind: a UNSDG operational guide for UN Country Teams (Interim Draft – 18 March 2019)*, p.08.

⁴³ O principal documento utilizado foi o documento que a equipe do Escritório de País preparou como subsídio ao *Assessment of UNPFA's performance in addressing the principle of "leaving no one behind" as part of UNPFA's Strategic Plan*.

Com relação ao preenchimento de lacunas nos dados existentes e à identificação de demandas e necessidades de populações específicas, o UNFPA produziu ou apoiou a produção de dados quantitativos e qualitativos. Além disso, o Escritório de País trabalhou tanto junto a institutos oficiais de pesquisa, como no apoio para que organizações e coletivos das próprias populações em questão produzissem dados de qualidade. A produção de dados foi complementada com a divulgação amigável de dados já existentes, porém que eram pouco acessíveis ao público em geral ou cujo formato técnico não favorecia o uso amplo. O UNFPA também executou e apoiou ações que promoveram a visibilidade de ações, dados e pesquisas produzidos por organizações e coletivos de grupos vulneráveis. Apesar dos avanços na identificação e abordagem dos grupos populacionais que *estão sendo deixados para trás*, ainda há uma série de desafios para a transversalização da estratégia e para o monitoramento e relatoria de resultados das ações na área, sobretudo se levarmos em conta os recursos humanos e financeiros necessários para a produção robusta de dados desagregados⁴⁴.

Para *alcançar primeiro os mais desfavorecidos*, o UNFPA concentrou seus recursos humanos e financeiros nos grupos populacionais em maior vulnerabilidade ou maior barreira de acesso a direitos e serviços. Por isso, o UNFPA buscou promover o fortalecimento das capacidades institucionais e técnicas dos portadores de dever para que eles fornecessem serviços de qualidade e com abordagem de gênero, raça e direitos humanos. Ao mesmo tempo, o UNFPA trabalhou pelo fortalecimento da capacidade de *advocacy* de coletivos, redes e organizações de detentores direitos, de modo que as populações vulneráveis adquirissem melhores condições e ferramentas para buscar a garantia de seus direitos – afinal, aqueles que estão sendo deixados para trás normalmente são os grupos que não estão representados na política tradicional e possuem menor poder de influenciar o processo decisório⁴⁵.

Essa dupla estratégia é transversal aos quatro produtos do 6º Programa de País e está em consonância com três marcos normativos fundamentais do UNFPA: o Plano Estratégico Global 2018-2021, a Agenda 2030 e o Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil. Nesse sentido, o Escritório de País atuou como uma ponte entre os marcos normativos internacionais e nacionais e as necessidades das populações, sobretudo daquelas mais vulneráveis, visando a criação de capacidades e a construção de um ambiente propício para o fornecimento de serviços de qualidade e a efetivação de direitos. Soma-se a isto uma abordagem bem sucedida ao longo da execução do Programa: o foco nas populações mais vulneráveis aliado à busca pelo efeito multiplicador, como veremos no critério de Sustentabilidade.

Q2.3 - Identificação e incorporação das necessidades da população ao Programa de País

O 6º Programa de País foi planejado e tem sido executado a partir do uso de evidências provenientes tanto de instituições e estudos oficiais, como de estudos *ad hoc* produzidos pelo UNFPA. Tais evidências cumprem um papel fundamental na identificação das necessidades das populações em situação de vulnerabilidade e são complementadas por ações de comunicação institucional, pelo diálogo constante com lideranças e representantes de governos e da sociedade civil e, por fim, pela criação de estruturas de governança e participação. Além disso, a Equipe de

⁴⁴ Vale ressaltar que tais desafios não são apenas do Escritório de País e foram também identificados para o Plano Estratégico Global 2018-2021 através da iniciativa *Assessment of UNPFA's performance in addressing the principle of "leaving no one behind" as part of UNPFA's Strategic Plan 2018-2021*, na qual o Brasil foi um dos seis estudos de caso. Além do Brasil, os outros cinco estudos de caso foram Mali, Malawi, Estado Palestino, Filipinas e Turquia.

⁴⁵ Ver *Leaving no one behind: a UNSDG operational guide for UN Country Teams (Interim Draft – 18 March 2019)*, p.25.

Avaliação encontrou evidências de que as adaptações do 6º Programa de País às mudanças de contexto foram baseadas pela complementação de evidências já existentes com aquelas produzidas *ad hoc* para o embasamento do processo decisório. Outra forma de identificação e incorporação das necessidades da população ao Programa de País foi a criação de estruturas de governança e participação e pelo diálogo constante com lideranças e representantes de governos e da sociedade civil. Os parceiros entrevistados avaliaram muito bem, em geral, a qualidade do diálogo que tiveram com o UNFPA nos últimos quatro anos. Tal perspectiva é corroborada pelos resultados do Questionário para Parcerias. Como vemos na Figura 01 do Anexo 12, de um total de 69 respondentes da questão 05, 84,1% afirmaram terem sido contatados pelo UNFPA para a realização de diálogos, parcerias e convites. Destes, 39,1% foram contatados entre duas e quatro vezes e 23,2% com regularidade cotidiana. Já a questão 06 do questionário – que consta como Figura 02 do Anexo 12 – buscou captar a percepção das parcerias sobre a qualidade deste diálogo com o UNFPA, mostrando um bom resultado: de 67 respondentes, 71,6% avaliaram a comunicação direta do UNFPA como muito positiva. Numa escala de 1 a 5 em que 1 corresponde a muito negativa e 5 a muito positiva, a nota média ficou em 4,5.

Das iniciativas de governança, podemos citar a criação do Grupo Assessor da Juventude e a organização da Sala de Situação de Violência Baseada em Gênero no Nordeste, ambos espaços de participação direta de grupos populacionais identificados como vulneráveis pelo Escritório de País. As entrevistas com contrapartes mostraram que a Sala de Situação foi bem avaliada não apenas como um espaço de participação e escuta, mas também de criação e fortalecimento de redes. Ainda podemos citar a criação do Conselho Consultivo do UNFPA, grupo assessor que conta com grandes nomes da academia, da sociedade civil e do setor privado, como Luísa Trajano e Ricardo Paes de Barros. Esse grupo, contudo, só teve uma reunião. Assim, apesar de relevantes, as instâncias de participação direta ainda são bastante limitadas na atuação do UNFPA no Brasil e representam uma janela de oportunidade que poderia ser melhor utilizada.

Finalmente, vale ressaltar o relevante papel que a equipe e as estratégias de comunicação institucional têm assumido durante todo o ciclo programático. Atualmente, o Escritório de País possui uma equipe fixa de seis pessoas produzindo conteúdo de comunicação institucional e mantendo contato frequente com veículos midiáticos e com os seus pares em governos, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil. O trabalho de comunicação institucional tem fortalecido a relevância do Programa de País, com destaque para as seguintes contribuições:

- a. Auxílio na identificação de prioridades e de temas relevantes para o mandato do UNFPA;
- b. Geração de insumos para que o Programa de País seja atualizado de acordo e coetaneamente às transformações de contexto;
- c. Contribuição para consolidar e amplificar a relação com as contrapartes do Escritório de País e com os veículos da imprensa;
- d. Fomento da conscientização social nos temas do mandato do UNFPA, da Plataforma de Ação da CIPD e da Agenda 2030; e
- e. Comunicação de evidências robustas de forma amigável para o grande público.

4.2. Eficácia

Este critério visou determinar em que medida os produtos previstos no Programa de País foram alcançados e contribuíram para atingir os resultados e chegar a todos os grupos populacionais, inclusive os mais vulneráveis. O foco se deu nos objetivos: avaliar os processos de planejamento e monitoramento do Escritório de País; analisar o posicionamento estratégico do UNFPA; identificar se os resultados das intervenções beneficiaram equitativamente a grupos distintos; e avaliar o papel das parcerias para a consecução dos objetivos do Programa de País.

4.2.1. Questão 3 – Alcance dos resultados e produtos

Em que medida os produtos esperados (outputs) foram alcançados e em que medida eles contribuem para atingir os resultados esperados (outcomes)?

Q3.1 - A Teoria da Mudança

O Plano Estratégico do UNFPA 2018 – 2021 define a Teoria da Mudança para o UNFPA a nível global. O UNFPA se comprometeu a focar em três resultados transformadores: (a) acabar com as mortes maternas evitáveis; (b) acabar com a necessidade não atendida de planejamento familiar; e (c) acabar com a violência de gênero e práticas nocivas, incluindo casamento infantil. Mesmo que as atividades do UNFPA no Brasil estejam alinhadas com (TdM) do Plano Global, não houve o desenvolvimento de uma Teoria da Mudança⁴⁶ nacional e específica para o 6º Programa de País. Conforme proposto no Termo de Referência, a Equipe de Avaliação procedeu a revisão da TdM do 6º Programa de País de acordo com a sua atual configuração. Através da revisão documental e das oficinas com a equipe do UNFPA, foi possível inferir uma hipótese central para esta TdM, bem como reconstruí-la para o atual momento de execução do Programa, a saber:

O aumento na disponibilidade e uso de serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva integrados, o aumento da prioridade para adolescentes, especialmente meninas adolescentes muito jovens, nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e o fortalecimento de políticas nacionais e agendas de desenvolvimento internacionais através da integração de análises baseadas em evidências sobre Dinâmicas Populacionais irão contribuir para a consecução do acesso universal à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, reduzindo a mortalidade materna, acelerando o progresso da agenda da CIPD e melhorando a vida de adolescentes, jovens e mulheres.

Esta hipótese tem como eixo fundamental a construção de capacidades nacionais aliada à oferta de *advocacy* baseado em evidências. A estratégia para tanto se dá, por um lado, na incidência direta junto a organismos governamentais e entidades do setor privado e, por outro, em ações de fortalecimento de atores da sociedade civil para que eles tenham maior capacidade de *advocacy* e de participação no processo decisório. Como questões transversais, as inequidades estruturais de gênero, raça, etnia, idade e região informam os programas e intervenções através do uso de dados e análises robustas, levando a que o Programa de País tenha como abordagem central o combate a barreiras no acesso a serviços e direitos nas áreas de mandato do UNFPA, sobretudo em relação aos grupos populacionais mais expostos a situações de vulnerabilidade.

⁴⁶ A Teoria da Mudança apresenta as condições causais que devem existir para o alcance dos resultados. Ela também descreve, com evidências, a ligação causal entre as condições e os resultados, além de detalhar os riscos e suposições que podem impedir a ocorrência da cadeia de resultados. Além disso, a Teoria da Mudança deve incluir as barreiras críticas ou causas de raiz, que são questões sistêmicas ou estruturais que podem impedir a obtenção de resultados, mesmo quando as condições necessárias forem postas em prática.

Além do treinamento de gestores e provedores de serviços, o UNFPA produziu materiais e forneceu subsídios para informar ações e políticas de governos e entidades privadas, trazendo visibilidade para temas de seu mandato e fornecendo ferramentas e evidências para o desenho de intervenções baseadas em direitos humanos. Várias entrevistas com parceiros deram retornos positivos sobre esses materiais, destacando a robustez das evidências apresentadas, a qualidade dos projetos editoriais e a forma amigável de organização e apresentação dos dados. Além disso, o Questionário para Parcerias mostrou que a grande maioria dos 67 respondentes da Questão 14⁴⁷ (82.1%) utiliza produtos técnicos e/ou metodologias elaborados pelo UNFPA, ao passo que 20,9% afirmaram utilizá-los regularmente e 9%, sempre, como podemos ver na Figura 03 do Anexo 12. O aumento das capacidades nacionais do setor público e as ações de treinamento e *advocacy* foram complementadas pelo fortalecimento de organizações da sociedade civil e de sujeitos de direitos – sobretudo de populações vulneráveis. Esta estratégia visou dotar tais organizações e grupos de maior capacidade de incidência e participação política, de modo que contribuísse para a criação de um ambiente favorável à defesa dos seus direitos. Soma-se a isso o fornecimento direto de serviços para grupos populacionais vulneráveis, modo de engajamento minoritário do 6º Programa de País que se intensificou com a assistência humanitária.

Embora a TdM aqui reconstruída se baseie em uma cadeia lógica sólida em que as inequidades estruturais da população brasileira foram identificadas com acuidade e com base em evidências robustas, ao analisarmos o conjunto de atividades e resultados acumulados entre 2017 e 2020, vemos que a operação do UNFPA extravasou a matriz lógica do 6º Programa de País. Isso se deu tanto pela necessária adaptação às mudanças de contexto dos últimos anos, como pelo transbordamento da matriz lógica original para temas e modos de engajamento não previstos no planejamento do Programa. Por sua vez, os relatórios anuais relatam um volume de resultados maior do que aquele previsto no 6º Programa de País, em parte porque o programa é muito mais enxuto no papel do que é na prática. Isso mostra uma maior amplitude de ação do Escritório de País, porém também os desafios para que a equipe se aproprie do Programa de País como um instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação. Nesse sentido, como uma resposta ao engessamento do processo de planejamento na plataforma *SIS/My Results* – já que as atividades precisam ser definidas com bastante detalhamento e antecedência -, as metas dos produtos são genéricas e muitas vezes não correspondem diretamente às realizações listadas nos relatórios anuais, o que limita o alcance do monitoramento e avaliação do Programa.

Q3.2 - Revisão e atualização da Teoria da Mudança

Tendo em vista tal cenário, a Equipe de Avaliação realizou uma série de oficinas com o Escritório de País. O objetivo foi reconstruir a Teoria da Mudança do 6º Programa de País de modo a identificar qual a sua atual configuração. A sua reconstrução nos auxiliou a compreender como o UNFPA e as suas contrapartes responderam às mudanças de contexto e a formular recomendações factíveis para embasar o processo decisório do Fundo para o ano final deste ciclo e o planejamento do próximo Programa de País. Para compreender os desafios que o UNFPA enfrentou, a revisão começou pela elaboração de uma linha do tempo identificando os marcos que impactaram as premissas e a implementação do 6º Programa de País entre 2017 e 2019.

⁴⁷ Com que frequência a sua instituição utiliza produtos técnicos e/ou metodologias elaborados pelo UNFPA?

Da análise da implementação efetiva do 6º Programa de País, chegamos a uma versão ajustada da Teoria da Mudança do UNFPA no Brasil de forma participativa com a equipe do Escritório de País, o que compreendeu a elaboração da árvore de soluções, das principais estratégias de engajamento do UNFPA e a identificação dos grupos-alvo para cada estratégia. De acordo com a Teoria da Mudança reconstituída, quatro áreas de resultados servem como caminhos-chave para a obtenção do impacto previsto, a saber: (i) Saúde Sexual e Reprodutiva; (ii) Adolescentes e Jovens; (iii) Dinâmicas Populacionais; e (iv) Assistência Humanitária. Para atingir o impacto, o UNFPA usa várias modalidades e estratégias, que compreendem os seguintes modos de engajamento: desenvolvimento de capacidades; *advocacy* e diálogo sobre políticas; prospecção e promoção de parcerias (Cooperação Sul-Sul e Trilateral); assistência técnica e gestão do conhecimento; e comunicação estratégica e conscientização social. Estas podem ser identificadas em cor laranja na imagem acima para cada um dos produtos e resultados.

- a. **Desenvolvimento de capacidades:** Atendendo ao Plano Estratégico Global do UNFPA esta é a principal estratégia de engajamento para países enquadrados no quadrante rosa, como é o caso de Brasil. São as intervenções pelas quais as habilidades das pessoas, sistemas organizacionais, ferramentas, recursos e conhecimento são fortalecidos, criados, adaptados, mobilizados, implementados e mantidos ao longo do tempo para alcançar resultados, inclusive em ambientes humanitários. Dada a hierarquia de necessidades, existem três níveis de desenvolvimento de capacidades: (i) individual; (ii) organizacional; e (iii) ambiente propício;
- a. **Advocacy e diálogo político:** Interação direta do escritório do UNFPA com legisladores, Poder Executivo e Poder Judiciário, assim como níveis técnicos das políticas públicas nos níveis federal, estadual e local, além de outros atores-chave para o desenvolvimento, melhoria, reforma e monitoramento de políticas, legislação, estratégias, planos, orçamentos e programas;
- c. **Comunicação:** Mulheres, jovens e adolescentes receberam informações sobre direitos, serviços e produtos e sobre como utilizá-los. Frequentemente, isso envolve informações e /ou campanhas de comunicação de mudança social e de comportamento, juntamente com a educação sexual; e
- d. **Prospecção e promoção de parcerias:** As parcerias e a cooperação, especialmente a Cooperação Sul-Sul e Trilateral para este Programa de País, envolveram a construção de conexões, alianças e redes estratégicas entre as partes interessadas e a troca de conhecimentos, soluções e inovações.

Na implementação do 6º Programa de País no Brasil, identificam-se tanto abordagens *upstream* (políticas e regulações), como *downstream* (operacionais no âmbito local e comunitário). O Brasil está classificado como um país de rendimento médio-alto (*Upper-middle income*). O UNFPA tem implementado o 6º Programa de País mesclando estratégias focalizadas na abogagem *upstream*, geralmente por meio de uma combinação de políticas e programas de *advocacy*, bem como intervenções através de projetos piloto ou *fundos semente* a serem ampliados (*scaling up*), visando mudanças institucionais e comportamentais na sociedade para melhores resultados de desenvolvimento. O Programa foi projetado para criar um ambiente propício por meio do apoio a políticas e programas adequados, a geração de evidências, a promoção da Cooperação Sul-Sul e Trilateral e a capacitação das instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Por outro lado, diferentes projetos foram implementados no nível local, prioritariamente nas regiões Norte e Nordeste do país, para responder e engajar parceiros para identificar soluções a serem replicadas ou escalonadas. Ademais, o trabalho local foi ampliado após a resposta à crise humanitária dos migrantes e refugiados venezuelanos.

Ainda que o UNFPA busque resultados objetivos no Brasil - a exemplo de que todos os partos sejam seguros, todas as gravidezes planejadas e toda pessoa jovem alcance seu potencial -, a obtenção de resultados de escala geralmente não é possível no prazo de cinco anos, pelo que se torna inviável avaliar tal nível de resultados no quadro do atual Programa de País. Mesmo assim, a implementação de um projeto piloto precisa gerar apropriação tanto em nível central como local,

ser acompanhada por uma estratégia de *advocacy* de alto nível e se basear na capacitação para assegurar a sustentabilidade e a adesão institucional. Alcançar resultados em larga escala é um investimento de longo prazo. Envolver parceiros estratégicos, incluindo o setor privado, o governo e a sociedade civil pode acelerar os resultados, mas, ao mesmo tempo, envolve a construção de parcerias e a criação de relações de confiança, o que por certo consome tempo e recursos. Por conseguinte, as principais estratégias para alcançar a sustentabilidade futura das intervenções da agenda definida no 6º Programa de Países têm sido tanto o desenvolvimento de capacidades institucionais e comunitárias, como o *advocacy*. Dentre as capacidades do setor público nacional para a consecução de políticas públicas, de acordo com funcionários do UNFPA Brasil, as principais lacunas são:

- Compreensão da realidade local na formulação de políticas (abordagens de cima para baixo);
- Falta de sistemas robustos de monitoramento e avaliação e uso de dados para basear as políticas públicas em evidências; e
- O orçamento público nacional não é suficiente para a prestação de serviços;
- Falta de infraestrutura, commodities e equipamentos; e
- Alta rotatividade de profissionais na prestação de serviços.

O modelo de negócios do UNFPA indica que os contextos do quadrante rosa em que está o Brasil devem se concentrar no desenvolvimento de capacidades no nível do ambiente favorável⁴⁸ por meio de diagnósticos e análises de capacidade setorial, multissetorial e sistêmica de ponta para identificar os principais desafios e fornecer soluções para a realização e preservação dos ganhos de desenvolvimento. De acordo com o mapeamento das atividades de desenvolvimento de capacidades, respectivamente, 47,9% focam no ambiente institucional, 45% na criação de um ambiente favorável e 36,6% no nível individual. Dessa forma, a partir de uma análise da Teoria da Mudança é possível interpretar os esforços feitos pelo UNFPA Brasil para fornecer dados e construir evidências nas áreas de seu mandato, bem como para executar atividades de *advocacy* ou mobilização de recursos para fortalecer a oferta de serviços. Por sua vez, aumentar as capacidades para a formulação políticas com uma abordagem adequada às realidades locais é especialmente crítico para cumprir a promessa de *não deixar ninguém para trás*. Um exemplo que evidencia essa direção é o grande esforço que o Fundo tem feito com os parceiros governamentais e a sociedade civil, desenvolvendo formações e iniciativas de capacitação com equipes técnicas. Os parceiros implementadores foram orientados para melhorar a gestão de recursos, a prestação de serviços de melhor qualidade e treinados para desenvolver um melhor planejamento e M&A de políticas públicas.

Neste mesmo âmbito de estratégias de capacitação para a sustentabilidade das políticas, destaca-se o trabalho feito para a melhoria de dados e evidências. O UNFPA no país visa ampliar a produção e o uso de dados e informações como evidências para políticas públicas e processos decisórios. Uma frutífera parceria ajudou o país a compartilhar o sistema eletrônico de Censo brasileiro com países africanos. Além disso, continuou-se o apoio a parceiros nacionais para melhor disponibilização de dados aos gestores públicos e à sociedade em geral. Com o Governo Federal, o UNFPA também trabalhou na área de interpretação dos dados, fortalecendo o uso de evidências sobre Dinâmicas Populacionais. Outros temas relevantes foram a compreensão dos principais conceitos e tendências da dinâmica populacional brasileira e a análise de indicadores sociais selecionados, considerando sua relação e importância para o diagnóstico e formulação de

⁴⁸ Ver *Global Strategic Plan 2018-2021, Annex 4 – Business Model*, p.10.

políticas públicas. Também foram capacitados e sensibilizados gestores de governos locais para as inter-relações entre população e desenvolvimento sustentável, enfatizando as novas dinâmicas do crescimento populacional, trabalho e as migrações internas e internacionais.

O Brasil reconhece que a juventude é um grupo populacional importante, sendo necessário priorizar políticas e olhar para ela de uma forma estratégica. Trabalhou-se uma estratégia para fortalecer a articulação e incidência política de jovens indígenas, de organizações da sociedade civil e a capacitação de jovens lideranças para elaboração de projetos de enfrentamento às violências de gênero. Finalmente, a fragilidade das políticas públicas nos níveis nacional e local para prevenir, mitigar e responder à VBG e às necessidades de SSR em situações de emergência provocou intervenções do UNFPA para fortalecer os sistemas nacional e local, sendo Roraima a UF com maior índice de violência contra mulheres e feminicídio do Brasil, o que afeta significativamente os serviços de proteção e saúde, incluindo respostas em saúde mental e de apoio psicossocial.

Em termos de criação de um ambiente favorável, o mapeamento das atividades de desenvolvimento de capacidades realizado pela Equipe de Avaliação coletou dados sobre o número de vezes em que uma avaliação anterior e subsequente foi realizada. Do total de atividades de desenvolvimento de capacidades (70 para o período sob avaliação), 71% (50 atividades) foram avaliadas, enquanto 29% (20 atividades) não foram avaliadas. Verificou-se que não existe uma estratégia abrangente e horizontal de desenvolvimento de capacidades para as diferentes áreas programáticas, ainda que de forma não estruturada existam exercícios de cooperação entre as áreas. Com relação ao nível de cooperação com outras agências das Nações Unidas na implementação coordenada de estratégias de desenvolvimento de capacidades e *advocacy*, observa-se um nível moderado. 62,5% da equipe do UNFPA afirmou que realiza ações de treinamento e *advocacy* em conjunto com outras agências das Nações Unidas, enquanto 37,5% não realiza nenhum tipo de ação desse tipo, conforme vemos na Figura 04 do Anexo 12. Como explicado previamente, várias são as premissas que sustentam a Teoria da Mudança do 6º Programa de País, cuja revisão identifica vários pressupostos para a obtenção dos resultados, muitos deles relacionados com o compromisso e a capacidade das principais partes interessadas, bem como com a existência de um entendimento comum entre os parceiros sobre a natureza e os aspectos subjacentes do Programa. A maioria das premissas identificadas foram consideradas relevantes pela equipe do UNFPA e podem ser consultadas na Figura 05 do Anexo 12. Delas, destacamos: as crises humanitárias não sobrecarregam a capacidade de resposta; o apoio político para enfrentar a desigualdade e o mandato do UNFPA permanecem fortes; as metas de mobilização de recursos do Escritório de País são alcançadas; e a parcela de recursos “regulares” e “outros” permanece conforme o planejado. Finalmente, como resultado da revisão documental, das entrevistas e da resposta ao questionário com a equipe do UNFPA, sistematizamos a visão dos parceiros na Tabela 03 do Anexo 13.

Q3.3 - Nível dos resultados

Veremos ao longo desta seção que as metas alcançadas no nível dos produtos do 6º Programa de País estão em consonância com o nível dos resultados, o que nos permite afirmar que os produtos contribuem para a consecução dos resultados esperados, havendo uma cadeia causal entre um e outro nível. O já abordado alinhamento com as estratégias e objetivos do Plano Estratégico Global 2018-2021 contribuem positivamente para o estabelecimento deste nexos causal entre o nível dos produtos e o dos resultados. Fica evidente que os produtos alcançados ao longo do 6º Programa de País contribuem para o nível dos resultados, como exposto abaixo:

- No **Resultado 1**, o aumento do acesso ao DIU e outros métodos contraceptivos, os projetos que buscam superar barreiras de acesso a serviços – como o Saúde das Manas –, as ações de *advocacy* e capacitação técnica – como as parcerias com o Sesc, o Governo do Estado da Bahia e a Itaipu Binacional –, a relação estreita com o Ministério da Saúde e as muitas publicações e eventos que geraram evidências no tema de Saúde Sexual e Reprodutiva mostram que o UNFPA logrou aumentar a disponibilidade e uso de serviços de SSR integrados como planejamento familiar, saúde materna e HIV, abordando as inequidades de acesso;
- No **Resultado 2**, iniciativas como o Selo Chega Mais, o projeto em parceria com a Itaipu Binacional, o projeto *#borasaber*, o apoio à Juventude indígena e a criação de espaços de participação política e capacitação de jovens demonstram que houve aumento da prioridade para adolescentes, especialmente meninas adolescentes muito jovens, nas políticas e programas de desenvolvimento nacional, particularmente o aumento na disponibilidade de educação integral para a sexualidade e SSR; e
- No **Resultado 4**, a inclusão de quesito étnico-racial para população quilombola no próximo Censo Demográfico, o apoio técnico e institucional ao IBGE e à ENAP, os cursos para gestores públicos, os projetos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral executados e as publicações e seminários realizados através de parcerias diversas efetivamente contribuíram para que políticas nacionais e agendas de desenvolvimento internacionais fossem fortalecidas através da integração de análises baseadas em evidências sobre Dinâmicas Populacionais e as suas ligações com o desenvolvimento sustentável, Saúde Sexual e Reprodutiva e direitos reprodutivos, HIV e igualdade de gênero.

Os exemplos acima citados, longe de representarem a totalidade dos produtos gerados pelo 6º Programa de País, nos ajudam a visualizar o nexo causal entre o nível dos produtos e o dos resultados. Quanto a esta questão, a Equipe de Avaliação encontrou fortes indícios de que o Escritório de País tem obtido sucesso na contribuição para os resultados do UNFPA em nível global. Embora o nexo causal seja evidente, o desafio reside na escala dos resultados e na capacidade do Escritório de País em monitorá-los. Cabe lembrar que o Brasil está localizado no quadrante rosa da classificação global do UNFPA, o que significa que, fora do âmbito da assistência humanitária, a entrega de serviços na ponta não é um modo de engajamento prioritário, tornando-se estratégia fundamental o aumento das capacidades nacionais e a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável. Neste cenário, tornam-se estratégias pilares a busca pelo efeito multiplicador, o *advocacy* baseado em evidências junto aos tomadores de decisão e a execução e sistematização de iniciativas piloto com potencial de escalonamento.

Todos esses fatores criam obstáculos para que os produtos do 6º Programa de País influenciem o acesso a serviços e a direitos a ponto de que sua escala tenha efeitos visíveis nos indicadores nacionais. Vemos que o Escritório de País buscou estratégias para ganhar escala nos resultados: o *advocacy* junto a parceiros com poder de ação nacional – como o Ministério da Saúde, o Sesc, o IBGE, a ENAP e a FioCruz; a criação de iniciativas piloto e a busca por inovações, como mostram a parceria com a ENAP e o projeto Saúde das Manas; e a identificação de oportunidades de preencher grandes lacunas nas políticas públicas, como as ações para o aumento do uso do DIU como método contraceptivo, potencializadas pelo alto estoque do dispositivo no SUS e a estrutura de atendimento para a sua inserção distribuída por todo o território nacional.

Ainda assim, o Escritório de País encontra desafios para o alcance de resultados em escala nacional. Por mais que mudanças de contexto tenham contribuído para tanto – como o insucesso na execução de um projeto de larga escala com o Ministério da Saúde –, a distribuição de intervenções em um número relativamente alto de temas, territórios e sujeitos de direitos faz com que os resultados fiquem pulverizados em iniciativas de pequeno porte. Por sua vez, embora algumas dessas iniciativas tenham evidente potencial de escalonamento, falta ao Escritório de País uma estratégia mais concreta de sistematização e disseminação de boas práticas.

Outra questão relevante é que o sistema de monitoramento do UNFPA enfrenta alguns desafios para monitorar os indicadores e as consequências não esperadas das intervenções do Programa de País no nível dos resultados. Os indicadores de resultados do 6º Programa de País têm sido individualmente monitorados ao longo da execução do plano pelos oficiais de programa, porém não há um sistema unificado para tanto. Por um lado, isso é consequência de um alinhamento com a estratégia global do UNFPA. Como aponta o Anexo 1 do Plano Estratégico Global 2018-2021⁴⁹, os indicadores de impacto e de resultados do UNFPA são principalmente medidos através de questionários de grande escala realizados em intervalos de quatro a cinco anos ou através de outros métodos de coleta de dados, tais como revisões dos registros dos programas. Esses indicadores medem fenômenos que, em geral, não sofrem alterações significativas anualmente. Por conseguinte, foram estabelecidas metas para os indicadores de resultados e impacto para o fim do plano estratégico (2021) e para 2030, ano limite dos ODS. Neste nível global de resultados, o monitoramento é feito pela Divisão Técnica do UNFPA e outros setores da ONU responsáveis pela coleta e análise de dados. Uma parte desses indicadores é publicada no Relatório da Situação da População Mundial, publicação anual do UNFPA que analisa a evolução dos temas de seu mandato desde 1978 – e na qual é publicado anualmente o indicador do Resultado 1 do 6º Programa de País – Taxa de Prevalência de Contraceptivos.

Por sua vez, o *SIS/My Results*, plataforma em que a equipe insere os dados dos relatórios anuais e monitora os indicadores do nível dos produtos, não possui espaço para o monitoramento dos indicadores de resultados (*outcomes* e impacto), o que constitui uma barreira para o monitoramento unificado de tais indicadores. Embora o Escritório de País não possua um sistema unificado de monitoramento, diversas publicações e ações de *advocacy* trazem dados e análises que são relevantes para a mensuração do impacto dos produtos do UNFPA nos indicadores nacionais. As entrevistas com os oficiais de programas mostraram que o conhecimento técnico sobre os temas e indicadores de suas áreas é um ativo fundamental na relação com parceiros, ao passo que muitas entrevistas com parceiros destacaram a qualidade dos aportes técnicos trazidos pela equipe do UNFPA aos seus projetos e políticas. Isso mostra que os oficiais de programa acompanham em base cotidiana a evolução dos principais indicadores e tendências de sua área. Finalmente, o monitoramento e mensuração de resultados do trabalho de *advocacy* com órgãos governamentais é desafiador. Embora nos casos em que o *advocacy* resulta em projetos concretos seja fácil enxergar a relação de causa e efeito, boa parte desse tipo de trabalho tem resultados difusos em reuniões, capacitações e produtos técnicos que não são monitorados em base cotidiana. Por sua vez, as entrevistas com parceiros deram um retorno muito positivo sobre a atuação do UNFPA no *advocacy* e geração de evidências nos temas de mandato do Fundo.

Q3.4 - Nível dos Produtos

Abaixo analisamos o grau de eficácia dos quatro produtos do 6º Programa de País. Para cada produto, apresentamos uma tabela com a performance dos seus indicadores ano a ano, seguida de uma análise tanto do desempenho do produto, como da eficácia dos indicadores em monitorar os avanços do plano. A análise dos indicadores tem como base a ferramenta SMART⁵⁰. A conclusão se dá com uma seção em que apresentamos as contribuições para a mudança de cada produto, levando em conta tanto o seu planejamento, como as adaptações ao contexto. Cumpre

⁴⁹ UNFPA Global Strategic Plan 2018-2021, Annex 1, p.05.

⁵⁰ A ferramenta SMART permite analisar se um indicador é específico (S – do inglês specific), mensurável (M), atingível (A), relevante (R) e temporal (T), assim como as orientações do documento *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluation – Towards UNEG Guidance.s*

dizer que o UNFPA atingiu as metas estipuladas em seu planejamento para todos os indicadores de todos os produtos, tendo superado consideravelmente as metas em alguns casos. Finalmente, no Anexo 7 apresentamos os principais resultados atingidos sob cada modo de engajamento dos produtos do 6º Programa de País entre os anos de 2017 e 2020, bem como os resultados da resposta à pandemia de Covid-19, oferecendo informações detalhadas sobre a operação do Fundo no país.

Resultado 1 – Produto 1

Programas e políticas de Saúde Sexual e Reprodutiva fortalecidos para prover serviços de qualidade nos níveis nacional e subnacional, alinhados com abordagens culturalmente sensíveis baseadas em direitos humanos, gênero, raça e idade, particularmente focados nos grupos mais vulneráveis.

TABELA 07 – Desempenho dos indicadores do Produto 1

Produto 1	Programas e políticas de saúde sexual e reprodutiva fortalecidos para prover serviços de qualidade nos níveis nacional e subnacional, alinhados com abordagens culturalmente sensíveis baseadas em direitos humanos, gênero, raça e idade, particularmente focados nos grupos mais vulneráveis.												
Indicador	Tipo	Linha Base	Ano	Meta 2021	TGT 2017	2017	TGT 2018	2018	TGT 2019	2019	TGT 2020	2020	% TGT MET
1. Número de políticas, planos e programas de saúde sexual e reprodutiva apoiados pelo UNFPA que incorporem abordagens culturalmente sensíveis baseadas em direitos humanos, gênero, raça e idade.	AC	2	2016	10	13	31	9	11	13	14	16	17	106,25
2. Número de redes e organizações de base comunitária apoiados pelo UNFPA que defendam o cumprimento dos direitos humanos, incluindo direitos sexuais e reprodutivos.	AC	10	2016	22	4	7	35	35	38	43	47	61	129,79
3. Número de prestadores de serviços de saúde treinados como treinadores durante o ano sobre o pacote mínimo de serviços iniciais com apoio do UNFPA cobrindo todas as seguintes áreas: i) visão geral e coordenação do MISP, ii) violência sexual e baseada em gênero, iii) HIV e DSTs, iv) SSR adolescente, v) saúde materna e planejamento familiar e vi) planejamento de ação	SM	10	2017	220	n.a.	n.a.	20	150	200	483	550	453	141,04
4. Número de gestores de serviços de saúde treinados como treinadores durante o ano sobre o pacote mínimo de serviços iniciais com apoio do UNFPA cobrindo todas as seguintes áreas: i) visão geral e coordenação do MISP, ii) violência sexual e baseada em gênero, iii) HIV e DSTs, iv) SSR adolescente, v) saúde materna e planejamento familiar e vi) planejamento de ação	SM	2	2017	45	n.a.	n.a.	5	25	35	300	350	115	112,82

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais do 6º Programa de País. (AC=acumulativo; SM=soma)

O Produto 1 apresentou uma estratégia alinhada com a do 6º Programa de País e com o Plano Estratégico Global 2018-2021. Por um lado, as atividades sob este produto visaram gerar evidências e capacitar detentores de deveres para que fornecessem serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva de qualidade e formulassem políticas e programas com perspectiva de gênero, raça, idade e direitos humanos. Assim, o treinamento de gestores e provedores de serviços se mostrou uma estratégia central, sobretudo após o alinhamento com o Plano Estratégico Global 2018-2021, o que levou à inclusão dos indicadores 3 e 4 da tabela acima. Por outro lado, as atividades buscaram fortalecer os detentores de direitos para incrementar a sua capacidade de incidir no processo decisório e garantir a efetivação de seus direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva.

Como vemos na tabela acima, a performance dos indicadores do Produto 1 foi amplamente satisfatória, sendo que as metas foram superadas e, no caso dos indicadores 2 e 3, consideravelmente superadas - 29,79% e 41,04%, respectivamente. Mesmo assim, mudanças de governo, de prioridades e de equipe em ministérios e secretarias ocasionaram retrocessos e atrasos na execução de projetos e programas, limitando o alcance dos resultados da área.

Em geral, o conjunto de indicadores do Produto 1 é relevante para medir os principais resultados da área e está no nível adequado de complexidade para este nível de resultados. No entanto, algumas ressalvas devem ser feitas:

- a. O nível de complexidade do primeiro indicador está acima daquele dos produtos, já que não depende exclusivamente do Escritório de País para ser atingido, embora os efeitos das atividades do Escritório de País ainda possam ser observados neste nível;
- b. Não há nenhum indicador capaz de medir uma dimensão relevante do trabalho que o Escritório de País desenvolveu sob o Produto 1, que é a produção, sistematização e disseminação de evidências e os seus potenciais efeitos na construção de um ambiente institucional propício à formulação e execução de políticas de Saúde Sexual e Reprodutiva mais inclusivas; e

Os indicadores poderiam se beneficiar de uma abordagem de gênero, raça, etnia e idade mais aprofundada. No caso do segundo indicador, poderia haver desagregação em termos da área de atuação das redes e organizações, de modo a que o Escritório de País possa monitorar quão diversos são as/os beneficiárias/os do produto. Já com relação ao terceiro e o quarto indicadores, poderia haver desagregação de gênero, raça e etnia para os profissionais treinados.

Contribuições para a mudança

As estratégias para as atividades do Produto 1 tiveram como abordagem principal a desigualdade que existe sob a média dos indicadores de Saúde Sexual e Reprodutiva em termos de gênero, raça, etnia, idade e região. Como apontado no Capítulo 2, quando desagregados os dados de indicadores como mortalidade materna e gravidez na adolescência, vemos diferenças substanciais entre o acesso a direitos e serviços entre distintos grupos populacionais.

Tendo em vista tal fenômeno, as atividades do Produto 1 tiveram como foco concentrar recursos e esforços em grupos prioritários, buscando identificar e enfrentar barreiras de acesso aos serviços e aos insumos e métodos de planejamento reprodutivo. Nesse sentido, cabe destaque aos esforços para fortalecer as e os jovens como usuários dos serviços de saúde, o recorte substancial de gênero e raça no desenho dos projetos e o atendimento de demandas de Saúde Sexual e Reprodutiva de mulheres migrantes e refugiadas, mulheres em situação de rua ou habitantes de áreas em que se observam vazios assistências nos serviços públicos.

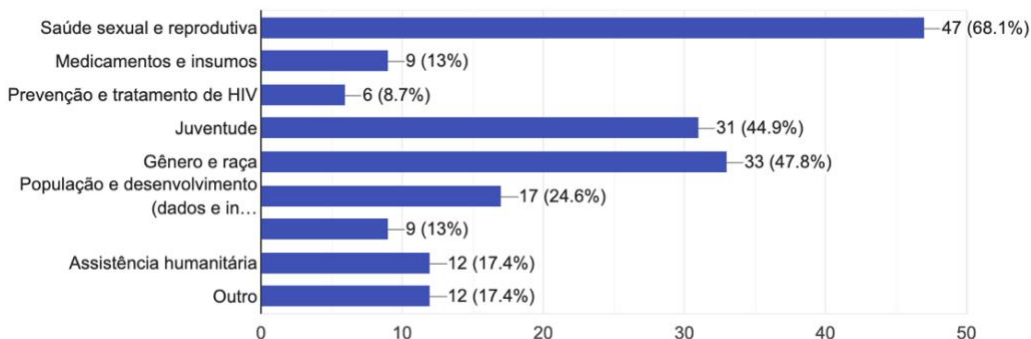
É interessante observar que a área de Saúde Sexual e Reprodutiva é estruturante da ação do Escritório de País, de modo que atividades de outras áreas programáticas muitas vezes dialogam

com o tema. Nesse sentido, um dado levantado pelo questionário aplicado às parcerias do UNFPA aponta que a área de Saúde Sexual e Reprodutiva representa a maioria das relações de cooperação e diálogo do UNFPA com as suas contrapartes.

FIGURA 09 – Resposta à questão 4 do Questionário para Parcerias

4. Quais são as principais áreas de cooperação ou diálogo da sua instituição com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)? É possível escolher QUANTAS ALTERNATIVAS FOR NECESSÁRIO e caso uma delas seja OUTRO, favor especificar por escrito qual.

69 respostas



Levando em conta que a questão permitia múltiplas respostas, vemos que 68,1% dos respondentes apontou a área de Saúde Sexual e Reprodutiva e 13% apontaram o tema correlato de medicamentos e insumos como principais áreas de cooperação ou diálogo com o UNFPA. Tais dados nos indicam tanto o alcance dos resultados do Produto 1, como a relevância dessa dimensão do mandato do UNFPA na relação com as suas contrapartes nacionais.

Outro ponto relevante é que o UNFPA se valeu de parcerias estratégicas ao longo da execução do 6º Programa de País, buscando o trabalho em agendas convergentes e o fortalecimento de capacidades entre os parceiros. Nesse sentido, foi recorrente nas entrevistas com profissionais treinados pelo UNFPA o reconhecimento da qualidade técnica do treinamento, assim como a capacidade do Fundo em conectar questões técnicas com a promoção de direitos humanos e a inclusão dos recortes específicos como gênero, raça e idade. Além disso, muitos gestores e provedores de serviços relataram o uso de publicações e materiais desenvolvidos pelo UNFPA, sobretudo pela forma acessível com que os materiais apresentam questões complexas e evidências.

É também no campo das parcerias estratégicas que pudemos identificar um dos principais desafios da área. Mudanças nas equipes e prioridades de novos governos levaram a que acordos e parcerias firmadas tivessem resultados limitados e retrocessos. Em 2018, por exemplo, o UNFPA conseguiu mobilizar a soma inédita de USD 12.838.571,00 para a área⁵¹, sendo que a maior parte do valor resultava de um projeto com o Ministério da Saúde no tema de assistência farmacêutica. Até o fechamento deste Relatório Final, no entanto, o acordo não havia sido executado e há sérias dificuldades para que seja viabilizado no atual contexto. Problemas similares ocorreram nos acordos com o próprio Ministério da Saúde, o Governo do Distrito Federal, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e com a Itaipu Binacional, gerando retrocessos e descontinuidades nos projetos do Produto 1. Ainda que tais retrocessos tenham sido ocasionados

⁵¹ Informação disponível no Relatório Anual de 2018.

por fatores diversos, uma análise de riscos mais robusta se faz necessária para o futuro, sobretudo em um contexto de crise sanitária e crescente instabilidade político-administrativa.

Resultado 2 – Produto 2

Programas e políticas nacionais fortalecidos pela incorporação de direitos humanos e necessidades de adolescentes e jovens nos níveis nacional e subnacional, através da igualdade de gênero e de abordagens culturalmente sensíveis, particularmente para meninas, afrodescendentes e populações jovens em situação de vulnerabilidade.

TABELA 08 – Desempenho dos indicadores do Produto 2

Produto 2		Programas e políticas nacionais fortalecidos pela incorporação de direitos humanos e necessidades de adolescentes e jovens nos níveis nacional e subnacional, através da igualdade de gênero e de abordagens culturalmente sensíveis, particularmente para meninas, afrodescendentes e populações jovens em situação de vulnerabilidade											
Indicador	Tipo	Linha Base	Ano	Meta 2021	TGT 2017	2017	TGT 2018	2018	TGT 2019	2019	TGT 2020	2020	% TGT MET
1. Número de redes de jovens e organizações da sociedade civil apoiados pelo UNFPA que promovam plataformas participativas para acompanhar políticas, planos e programas voltados para os direitos e necessidades de adolescentes e jovens	AC	5	2016	15	7	7	10	10	12	24	26	39	150
2. Número de iniciativas, planos e programas apoiados pelo UNFPA em educação integral para a sexualidade e habilidades para a vida implementadas pelo governo e por organizações não governamentais, alinhadas com os padrões internacionais	AC	4	2016	15	6	7	10	10	12	13	15	16	106,67
3. Número de meninas marginalizadas que são alcançadas por programas de habilidades de vida que desenvolvem seus potenciais de saúde, social e econômico	SM	0	2017	200	n.a.	n.a.	15	76	200	1030	250	925	436,77

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais do 6º Programa de País. (AC=acumulativo; SM=soma)

De modo similar aos outros produtos e em consonância com o Plano Estratégico Global 2018-2021, o Produto 2 adotou a dupla estratégia de capacitação de portadores de dever para a entrega de serviços de qualidade e o fortalecimento de detentores de direitos para a sua maior participação no processo decisório. No entanto, enquanto as atividades dos outros resultados tiveram um maior peso na capacitação dos portadores de dever, no Produto 2 vemos uma concentração das atividades no fortalecimento dos detentores de direitos. A própria escolha dos indicadores vai nesta direção, já que dois dos três indicadores do produto dizem respeito ao segundo grupo: redes de jovens e organizações da sociedade civil no caso do primeiro indicador e meninas marginalizadas no terceiro. Além disso, o 6º Programa de País teve como estratégia expandir o número de organizações e redes de jovens apoiadas pelo UNFPA.

Como pode ser observado na tabela acima, a performance dos indicadores do Produto 2 foi amplamente satisfatória, sendo que as metas foram superadas e, no caso dos indicadores 1 e 3, consideravelmente superadas – 50,00% e 336,37%, respectivamente. Caso tais indicadores – ou similares – sejam mantidos para o próximo Programa de País, será bem-vinda uma análise sobre a definição de metas mais altas. Em geral, o conjunto de indicadores do Produto 2 é eficaz para medir os principais resultados da área e está no nível adequado de complexidade para este nível de resultados. Mesmo assim, mudanças de governo, de prioridades e de equipe em ministérios e secretarias ocasionaram retrocessos e atrasos na execução de projetos e programas, limitando o alcance dos resultados da área, o que, no entanto, não foi captado pelos indicadores. Por isso, fazem-se relevantes os seguintes comentários e ressalvas:

- a. Ao longo dos Relatórios Anuais, o primeiro indicador foi eficaz em medir o efeito do apoio do UNFPA para o fortalecimento institucional de redes e organizações de jovens, bem como do aumento da capacidade de tais coletivos para o monitoramento de políticas e programas;
- b. Já o segundo indicador, embora aborde temáticas relevantes para o Programa de País (educação sexual e habilidades para a vida), apresenta dois problemas. Primeiro, está acima do nível de complexidade dos produtos, já que a implementação de planos e programas por outros atores está além da capacidade exclusiva do UNFPA, mesmo que ainda seja possível vislumbrar aí a relevância de seu apoio. Outro problema é que não há clareza de quem são os sujeitos portadores de dever, já que o indicador tem como objetivo reportar resultados tanto de governos, como de organizações não governamentais. Ao longo dos Relatórios Anuais de 2017 a 2020, mesclam-se sob este indicador iniciativas em parceria com governos, organizações da sociedade civil e mesmo levadas a cabo pelo próprio Escritório de País. Com isso, o indicador perde sua capacidade de medir um elemento imprescindível do 6º Programa de País, que é o aumento da capacidade institucional de governos em formularem políticas públicas sensíveis aos temas de mandato do UNFPA e fornecerem serviços de qualidade. Além disso, o paulatino afastamento de governos de uma agenda de juventude pautada pela diversidade e direitos humanos, identificada nos Relatórios Anuais no campo dedicado ao relato de desafios, acaba não sendo captada por este indicador, já que, numericamente, a queda nos resultados em parceria com o governo foi compensada por outras iniciativas;
- c. Por fim, o terceiro indicador foi agregado ao Programa após o alinhamento com o Plano Estratégico Global 2018-2021. Sua inclusão foi importante para monitorar e mensurar um âmbito fundamental dos resultados do Produto 2, que é o empoderamento dos jovens enquanto sujeitos com habilidades para demandar e usufruir direitos, tornando-se protagonistas de suas vidas. Assim, este indicador complementa o primeiro, cujo foco está nos sujeitos coletivos – organizações da sociedade civil e redes de jovens. Ademais, o indicador traz um relevante recorte de gênero para o monitoramento do Produto 2, já que tem foco exclusivo em meninas marginalizadas. No entanto, os resultados alcançados em atividades com meninos ficaram invisibilizados. Talvez valesse ampliar o foco para meninas e meninos, desde que os resultados do indicador sejam desagregados por gênero e, preferencialmente, também por raça e etnia.

Contribuições para a mudança

O 6º Programa de País abordou a questão da juventude através do prisma da diversidade e tendo como elemento central a perspectiva de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos. Para tanto, as intervenções do Produto 2 levaram em conta as interseccionalidades de gênero, raça e etnia para criar espaços de participação diversos e promover o acesso a serviços – sobretudo de Saúde Sexual e Reprodutiva. As iniciativas do Produto 2 olharam para jovens como sujeitos de direitos que devem participar dos processos decisórios que os e as afetam. Assim, os projetos que tiveram como parceiros os portadores de dever apresentaram foco na juventude como um público usuário dos serviços públicos. De modo complementar, as ações voltadas para os detentores de direitos buscaram criar espaços de troca de experiências em que jovens encontraram oportunidades de capacitação e ferramentas para a criação e expansão de redes. Nas entrevistas realizadas com jovens, foi recorrente o reconhecimento das iniciativas do UNFPA como processos de formação

que foram fundamentais para as trajetórias pessoais dos e das participantes, tanto em termos de capacitação, como de expansão de redes e troca de experiências.

A principal estratégia do Produto 2 foi a construção de canais de diálogo direto com os sujeitos da juventude, buscando criar ferramentas para que jovens sejam protagonistas de suas trajetórias. Além disso, as ações e campanhas de comunicação foram uma estratégia importante tanto para a disseminação de evidências, como para a oferta a jovens de informações sobre direitos, SSR e habilidades para a vida. Cabe ressaltar que diversas entrevistas avaliaram positivamente a linguagem utilizada pelo UNFPA em suas ações de comunicação, classificada como uma linguagem em que as e os jovens se reconhecem. Finalmente, as atividades interagenciais foram uma estratégia importante nas iniciativas do Produto 2, como é o caso da campanha Vidas Negras, do Programa Conjunto Fundo ODS e da atuação do Grupo Assessor da Juventude.

Apesar dos avanços, alguns desafios dificultaram os resultados do produto. Como ocorrido com outras áreas, as mudanças no contexto político, no pessoal da administração pública e a crise econômica levaram ao cancelamento e à descontinuidade de projetos, como foi o caso dos acordos assinados com os governos do Maranhão e do Distrito Federal e com a Itaipu Binacional. Outro fator que limitou os resultados foi a falta de um(a) oficial de programa exclusivo para a área, o que viria a acontecer em setembro de 2020 com a chegada da atual Oficial de Juventude.

Resultado 4 – Produto 4.1

Desenvolvimento socioeconômico nacional e políticas e programas para o meio ambiente fortalecidos pela integração de análises baseadas em evidências de Dinâmicas Populacionais e a sua ligação com desenvolvimento sustentável, direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva, HIV e igualdade de gênero.

TABELA 09 – Desempenho dos indicadores do Produto 4.1

Produto 4.1		Desenvolvimento socioeconômico nacional e políticas e programas para o meio ambiente fortalecidos pela integração de análises baseadas em evidências de dinâmicas populacionais e a sua ligação com desenvolvimento sustentável, direitos e saúde sexual e reprodutiva, HIV e igualdade de gênero											
Indicador	Tipo	Linha Base	Ano	Meta 2021	TGT 2017	2017	TGT 2018	2018	TGT 2019	2019	TGT 2020	2020	% TGT MET
1. Número de instituições governamentais nacionais e subnacionais apoiadas pelo UNFPA que tenham suas capacidades fortalecidas para analisar, usar e disseminar dados desagregados no contexto da Agenda 2030	AC	0	2016	15	3	9	11	13	15	17	18	20	111,11
2. Número de redes e organizações da sociedade civil apoiadas pelo UNFPA utilizando análises baseadas em evidências e dados sobre dinâmicas populacionais para promover abordagens baseadas em direitos humanos, raça, idade e igualdade de gênero no contexto e de gênero no contexto da Agenda 2030	AC	0	2016	30	5	5	10	11	15	13	17	17	100

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais do 6º Programa de País. (AC=acumulativo)

De modo similar aos outros produtos e em consonância com o Plano Estratégico Global 2018-2021, o Produto 4.1 também adotou a dupla estratégia de capacitação de portadores de dever

– neste caso específico para que sejam capazes de produzir, analisar, usar e disseminar dados - e o fortalecimento de detentores de direitos para a sua maior participação no processo decisório e aumento da capacidade de elaboração e uso de análises baseadas em evidências.

Como pode ser observado na tabela acima, a performance dos indicadores do Produto 4.1 foi satisfatória, sendo que as metas foram atingidas e, no caso do primeiro indicador, superada em 11%. Além disso, os indicadores se mostraram eficazes para medir os resultados da área e estão no nível de complexidade adequado para o âmbito dos produtos, ou seja, medem resultados que estão sob o teto de capacidade das ações e recursos do próprio Escritório de País. Sobre os indicadores, vale comentar que:

- a. Não há ressalvas a serem feitas sobre a eficácia dos indicadores, que são eficazes e cumprem todos os requisitos de um indicador SMART; e
- b. Os indicadores, contudo, poderiam se beneficiar de uma desagregação por gênero, raça, etnia e idade mais aprofundada, sobretudo no caso do segundo indicador, que mede tais variáveis apenas para a temática das abordagens, não para os sujeitos coletivos apoiados. O indicador poderia ser desagregado em termos da área de atuação das redes e organizações, de modo a que o Escritório de País possa monitorar quão diversos são as/os beneficiárias/os do produto.

Contribuições para a mudança

Dentre as estratégias adotadas para a consecução dos resultados do Produto 4.1, vemos que o Escritório de País teve como prioridades o fortalecimento das capacidades institucionais de parceiros para produzir, analisar e disseminar dados, bem como para a compreensão e uso de conceitos e ferramentas demográficas para a formulação e execução de políticas públicas. Para tanto, o UNFPA trabalhou com vários níveis de governo, aproximando-os da academia e possibilitando que debates e ferramentas teórico-metodológicas do campo da demografia fossem apropriadas por gestores e tomadores de decisão. As contribuições do UNFPA para o campo das políticas públicas não se limitaram ao fortalecimento institucional e apoio logístico, mas também representaram aportes técnicos à produção de dados estatísticos e formulação de políticas públicas, como bem mostram as parcerias com o IBGE e a ENAP.

As entrevistas com parceiros governamentais e acadêmicos mostraram que os primeiros valorizam a parceria com o UNFPA porque ela permite uma conexão com as ferramentas e debates mais atuais e inovadores do mundo acadêmico, ao passo que instituições universitárias valorizam a parceria com o UNFPA pelo potencial do Fundo em se comunicar com um público amplo e que extrapola em muito o campo tradicional de atuação da academia. De modo complementar, o UNFPA investiu na produção e disseminação de evidências na agenda de população e desenvolvimento, sobretudo na conexão entre demografia e desenvolvimento sustentável e na promoção das perspectivas de gênero, raça e etnia. O trabalho de disseminação de evidências, embora baseado em dados robustos e análises sofisticadas, primou pela conscientização social e pela adoção de estratégias inclusivas de comunicação, criando pontes entre a academia, os gestores públicos e a sociedade civil – e as entrevistas mostraram que este é um modo de engajamento com potencial de crescimento para o Escritório de País.

Entretanto, é notável que as ações de fortalecimento das capacidades de organizações da sociedade civil para o uso de *advocacy* baseado em evidências foram limitadas à poucas iniciativas e a principal delas se deu no âmbito de uma intervenção mais ampla – o apoio à CONAQ no contexto do próximo Censo. Por isso, há uma janela de oportunidade para uma relação mais substancial com as organizações da sociedade civil, sobretudo no sentido de criar capacidades para

a produção e uso estratégico de evidências. É importante notar que o trabalho com tais organizações é fundamental para incorporar populações vulneráveis à agenda de população e desenvolvimento. Ademais, pudemos identificar nas entrevistas que há um crescente interesse e investimento do Escritório de País em trabalhar com a produção e análise de dados, tanto para cobrir a lacuna dos dados oficiais, como para sistematizar e disseminar dados próprios e de parceiros através de plataformas acessíveis e inovadoras. Esta demanda é tanto interna – das outras áreas programáticas do Escritório de País -, como de parceiros externos, que valorizam os dados e produtos do UNFPA como ferramentas de capacitação e *advocacy*.

Por fim, o trabalho com meio ambiente - relevante até 2018 através de uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente - perdeu relevância ao longo do 6º Programa de País. O afastamento do Governo Federal de uma agenda de meio ambiente cara ao UNFPA gerou uma ruptura da parceria, a qual não foi compensada com novas intervenções no campo. Por outro lado, o contato com comunidades tradicionais e povos indígenas se intensificou, o que pode dar novo fôlego ao trabalho com meio ambiente a partir da relação dessas populações com o território e a natureza, abordagem que, atualmente, é uma das tendências mais relevantes dos projetos de desenvolvimento sustentável para povos e comunidades tradicionais.

Resultado 4 – Produto 4.2

O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento promovido, e suas conexões com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ampliadas, através da Cooperação Sul-Sul e Trilateral

TABELA 10 – Desempenho dos indicadores do Produto 4.2

Produto 4.2	O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento promovido, e suas conexões com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ampliadas, através da Cooperação Sul-Sul e Trilateral												
Indicador	Tipo	Linha Base	Ano	Meta 2021	TGT 2017	2017	TGT 2018	2018	TGT 2019	2019	TGT 2020	2020	% TGT MET
1. Número de boas práticas sistematizadas e disseminadas através de plataformas regionais e globais apoiadas pelo UNFPA e relacionadas com a Agenda CIPD e a Agenda 2030	AC	3	2016	8	4	4	6	6	7	7	8	8	100
2. Número de iniciativas de Cooperação Sul-Sul ou Trilateral projetadas, implementadas, sistematizadas e avaliadas	AC	8	2016	17	11	12	13	13	14	14	15	15	100

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais do 6º Programa de País. (AC=acumulativo)

Com relação ao Produto 4.2, a Equipe de Avaliação encontrou evidências em número e qualidade satisfatórias para confirmar a hipótese de que o Escritório de País tem contribuído para a implementação do mandato do UNFPA através da cooperação técnica com instituições diversas e da promoção de um ambiente propício para iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral. No 6º Programa de País, as iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral tiveram foco no continente africano, o que está em sintonia com a tendência de cooperação internacional do Estado brasileiro na última década. Ao longo da execução do Programa, o UNFPA deu apoio para que instituições nacionais brasileiras identificassem oportunidades e executassem acordos de Cooperação Sul-Sul

e Trilateral, ao que se seguiram iniciativas – como seminários, missões e publicações – para a sistematização e disseminação de boas práticas.

Essa dupla estratégia – fomentar iniciativas e sistematizar boas práticas – se reflete na escolha dos indicadores do Produto 4.2 e transparece nas atividades e resultados relatados entre 2017 e 2020. Assim, o UNFPA buscou o efeito multiplicador nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, fomentando a capacitação não apenas nos temas técnicos específicos dos projetos, como também capacitou as parcerias na própria Cooperação Sul-Sul, buscando fazer com que os países e instituições cooperantes se tornassem fornecedores de cooperação para as suas regiões.

As atividades do Produto 4.2 se concentraram em dois temas principais, a saber: ações de prevenção e resposta à violência baseada em gênero com foco em SSR; e demografia e censos populacionais. Em termos gerais, os resultados do segundo tema foram os mais robustos, sobretudo a partir da parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Já os resultados do primeiro tema foram tímidos e restritos a um projeto que se encerrou em 2017, porém apresentam bom potencial de recuperação a partir da parceria que resultou da assinatura em nível global de um Memorando de Entendimento entre o UNFPA e a Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz. Como pode ser observado na tabela acima, a performance dos indicadores do Produto 4.2 foi satisfatória, sendo que as metas foram atingidas em ambos os indicadores. Sobre os indicadores, vale comentar que:

- a. Os indicadores se mostraram eficazes para medir os resultados da área e estão no nível de complexidade adequado para o âmbito dos produtos, ou seja, medem resultados que estão sob o teto de capacidade das ações e recursos do próprio Escritório de País e cumprem os requisitos de um indicador SMART; e
- b. Faz-se necessária a ressalva de que não há nenhum recorte de gênero, raça, etnia ou idade nos indicadores, quer seja por área temática dos projetos, quer seja por quem são os sujeitos beneficiários das intervenções. Assim, os indicadores não fornecem ferramentas para o monitoramento de como as ações do Produto 4.2 têm alcançado cada grupo populacional em específico.

Contribuições para a mudança

No 6º Programa de País, o UNFPA usou da Cooperação Sul-Sul e Trilateral como uma estratégia para promover o Programa de Ação da CIPD e a sua conexão com a Agenda 2030, o que pode ser visto no próprio desenho do Produto 4.2 e de seus indicadores. É relevante apontar que o Escritório de País tomou a decisão estratégica de ter a área de Cooperação Sul-Sul e Trilateral como um produto do Resultado 4, enquanto o Plano Estratégico Global 2018-2021 compreende a área como um modo de engajamento transversal. Assim, o 6º Programa de País foi capaz de planejar e monitorar de modo mais robusto as intervenções da área, porém perdeu potencial em engajar outras áreas programáticas nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral. Por isso, no biênio 2019-2020, o UNFPA promoveu reuniões e treinamentos com o objetivo de envolver as outras áreas programáticas nas discussões e negociações de projetos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, buscando fortalecê-los como um modo de engajamento transversal ao Escritório de País.

De modo complementar, a Cooperação Sul-Sul e Trilateral foi também fundamental para promover e concretizar parcerias em prol de uma agenda comum de cooperação técnica para o desenvolvimento entre diversos países, tendo o Escritório de País, muitas vezes, atuado como uma ponte entre a demanda e a oferta de expertise e cooperação entre países e instituições. Além deste papel de conexão entre atores e demandas, o Escritório de País demonstrou uma postura ativa de fomento à iniciativas e de envolvimento técnico e logístico no planejamento e execução das atividades, mesmo em um cenário de recursos humanos limitados para a área. Neste sentido, o

UNFPA adotou uma estratégia orientada para a demanda, levando a cabo iniciativas oriundas de solicitações recebidas de parceiros em potencial e sempre em diálogo com a principal contraparte governamental na área, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, com a qual possui um MoU assinado que envolve transferência de recursos do Governo Federal para o Escritório de País. Vale ressaltar que a parceria com a ABC teve início formal em 2002, sendo estruturante da área de Cooperação Sul-Sul nos Programas de País anteriores, nos quais a busca por agendas de cooperação em comum com a ABC e o foco em boas práticas já orientavam o trabalho.

O foco de Cooperação Sul-Sul e Trilateral do UNFPA se concentrou nos projetos governamentais, o que se deve à própria natureza deste tipo de cooperação no Brasil, que é centralizada pela ABC. Por sua vez, a ABC só reconhece como Cooperação Sul-Sul e Trilateral aquela feita entre governos e, no caso do governo brasileiro, executada por servidores públicos. Há um desafio para a expansão das ações de Cooperação para outros eixos e parceiros, como, por exemplo, a cooperação de organizações da sociedade civil entre si ou delas com órgãos governamentais. Tendo tal questão em vista, o Escritório de País realizou em 2020 um mapeamento de organizações da sociedade civil para embasar o planejamento da área. O processo abarcou 512 organizações e as suas áreas de atuação, tendo identificado 128 ações de Cooperação Sul-Sul já existentes e 250 em potencial.

Por fim, há o desafio de monitoramento e avaliação de resultados das iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, já que os projetos envolvem contrapartes de naturezas diversas em diferentes países, o que exige um esforço extra de coordenação entre os escritórios de país e regionais do UNFPA. Além da necessidade de envolvimento de todos os atores desde o início, os projetos demandam instâncias formais de colaboração e governança para que possam resultar em processos integrados de planejamento, implementação e avaliação. Dentre os principais obstáculos, podemos citar: falta de dados dos países que recebem a cooperação; desarticulação no monitoramento entre os países cooperantes; falta de padronização nos indicadores; e alto custo e desafios logísticos do monitoramento. Com isso, tais processos acabam consumindo muito tempo e recursos humanos, ao mesmo tempo em que a identificação objetiva de resultados acima do nível das atividades é desafiadora e, muitas vezes, infrutífera no curto prazo. Como resposta a esses desafios, o Escritório de País tem desenvolvido uma estratégia mais coesa de planejamento com a sua principal contraparte, a ABC, o que aconteceu em 2019 e resultou em um plano estratégico conjunto cujos resultados estão por vir, já que a execução do plano foi afetada pela pandemia de Covid-19. Tal planejamento visou identificar ações e possibilidades para a cooperação com países em desenvolvimento e se deu em três etapas: um treinamento da equipe do Escritório de País em Cooperação Sul-Sul e Trilateral; uma oficina conjunta com as equipes do UNFPA e da ABC para a identificação de áreas de oportunidade para os próximos anos e a elaboração de uma matriz lógica para a parceria durante o triênio 2019-2021; e uma oficina para que instituições técnicas nacionais fornecessem as suas contribuições.

4.2.2. Questão 4 – Parcerias estratégicas

Em que medida o Escritório de País tem sido capaz de (i) construir parcerias inovadoras com atores diversificados, formando um conjunto estratégico de parceiros com capacidade técnica para contribuir com a implementação do mandato do UNFPA; e (ii) aproveitar as oportunidades de formalizar parcerias e vinculá-las aos objetivos do Programa de País, do Marco de Cooperação e do Programa de Ação da CPID?

Q4.1 - Gestão e formalização de parcerias governamentais

Em continuidade aos ciclos programáticos anteriores e de acordo com a classificação do Brasil como um país no quadrante rosa do Plano Estratégico Global 2018-2021, o 6º Programa de País teve como principal contraparte o Governo Federal do Brasil. A parceria se deu tanto com órgãos da Administração Direta Federal (Ministérios e Escola Nacional de Administração Pública), como da Administração Indireta Federal (IBGE). No âmbito da Administração Direta Federal, os principais parceiros do Escritório de País foram a Agência Brasileira de Cooperação - ABC do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde. A primeira, além de ser responsável pela relação formal com o Fundo no Brasil, foi a principal contraparte do Produto 4.2 do 6º Programa de País, atuando ativamente nas iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral. Tomando o escopo do Programa de País como um todo, a ABC possui atribuição legal para aprovar o documento em nome do Governo Federal, sendo a responsável por negociar o Programa de País com o UNFPA e garantir que os resultados do plano estejam alinhados com a legislação e as prioridades do Estado brasileiro. Ademais, a ABC também se responsabiliza pela aprovação final e monitoramento da execução dos projetos que o UNFPA executa com recursos federais, tornando-se um parceiro central do Escritório de País ao longo de todo o ciclo programático.

Já o Ministério da Saúde possui uma estrutura administrativa robusta e que dialoga com o mandato do UNFPA através de distintos departamentos. Dentre eles, é possível afirmar que os principais pontos de contato são: o Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas (Coordenação de Saúde da Mulher): ações da área de insumos farmacêuticos, contracepção e planejamento familiar; o Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas (Coordenação de Saúde dos Adolescentes e Jovens): ações da área de Juventude e prevenção de gravidez na adolescência; o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis: ações de prevenção, testagem e tratamento de HIV/AIDS; e a Fundação Oswaldo Cruz: ações de prevenção de mortalidade materna e treinamento em enfermagem obstetrícia.

Outra parceria relevante é o Ministério da Cidadania, que é a contraparte responsável pelo Fundo Global ODS: Criança Feliz. Por outro lado, é notável o paulatino afastamento do Escritório de País em relação a dois ministérios: o Ministério do Meio Ambiente (contraparte do Produto 4.1) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (contraparte do Produto 1 e da Assistência Humanitária). O desalinhamento de prioridades e abordagens fez com que as parcerias com ambos os ministérios fossem rompidas no decorrer da execução do 6º Programa de País. Ademais, é relevante a relação com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, vinculada ao Ministério da Economia e parceira em ações do Produto 4.1. Finalmente, a assistência humanitária para o fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos se dá no marco da Operação Acolhida, que congrega diversos ministérios e secretarias do Governo Federal, além das Forças Armadas, organismos da ONU e órgãos de governos estaduais e prefeituras municipais.

Por sua vez, no âmbito da Administração Indireta Federal o grande parceiro do UNFPA no 6º Programa de País é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, parceiro estruturante

das ações do Resultado 4. No contexto do Produto 4.1, o IBGE é parceiro para a inserção da identificação quilombola no próximo Censo; já no do Produto 4.2, o IBGE é a contraparte responsável pela Cooperação Sul-Sul com os governos de Cabo Verde e Senegal para a transferência de expertise na realização do censo eletrônico. Apesar da boa relação com o IBGE, é notável que o UNFPA tenha uma relação distante com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, fundação ligada ao Ministério da Economia que tem como função principal o suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Apesar do distanciamento de contrapartes relevantes no âmbito nacional, as relações com o ente federativo contemplam todas as áreas programáticas do UNFPA e são estratégicas para o avanço o Programa de Ação da CIPD, sobretudo nos temas de SSR, assistência humanitária e Dinâmicas Populacionais. Esse distanciamento com alguns parceiros foi compensado pela intensificação das relações com o Ministério da Saúde e pela formalização de novas parcerias, no que vale destacar o MoU assinado em nível global entre UNFPA e Fiocruz⁵². Também vemos ao longo do 6º Programa de País uma intensificação dos diálogos e da formalização de parcerias com governos estaduais e prefeituras. Isso se deu por dois motivos principais: primeiro, com o afastamento de alguns temas caros ao mandato do UNFPA por parte do nível federal dos poderes Executivo e Legislativo, a parceria com governos locais permitiu um posicionamento estratégico do Programa de Ação da CIPD mesmo em um cenário de crescente conservadorismo; segundo, a assistência humanitária ao fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos exigiu a criação de relações formais e mecanismos de governança com governos locais. Em um esforço de ampliar a sua presença no território nacional, podemos elencar as seguintes iniciativas:

- a. O UNFPA investiu em seu Escritório Local de Salvador, Bahia. Fechado em 2017 em consequência da escassez de recursos financeiros, o Escritório Local de Salvador foi reaberto em 2019 com o objetivo de fortalecer a presença do UNFPA na região Nordeste, estratégica para o Programa de Ação da CIPD, já que apresenta indicadores sociais ruins, sobretudo na área de Saúde Sexual e Reprodutiva. Entretanto, a presença do UNFPA no Nordeste ainda se dá majoritariamente no estado da Bahia e, sobretudo, no município de Salvador. Embora exista diálogos com outros municípios, como Camaçari e Lauro de Freitas, uma maior presença no interior da Bahia e em outros estados da região Nordeste ainda é um desafio;
- b. O UNFPA também estabeleceu presença em Foz do Iguaçu, Paraná através da parceria com a Itaipu Binacional. Embora restrito a um projeto específico com atividades por 18 meses, a equipe local logrou estabelecer relações com cerca de cinquenta municípios do Oeste do Paraná através da realização de treinamentos para gestores municipais, campanhas e exposição itinerante;
- c. De modo similar, o acordo firmado com o estado do Maranhão ainda no começo deste ciclo programático não conseguiu avançar por restrições orçamentárias que se impuseram ao parceiro governamental. Nas entrevistas com a equipe do Escritório de País, identificamos esforços iniciais para a retomada do diálogo com o Maranhão e de aproximação com o estado do Piauí;
- d. Outra parceria relevante é com o Governo do Distrito Federal, com o qual o UNFPA possui um prodoc assinado desde 2017. No Distrito Federal, o UNFPA tem desenvolvido atividades junto às Secretarias de Saúde e de Justiça, embora as mudanças de governo e equipes tenham impacto significativamente a continuidade das ações de projeto – embora ações diversas sigam em andamento;
- e. Em Roraima, o UNFPA possui um Escritório Local desde outubro de 2017. Em setembro de 2019, o UNFPA abriu um Escritório Local em Manaus. A presença em campo logo se converteu em parcerias formais com os governos estaduais e prefeituras, o que se materializou através da assinatura de cinco MoUs; e
- f. Por fim, o UNFPA possui uma oficial com base em São Paulo responsável pelo estabelecimento e gestão de parcerias, sobretudo com o setor privado, como veremos logo adiante.

⁵² Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-população-da-onu-assina-acordo-de-cooperação-com-fiocruz-em-nova-york>. Acesso em 02 fev 2021.

A aproximação com governos estaduais e prefeituras representam uma janela de oportunidade para o Escritório de País, tanto para a mobilização de recursos, como para o posicionamento estratégico da Agenda CIPD no país e o aumento de escala e capilarização das atividades pelo território nacional. Sem embargo, algumas considerações são pertinentes: a multiplicação dos canais de diálogo e de parcerias formais consome bastante tempo e exige o investimento de recursos financeiros e humanos; em um cenário de constantes mudanças de contexto, há que levar em conta os riscos de instabilidade administrativa, descontinuidade de políticas públicas, mudanças de prioridades institucionais e desacordos entre os diversos níveis de governo, o que pode levar a efemeridade de iniciativas promissoras; por fim, a combinação de tais fatores cria uma lacuna entre a capacidade de formalizar e a de implementar acordos.

Em resumo, é possível afirmar que o UNFPA foi proativo em buscar e formalizar parcerias com o Poder Executivo nos três níveis de governo, buscando ampliar compromissos com a Agenda CIPD, capilarizar sua presença no território nacional, chegar às populações mais vulneráveis e promover a inserção das perspectivas de direitos humanos, gênero e raça nas políticas públicas. Assim, de um total de 28 MoUs assinados com parceiros que foram identificados ao longo deste processo de Avaliação Final, 14 MoUs foram assinados com o poder público. Embora o UNFPA tenha obtido sucesso no diálogo e na formalização de parceria com os vários níveis de governo, a conversão dessas parcerias formais em projetos concretos e sustentáveis tem se mostrado um desafio, sobretudo em um cenário de consideráveis mudanças de contexto. Soma-se a isso a falta de diálogo do Escritório de País com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, o que poderia contrabalançar as descontinuidades das parcerias com o Poder Executivo.

Q4.2 - Relação com a sociedade civil e fortalecimento dos sujeitos de direitos

Ao mesmo tempo em que o 6º Programa de País teve como estratégia o fortalecimento de órgãos governamentais para o planejamento e execução de políticas públicas de qualidade e com perspectiva de direitos humanos, gênero e raça, o UNFPA buscou fortalecer também os sujeitos de direito de tais políticas, de modo que eles tivessem maior capacidade de *advocacy* e de participação nas instâncias de processo decisório. Nesse sentido, redes de beneficiárias/os e organizações da sociedade civil foram parcerias fundamentais na execução do Programa de País.

Para tanto, o UNFPA utilizou uma combinação de diferentes estratégias de parceria, diálogo e articulação com entidades da sociedade civil. A principal delas foi a concessão de *grants* para que organizações da sociedade civil executassem projetos de fortalecimento institucional. Ao longo deste ciclo programático, o UNFPA desembolsou USD 247.085,90 na linha orçamentária de *grants* (72600) através de 29 acordos de cooperação com organizações da sociedade civil. Se alguns desses acordos surgiram de relações individuais entre o UNFPA e as organizações, outros foram fruto da execução de dois editais de financiamento: *Ela Decide* e *Nas Trilhas do Cairo*. O lançamento dos editais marcou uma maior aproximação do UNFPA com a sociedade civil a partir de 2019. Embora o diálogo e a parceria com indivíduos, redes e organizações tenha sido relevante ao longo de todo o Programa, é notável o maior investimento de recursos humanos e financeiros em parcerias com a sociedade civil a partir de 2019 e, sobretudo, um crescente foco no fortalecimento e desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil em um cenário de potenciais retrocessos para temas da Agenda da CIPD.

O edital *Ela Decide* foi financiado por uma combinação de fundos *core* e de empresas privadas da *Aliança pela Saúde e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil*. O edital,

lançado em maio de 2019, foi operacionalizado pelo Fundo Elas⁵³ com o objetivo de apoiar ações de formação e informação em Saúde Sexual e Reprodutiva no estado da Bahia. Os projetos deveriam ter duração de até 7 meses, ser coordenados por mulheres e poderiam ser propostos por grupos formais e informais de mulheres de base comunitária do estado, com experiência de atuação de pelo menos um ano. A partir desses critérios, R\$ 378.300,00 foram distribuídos em oito projetos de estratégias variadas e executados por organizações da capital e interior⁵⁴. Na segunda metade de 2020, foi a vez da organização do edital *Nas Trilhas do Cairo*, que buscou ampliar para o território nacional o apoio às organizações da sociedade civil através do financiamento de projetos alinhados com a Agenda da CIPD e com compromissos firmados na Cúpula de Nairóbi. Financiado com recursos *core*, o edital distribuiu R\$ 784.000,00 para 14 projetos de organizações e coletivos da sociedade civil das cinco regiões brasileiras de um universo de 110 propostas enviadas⁵⁵. Os projetos aprovados abordam os temas de: SSR; População e Desenvolvimento; Comunicação para a Defesa dos Direitos Humanos; e Juventude, Gênero e Raça.

As *grants* concedidas através de editais ou via acordos unilaterais formam parte de uma mesma estratégia: financiar projetos cujos objetos contribuam diretamente para os resultados do 6º Programa de País e, ao mesmo tempo, contribuir para o fortalecimento institucional e a capacidade técnica de redes e organizações da sociedade civil, de modo a potencializar sua capacidade de *advocacy* e fomentar a sua participação em espaços de poder. No Tabela 04 do Anexo 13, podemos ver a distribuição de *grants* do 6º Programa de País de acordo com o ano, a forma de financiamento, a organização beneficiária, o território de incidência e a sua área de atuação. A distribuição de *grants* permitiu a aproximação do Escritório de País com setores da sociedade civil dos quais esteve relativamente afastado no primeiro ano de execução do 6º Programa de País, como as organizações de mulheres, indígenas e juventude. Vemos que, ano a ano, o apoio financeiro a organizações da sociedade civil cresceu significativamente e se focou nas áreas de mandato do UNFPA e em grupos populacionais estratégicos para a Agenda da CIPD. É notável também o crescimento da cobertura territorial do apoio fornecido à sociedade civil, com maior amplitude das ações no Nordeste, uma das regiões prioritárias do 6º Programa de País. Por outro lado, há um déficit de ações na região Norte, mesmo no contexto da assistência humanitária em Amazonas e Roraima e de uma recente aproximação com o Pará.

Outra questão relevante é a combinação do apoio a parceiros e/ou interlocutores tradicionais do UNFPA no Brasil – como a REBRAPD/CEPIA, a Rede Feminista e o Criola – e novos atores da sociedade civil representados por coletivos jovens, feministas, negros, indígenas e LGBTI. Por fim, cabe destaque para o apoio a redes de organizações e coletivos (*e.g.* REBRAPD e REJUIND) ou a organizações que atuam majoritariamente em rede (*e.g.* Az Mina, Instituto Afrolatinas e Politize), o que é uma característica fundamental dos atores emergentes da sociedade civil organizada no Brasil. Além da concessão de *grants*, outra relevante estratégia foi o fomento à participação política da sociedade civil e dos sujeitos de direitos através de duas estratégias: o financiamento da participação de indivíduos, coletivos e organizações em conferências, reuniões

⁵³ Fundado em 2000 como uma organização da sociedade civil, o Fundo Elas é um fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres. É um parceiro recorrente de organismos do Sistema ONU e tem expertise reconhecida em mecanismos de financiamento inclusivos. Para saber mais, ver <http://www.fundosocialelas.org>.

⁵⁴ Para a lista de organizações, projetos e objetos financiados, ver <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-elas-e-unfpa-anunciam-resultado-do-edital-ela-decide>. Acesso em 13 fev 2021.

⁵⁵ Para a lista final de organizações, projetos e objetos financiados, ver <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/duas-novas-organicoes-da-sociedade-civil-sao-contempladas-em-edital-do-fundo-de-populacao>. Acesso em 26 fev 2021.

e processos de consulta dentro e fora do Brasil; e a criação de espaços de participação a partir de agendas específicas. Podemos citar os seguintes exemplos:

- a. O UNFPA garantiu a presença de jovens brasileiros nas três edições (Peru, México e online) do **Acampamento Regional Juventudes Já**. Nos eventos, líderes jovens de países da região se reuniram para compartilhar experiências, construir alianças e fortalecer suas capacidades organizativas e de liderança juvenil para influenciar na Agenda da CIPD e nas propostas para a Cúpula de Nairóbi;
- b. Por sua vez, a **delegação brasileira do UNFPA na Cúpula de Nairóbi** contou com representantes da Rede Brasileira de População e Desenvolvimento (REBRADP), da Rede de Juventude Indígena (Rejuind) e de participantes do segundo Acampamento Regional Juventudes Já. No total o UNFPA financiou a participação de 2 representantes do Governo Federal, 1 do legislativo estadual e de 7 da sociedade civil, além de ter articulado debates e organizado reuniões durante a Cúpula para fortalecer a atuação dos representantes brasileiros. O UNFPA também financiou a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões preparatórias da Cúpula (São José e Cairo);
- c. O UNFPA possibilitou a **participação de representantes da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos** e de comunidades quilombolas ao longo do desenvolvimento da metodologia que resultaria na inserção da identificação quilombola no próximo Censo, além de ter fornecido apoio técnico e logístico para a consulta livre e esclarecida baseada na Convenção nº 169 da OIT; e
- d. A **continuação da Sala de Situação, Ação e Articulação sobre Direitos das Mulheres**, criada em 2016 como uma resposta à crise causada pela epidemia de Zika vírus e o seu impacto diferenciado sobre as mulheres. A Sala de Situação foi uma parceria entre o UNFPA, a ONU Mulheres e a OPAS/OMS e durou até 2018. Com base no êxito deste modelo de espaço participativo, o UNFPA **criou a Sala de Situação de Violência Baseada em Gênero no Nordeste**, que resultou em uma carta de reivindicações entregue a representantes dos governadores do Consórcio do Nordeste.

Ainda que não representem financiamentos diretos a organizações, essas ações garantem a participação de atores-chave em espaços de tomada de decisão ou criam espaços de participação – como a sala de situação – com potencial de influir no processo decisório do poder público. Com isso, o UNFPA contribui diretamente para a participação política de grupos historicamente marginalizados da construção de consensos políticos e da formulação e execução de políticas públicas. Finalmente, três tópicos foram recorrentes em entrevistas com parceiros:

1. A relevância dos espaços de participação que foram acessados através do UNFPA para a expansão e formação de redes de indivíduos e organizações diversas, porém com problemas e demandas em comum;
2. A importância da participação em tais espaços para a capacitação técnica de indivíduos e organizações em temas do mandato do UNFPA, ao ponto de que alguns indivíduos identifiquem a relação com o UNFPA como um ponto de inflexão em suas trajetórias pessoais e profissionais; e
3. O investimento de recursos no fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil deflagra o investimento de recursos humanos e técnicos das próprias organizações – geralmente abundantes, mesmo que em contextos de escassez de recursos financeiros –, o que potencializa os resultados dos projetos.

Q4.3 - Formação de redes heterogêneas e outras parcerias inovadoras

Por fim, o UNFPA foi proativo em propor e firmar parcerias inovadoras e/ou fora do conjunto tradicional de parceiros. Acordos e projetos importantes surgiram de conversas informais em eventos e diversas entrevistas com parceiros mostraram que a disponibilidade da equipe do UNFPA para o diálogo e a abertura genuína para a discussão de potenciais ações em conjunto foram fatores essenciais para a formalização das parcerias. Soma-se a isso o reconhecimento da qualidade técnica da equipe do UNFPA pelos parceiros entrevistados, de modo que muitos deles indicaram o Fundo não apenas como um potencial parceiro em termos políticos e financeiros, mas também no desenvolvimento técnico de propostas conjuntas. Ações como a identificação quilombola no Censo e o projeto Saúde das Manas surgiram de diálogos em seminários e conferências.

Outra questão relevante é o uso das ações de comunicação como uma ferramenta para a criação e manutenção de parcerias. Além das próprias parcerias específicas de comunicação – como a Rede Globo e a Revista Traços –, as ações da área permitiram uma maior visibilidade do UNFPA e seu mandato, disseminaram evidências de modo amigável e fomentaram o poder de convocação do Escritório de País. Entrevistas com contrapartes do governo e da academia apontaram que as publicações e campanhas feitas em parceria com o Fundo ajudaram a quebrar os muros entre as instituições de pesquisa e a sociedade e aumentaram o potencial de *advocacy* nos temas do mandato do UNFPA. Isso mostra que a atuação da área de comunicação é transversal às áreas programáticas e tem efeitos positivos sobre a capacidade do Escritório de País em criar e manter parcerias. Um exemplo do uso estratégico das ações de comunicação foi a parceria com o Esporte Clube Bahia, clube de futebol do estado da Bahia com o qual o Escritório Local de Salvador assinou um MoU e executou ações de combate à VBG e o racismo.

As contrapartes do UNFPA excederam em muito os projetos em que havia transferências de recursos entre as partes. A soma de uma boa reputação com o investimento na construção de canais de diálogo com atores diversos resultaram em um considerável poder de convocação, que foi utilizado estrategicamente para a criação de redes heterogêneas e alianças multissetoriais nos temas de mandato do Fundo. Neste contexto que se deu o cerne da relação do UNFPA com empresas e fundações privadas, o que se concretizou na formação da *Aliança pela Saúde e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil*. O grupo surgiu de uma crescente aproximação com o setor privado e de engajamento de parceiros na campanha Ela Decide (*She Decides*), que buscou contrabalançar uma onda conservadora internacional que levou a retrocessos na área de SSR e cortes no financiamento do UNFPA. A Aliança é liderada pelo UNFPA, conta com o apoio das embaixadas dos Países Baixos e do Canadá e é composta por entidades mantenedoras (Instituto Ethos, MSD e Semina) e empresas signatárias (Accor Hotels, Magazine Luiza, Movimento Mulher 360, Pantys, Reckitt Benckiser, Laboratório Sabin, SESC São Paulo e The Body Shop).

A Aliança surgiu com o objetivo de fortalecer a agenda de SSR no setor privado e possibilitou a articulação com parceiros não tradicionais do UNFPA. Um dos seus principais resultados foi a realização tanto da campanha *Ela Decide*, como do edital *Ela Decide*. Apesar dos avanços e inovações trazidos pela iniciativa, ainda há pouca clareza do UNFPA sobre quais são os potenciais desse tipo de parceria, como torná-la sustentável, como mitigar os riscos reputacionais das relações com o setor privado e como lidar com as características distintas de cada setor produtivo. Em resposta às incertezas, o UNFPA realizou em 2020 uma consulta avaliativa que concluiu que a Aliança resultou em um alinhamento de causas em prol das mulheres, em ações de produção de conhecimento e na criação de expectativas para o *advocacy*, engajamento com o poder público e maior articulação com o setor privado⁵⁶. No final do ano, o UNFPA realizou uma reunião para a apresentação dos resultados da avaliação e o planejamento de encontros e ações para 2021 com representantes da Aliança, o que pode resultar em um redirecionamento de suas ações. Outro exemplo da formação de redes heterogêneas é o recém-iniciado *Projeto Enlace: reconhecer e fortalecer enfermeiras(os) obstetras e obstetrites*, que visa fortalecer a capacidade desses profissionais para uma atuação humanizada em benefício de mulheres e adolescentes. O projeto é financiado pela Johnson&Johnson Foundation e resulta de uma parceria entre o UNFPA, a Fiocruz e a Associação Brasileira de Obstetrites e Enfermeiros Obstetras - ABENFO.

⁵⁶ Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/alianca-pela-saude-e-pelos-direitos-sexuais-e-reprodutivos-no-brasil-realiza-avaliacao-e>. Acesso em 18 fev 2021.

4.3. Eficiência

Este critério analisou como os produtos e resultados do Programa de País foram alcançados em prazos factíveis e com o investimento da quantidade e combinação adequadas de recursos financeiros, humanos e técnicos. A ênfase se deu: nos ajustes feitos no desenho das intervenções e no conjunto de suas atividades, bem como quais as motivações que os justificam; e na relação com os parceiros implementadores.

4.3.1. Questão 5 – Uso dos recursos financeiros e humanos

Em que medida o Escritório de País do UNFPA fez bom uso dos seus recursos humanos, financeiros e administrativos e utilizou uma combinação apropriada de ferramentas e abordagens para atingir os resultados (outcomes) definidos no Programa de País?

Q5.1 - Recursos Financeiros

As entrevistas com a equipe do UNFPA mostraram que o 6º Programa de País foi elaborado em um momento de cortes no volume regulares da sede do UNFPA para o Brasil, ao mesmo tempo que havia a expectativa de crescimento do Escritório de País e, para que a conta fechasse, era preciso uma estratégia eficaz de mobilização de recursos. Assim, o 6º Programa de País foi projetado para ser executado majoritariamente por recursos cofinanciados na proporção de 88% dos gastos planejados. A abordagem, portanto, foi combinar uma busca ativa pela mobilização robusta de recursos cofinanciados, complementando-a com a aplicação minoritária dos fundos *core*, os quais deviam se concentrar em iniciativas piloto e projetos com potencial de deflagração de recursos dos parceiros – ou seja, que pudessem ter o efeito de *recursos* ou *fundos semente*. Logo no primeiro ano de execução vemos que os esforços do Escritório de País foram no sentido de expandir a base de recursos cofinanciados – passando de USD 669.119,00 em 2016 para USD 1.370.000,00 em 2017 – e em compensar a redução de recursos regulares com o envio de propostas de financiamento para fundos da sede e do Escritório Regional.

Ainda que o Escritório de País tenha obtido relativo sucesso na estratégia de mobilização de recursos, vemos que o volume mobilizado foi muito mais baixo do que o valor orçado para a execução completa do 6º Programa de País. Dos USD 33 milhões de recursos não *core* previstos para mobilização entre 2017 e 2021, até o final de 2020 o Escritório de País havia sido capaz de, efetivamente, pouco mais de USD 3,9 milhões, ou seja, pouco menos de 12% do total planejado. Muito embora os recursos *core* tenham superado a previsão – USD 5,8 milhões mobilizados até o final de 2020 contra uma meta de USD 4,5 milhões para 2021, fora quase USD 3,6 milhões de orçamento institucional –, proporcionalmente os recursos *core* representavam pouco mais de um décimo do Programa de País tal como ele havia sido concebido em 2016. Soma-se a isso que o Escritório de País foi capaz de mobilizar um grande volume de recursos junto a parceiros governamentais que não puderam ser executados, seja porque os projetos foram cancelados antes do início da execução dos recursos ou pelo fato de que foram descontinuados ao longo da sua execução. Do primeiro exemplo, temos um projeto junto ao Ministério da Saúde de mais de vinte milhões de reais. Em relação ao segundo, diversas parcerias foram descontinuadas durante a execução dos projetos, como foi o caso do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Itaipu Binacional e do Governo do Distrito Federal. Em 2020, o Escritório de País possuía recursos mobilizados com o Governo Federal na ordem de USD 1.580.868,97 e com a Itaipu Binacional na soma de USD 1.140.006,84, porém só se converteram em orçamento disponível para execução USD 96.115,73 e USD 187.085,54, respectivamente.

Apesar dos esforços do Escritório de País, ao longo do 6º Programa de País, muitos fatores contribuíram negativamente para a mobilização de recursos, tais quais:

- a. A reestruturação da equipe do Escritório de País, realizada em 2017, exigiu um tempo de adaptação para que as equipes voltassem a ter o tamanho e composição ideais, o que limitou o potencial de mobilização de recursos logo no começo da execução do 6º Programa de País;
- b. O fortalecimento de setores e discursos conservadores na sociedade brasileira contribuiu para criar resistências ao mandato do UNFPA, sobretudo na área de Saúde Sexual e Reprodutiva, que teve efeito negativo na capacidade de mobilização de recursos, sobretudo com relação ao Governo Federal;
- c. A mudança de governos e, sobretudo, de equipes nos organismos governamentais, prejudicou não apenas a capacidade de mobilizar recursos, mas também de executar os recursos pré-acordados;
- d. A mudança nos cenários político e econômico foram mais rápidas do que a capacidade do Escritório de País em mobilizar recursos e garantir a sua execução, sobretudo quando levamos em conta que alguns acordos precisaram de até um ano de negociação para serem formalizados - caso da parceria com a Johnson&Johnson - e, após a formalização, alguns meses até o início da implementação do projeto;
- e. A emergência humanitária e a pandemia de Covid-19 geraram uma demanda crescente por recursos, ao que se soma que todos os parceiros e potencial doadores também estavam se adaptando ao contexto de crise sanitária e isolamento social, o que diminuiu as oportunidades de mobilização de recursos; e
- f. O UNFPA se somou ao conjunto de Agências, Fundos e Programas do Sistema ONU atuando na mobilização de recursos muitas vezes junto aos mesmos parceiros, levando a uma certa disputa por recursos e parcerias.

Levando em conta o que foi exposto nesta seção, é pertinente questionar se as metas de recursos cofinanciados não foram excessivas tanto para o modelo de negócios do UNFPA no Brasil, como para o momento político e econômico do país. Ainda que alguns fatores apontados acima sejam conjunturais, problemas similares já haviam sido identificados em avaliações anteriores, o que aponta para potenciais causas estruturais. De acordo com o Relatório Final da Avaliação do 5º Programa de País, pág. 27, “O cofinanciamento traz uma complexidade muito maior para a execução dos recursos por envolver outros atores com processos decisórios próprios sujeitos a atrasos em função das mudanças de dirigentes e de diretrizes políticas dos órgãos governamentais”. Ainda assim, o UNFPA conseguiu mobilizar importantes recursos junto à organismos multilaterais – como a União Europeia –, embaixadas – Países Baixos, Canadá e Luxemburgo – e mesmo junto ao Governo Federal, parceiro fundamental com o qual ainda possui projetos em execução. Por outro lado, o UNFPA aumentou o seu diálogo com governos estaduais, empresas e entidades do setor privado, ampliando a sua base de potenciais doadores. No entanto, faz-se necessária a ressalva de que o volume de recursos disponíveis nos acordos com esses novos atores é menor do que aqueles normalmente mobilizados junto a doadores tradicionais. Além disso, eles podem resultar em iniciativas pulverizadas, de pequeno porte ou que não pagam postos.

Finalmente, ao longo de 2020 o Escritório de País se esforçou em realocar e mobilizar recursos de diferentes fontes para a resposta à pandemia de Covid-19. O montante de USD 257.999,99 de recursos *core* foi reprogramado em razão da pandemia; outros USD 90.381,82 provenientes de recursos *core* foram diretamente direcionados para atividades de resposta à pandemia; por fim, USD 82.728,80 foram mobilizados de fontes *não-core* também para a resposta à pandemia. Parte dos recursos vieram do LACRO e financiaram ações emergenciais, como distribuição de kits dignidades, e iniciativas piloto de resposta à pandemia. Para a captura desses recursos extras, foi fundamental o mapeamento prévio de necessidades locais e a capacidade de elaborar projetos com celeridade. O UNFPA ainda foi capaz de mobilizar doações de insumos e alimentos de parceiros como o Sesc. Por fim, vale citar os esforços interagenciais do UNCT em mobilizar recursos para a resposta à pandemia de Covid-19. Em resumo, o UNFPA foi capaz de mobilizar recursos com foco em seu mandato e fazendo uso de suas vantagens comparativas.

Para tanto, dentre os principais motivos que potenciais doadores apresentaram para a decisão de cofinanciar o UNFPA estão a expertise da equipe, os aportes técnicos, a boa capacidade administrativa, a transparência e a capacidade do Fundo em conectar atores diversos e criar iniciativas multissetoriais. Já na tabela abaixo passamos da mobilização para a execução de recursos do 6º Programa de País e vemos a divisão entre os recursos do orçamento institucional, os recursos *core* e os recursos não *core*, assim como a soma total dos três. Para cada um deles, calculamos a taxa de execução, bem como o fizemos para a execução total. Na tabela abaixo é possível identificar que o Escritório de País mostrou boa capacidade de execução dos recursos efetivamente recebidos, resultando em uma taxa de execução média de 95,4% para a soma de todos os recursos disponíveis entre 2017 e 2020. A boa capacidade de execução também aparece quando analisamos a implementação de recursos fundo a fundo, de modo que a alta média da execução dos recursos acima apresentada não esconde grandes discrepâncias na capacidade de execução entre as áreas do Escritório de País. Como vemos na Tabela 05 do Anexo 09, dos 30 fundos executados ao longo do 6º Programa de País, 24 contavam com taxas de execução acima de 90%.

TABELA 11 – Execução do 6º Programa de País

EXECUÇÃO 6º PROFRAMA DE PAÍS - ORÇAMENTO INSTITUCIONAL, RECURSOS CORE E NÃO-CORE (USD - DÓLARES AMERICANOS)											
2017											
Orçamento Institucional	Orç. Institucional executado	Taxa de execução orç. Institucional	Recursos core mobilizados	Recursos core executados	Taxa de execução core	Recursos não-core mobilizados	Recursos não-core executados	Taxa de execução não-core	Total recursos mobilizados	Total recursos executados	Taxa de execução total
1.118.872,00	1.058.609,00	94,61%	1.021.745,00	1.008.996,65	98,75%	435.147,45	348.635,13	80,12%	2.575.764,45	2.416.240,78	93,81%
2018											
Orçamento Institucional	Orç. Institucional executado	Taxa de execução orç. Institucional	Recursos core mobilizados	Recursos core executados	Taxa de execução core	Recursos não-core mobilizados	Recursos não-core executados	Taxa de execução não-core	Total recursos mobilizados	Total recursos executados	Taxa de execução total
839.619,00	812.397,00	96,76%	1.505.000,00	1.491.257,59	99,09%	554.415,21	554.374,09	99,99%	2.899.034,21	2.858.028,68	98,59%
2019											
Orçamento Institucional	Orç. Institucional executado	Taxa de execução orç. Institucional	Recursos core mobilizados	Recursos core executados	Taxa de execução core	Recursos não-core mobilizados	Recursos não-core executados	Taxa de execução não-core	Total recursos mobilizados	Total recursos executados	Taxa de execução total
747.061,00	715.031,00	95,71%	1.484.291,00	1.481.449,41	99,81%	1.800.434,45	1.713.415,37	95,17%	4.031.786,45	3.909.895,78	96,98%
2020											
Orçamento Institucional	Orç. Institucional executado	Taxa de execução orç. Institucional	Recursos core mobilizados	Recursos core executados	Taxa de execução core	Recursos não-core mobilizados	Recursos não-core executados	Taxa de execução não-core	Total recursos mobilizados	Total recursos executados	Taxa de execução total
878.942,00	685.254,00	77,96%	1.830.000,00	1.807.712,00	98,78%	1.113.010,00	1.109.631,00	99,70%	3.821.952,00	3.602.597,00	94,26%
TOTAL											
Orçamento Institucional	Orç. Institucional executado	Taxa de execução orç. Institucional	Recursos core mobilizados	Recursos core executados	Taxa de execução core	Recursos não-core mobilizados	Recursos não-core executados	Taxa de execução não-core	Total recursos mobilizados	Total recursos executados	Taxa de execução total
3.584.494,00	3.271.291,00	91,26%	5.841.036,00	5.789.415,65	99,12%	3.903.007,11	3.726.055,59	95,47%	13.328.537,11	12.786.762,24	95,94%

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios financeiros do 6º Programa de País.

Q5.2 - Recursos semente

Como apresentamos acima, o 6º Programa de País buscou combinar uma crescente mobilização de recursos cofinanciados com a estratégia de uso dos fundos *core* como *recursos semente*, ou seja, investimentos que, ainda que limitados em volume, fossem capazes de deflagrar recursos de outros parceiros ou mesmo criar iniciativas piloto. Tal estratégia mostra uma mudança de abordagem do UNFPA em relação ao ciclo programático anterior e reforça a importância da atuação do Fundo como um assessor técnico dos seus parceiros nacionais. Assim, a geração e disseminação de dados, a construção de capacidades nos parceiros, a liderança de campanhas e iniciativas interagenciais, o fortalecimento de organizações da sociedade civil e, finalmente, a execução de iniciativas piloto operaram para gerar um efeito multiplicador dos recursos *core* que, embora limitados, garantiram a estabilidade no financiamento das áreas programáticas do Escritório de País. Tal estabilidade foi fundamental em um contexto nacional de crise econômica e transição política, em que os recursos cofinanciados apresentaram maior volatilidade. Com isso, o UNFPA optou pelo crescimento de sua equipe e pelo uso intensivo da expertise acumulada em seus recursos humanos, adequando-se ao modelo de negócios global. O investimento em capital humano, além de adequado ao papel do UNFPA em um país do quadrante rosa, foi capaz de deflagrar recursos relevantes junto a parceiros, que em diversas entrevistas apontaram a expertise do UNFPA como um fator relevante para a cooperação financeira com o Fundo.

Apesar das crescentes restrições orçamentárias do Governo Federal, não é incomum que órgãos governamentais tenham dificuldades para executar seus recursos, sobretudo em áreas com escassez de recursos humanos e expertise. Nessas situações, o apoio técnico do UNFPA e de outros organismos internacionais é relevante para suprir com qualidade técnica essa lacuna operacional do poder público. Aí um investimento de recursos *core* em uma equipe qualificada tecnicamente pode deflagrar recursos no Governo Federal. Já o edital Ela Decide nos dá outro exemplo, pois foi realizado através da combinação entre recursos *core* e recursos oriundos da iniciativa privada, o que foi possibilitado pelo investimento do UNFPA na criação do espaço multissetorial da Aliança.

A deflagração de recursos financeiros, no entanto, é apenas um dos potenciais efeitos do uso de *fundos semente*. Em alguns casos, o investimento de *recursos semente* propiciou o aporte de recursos não monetários por parceiros, como o espaço que jornais e canais de televisão forneceram gratuitamente ao UNFPA e suas campanhas. Quando monetizados, tais cessões de espaço alcançam cifras consideráveis. No Relatório Anual de 2019, por exemplo, o Escritório de País calculou em mais 200 milhões de reais a soma dos espaços cedidos em canais como a Rede Globo de Televisão, que alcançam, por sua vez, milhões de espectadores. Por sua vez, o investimento em campanhas e espaços multissetoriais também resultou na parceria com influenciadores digitais, empresários e figuras públicas que emprestam o seu prestígio e o alcance de suas redes sociais para divulgar e fortalecer o mandato e a presença do UNFPA no Brasil.

Por fim, o investimento do UNFPA no fortalecimento de organizações da sociedade civil também se mostrou um *recurso semente* na execução do 6º Programa de País. Em contraste com a escassez de recursos financeiros, a sociedade civil organizada no Brasil possui um acúmulo de expertise em diversas áreas afeitas ao mandato do UNFPA, como nas organizações feministas, negras e LGBTI. Por isso, um modesto aporte de recursos financeiros a essas organizações é capaz de gerar resultados robustos, já que tal aporte pode ativar os recursos humanos e técnicos latentes pela falta de financiamento. Vimos que recursos investidos pelo UNFPA em organizações da sociedade civil, como, por exemplo, foi o caso das *grants* com a Criola e a REBRAPD, atingiram os resultados previstos nos acordos e ainda diversos outros resultados positivos não esperados.

Além disso, o fortalecimento institucional propiciado pelos recursos do UNFPA aumenta o potencial das organizações da sociedade civil em captar recursos de outras fontes.

Q5.3 - Recursos humanos

Como já apontado na seção anterior, o 6º Programa de País começou a ser executado em um contexto de corte de recursos *core* para o Escritório de País e de crescente pressão pela mobilização de recursos cofinanciados. Soma-se a isso que a equipe era formada por uma variedade de contratos, desde postos fixos – especialmente *Fixed Term Appointments* - FTAs – e *UN Volunteers*, até contratos que não garantiam condições adequadas para trabalhadores fixos, como os *Individual Contracts* - ICs e os *Service Contracts* - SC, modalidades desenhadas para consultores temporários e que, por isso, apresentam limites na garantia de direitos como férias, previdência e seguro médico. Por sua vez, os FTAs garantem direitos, mas são contratos caros que pesavam no orçamento e obstruíam o crescimento da equipe.

Uma das estratégias para adequar o volume de recursos *core* destinados ao Brasil com o modelo de negócios prevalente em especial a partir do 6º Ciclo, foi a reestruturação do Escritório de País. Assim, 2017 representou um período de transição em que parte considerável da equipe foi substituída e o organograma reformulado. Alguns postos foram extintos (como o de Representante Adjunto e um Representante Auxiliar) e outros mudaram de classificação (o Representante passou de D1 a P5 e o Representante Auxiliar passou de NO-C para NO-D).

Em 2017, antes da reestruturação do escritório, a execução do 6º Programa de País começou com uma equipe de cerca de quarenta pessoas contratadas por diversas modalidades de contrato. Com a reestruturação, ao longo do ano de 2018 o tamanho da equipe oscilou entre pouco mais de uma dezena até quase trinta. Na perspectiva geográfica, a atuação central se manteve em Brasília, porém o Escritório Local de Salvador foi fechado e iniciou-se a operação (com lotação de pessoas) no estado de Roraima. Em 2019, o Escritório Local de Salvador foi reaberto e a equipe do UNFPA atingiu cerca de sessenta pessoas distribuídas entre Brasília, Foz do Iguaçu, Manaus, Roraima (Boa Vista e Pacaraima), Salvador e São Paulo. Na segunda metade de 2020, quando do começo deste processo de Avaliação Final, o Escritório de País contava com sessenta e seis pessoas. Outra mudança se deu na organização da equipe. Em 2017 cada subárea tinha o seu assistente; a partir de 2018 foi criada uma estrutura de assistentes separada da área programática para os quais os oficiais de programa requisitam serviços. Esses assistentes administrativos respondem ao Gerente de Operações, porém são coavaliados entre este e os oficiais da área programática. Essa mudança ajudou a superar uma atuação por silos das áreas programáticas, contribuindo para uma ação mais integrada do Escritório de País. Por sua vez, tal integração se intensificou com a pandemia de Covid-19, posto que o isolamento social exigiu uma maior integração entre as diversas áreas do Escritório de País para a eficácia do trabalho remoto.

Com relação aos tipos de contrato, a variedade de formas de contratação ao longo da execução do 6º Programa de País foi substituída quase que em totalidade pela modalidade *Local Individual Contract Agreement* - LICA. Os contratos LICA têm direito a um fundo de pensão resgatável no final do contrato, férias e licença médica. Por outro lado, os contratos LICA são mais voláteis a variações orçamentárias e podem ser rompidos com facilidade. No momento em que essa Avaliação Final começou, os cargos do Escritório de País eram divididos entre FTAs e LICAs, sendo que a maior parte dos cargos eram contratados via LICA. Por sua vez, dentre as funções que respondem diretamente à Representação, a maior parte dos cargos também eram LICA (8 em 11), com exceção da Oficial de Saúde Sexual e Reprodutiva, da Oficial para a Segurança de Insumos

de Saúde Sexual e Reprodutiva e do Gerente de Operações. Em resumo, os contratos LICA apresentam um *trade off*: são mais baratos, garantem direitos e permitem uma equipe maior, porém contribuem para uma maior rotatividade da equipe em comparação aos contratos FTA.

Ainda que o formato dos contratos seja um fator relevante para a estabilidade das equipes, é importante ressaltar que a instabilidade é causada por diversos fatores, como ambiente institucional, nível de salários e, sobretudo, falta de recursos nos projetos aos quais as contratações estão vinculadas. Por sua vez, esta rotatividade faz com que a memória institucional se perca e com que as equipes sempre tenham pessoas atravessando o período de curva de aprendizagem. Tal cenário se mostra mais grave na assistência humanitária, em que as oscilações orçamentárias levaram à instabilidade das equipes em campo, criando desafios adicionais para uma resposta sustentada à emergência. Na assistência humanitária, a instabilidade das equipes limita a capacidade de planejar atividades a médio e longo prazo, assim como contribui para o estresse de profissionais que já estão atuando em um ambiente desafiador.

Com relação ao *learning plan* do Escritório de País, a sua última atualização foi feita em 2020. Além dos cursos obrigatórios online, o *learning plan* propõe uma série de atividades de formação para a equipe, como: orientações sobre procedimentos e regras administrativas; atividades de trocas de experiência; sessões de indução; e financiamento de cursos de desenvolvimento profissional, como idiomas, gestão do tempo e Excel. Além disso, o UNFPA desenvolveu em 2020 um plano de indução para os profissionais recém-chegados ao Escritório, no qual são listados os principais cursos, atividades, marcos normativos, leituras básicas, manuais e links úteis, bem como os pontos focais responsáveis por cada área.

Finalmente, outra questão relevante para a gestão dos recursos humanos do UNFPA foi a alocação de equipes locais em diversos estados em um curto espaço de tempo – de 2018 a 2019. Ao mesmo tempo, as equipes locais respondem a lógicas distintas de organização. A gestora do Escritório Local de Salvador e a oficial responsável pelas parcerias estratégicas lotada na cidade de São Paulo respondem diretamente à Representação. Já a ação humanitária está distribuída entre Brasília, Boa Vista e Manaus, respondendo à Representação Auxiliar, sendo que Manaus busca contribuir com o processo de interiorização, que se inicia em Boa Vista, e depende operacionalmente de Roraima. Finalmente, a equipe local de Foz do Iguaçu - do projeto em parceria com a Itaipu Binacional - respondia à Oficial de Saúde Sexual e Reprodutiva. Assim, a maior presença no território passou a exigir uma coordenação mais complexa entre as diferentes equipes, assim como uma maior harmonização dos procedimentos administrativos em um contexto de crescente descentralização da equipe.

4.3.2. Questão 6 – Mecanismos das intervenções

Em que medida os mecanismos das intervenções (instrumentos financeiros, marco regulatório administrativo, equipe, temporalidade e procedimentos) promoveram ou obstruíram a consecução dos produtos (outputs) previstos no programa, incluindo aqueles especificamente relacionados com a promoção da igualdade de gênero e raça e dos direitos humanos?

Q6.1 - Mecanismos das intervenções

Em geral, os projetos foram executados de acordo com o planejamento orçamentário, o que não impediu flexibilidade para a realocação de recursos, como parte dos investimentos na assistência humanitária, a realocação de recursos para a resposta à pandemia de Covid-19 e a decisão de financiar temporariamente a equipe do projeto de Itaipu com recursos *core* (após a decisão do cofinanciador pela não renovação do acordo). Por sua vez, as entrevistas com a equipe do UNFPA e com as suas contrapartes e a revisão documental mostraram que as atividades e os projetos foram satisfatoriamente executados dentro dos prazos planejados. Ainda que alguns casos de atrasos e adiamento tenham sido identificados, justificativas plausíveis foram apresentadas. Destacam-se os atrasos nos repasses de verbas por partes dos cofinanciadores, trocas de equipes diretivas em órgãos governamentais, necessidade de repactuação dos objetivos e atividades dos projetos com as novas equipes e ainda questões emergenciais impostas pela adaptação à assistência humanitária e à crise sanitária. Apesar das justificativas, as lições aprendidas com esses eventos podem ser levadas em conta para mitigar riscos futuros.

Em termos de mecanismos das intervenções, tal abordagem representou, por um lado, o uso intensivo de recursos humanos, atividades de capacitação técnica e comunicação institucional e, por outro, o uso limitado e pontual de modalidades de transferências de recursos para organizações executoras de serviços, como é comum no perfil da presença do UNFPA em países dos quadrantes laranja e vermelho. Boa parte dos recursos se destinaram a pagar os salários e demais custos da equipe, como podemos ver na figura abaixo:

TABELA 12 – Gastos com pessoal no 6º Programa de País

Conta de Monitoramento	Descrição da Conta de Monitoramento	Gasto
61100	Salary Costs - NP Staff	864.338,77
61200	Salaries Costs - GS Staff	608.103,53
61300	Salary & Post Adj Cst-IP Staff	820.114,31
62100	Recur Payroll Costs - NP Staff	294.388,61
62200	Recur Payroll Costs-GS Staff	178.057,55
62300	Recurrent Payroll Costs-IP Stf	414.782,80
63100	Non-Recurrent Payroll - NP Stf	85.461,34
63200	Non-Recurrent Payroll - GS Stf	99.072,11
63300	Non-Recurrent Payroll - IP Stf	214.057,30
65100	After Service Insurance	114.198,72
71000	Other Personnel Expenses	0,00
71400	Contractual Services – Individ	2.291.172,44
71500	UN Volunteers	77.926,94
TOTAL		6.061.674,42
Porcentagem do gasto em relação aos recursos globais		47,41%

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios financeiros do 6º Programa de País.

Vemos acima que os custos e pagamentos de pessoal representaram mais de 47% dos recursos executados pelo Escritório de País entre 2017 e 2020. Tais gastos foram complementados pelo investimento nas rubricas relativas ao trabalho com *advocacy* e capacitação técnica, que, como podemos ver abaixo, representou quase 20% dos recursos executados:

TABELA 13 – Gastos com *advocacy* e capacitação técnica no 6º Programa de País

Conta de Monitoramento	Descrição da Conta de Monitoramento	Gasto
63400	Learning Costs	86.202,28
71200	International Consultants	30.121,69
71300	Local Consultants	1.320.775,03
72400	Communic & Audio Visual Equip	91.613,69
74200	Audio Visual&Print Prod Costs	611.808,25
75700	Training, Workshops and Conferences	379.962,13
TOTAL		2.520.483,07
Porcentagem do gasto em relação aos recursos globais		19,71%

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios financeiros do 6º Programa de País.

Se somarmos os gastos apresentados nas duas tabelas, vemos que mais de 67% dos recursos executados ao longo do 6º Programa de País se concentraram em recursos humanos e em rubricas indispensáveis para o trabalho de *advocacy* e assessoria técnica, o que está em consonância com a classificação do Brasil no quadrante rosa e corrobora a estratégia de focar na construção de capacidades nacionais em lugar de fornecimento de serviços diretos. Mesmo assim, o UNFPA não deixou de trabalhar com a transferência de recursos para organizações da sociedade civil. No entanto, esse mecanismo resultou antes em uma estratégia de fortalecimento institucional da sociedade civil, do que em um modelo de terceirização e monitoramento da implementação do Programa. Por isso, o Escritório de País trabalhou majoritariamente com a concessão de *grants* visando o fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil. Em contrapartida, a execução do 6º Programa de País pouco utilizou o HACT, modalidade que permite uma transferência maior de recursos e exige uma capacidade administrativa mais robusta dos parceiros, sendo mais comum em países nos quais o UNFPA funciona como um Fundo que financia a entrega de serviços na ponta. No total, entre 2017 e 2020 foram 30 *grants* contra 12 contratos HACT, dos quais 9 foram para financiar ações da assistência humanitária e do projeto *#borasaber*.

Com relação à gestão administrativa dos parceiros financiados pelo UNFPA, em 2019 o Escritório de País passou a fazer *micro assessments* para avaliar se eles teriam capacidade de implementação financeira. No caso daqueles que sejam auditados externamente, o UNFPA pede a cópia do relatório de auditoria. Em acordos com valores acima de USD 100 mil, o UNFPA contrata uma empresa de auditoria para realizar o *micro assessment*. Já o *spot check* é realizado pela equipe do UNFPA através de uma visita de campo em que são analisados os documentos da organização e a sua equipe é treinada para a boa execução dos recursos. Além disso, os próprios parceiros tem acesso ao sistema ATLAS para subir documentos, entregar relatórios e prestar contas. Por sua vez, as entrevistas com parceiros financiados pelo UNFPA foram unânimes em avaliar positivamente as capacitações administrativas recebidas, destacando a clareza de procedimentos e guias, a acessibilidade da equipe administrativa e a desburocratização do processo de execução dos recursos e prestação de contas. Todos os parceiros financiados entrevistados confirmaram ter recebido visitas, orientações e capacitações da equipe do UNFPA e todos se sentiam seguros com relação ao seu grau de conhecimento dos procedimentos administrativos do Fundo.

Q6.2 - Gargalos administrativos

Através das entrevistas com a equipe do UNFPA e parceiros, a Equipe de Avaliação identificou alguns gargalos administrativos na execução do 6º Programa de País. Atrasos na execução de projetos e na entrega de relatórios e prestações de contas foram identificados através

de entrevistas e revisão de documentos. Ainda que esta questão tenha sido identificada como um problema que necessita maior atenção, não houve relatos da equipe do UNFPA e nem de parceiros de consequências graves para tais atrasos. Há que se fazer a ressalva para o projeto em cooperação com Governo do Distrito Federal, que foi descontinuado no final de 2020 e sofreu diversos atrasos na sua execução. Neste caso, no entanto, os atrasos aparecem como sintomas de um desalinhamento de abordagens entre as partes, antes que como a causa. Por sua vez, os atrasos na execução dos projetos estavam embasados por justificativas plausíveis, como demora na liberação de recursos, mudanças nas equipes de órgãos governamentais ou ainda mudanças de contexto que exigiram readequação das atividades, sobretudo no contexto da assistência humanitária e da adaptação à pandemia de Covid-19. Além disso, as instituições cofinanciadoras entrevistadas avaliaram positivamente, em sua maioria, a qualidade dos relatórios financeiros e narrativos entregues pelo UNFPA, bem como salientaram a transparência e confiança inspiradas pelo Fundo.

Um dos gargalos administrativos identificados diz respeito à adequação dos procedimentos estipulados nos marcos regulatórios administrativos para o atendimento de demandas por compras e contratações no âmbito da assistência humanitária. Organizações como o ACNUR e a OIM, que possuem uma presença maciça em campo em diversos países, costumam não apenas ter uma maior robustez administrativa para lidar com o volume de contratos, compras e contratações necessárias para os contextos de assistência humanitária, mas também conjuntos de regras mais flexíveis para atender a alguns tipos de demanda, como, por exemplo, a necessidade de contratação de pessoal em tempo reduzido. No caso do UNFPA, o tempo necessário para a realização de compras e contratações trouxe problemas para as equipes em campo, levando ao atraso na entrega de insumos e a vacâncias estendidas nas equipes.

No contexto da assistência humanitária, o Escritório de País optou por não solicitar o uso das regras de *Fast Track Procedures* – FTP, mantendo o uso dos procedimentos padrão para recursos *core* estipulados no *Policy and Procedures Manual*. O FTP é um conjunto de procedimentos que oferece aos escritórios nacionais uma maior delegação de autoridade e flexibilidade em programas específicos e áreas operacionais por um período de tempo limitado, representando uma modificação das políticas e procedimentos padrão do *Policy and Procedures Manual*. Seu objetivo principal é facilitar uma resposta rápida às demandas dos países. São elegíveis para a utilização do FTP os escritórios nacionais que estejam operando em contextos locais desafiadores e precisem fazer intervenções em prazos mínimos. Nesses casos estão inclusos os contextos de assistência humanitária de nível 1 a 3, sendo que no caso do nível 3 a autorização para uso é automática. A emergência do influxo de migrantes e refugiados da Venezuela teve o Nível 1 de emergência declarado pelo ACNUR em maio de 2017 e o Nível 2 em julho de 2018. Nestes casos, a autorização de uso do FTP deverá ser solicitada ao órgão competente, podendo ser aprovada por seis meses prorrogáveis sob nova requisição, de modo que novas extensões precisam ser justificadas, já que a flexibilidade de regras aumenta consideravelmente os riscos administrativos aos quais o UNFPA está exposto.

Há também um gargalo administrativo na formalização dos acordos com o governo brasileiro, sobretudo porque o processo de formalização – através da modalidade PRODOC – é lento e depende da aprovação da ABC que, idealmente, deve estar envolvida desde o começo do processo. Em um contexto de instabilidade política em que equipes diretivas dos principais órgãos governamentais mudaram com bastante rapidez, o tempo de negociação e aprovação dos PRODOCs passou a representar um risco administrativo maior para alguns projetos. Tal risco se concretizou na impossibilidade de execução de recursos já mobilizados junto ao Governo Federal

e aos governos estaduais. Além disso, os PRODOCs respondem à legislação brasileira e os seus procedimentos administrativos e regras estão regulamentados sob o Decreto nº 5151⁵⁷, de modo que os mecanismos se diferenciam daqueles que o UNFPA utiliza para recursos *core* ou de outras fontes de financiamento, o que exige a apropriação desses mecanismos já no momento de negociação. Por exemplo, PRODOCs permitem uma porcentagem menor (5%) de custos indiretos do que outras fontes de financiamento⁵⁸, o que faz com que a capacidade administrativa e de recursos humanos do UNFPA deva ser levada em conta no processo decisório, já que há menor margem de investimento em gastos institucionais.

A equipe reduzida da área de operações combinada com a centralidade de aprovações de processos pelo Gerente de Operações também representou um gargalo administrativo, sobretudo em situações emergenciais. Uma das soluções que o Escritório de País buscou para este gargalo foi o uso e o fortalecimento da *Joint Operations Facilities* – JOF. Trata-se uma estrutura de operações especializada em compras e viagens que atende a diversas agências. Com o seu uso, as agências podem transferir processos de compras e viagens para a JOF – sobretudo processos de maior valor e que exigem tomada de preços -, acelerando os processos e tirando parte da sobrecarga que recai sobre a equipe de operações. A JOF foi lançada em 2016 e funcionava dentro da estrutura do PNUD, porém com um comitê gestor (JOSS) formado por representantes de diversas agências. Como este modelo de governança encontrou desafios operacionais, o UNFPA sugeriu que o PNUD incorporasse completamente a gestão da JOF, o que foi aprovado pelo UNCT em 2018, resultando no modelo de gestão ainda em voga. Com essa mudança, o método operacional da JOF também foi alterado. Antes, a JOF trabalhava através de financiamento compartilhado, em que os cálculos de custos de um ano eram projetados para o ano seguinte de modo proporcional ao uso de cada agência. Como tal método gerava distorções, a JOF passou para o modelo *pay per use*, para o qual há uma lista de preços. O PNUD assume os custos ao longo do ano e recupera os valores das agências usuárias ao final do ano financeiro.

Q6.3 - Uso de vantagens comparativas

A Equipe de Avaliação encontrou evidências de que o Escritório de País fez uso de suas vantagens comparativas para mobilizar recursos junto a doadores, com destaque para a área de Saúde Sexual e Reprodutiva e insumos farmacêuticos e para a relação com o Ministério da Saúde, embora o UNFPA tenha enfrentado barreiras para a execução de uma parte substancial de tais recursos. Entrevistas com parceiros governamentais mostraram que a expertise do UNFPA em algumas áreas –*e.g.* o cálculo de necessidades de contracepção e de impacto socioeconômico da gravidez na adolescência – foi um fator preponderante para a parceria e, sobretudo, para a decisão de formalizá-la e aportar recursos financeiros para projetos conjuntos. Assim, a qualidade técnica do UNFPA apareceu como uma vantagem comparativa da instituição. Dentre as vantagens comparativas citadas por parceiros nas entrevistas, cabe destaque para o valor agregado do UNFPA na área de SSR, no enfoque de Juventude com perspectiva de direitos humanos, na produção e disseminação de dados sobre Dinâmicas Populacionais e na capacidade de comunicação com atores diversos. Soma-se isso a diversidade das áreas de mandato e a capacidade de convocar e congregar atores de naturezas, temáticas e lugares distintos. De modo geral, os parceiros

⁵⁷ Ver Decreto 5151, de 22 de julho de 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5151.htm. Acesso em 06 Mar 2021.

⁵⁸ De acordo com o Artigo 1º, Parágrafo Único do Decreto 5151: “A taxa de administração a ser fixada junto aos organismos internacionais cooperantes fica limitada em até cinco por cento dos recursos aportados pelos projetos a serem implementados sob a modalidade de Execução Nacional”.

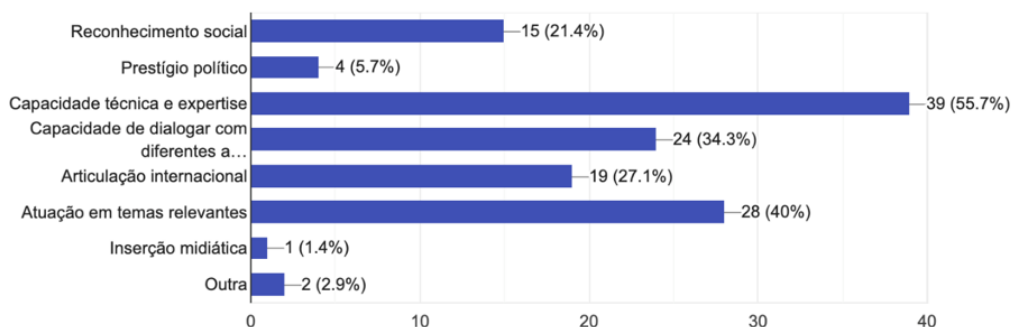
reconhecem no UNFPA uma contraparte transparente, confiável, qualificada tecnicamente e que abre portas para a relação com outras organizações. O reconhecimento do poder de convocação e da expertise do Fundo é comum a potenciais financiadores e financiados das ações do UNFPA.

A expertise que os parceiros reconhecem no UNFPA como instituição, estende-se à equipe do Escritório de País. Isso foi um tema recorrente nas entrevistas com contrapartes, sendo que várias avaliam que a equipe do UNFPA contribui tecnicamente para a formulação e implementação de políticas públicas, apresenta soluções para problemas de gestão e produção de dados e contribui no desenvolvimento de metodologias. Analogias surgidas nas entrevistas - como “Sinto que estou trabalhando com pares” e “É como se nós tivéssemos mais um técnico para dialogar” – exemplificam o reconhecimento que os parceiros fazem da capacidade técnica da equipe do UNFPA e de como isso resulta em um valor agregado. A avaliação positiva da qualidade técnica da equipe do UNFPA é confirmada pelos resultados do Questionário para Parcerias: na questão 19 pedimos que parceiros identificassem a vantagem comparativa do UNFPA, sendo possível a escolha de até duas opções. A opção com maior incidência de entradas na visão dos 70 respondentes foi “capacidade técnica e expertise”, com 55,7% das respostas.

FIGURA 10 – Resposta à questão 19 do Questionário para Parcerias

19. Qual é a principal vantagem comparativa ou diferencial do UNFPA no Brasil? É possível ESCOLHER DE UMA A DUAS OPÇÕES e caso uma delas seja OUTRA, favor especificar por escrito qual.

70 responses



Finalmente, as entrevistas com parceiros deram diversos exemplos de como o UNFPA foi capaz de sensibilizar e qualificar tecnicamente as suas contrapartes para a adoção de um olhar mais sensível para as especificidades de gênero, raça e etnia. Cabe destaque à criação e implementação do Programa de Estágio Afirmativo, que, desde 2017, inclui jovens diversos em termos de gênero, raça e etnia na equipe do Escritório de País. Por um lado, o Estágio Afirmativo buscou tornar a equipe mais diversa e gerar oportunidades para que as populações vulneráveis potencialmente beneficiárias dos projetos de Juventude fossem representadas no próprio Escritório de País. Outro processo de seleção afirmativo foi levado à cabo em 2020 e resultou na contratação de duas mulheres negras para os postos de Oficial de Juventude e Oficial de Gênero, Raça e Etnia. Nesse sentido, a composição diversa da equipe foi identificada em muitas entrevistas como um ativo do Escritório de País. Parceiros do Sistema ONU e governamentais veem tal diversidade como uma vantagem comparativa do UNFPA, ao passo que os da sociedade civil se enxergam nessa diversidade, o que ajuda a construir relações de confiança. Já para o próprio Escritório de País, a diversidade na composição da equipe contribui para um maior acolhimento das diferenças e para a construção de um ambiente institucional em consonância com os marcos normativos do UNFPA.

4.4. Sustentabilidade

Este critério prospectou qual é a factibilidade da continuação dos benefícios das intervenções do UNFPA para além dos limites financeiros e temporais da execução das atividades do Programa de País. Dois aspectos da sustentabilidade ganharam maior ênfase: a promoção de capacidade institucional das contrapartes do UNFPA e o potencial de que tais parceiros se apropriem das intervenções do Programa de País; e a gestão de risco do Escritório de País, sobretudo em relação a potenciais retrocessos nas áreas programáticas e à emergência sanitária em decorrência da pandemia de Covid-19.

4.4.1. Questão 7 – Estratégias de saída e apropriação das intervenções

Em que medida a sustentabilidade foi alcançada através da capacitação e do desenvolvimento de pontos fortes dos parceiros e beneficiários, assim como da aptidão de um Escritório de País inclusivo e diverso em alcançar os ODS?

Q7.1 - Estratégias de saída para as intervenções

No 6º Programa de País, o UNFPA adotou duas estratégias pilares com o objetivo de garantir a sustentabilidade de suas intervenções: o desenvolvimento de capacidades dos portadores de deveres e o fortalecimento institucional e pessoal dos detentores de direitos, buscando aí o efeito multiplicador. Em ambos os casos, o Escritório de País combinou a atuação nos centros formuladores de políticas e de tomada de decisão – abordagem *top-down* -, com o apoio a setores governamentais, organizações e grupos populacionais com participação limitada no processo decisório, sobretudo os grupos que são *deixados para trás* – abordagem *bottom-up*.

A complementaridade entre desenvolvimento de capacidades e fortalecimento institucional, por um lado, e entre abordagens *top-down* e *bottom-up*, por outro, estruturaram a elaboração de estratégias de saída para os programas e intervenções do UNFPA, embora tenhamos encontrado consideráveis variações nos graus de êxito em garantir a sustentabilidade das intervenções e/ou transferir a sua execução para os parceiros nacionais. Nesse sentido, vemos que alguns projetos foram desenhados já com claras estratégias de saída, como a capacitação dos parceiros, a transferência de expertise e a busca por inovações e boas práticas a serem sistematizadas e disseminadas. Mesmo assim, fatores de instabilidade institucional ou orçamentária limitaram o potencial de sustentabilidade de algumas intervenções. Por outro lado, alguns projetos foram desenhados para o aproveitamento de janelas de oportunidade de parcerias e/ou mobilização de recursos, em alguns casos com frágeis estratégias de saída e gestão de riscos, o que também contribuiu para um grau de sustentabilidade limitado.

Embora as intervenções apresentem prospectos de sustentabilidade diferentes, alguns projetos fazem uso de todas as estratégias acima citadas e apresentam a complementaridade tanto entre desenvolvimento de capacidades e fortalecimento institucional, como entre abordagens *top-down* e *bottom-up*. Este é o caso do projeto Saúde das Manas, dos esforços para ampliar o uso do DIU como método contraceptivo, da inclusão da identidade quilombola no Censo e das ações do projeto *#borasaber*. Optamos por apresentar um breve estudo de caso de um desses projetos – o *#borasaber* – como exemplo da execução de estratégia de sustentabilidade no 6º Programa de País. O estudo de caso pode ser consultado como Anexo 10 deste relatório, um fator relevante para o sucesso das estratégias de saída das intervenções foi o incentivo para o envolvimento dos principais parceiros e beneficiários nas intervenções, bem como o desenvolvimento de mecanismos eficazes de gestão compartilhada. A participação dos parceiros no planejamento e

gestão das atividades é fundamental para que elas sejam apropriadas nacionalmente, potencializando, assim, a sustentabilidade das intervenções mesmo em casos de finalização do apoio do UNFPA. As entrevistas com os parceiros avaliaram de modo positivo a abertura do UNFPA para que participassem do planejamento e da execução das atividades conjuntas. Tal opinião foi parcialmente corroborada pelos resultados do Questionário para Parcerias. Como vemos na Figura 06 do Anexo 12, dos 49 respondentes da questão 15, em uma escala de 1 a 5, 30,6% deram nota máxima para o UNFPA e 18,4% deram nota 4 ao avaliar o nível de participação que tiveram no planejamento das atividades conjuntas. A nota média, porém, foi relativamente baixa, resultando em 3,30. Nesse sentido, é notável que as notas 1 e 2 tenham obtido 8 respostas cada, o que mostra que uma proporção considerável dos parceiros não se sente incluído no planejamento das atividades conjuntas.

Além disso, como vimos na resposta à Questão 2, o UNFPA criou e fortaleceu estruturas de governança que buscam fomentar tanto a participação política dos parceiros, como o seu envolvimento no processo decisório do Escritório de País, como foi caso de conselhos e salas de situação. Em outros casos, o UNFPA criou espaços e formas de diálogo com o objetivo de fomentar a gestão compartilhada das intervenções, o que fica evidente em projetos como o Saúde das Manas e a parceria de Cooperação Sul-Sul com o IBGE. Parceiros governamentais e da sociedade civil deram retornos positivos sobre a capacidade de gestão compartilhada com o UNFPA, o que foi corroborado pelo Questionário para Parcerias, que na pergunta dedicada a este tema mostrou resultados um pouco melhores que os do parágrafo anterior. Vemos na Figura 07 do Anexo 12 que, de 48 respondentes, 29,2% deram nota máxima e 31,3% nota 4. Já a nota média ficou em 3,58.

Q7.2 - Capacitação e desenvolvimento dos parceiros

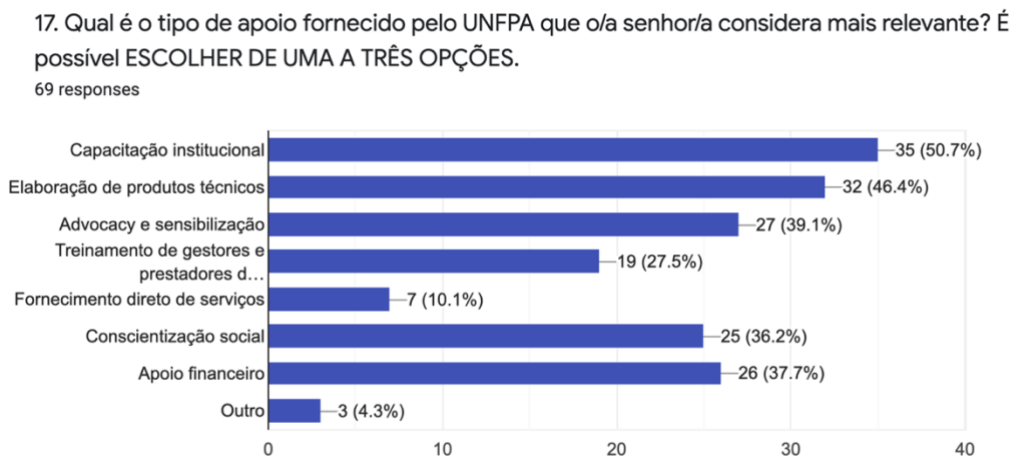
Se a participação dos parceiros no planejamento e gestão das atividades é fundamental para que elas sejam apropriadas nacionalmente, outra estratégia relevante – e complementar – é a capacitação e desenvolvimento de tais parceiros. Nesse sentido, um modo de engajamento transversal do 6º Programa de País foi a capacitação e o desenvolvimento de pontos fortes dos parceiros e beneficiários. A incidência direta do Escritório de País em organismos governamentais, entidades do setor privado e organizações da sociedade civil teve a capacitação de profissionais e sujeitos de direitos como um modo de engajamento comum a todas as áreas. Tal estratégia mirou tanto os gestores à frente da formulação e execução de políticas públicas em diversos níveis de governo ou entidades do setor privado, como também chegou aos provedores de serviço que estão na ponta do atendimento ao público e às organizações da sociedade civil.

As ações de treinamento variaram bastante de duração e escopo, compreendendo desde reuniões informais e oficinas de pequeno porte para poucas dezenas de pessoas, até seminários internacionais e programas de treinamento de vários dias para gestores que contaram com centenas de participações. Em comum, elas buscaram construir capacidades em instituições e fortalecer sujeitos, contribuindo para a sustentabilidade das intervenções do UNFPA. Através de um questionário aplicado aos oficiais de programa do Escritório de País, identificamos a realização de 70 eventos de treinamento e capacitação, entre workshops, seminários, cursos e reuniões técnicas. A Equipe de Avaliação não coletou dados sistematicamente para medir a eficácia dos treinamentos: em parte, a análise neste nível de detalhe foge ao escopo desta Avaliação; por outro lado, enquanto em alguns casos o UNFPA utilizou ferramentas de mensuração de resultados, como pré- e pós-testes, em outros não houve qualquer registro ou monitoramento dos efeitos da capacitação. Ainda assim, muitas informações relevantes foram coletadas em entrevistas e na

revisão de documentos, de modo que os números e resultados de vários desses treinamentos foram apresentados para cada produto do 6º Programa de País no Anexo 7. Por isso, aqui focaremos nos resultados obtidos através do Questionário para Parcerias, que apresentou um módulo específico para captar a avaliação que fazem da experiência as contrapartes que já participaram de treinamentos e capacitações organizados pelo UNFPA.

A questão 8 do questionário - que dava acesso a este módulo específico – mostra que mais da metade dos 69 respondentes (55,1%) participaram de algum treinamento ou capacitação do UNFPA, como vemos na Figura 08 do Anexo 12. Por sua vez, a questão 9 apresenta dados muito expressivos sobre a avaliação que os parceiros fazem das capacitações técnicas e treinamentos do UNFPA. Numa escala de 1 a 5 em que 1 é péssimo e 5 é excelente, todas as 38 respostas se concentraram nas notas 4 (31,6%) e 5 (68,4%), o que resulta em uma nota média de 4,68, conforme podemos ver na Figura 09 do Anexo 12. Já a Figura 10 deste mesmo anexo traz os dados de resposta para a questão 11 e mostra que, numa escala em que 1 é nada e 5 é muito, 55,6% dos 36 respondentes afirmaram que aprenderam muito com o treinamento recebido, ao passo que 38,9% responderam 4 e 5,6% responderam 3, não havendo entradas para 2 e 1. A nota média ficou em 4,5. Em um padrão de resposta muito similar, a resposta à questão 13 (Figura 11 do Anexo 12) mostrou que, numa escala em que 1 é nada útil e 5 é muito útil, 66,7% dos 36 respondentes consideraram o treinamento muito útil para o seu dia a dia no trabalho, ao passo que 27,8% deram nota 4 e 5,6% deram nota 3, não havendo entradas para as notas 2 e 1. A nota média foi de 4,61. Por fim, a questão 17 nos dá um panorama de quais são os tipos de apoio fornecidos pelo UNFPA que são considerados mais relevantes pelas suas parcerias. Em uma resposta que permitia a escolha de até 3 opções, 50,7% dos 69 respondentes optaram por capacitação institucional, ao que se seguiram a elaboração de produtos técnicos (46,4%), o *advocacy* e sensibilização (39,1%), o apoio financeiro (37,7%) e a conscientização social (36,2%). Vemos que, mais que um provedor de serviços e recursos, o UNFPA é visto pelos seus parceiros como uma instituição de cooperação técnica – através da capacitação institucional e da elaboração de produtos – e, ao mesmo tempo, capaz de criar um ambiente propício para o avanço nos temas de seu mandato – através do *advocacy*, da sensibilização e da conscientização social.

FIGURA 11 – Resposta à questão 17 do Questionário para Parcerias



Q7.3 - Replicação de boas práticas e escalonamento dos resultados

Finalmente, faz-se relevante abordar um ponto fraco do 6º Programa de Países, que é a falta de uma estratégia eficaz de ampliação de escala dos resultados, o que limita o potencial de sustentabilidade das intervenções. A replicação de boas práticas e a busca por ferramentas de escalonamento dos resultados não apareceu nas entrevistas e revisão de documentos como estratégias relevantes no planejamento das intervenções, embora tenham surgido eventualmente como resultados não esperados. Tal questão também pode ser identificada ao analisarmos o conjunto de publicações do UNFPA: enquanto são recorrentes publicações com produção inédita, sistematização ou disseminação amigável de dados, há um déficit de publicações com sistematizações de iniciativas pilotos ou disseminação de boas práticas. Uma notável exceção é a publicação Boas Práticas na Atenção Integral ao Adolescente, que sistematizou experiências premiadas pelo Selo Chega Mais para gestores e provedores de serviços municipais do Oeste do Paraná no âmbito do projeto em parceria com a Itaipu Binacional⁵⁹.

Apesar dos limites de planejamento, vemos na prática do 6º Programa de Países alguns bons exemplos de replicação de boas práticas e escalonamento de resultados. Com relação ao primeiro caso, vale citar que os resultados exitosos da Sala de Situação, Ação e Articulação sobre Direitos das Mulheres na resposta à epidemia do Zika vírus serviram como referência para a replicação da experiência em duas oportunidades: a Sala de Situação em Sala de Situação de Violência Baseada em Gênero no Nordeste e a Sala de Situação de Juventude e Sociedade Civil. Ambas as ações foram muito bem avaliadas nas entrevistas com parceiros. Por sua vez, no desenho do projeto Saúde das Manas fica evidente a preocupação em torná-lo uma boa prática com potencial de replicação futura em outros contextos de vazios assistenciais em saúde no Brasil. Do mesmo modo, vemos a intenção de sistematizar as boas práticas oriundas da inclusão da identificação quilombola no Censo tanto para que sirvam de referências para outros povos e comunidades tradicionais no Brasil, como para outros países com povos que se enquadram nas definições da Convenção nº 169 da OIT. Tais ações, contudo, não são estruturantes de tais projetos e aparecem como externalidades positivas de sua execução antes do que um resultado esperado.

Já em relação ao escalonamento de resultados, o 6º Programa de Países apresenta algumas experiências exitosas. Dentre elas, convém citar os esforços que o Escritório de Países fez para aumentar o acesso ao DIU como método contraceptivo. Com base em evidências, o UNFPA identificou uma baixa adesão ao método, ainda que os insumos estivessem disponíveis no estoque do sistema público de saúde. Havia, no entanto, um déficit de informação sobre a relevância do seu uso como método contraceptivo de baixo custo, eficaz, seguro e reversível, bem como falta de expertise para a sua inserção em algumas regiões do país. No contexto da assistência humanitária ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos, o UNFPA primeiro abordou emergencialmente o problema, fazendo mutirões de inserção do DIU nas unidades de saúde. Tal ação foi seguida de um treinamento online no tema para 70 profissionais de saúde da rede pública dos estados do Amazonas e Roraima. Este exemplo nos mostra como um problema crônico foi abordado primeiramente de modo emergencial, ao que se seguiu uma ação que contribuiu para a sua solução sustentável. Mesmo assim, esse tipo de abordagem ainda é minoritário no 6º Programa de Países.

⁵⁹ Disponível em <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/caderno-online-modulo5.pdf>. Acesso em 26 fev 2021.

4.4.2. Questão 8 – Gestão de riscos e mudanças de contexto

Em que medida a sustentabilidade foi alcançada através de esforços que tenham como objetivo diminuir o impacto de potenciais retrocessos nas áreas temáticas do Programa de País?

Q8.1 - Gestão de riscos

O 6º Programa de País demonstrou flexibilidade, sendo consideravelmente adaptável às principais mudanças de contexto do período, a saber: a crise econômica; o fortalecimento de grupos conservadores no Brasil e no exterior; o fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela; as mudanças de governo e de configuração dos cargos de alto escalão no âmbito federal; e, finalmente, a crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Por sua vez, para a capacidade de adaptação aos novos contextos foi estratégica a opção por um programa flexível e com poucos indicadores, mas com análises sofisticadas e embasadas por evidências dos problemas e necessidades a serem abordados pelos programas. Por outro lado, ao longo do tempo o Programa de País perdeu potencial como um documento de referência para a elaboração de atividades, assim como apresentou limites para o monitoramento e avaliação dos seus resultados.

Como a pandemia de Covid-19 terá maior impacto no processo de planejamento para o ano de 2021, a adaptação às mudanças de contexto no processo de planejamento verificáveis no período sob avaliação se deram, sobretudo, na resposta à emergência humanitária ocasionada pelo fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela. A partir de 2018, o Escritório de País passou a monitorar e reportar resultados para as atividades e projetos da assistência humanitária. Isso se deu tanto através da inclusão de atividades específicas de assistência humanitária sob os produtos e indicadores já existentes, como da inserção de dois indicadores do Resultado 3 do Plano Estratégico Global 2018-2021⁶⁰. Assim, a partir de 2018 o Escritório de País planejou e monitorou atividades para estes dois novos indicadores referentes ao Resultado 3⁶¹. Ainda que não tenha havido tempo hábil para que a resposta à pandemia de Covid-19 se materializasse nos documentos de planejamento do Programa de País, através das entrevistas e da análise de documentos foi possível verificar que o Escritório de País respondeu rapidamente à crise. Os resultados dessas ações foram abordados em outras partes do relatório (*e.g.* Anexo 7).

Ademais, considerando que as crises política e econômica já eram uma realidade em 2016, no *Annual Work Plan* de 2017 o Escritório de País identificou riscos contextuais e reconheceu como hipóteses críticas do 6º Programa de País, dentre outras: a crise econômica e as políticas de austeridade afetando a disponibilidade e o desembolso para o UNFPA de recursos cofinanciados; alterações nas contrapartes do Governo Federal afetando a continuação, articulação, e/ou prazos dos projetos cofinanciados; e o crescimento da influência conservadora no Congresso Nacional e no Governo Federal. As entrevistas com a equipe do UNFPA mostraram que o Escritório de País respondeu a tais hipóteses críticas principalmente através da busca de agendas convergentes com contrapartes tradicionais no âmbito federal e da diversificação de parcerias com instituições técnicas federais, governos estaduais, prefeituras e atores do setor privado. No entanto, mesmo tendo feito desde o princípio uma identificação correta de riscos contextuais e o seu monitoramento

⁶⁰ Outcome 3 - Gender equality, the empowerment of all women and girls, and reproductive rights are advanced in development and humanitarian settings.

⁶¹ **Output 10 – Indicador 10.3** - Número de comunidades que desenvolveram plataformas de *advocacy*, com o apoio do UNFPA, para eliminar a discriminação de gênero e normas socioculturais que afetam mulheres e meninas (não-cumulativo); e **Output 11 – Indicador 11.4** - O país aplicou as normas mínimas para a prevenção e resposta à violência baseada no gênero em situações de emergência (tendo sido aplicadas 15 ou mais normas mínimas).

ao longo dos *Annual Work Plans* e dos *Annual Reports* dos anos seguintes, o Escritório de País não logrou evitar diversos reveses condicionados por retrocessos econômicos e políticos já antevistos no planejamento.

Além disso, alguns riscos institucionais foram identificados e monitorados através do documento *Annual Enterprise Risk Assessment*, inserido no sistema *SIS My Risks*. Riscos como o de não alcançar as metas de mobilização de recursos, de enfrentar longas vacâncias em postos-chave e de não possuir equipe qualificada ou com os conhecimentos técnicos necessários foram monitorados através deste documento, tendo a responsabilidade de mitigação sido delegada ao posto responsável – em geral, a Representação ou a Gerência de Operações. Dentre tais riscos institucionais, a sustentabilidade das intervenções foi limitada pela disponibilidade intermitente de recursos e pela instabilidade na composição das equipes. O planejamento de atividades foi prejudicado pela falta de previsibilidade quanto à disponibilidade de recursos, assim como recursos já mobilizados sofreram atrasos e cancelamentos, fazendo com que projetos – alguns de grande porte – sofressem interrupções ou mesmo tivessem seu início adiado indefinidamente. Por sua vez, recursos vultosos foram mobilizados com parceiros governamentais às vésperas de mudanças de governo e com equipes formadas por cargos de confiança com baixa estabilidade, riscos que não foram identificados e mitigados a tempo em documentos ou estratégias específicas e resultaram na perda de financiamentos e descontinuidade de projetos. Neste cenário, planejar e executar ações de longo prazo e sustentáveis se torna um desafio ainda maior, dado que a imprevisibilidade dos recursos pode resultar em um mosaico de ações pontuais e em relações efêmeras com as contrapartes, o que limita a formação e solidificação de redes.

Já a instabilidade na composição das equipes é uma das causas identificadas para a rotatividade da equipe do Escritório de País, sobretudo no cargo de Assistente de Programa e nas equipes de Roraima e Amazonas. Tal instabilidade demanda um esforço maior de *induction* por parte dos oficiais de programa, pois sempre há novos integrantes na equipe. Além disso, a instabilidade das equipes aumenta as oportunidades de risco de vacância de postos-chave com permissões específicas, como certos procedimentos administrativos ou respostas às emergências de segurança. Por outro lado, o tempo limitado de permanência de parte da equipe, faz com que as capacidades individuais sejam subutilizadas, já que boa parte do período de contratação transcorre durante a curva de aprendizagem das novas funções. Isso também afeta a memória institucional: na Fase de Campo desta Avaliação, por exemplo, havia poucos oficiais remanescentes do período de planejamento do 6º Programa de País, de modo que boa parte da memória do processo se perdeu por conta da rotatividade da equipe. Tais fatores contribuem negativamente para a sustentabilidade das intervenções e aumentam os riscos institucionais.

Finalmente, a gestão de riscos do Escritório de País se completa com dois documentos: o *UNFPA Business Continuity Plan* – BCP e o BCP e o *Disaster Recovery Plan* - DRP. O BCP aborda as atividades e funções críticas relacionadas com a gestão da segurança e proteção do pessoal, bem como traz estratégias e resultados de treinamentos de resposta a eventos que perturbem a capacidade de implementar os planos de resposta humanitária e de contingência. O BCP é contextualizado com os riscos específicos de perturbações do Escritório de País e permite o alinhamento com a resposta do UNCT para aspectos relacionados a mandato da UNFPA, permitindo a manutenção das comunicações de voz e dados com a equipe, demais organizações do Sistema ONU e instâncias superiores do UNFPA. A última versão deste document é de março de 2020. Já o DRP é um documento suporte do BCP que concentra as informações sobre a capacidade do Escritório de País para resistir e se recuperar de catástrofes, definidas como a

incapacidade do pessoal de desempenhar todas ou algumas de suas funções e responsabilidades regulares durante certo período de tempo. A última versão do documento é de setembro de 2019.

Q8.2 - Resposta aos potenciais retrocessos

O fortalecimento de setores conservadores no Brasil e a eleição de candidatos com eles alinhados resultaram no afastamento do UNFPA de alguns parceiros tradicionais – sobretudo no âmbito do Governo Federal – e em uma crescente rejeição a alguns temas do mandato do Fundo. Desde 2017, áreas do Governo Federal que são estratégicas para o avanço o Programa de Ação da CIPD, como os organismos de direitos humanos e meio ambiente, têm paulatinamente se afastado do Escritório de País e, em algumas ocasiões, manifestado oposição a dimensões do seu mandato, sobretudo nos temas de gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva. Soma-se a este cenário a assistência humanitária e a pandemia de Covid-19, processos que têm exigido contínuo esforço do UNFPA para se adaptar às mudanças de contexto e responder a potenciais retrocessos nas áreas do seu mandato. Em outras seções deste Relatório Final, apresentamos os esforços do Escritório de País em responder a essas situações emergenciais. Aqui elencaremos algumas ações que o UNFPA executou no sentido de atualizar cenários, promover diálogos e gerar evidências que guiassem as respostas a potenciais retrocessos para o mandato do UNFPA e/ou populações vulneráveis. Essas respostas foram balizadas por ações estratégicas e pela sistematização e produção *ad hoc* de evidências, buscando embasar as decisões em análises produzidas ao longo da execução do Programa, permitindo melhor adaptação a contextos que mudaram com rapidez.

- a. Desde o começo da crise política no Brasil e com mais intensidade a partir da assistência humanitária, **o UNFPA buscou não apenas uma relação mais ampla com governos estaduais e prefeituras, mas uma maior presença no território**, com a alocação de equipes locais em quatro estados;
- b. Realização de *needs assessments* junto a instituições parceiras, missões, incursões a campo, reuniões e diálogos institucionais que tiveram como intuito a **identificação de demandas da população nas áreas programáticas do 6º Programa de País**;
- c. **Estimativa do impacto da pandemia de Covid-19 sobre as necessidades de Saúde Sexual e Reprodutiva das mulheres** através de estudos internos que buscaram medir quais seriam as consequências de vários níveis de fechamento de serviços sobre o acesso das mulheres a métodos de contracepção, acompanhamento pré-natal, etc;
- d. **Ações de participação política e fortalecimento de redes e organizações da sociedade civil** que buscaram criar um ambiente propício para a defesa de temas caros ao mandato do UNFPA no Brasil;
- e. **Desenvolvimento de estratégias de comunicação institucional adaptadas ao novo contexto** e que buscaram embasar a defesa do mandato do UNFPA através do uso de evidências, formas inovadoras de comunicação, parceria com influenciadoras/es digitais e presença massiva nas redes sociais;
- f. **Busca por agendas convergentes e diálogos possíveis com setores conservadores** sem perder a referência do mandato do UNFPA e dos marcos normativos da instituição, como é o caso de projetos nos temas de gravidez na adolescência e primeira infância;
- g. **Análises mais cuidadosas com relação aos riscos reputacionais representados por algumas parcerias**, o que levou à decisão pela descontinuidade de algumas delas;
- h. **Busca por novas oportunidades e modalidades de mobilização de recursos**, sobretudo fora do conjunto de parceiros tradicionais;
- i. **Investimento crescente na produção e disponibilização de dados e evidências** que possam servir de referência para que gestores, organizações da sociedade civil e pesquisadores executem ações que contribuam para o mandato do UNFPA; e
- j. **Oferta à distância de capacitações técnicas, serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva e espaços de participação política** através de plataformas digitais e ferramentas de EAD.

4.5. Coordenação

Este critério analisou em que medida o UNFPA tem contribuído ativamente para os mecanismos de coordenação existentes na Equipe de País das Nações Unidas (UNCT). A ênfase de tal critério foi dada: na atuação do UNFPA em iniciativas interagenciais, sobretudo em áreas temáticas sensíveis aos grupos populacionais mais vulneráveis; e nas respostas do Escritório de País às mudanças advindas da Reforma do Sistema ONU.

4.5.1. Questão 9 – Iniciativas interagenciais e Reforma da ONU

Em que medida o Escritório de País do UNFPA contribuiu para o funcionamento e a consolidação dos mecanismos de coordenação do UNCT, levando também em consideração o contexto da Reforma do Sistema ONU?

Q9.1 - Mecanismos de coordenação do UNCT

O UNFPA teve um papel ativo nas reuniões do UNCT, contando com a presença da Representação e/ou da Representação Adjunta/Auxiliar na grande maioria das reuniões. Nos casos excepcionais em que não houve a presença dos cargos diretivos, a participação do UNFPA se deu pelo atendimento do Gerente de Operações ou dos oficiais de programa às reuniões. O Escritório de País participou ativamente das discussões do UNCT, como pode ser constatado nas atas das reuniões dos anos de 2017 a 2020. Cabe destaque para a centralidade que a campanha Vidas Negras e as ações da área de Juventude tiveram na atuação do UNFPA nas reuniões do UNCT em 2017. Embora em 2018 a participação do UNFPA nas reuniões do UNCT tenha sido menos intensa que no ano anterior, a campanha Vidas Negras seguiu como o tópico central. Já em 2019 a participação do UNFPA nas reuniões do UNCT teve como foco o desenvolvimento de propostas conjuntas para oportunidades de mobilização de recursos, com destaque para a proposta enviada ao *SDG Joint Fund*, que resultou no Fundo Global ODS: Criança Feliz. Neste caso, UNFPA e UNICEF produziram, respectivamente, notas conceituais sobre Juventude e primeira infância, sendo que o Governo Federal optou pelo segundo tema, sobre o qual a proposta exitosa foi elaborada. Por fim, em 2020 as discussões do UNCT se focaram na adaptação e resposta à pandemia de Covid-19, o que incluiu o planejamento de ações e propostas conjuntas de mobilização de recursos.

Vale ressaltar que dos cinco Grupos de Trabalho Interagenciais formados pelo UNCT para elaborar propostas conjuntas com foco em populações vulneráveis para a resposta à pandemia de Covid-19, o UNFPA participou de quatro: pessoas encarceradas; população rural; assentamentos informais; e populações indígenas. Os esforços interagenciais resultaram no envio de cinco propostas conjuntas para fundos de financiamento para projetos de resposta à pandemia de Covid-19. Além disso, a articulação das agências no UNCT resultou no Marco de Resposta e Recuperação Socioeconômica do Sistema ONU no Brasil - SERP, publicado em julho de 2020.

Com este marco o Sistema ONU visa assegurar que o UNCT responda à pandemia de Covid-19 de forma integrada e alinhada às prioridades específicas do país. O documento propõe ações para ajudar na coordenação e cooperação para suprimir a pandemia, na redução dos impactos sociais e econômicos e no estímulo à recuperação, com foco nas pessoas que correm o risco de serem deixadas para trás. Além da resposta à emergência propriamente dita, o Marco traz propostas para a revisão do modelo de desenvolvimento pré-pandêmico no Brasil, propondo colocar as pessoas no centro do planejamento, dando, com isso, maior ênfase à sustentabilidade ambiental, inclusão social, igualdade de gênero e respeito aos direitos humanos. Com mais de 300 atividades propostas, o SERP se divide em cinco pilares: 1. Saúde; 2. Proteção às pessoas; 3. Resposta e

recuperação econômica; 4. Resposta macroeconômica; e 5. Coesão social e resiliência comunitária. O plano compreende o investimento de 196 milhões de dólares, dos quais 58 milhões provieram de realocação orçamentária, 89 milhões de novos recursos e 49 milhões ainda estavam por mobilizar quando do lançamento da proposta. O UNFPA liderou a elaboração do pilar 5 e se responsabilizou pela relatoria dos indicadores 1.1b e 5.2 do plano.

O espaço do UNCT também foi usado, especialmente em 2020, para a articulação de notas conjuntas do Sistema ONU no Brasil em resposta a casos específicos de violações de direitos, como nos casos Mariana Ferrer⁶² e João Alberto Silveira Freitas⁶³. As notas foram elaboradas em conjunto e com base em consenso, o que criou barreiras para a abordagem de temas sensíveis, sobretudo no caso de agendas que sofrem oposição de setores conservadores do governo e da sociedade. Neste cenário, o UNFPA trabalhou pela inclusão de uma abordagem de gênero e direitos humanos nas notas conjuntas, esforço que foi reconhecido em entrevistas com outras agências. Apesar dos desafios em construir consensos em temas sensíveis, a formulação e publicação coletiva de tais notas públicas foi avaliada como uma potencial boa prática do Sistema ONU no Brasil em entrevistas com a equipe do UNFPA e de outros organismos do sistema. Finalmente, da atuação do UNFPA nos mecanismos de coordenação do UNCT convém destaque para os seguintes espaços e iniciativas:

- a. **Participação do UNFPA no Grupo Temático Interagencial de Gênero, Raça e Etnia**, que tem o objetivo de discutir ações conjuntas para o alcance dos objetivos e resultados propostos na Década Internacional de Afrodescendentes e outros marcos institucionais correlatos;
- b. **Liderança do UNFPA no Grupo Assessor de Juventude**, através da qual o UNFPA buscou garantir a conexão entre Juventude e questões sociodemográficas e fortalecer a perspectiva da Juventude como um sujeito coletivo de direitos – inclusive de direitos sexuais e reprodutivos. No Grupo, o UNFPA buscou estabelecer um espaço de diálogo entre o Governo Federal, a sociedade civil e as agências da ONU sobre o tema, fortalecendo o trabalho conjunto em iniciativas voltadas para a área. Tal esforço resultou em um plano interagencial, porém a sua execução não foi possível devido à falta de fundos;
- c. **Participação ativa no GT de Comunicação e liderança na Campanha Vidas Negras**, que buscou ampliar a visibilidade do problema da violência contra a juventude negra no país e a consciência social sobre o racismo. Apesar do grande alcance de público da ação, o projeto entrou em uma fase de latência em 2019 por falta de financiamento;
- d. **Participação na Campanha Livres e Iguais**, realizada pela ONU Brasil com o objetivo de trazer visibilidade para a crescente violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e promover a igualdade e o respeito aos direitos humanos de pessoas LGBTQI.

Q9.2 - Cooperação interagencial

Além das ações gestadas a partir dos espaços do UNCT, outras iniciativas interagenciais foram criadas ou fortalecidas ao longo da execução do 6º Programa de País. Muitas delas surgiram pelas demandas da assistência humanitária. Neste contexto, a liderança do Sistema ONU na resposta ao fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela é dividida entre o ACNUR e a OIM, ficando o primeiro responsável pelo setor de proteção, ao passo que a segunda pela documentação. Além das duas agências e do UNFPA, estão no campo em Roraima e Amazonas o UNICEF, a OPAS e a ONU Mulheres (neste caso, apenas em Roraima).

O UNFPA é parte da Coordenação Interagencial da Plataforma Resposta para os Venezuelanos (R4V), colidera nacionalmente o Setor de Saúde da resposta em parceria com a

⁶² Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/99540-nota-publica-da-onu-brasil-contr-o-estupro-e-pela-garantia-dos-direitos-de-mulheres-e>. Acesso em 23 fev 2021.

⁶³ Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/101792-nota-publica-da-onu-brasil-sobre-morte-de-joao-alberto-silveira-freitas>. Acesso em 23 fev 2021.

OPAS e o Subsetor de Violência Baseada em Gênero com a ONU Mulheres. No campo, o modelo de coordenação está baseado em grupos de trabalho formados por representantes do Sistema ONU, do governo estadual, da prefeitura e de organizações da sociedade civil. Neste caso, o UNFPA colidira o Grupo de Trabalho de Violência Baseada em Gênero e lidera o Grupo de Trabalho de Saúde nos estados de Roraima e Amazonas, tendo foco na agenda de Saúde Sexual e Reprodutiva. No terreno há duas rodadas quinzenais de reuniões, uma feita com a presença das agências da ONU e outra feita com a presença dos diversos atores da Operação Acolhida. Além da cooperação interagencial nos espaços formais de governança, identificamos nas entrevistas que há focos de cooperação técnica que se dão no campo, como a construção de fluxos de encaminhamento de casos, o compartilhamento de contatos nos governos locais ou ainda o uso conjunto de unidades móveis para o atendimento de necessidades de Saúde Sexual e Reprodutiva nos abrigos. Desde 2019, a articulação da assistência humanitária passou a ser feita no nível regional através da criação da plataforma R4V, o que diversas entrevistas identificaram como um ganho qualitativo tanto na coordenação interagencial das ações, como nos mecanismos de coleta, sistematização e divulgação de dados. Ainda assim, fora projetos interagenciais específicos, cada agência mobiliza recursos e executa suas ações separadamente, ficando a coordenação interagencial como uma articulação *a posteriori*, o que limita substancialmente as oportunidades de mobilização e execução conjunta de recursos.

Dentre os projetos interagenciais, cabe destaque para a participação do UNFPA no projeto *LEAP*, financiado pelo Governo de Luxemburgo e executado em parceria com o ACNUR e a ONU Mulheres. A iniciativa atendeu às necessidades das mulheres migrantes e refugiadas em Roraima através de três estratégias: criar espaços seguros para mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas e brasileiras; criar oportunidades de integração socioeconômica; e criar mecanismos para incorporar a igualdade de gênero na resposta humanitária. Ao final dos dois anos previstos para a execução do projeto, o Governo de Luxemburgo avaliou positivamente o projeto e aprovou a sua extensão por mais um ano, aportando novos recursos para a iniciativa. Outro projeto interagencial que financia, desde 2018, as atividades da assistência humanitária é resultado de uma parceria entre UNFPA e ACNUR financiada pela União Europeia por meio do seu Instrumento de Contribuição para a Estabilidade e a Paz. Nele, o ACNUR executa ações de coleta de dados sobre os beneficiários e implementa projetos de coexistência entre venezuelanos e a comunidade de acolhida. Já o UNFPA é apoiado para promover iniciativas de prevenção e enfrentamento da violência de gênero e garantir o direito à SSR de mulheres e meninas.

Além da assistência humanitária, há uma série de iniciativas conjuntas executadas pelo Escritório Local de Salvador, já que também estão presentes na cidade representações do UNICEF, do UNAIDS, do FIDA, e do Alto Comissariado de Direitos Humanos. São ações pontuais que, embora relevantes, não se configuram como parcerias interagenciais sustentáveis que compreendam todo o ciclo programático. Dentre as ações de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, o projeto em parceria com Moçambique foi realizado em conjunto com a ONU Mulheres. Outra parceria com a ONU Mulheres foi a já mencionada Sala de Situação para a resposta à epidemia de Zika Vírus. Além disso, o UNFPA faz parte do grupo H6 ao lado de OPAS, ONU Mulheres, Banco Mundial, UNAIDS, UNFPA e UNICEF. O H6 une esforços de seis organizações internacionais para ajudar os países na concretização da estratégia *Cada Mulher, Cada Criança*, do Secretário-Geral das Nações Unidas. No H6, o UNFPA atuou na área de mortalidade materna. O grupo, porém, está inativo. O UNFPA também executou atividades em parceria com a UNAIDS, sobretudo na intersecção entre HIV/AIDS, Juventude e Saúde Sexual e Reprodutiva. A parceria se deu através da participação do UNFPA no *Joint Team* de HIV/AIDS, já que o Fundo é uma das

onze agências copatrocinadoras da UNAIDS e recebe recursos do *country envelop* deste organismo. Finalmente, a *Joint Operations Facility* já foi apresentada no critério de Eficiência.

Q9.3 – Contexto da Reforma do Sistema ONU

Um dos principais efeitos programáticos da Reforma do Sistema ONU foi a centralidade da Agenda 2030 e dos ODS para o planejamento de todas as áreas. Vemos que links com a Agenda 2030 foram feitos em todos os produtos do 6º Programa de País, nos quais houve a preocupação em *não deixar ninguém para trás e alcançar primeiro os mais desfavorecidos*. A conexão com a Agenda 2030 foi também um tema recorrente nas publicações e conjuntos de dados produzidos pelo UNFPA ou com o seu apoio. Além disso, uma consequência prática da Reforma do Sistema ONU para o próximo processo de planejamento do UNFPA será a nova estratégia para a elaboração do Marco de Parceria, que irá balizar as ações e resultados do próximo ciclo programático do Sistema ONU no Brasil. A inovação mais relevante é que os resultados do Marco de Parceria em que as agências estiverem contribuindo devem ser copiados literalmente nos seus documentos de planejamento nacional. Por sua vez, o marco deverá refletir com mais intensidade as prioridades nacionais, sobretudo aquelas presentes no PPA 2020-2023. Além disso, a proporção mínima de 30% da carteira do país deve ser parte de um ou mais programas conjuntos. Tudo isso aponta para uma maior participação do Estado brasileiro no processo de planejamento nacional da ONU e reflete a crescente importância do trabalho interagencial na Reforma da ONU. Por um lado, o novo modelo de planejamento tem o potencial de criar uma articulação mais sólida com o Governo Federal. Por outro, coloca pressão nos temas em que não há convergência de agendas.

Também como consequência da Reforma da ONU, o Escritório do Coordenador Residente cresceu em tamanho e importância, saindo da estrutura do PNUD e adotando foco no trabalho interagencial e planejamento conjunto. O Fundo Global ODS: Criança Feliz, programa vinculado ao Escritório, mostra que o fortalecimento da coordenação residente é uma consequência da Reforma do Sistema ONU que já se tornou realidade no âmbito nacional. Neste sentido vemos nas atas das reuniões do UNCT que o Escritório do Coordenador Residente serviu como uma instância para a elaboração e submissão de propostas interagenciais para oportunidades de financiamento, do qual o próprio Fundo Global ODS é um exemplo exitoso.

Apesar disso, diversas entrevistas apontaram que a disputa por recursos escassos e a sobreposição de mandatos ainda são entraves para uma cooperação mais substancial entre as agências. A sobreposição de mandatos faz com que as agências aproveitem oportunidades de financiamento mesmo em situações em que não possuem vantagens comparativas. Tal problema não ocorre, necessariamente, por uma decisão deliberada das agências em competir entre si, mas porque os mandatos das agências possuem um núcleo duro – e reconhecido pelos pares – ao redor do qual está uma área cinzenta em que, naturalmente, a divisão de mandatos entre uma e outra agência não é óbvia ou linear. Em um contexto de diálogo profícuo e incentivo à cooperação, tal questão seria um problema menor, mas não é este o caso em um cenário de escassez de recursos e instabilidade política. Outra questão é que, mesmo no caso de planejamento e execução de projetos interagenciais, há limites para a intensidade do diálogo entre as agências, sendo comum a ocorrência de outro problema, que é o envio de projetos em que há uma “colcha de retalhos” de mandatos, ou seja, cada agência trabalha separadamente em suas atividades e expertises e ao final os resultados individuais são reportados conjuntamente.

4.6. Cobertura

Este critério buscou determinar em que medida os grupos populacionais mais vulneráveis e/ou correndo maiores riscos foram atendidos na emergência humanitária do fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos para o Brasil. A ênfase se deu nas atividades de promoção de Saúde Sexual e Reprodutiva e de prevenção e resposta à violência baseada em gênero.

4.6.1. Questão 10 – Acesso a serviços de SSR e VBG

Em que medida o auxílio do Escritório de País do UNFPA contribuiu para o aumento do acesso de migrantes e refugiados – especialmente mulheres e meninas – a serviços de saúde e informações tanto no contexto da abordagem do Pacote Mínimo de Serviços Iniciais (MISP), como nas atividades emergenciais de prevenção e resposta à Violência Baseada em Gênero e de promoção de bem-estar e saúde mental para migrantes e refugiados?

O fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos na fronteira Norte do Brasil começou ainda em 2016 com a entrada de indígenas venezuelanos da etnia Warao. No começo de 2017, o fluxo já era, majoritariamente, de população não-indígena, chegando a um intervalo entre 500 e 800 indivíduos venezuelanos/os entrando no Brasil por dia⁶⁴. A entrada de população venezuelana causou distúrbios e a ameaça de colapso nos serviços públicos de Roraima, um dos estados mais pobres do Brasil. A situação levou a que o ACNUR declarasse emergência de nível 1 em maio de 2017, o que foi seguido por um aumento dos recursos, das capacidades e da presença da agência e de outros atores do Sistema ONU em Roraima e, posteriormente, no estado do Amazonas. Frente a um constante crescimento no fluxo de venezuelanos/os para o Brasil, em 15 de fevereiro de 2018 o então presidente Michel Temer assinou o decreto que daria início à federalização da assistência humanitária através da Operação Acolhida. A operação teve um orçamento inicial de 58 milhões de dólares e envolveu atores de vários níveis e naturezas, como as Forças Armadas, ministérios federais, governos estaduais, prefeituras, Sistema ONU e organizações da sociedade civil.

A Operação Acolhida se baseou em três pilares: abrigo e proteção; documentação; e interiorização. Para tanto, ofereceu um pacote de serviços de assistência humanitária, sobretudo o registro e documentação em Postos de Triagem nos pontos de entrada no Brasil, a disponibilização de abrigos e serviços públicos em diversas cidades (principalmente em Pacaraima e Boa Vista-RR) e a interiorização, que consistiu na transferência de várias levas de venezuelanos/os para outras cidades brasileiras nas quais foram fornecidos abrigos, assistência emergencial e ações de capacitação técnica e empregabilidade. O UNFPA faz parte da Operação Acolhida desde o começo: chegou a Roraima em setembro de 2017, antes da federalização da resposta⁶⁵; fez-se presente na cidade fronteiriça de Pacaraima em junho de 2018⁶⁶; e chegou à Manaus, capital do Amazonas, em setembro de 2019⁶⁷. Até agosto de 2020, haviam entrado 297.629 refugiados e migrantes no Brasil, segundo dados da Plataforma R4V de 18 de novembro de 2020: 148.782 pedidos de residência ou estadia regular; e 46.343 refúgios concedidos e 102.504 em análise.

⁶⁴ As informações deste e do próximo parágrafo foram retiradas do documento *Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018)*.

⁶⁵ Informação disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-populacao-da-onu-esta-presente-ha-dois-anos-na-resposta-humanitaria-em-roraima>. Acesso em 24 de outubro de 2020.

⁶⁶ Informação disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-populacao-da-onu-completa-um-ano-de-atividades-em-pacaraima-roraima>.

⁶⁷ Informação disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/acoes-em-assistencia-humanitaria-chegam-manaus>.

No contexto da assistência humanitária, o mandato do UNFPA compreende a prevenção e resposta à Violência Sexual e de Gênero e a garantia do pleno acesso a serviços em Saúde Sexual e Reprodutiva, o que inclui saúde materna e planejamento reprodutivo. Em consonância com este mandato, encontramos evidências de que o UNFPA: forneceu serviços de alta qualidade para responder a necessidades de Saúde Sexual e Reprodutiva, especialmente para mulheres, meninas e jovens abrigadas em Roraima e Amazonas; promoveu ações de prevenção e resposta à Violência Baseada em Gênero e a práticas nocivas para a população migrante e refugiada; e produziu e utilizou dados referentes a Dinâmicas Populacionais específicas no planejamento e execução de atividades da assistência humanitária, inclusive desenvolvendo ferramentas *ad hoc*. A sistematização das ações do UNFPA na assistência humanitária ano a ano estão no Anexo 11 deste Relatório, de modo que aí poderão ser encontrados maiores detalhes sobre o tema. Aqui apresentaremos uma breve descrição.

Desde a sua chegada em campo, em 2017, o UNFPA trabalhou em coordenação com o ACNUR e a OIM para desenvolver estratégias conjuntas, tendo como primeiro foco as ações de resposta e prevenção à VBG, a distribuição de kits dignidade e a produção de *needs assessments*. Em 2017 o cenário ainda era de frágil arquitetura institucional, xenofobia e baixo potencial de cooperação interagencial. Em 2018, o UNFPA reforçou a sua presença em campo com a estruturação de um Escritório Local, aumentou sua equipe, criou dois *safe spaces* e se articulou com os governos locais. O ano de 2018 também marcou a crescente importância da atuação na prevenção, testagem e tratamento de HIV/AIDS com a criação da Casa de Passagem para pessoas vivendo com HIV/AIDS em Boa Vista, uma parceria com o ONG Viva Melhor Sabendo, que em 2020 implementaria as ações do projeto *#borasaber* no município. Ainda em 2018, o UNFPA intensificou a utilização de fluxos de encaminhamento para pessoas vivendo com HIV/AIDS, vítimas de VGB e mulheres com necessidades de SSR, fortalecendo laços com os atores locais.

Em 2019 o UNFPA atuou na Plataforma R4V como colíder do Setor de Saúde ao lado OPAS, além de coordenar o Subsetor de VBG. Em setembro, o UNFPA estruturou a sua presença em Manaus com a abertura de um Escritório Local e de dois *safe spaces*, um no PTRIG e outro na Rodoviária. Além disso, o UNFPA estabeleceu um Time de Resposta Rápida em Pacaraima e Boa Vista para responder com agilidade às necessidades de SSR e de proteção em VBG. Em 2019 vemos a tendência de crescimento das ações da área de SSR que havia se iniciado em 2018, o que incluiu a contratação de uma especialista em SSR para a equipe de Roraima. Além disso, o Fundo intensificou as ações de produção e sistematização de dados, o que incluiu o desenvolvimento da HumanIS, uma ferramenta de coleta de dados em contextos humanitários, e o início de uma pesquisa sobre a prevalência de VBG entre mulheres brasileiras e venezuelanas vivendo em Boa Vista e Pacaraima que viria a ser publicada em 2020.

Por conta da pandemia de Covid-19, em 2020 o posto de fronteira de Pacaraima ficou fechado a maior parte do ano, assim como o PTRIG de Manaus, convertido em centro para resposta à crise sanitária. Em 2020 vemos um crescimento substancial das ações de SSR com o mapeamento das demandas por contracepção nos abrigos, oferta de opções de planejamento familiar para as mulheres, disponibilização de insumos contraceptivos e capacitação de profissionais dos serviços públicos locais para a inserção do DIU. Além disso, em Roraima 9 profissionais de saúde passaram a realizar pré-natal dentro dos abrigos, o que se mostrou relevante no contexto de pandemia, em que o acesso aos serviços de saúde apresenta maiores barreiras. Além disso, o UNFPA contratou 7 facilitadoras indígenas que atuam na identificação das necessidades de SSR nas suas comunidades e no auxílio ao acesso a serviços de SSR e VBG para as mulheres de suas etnia.

4.7. Conectividade

Este critério analisou como as atividades de curto prazo implementadas no contexto de emergência humanitária levaram em conta questões relevantes em um contexto mais amplo de necessidades e problemas interconectados, bem como prospectou o seu potencial de sustentabilidade. A ênfase recaiu sobre o treinamento e o fortalecimento institucional de parceiros e beneficiárias/os.

4.7.1. Questão 11 – Fortalecimento das capacidades locais e nacionais

Em que medida as capacidades locais e nacionais foram desenvolvidas e apoiadas no contexto da assistência humanitária proporcionada? (ex. Operação Acolhida)

Em 2017, a presença do UNFPA no terreno em Roraima ainda era instável e exploratória, de modo que não identificamos avanços para a construção de capacidades locais e nacionais no âmbito da assistência humanitária. No entanto, tal cenário mudou a partir do envolvimento do UNFPA no diálogo com atores nacionais que resultou na Operação Acolhida, que o Fundo ajudou a construir e com a qual esteve envolvida desde o início. No contexto da federalização da resposta, o papel do UNFPA como um indutor de capacidades nas áreas de Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência Baseada em Gênero se fortaleceu ano a ano.

Nesse sentido, em 2018 o UNFPA buscou criar capacidades locais através de reuniões - três em Boa Vista e uma em Pacaraima - com a comunidade local, serviços de saúde, ONGs e agências da ONU, nas quais conduziu treinamentos na calculadora MISP e nos temas de saúde materna, VBG e prevenção e tratamento de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Ao todo, 80 provedores de serviços foram treinados em diversos temas em Roraima e 70 em Manaus. Já 75 gestores e trabalhadores de abrigos em Roraima foram treinados para o referenciamento de casos de VBG. Além disso, o Escritório de País desenvolveu materiais informativos sobre violência obstétrica e aleitamento materno e participou de diversas reuniões com representantes do Governo de Roraima e das prefeituras de Boa Vista, Pacaraima e Manaus.

Ademais, com o estabelecimento da Operação Acolhida, as Forças Armadas do Brasil assumiram um papel central na logística da operação, na gestão de alguns abrigos e na segurança da maior parte deles. Com isso, em parceria com outros atores da assistência humanitária, o UNFPA passou a oferecer rotineiramente o treinamento Proteção Contra Exploração, Abuso e Assédio Sexual – PSEAH para profissionais de diversas organizações envolvidos no ordenamento da fronteira e, sobretudo, para as tropas militares alocadas na Operação, que são renovadas a cada período de três ou quatro meses. Em 2018, 554 militares e 100 oficiais locais foram treinados. Já em 2019, o UNFPA treinou nos temas de SSR e VBG (incluindo gestão de casos) 998 profissionais do Sistema ONU, ONGs e dos governos locais. Destes, 369 provedores locais de serviços de saúde foram treinados: 75 da Casa da Mulher Brasileira treinados em VBG; treinamento em gestão de casos de VBG para 60 profissionais da ONU e parceiros; 167 profissionais de serviços públicos locais treinados em gestão de casos de VBG e fluxos de encaminhamento; 37 líderes brasileiras e venezuelanas treinadas como Promotoras Legais Populares; e treinamento em orçamento e direitos para 30 lideranças comunitárias. Finalmente, em 2020 o UNFPA treinou 48 profissionais de saúde presencialmente e 105 remotamente para a inserção do DIU em Roraima e Amazonas. Também remotamente – através de uma plataforma de EAD –, o UNFPA treinou 150 profissionais de saúde para o manejo clínico das consequências imediatas da violência sexual. Outros 150 profissionais de saúde foram treinados para resposta à VBG. Durante os treinamentos, a ferramenta MISP foi

apresentada aos profissionais, buscando torná-la mais conhecida dos serviços de saúde que lidam com populações em trânsito forçado. Além disso, jovens e profissionais da Associação de Bem com a Vida foram treinados em Boa Vista para a realização de testagem de HIV por fluído oral, uso combinado de métodos de prevenção e acesso a serviços de tratamento de HIV/AIDS.

Vários parceiros reconhecem que o UNFPA é capaz de colocar em diálogo atores divergentes em natureza e posicionamento político, o que é visto como um valor agregado do Fundo na assistência humanitária. Em Manaus, o UNFPA organizou um treinamento de quatro semanas em que os pontos focais das agências e dos abrigos dialogaram com os principais atores da rede de atenção de SSR e VBG dos governos locais, buscando melhorar o fluxo de referenciamento de casos. Parceiros afirmaram que os treinamentos do PSEAH ajudam a entender como e por que os casos de VBG são encaminhados, melhorando o entendimento que as organizações têm umas das outras. Assim, os treinamentos aparecem não apenas como uma capacitação técnica em um tema específico, mas como um processo de intensificação do diálogo e de fortalecimento de redes locais de atenção. Como o Brasil possui um sistema de saúde gratuito e universal, é estratégico que o atendimento a demandas específicas e emergenciais se combine com ações de capacitação do sistema e fortalecimento das redes.

Também em 2020, as Forças Armadas anunciaram o início do processo de transição da Operação Acolhida, que no início do segundo semestre de 2021 resultaria na saída dos militares do terreno e na transferência das responsabilidades para os governos locais e as agências ONU. A pandemia de Covid-19, porém, adiou indefinidamente os planos. Mesmo assim, a criação de estratégias de saída para esta transição é crucial, o que dá maior relevância à atuação do UNFPA para a construção de capacidades nos governos locais envolvidos na resposta, sobretudo para a oferta de serviços de SSR e VBG. Nesse sentido, o esforço do UNFPA em formalizar parcerias com prefeituras e governos estaduais de Roraima e Amazonas é fundamental para o estabelecimento de relações de cooperação estáveis e de longo prazo. Em 2020, foram assinados sete MoUs no âmbito da assistência humanitária, quatro com órgãos estaduais e três, municipais.

Em resumo, o UNFPA se envolveu intensamente com as estruturas de coordenação interagencial da assistência humanitária, ao mesmo tempo em que participou ativamente da Operação Acolhida, tendo obtido sucesso em criar pontes e laços de cooperação duráveis com atores locais. Assim, o UNFPA atuou tanto para desenvolver capacidades em seus parceiros, como fortaleceu as estruturas de governança interagenciais e multissetoriais, fator relevante para a adoção de uma perspectiva de longo prazo que conecte o trabalho emergencial com contextos e questões mais amplas. Parceiros reconheceram tanto o valor de sua cooperação com o UNFPA no âmbito da assistência humanitária, como consideraram uma vantagem comparativa do Fundo a capacidade de articulação com diversos atores, mesmo com limitações de recursos financeiros e humanos. Finalmente, os parceiros reconheceram os esforços e a expertise do UNFPA em abordar as necessidades específicas de recortes populacionais diversos, levando em conta a intersecção de vulnerabilidades de gênero, raça, sexualidade, idade e condição de saúde. Como lição, o UNFPA aprendeu que a articulação com atores diversos ajudou a fortalecer as capacidades institucionais dos governos locais, sobretudo para a oferta de serviços de SSR e VBG com qualidade e perspectiva de gênero e direitos humanos. Para tanto, o UNFPA ofereceu apoio técnico e logístico, ajudando a articular os governos locais e a sociedade civil, mapeando pessoas com necessidades específicas de proteção e realizando oficinas para gerar fortalecimento comunitário e oferecer uma boa compreensão sobre os direitos de migrantes e refugiados.

Capítulo 5 – Conclusões

5.1. Nível estratégico

Conclusão #1

A operação do UNFPA no Brasil entre 2017 e 2021 se deu em cenários econômico, político e social em intensa transformação, o que colocou desafios adicionais ao Escritório de País e exigiu adaptações nas áreas programáticas, no modelo de negócios, na estrutura de recursos humanos e na gestão de parcerias. Ainda assim, o Fundo logrou avanços relevantes no advocacy baseado em evidências e no aconselhamento para a formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero, raça e etnia. Cabe destaque para os resultados na promoção e acesso a métodos contraceptivos modernos, acesso de adolescentes e jovens a espaços de participação e serviços de saúde, testagem e tratamento de HIV/Aids e ferramentas demográficas. Como estratégias, destacam-se o preenchimento de lacunas nos dados oficiais, o enfrentamento a vazios assistenciais de insumos e atenção à saúde sexual e reprodutiva e o fortalecimento institucional e capacitação técnica de gestores, provedores de serviços e sujeitos de direitos.

Origem: Questão 3 – **Recomendações associadas:** #9, #14, #15 e #16 - **Critério:** Eficácia

Conclusão #2

O 6º Programa de País foi planejado em forte alinhamento com os marcos normativos internacionais – sobretudo com o Plano Estratégico Global 2014-2017 do UNFPA, a Agenda da CIPD e a Agenda 2030 – e com as prioridades nacionais – com centralidade do Plano Plurianual 2016-2019. Ao longo de sua execução, o Escritório de País realinhou com sucesso o 6º Programa de País com o Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA e fez esforços em absorver as mudanças e temas emergentes trazidos pela Conferência de Nairóbi (2019) e pelo Plano Plurianual 2020-23.

Origem: Questão 1 - **Recomendação associada:** #4 - **Critério:** Relevância

Conclusão #3

O Escritório de País segue a Teoria da Mudança do Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA e, ainda que não tenha criado uma Teoria da Mudança específica para o 6º Programa de País, desenvolveu uma análise sofisticada e baseada em evidências das inequidades estruturantes da sociedade brasileira. Assim, o 6º Programa de País obteve sucesso em desenvolver estratégias para não deixar ninguém para trás e alcançar primeiro os mais desfavorecidos, atuando em consonância com a Agenda 2030 e abordando os aspectos multidimensionais das barreiras de acesso a serviços e direitos por diferentes segmentos da população brasileira, com exceção da população idosa, sobretudo ao considerarmos a tendência demográfica de envelhecimento no país. As estratégias combinaram a capacitação de atores governamentais para o cumprimento de seus deveres e o fortalecimento de redes e organizações da sociedade civil para a demanda de seus direitos.

Origem: Questões 1, 2, 3 e 8 - **Recomendações associadas:** #5 e #6 - **Critérios:** Relevância; Eficácia; e Sustentabilidade

Conclusão #4

O 6º Programa de País teve como estratégias pilares o fortalecimento de capacidades nacionais e de um ambiente propício aos avanços nos temas de mandato do UNFPA. Para tanto, o Escritório de País promoveu o advocacy baseado em evidências, o treinamento de gestores e provedores de serviço e a assistência técnica para a formulação de políticas públicas com enfoque de gênero, raça, etnia, idade e direitos humanos. O sucesso dessas iniciativas se baseou na expertise acumulada pela equipe, na participação de grupos vulneráveis em espaços de tomada de decisão e no uso de evidências robustas, muitas vezes produzidas ad hoc pelo UNFPA ou com o seu apoio.

Origem: Questões 2, 3 e 7 - **Recomendações associadas:** #9 e #10 - **Critérios:** Relevância; Eficácia; Sustentabilidade

Conclusão #5

As parcerias, iniciativas multissetoriais e espaços de governança criados pelo UNFPA contribuíram para um posicionamento estratégico da Agenda CIPD, para a conscientização social nos temas de seu mandato e para a criação de sinergia entre atores que têm o UNFPA como ponto de conexão. Para tanto, também foi relevante a expansão territorial do Escritório de País, que alocou equipes nas cinco regiões do Brasil, aproximando-se de atores locais de governos e da sociedade civil. A gestão de parcerias estratégicas foi imprescindível para que o

Escritório de País fosse capaz de aumentar consideravelmente o volume de recursos não core, assim como para expandir a sua base de parceiros cofinanciadores, o que se deu, em grande parte, pela capacidade de criar alianças multissetoriais, novas formas de coalização e canais de diálogo com parceiros não tradicionais. No entanto, a mobilização de recursos encontrou desafios e, ainda, barreiras para se traduzir em execução dos projetos e, no âmbito das parcerias, a estratégia de gestão de riscos teve êxito limitado.

Origem: Questões 1, 3, 4, 5, 6, 8, 10 e 11 - **Recomendação associada:** #2 - **Critérios:** Relevância; Eficácia; Eficiência; Sustentabilidade; Cobertura; e Conectividade

Conclusão #6

A estratégia de utilizar recursos semente para deflagrar o investimento de recursos dos parceiros se mostrou exitosa para o modelo de negócios do UNFPA no Brasil, país classificado no quadrante rosa de acordo com o Plano Estratégico Global 2018-2021 do Fundo. Com essa estratégia, limitados recursos financeiros investidos pelo Escritório de País foram capazes de gerar escala em algumas intervenções e levaram a que parceiros não apenas disponibilizassem recursos financeiros, mas também outros ativos, como recursos humanos, técnicos, insumos e espaços midiáticos. No entanto, o Escritório de País não desenvolveu uma estratégia de sistematização de boas práticas e escalonamento de iniciativas piloto condizente com o investimento de recursos semente.

Origem: Questões 4, 5 e 7 - **Recomendação associada:** #7 - **Critérios:** Eficácia; Eficiência; e Sustentabilidade

Conclusão #7

A remodelação do Escritório de País teve êxito em adaptá-lo para uma nova lógica de financiamento e a migração para contratos LICA permitiu o aumento da equipe com maior garantia de benefícios. Mesmo assim, a rotatividade da equipe e o consequente alto investimento na curva de aprendizagem de novos contratados continuam a ser problemas relevantes de recursos humanos. Por outro lado, a diversidade de gênero, raça e etnia do Escritório de País foi reconhecida por parceiros e pela própria equipe como um valor agregado do UNFPA, contribuindo para que parceiros governamentais e do setor privado enxergassem aí uma vantagem comparativa do Fundo, para que parceiros da sociedade civil se reconhecessem nessa diversidade e para que a equipe do UNFPA considerasse o ambiente institucional com mais potencial e mais acolhedor.

Origem: Questão 4, 5 e 6 - **Recomendação associada:** #8 - **Critério:** Eficácia; e Eficiência

Conclusão #8

A emergência da assistência humanitária, a alocação de equipes locais e a pandemia de Covid-19 evidenciaram a existência de gargalos administrativos no Escritório de País, sobretudo com relação à centralização de processos de aprovação e à realização de compras e contratações em regime emergencial. Por outro lado, os parceiros cofinanciadores foram unânimes em avaliar positivamente os procedimentos administrativos do UNFPA, bem como os parceiros implementadores também avaliaram positivamente os treinamentos administrativos recebidos.

Origem: Questões 4, 6 e 7 - **Recomendação associada:** #2 - **Critérios:** Eficácia; Eficiência; e Sustentabilidade

5.2. Nível programático

Conclusão #9

Sob o ponto de vista do critério de Eficácia, as atividades de SSR concentraram recursos e esforços em grupos prioritários, logrando sucesso em identificar e enfrentar barreiras de acesso a serviços, promover e garantir acesso a insumos e métodos de contracepção, possibilitar planejamento reprodutivo a grupos vulneráveis e capacitar tecnicamente gestores e provedores de serviços. Já as ações de Juventude tiveram como elemento central a perspectiva dos jovens como sujeitos de direitos, levando em conta as interseccionalidades de gênero, raça e etnia para criar espaços de participação diversos e promover o acesso a serviços – sobretudo de saúde sexual e reprodutiva. Por sua vez, a área de População e Desenvolvimento promoveu o fortalecimento das capacidades institucionais de parceiros para produzir, analisar e disseminar dados, incluiu populações vulneráveis na metodologia oficial do Censo e capacitou gestores para a compreensão e uso de conceitos e ferramentas demográficas para a formulação e execução de políticas públicas.

Origem: Questão 3 - **Recomendações associadas:** #14, #15 e #16 - **Critério:** Eficácia

Conclusão #10

No 6º Programa de País, as iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral configuraram tanto um modo de engajamento, como um produto específico. As ações tiveram foco no continente africano e o UNFPA deu apoio

para que instituições nacionais brasileiras identificassem oportunidades e executassem acordos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, ao que se seguiram iniciativas – como seminários, missões e publicações – para a sistematização e disseminação de boas práticas, buscando sempre o efeito multiplicador.

Origem: Questão 3 - **Recomendação associada:** #17 - **Critério:** Eficácia

Conclusão #11

As áreas programáticas mantiveram o monitoramento sobre os indicadores de seus projetos e o Escritório de País monitorou os indicadores de produto e resultado do 6º Programa de País de acordo com as ferramentas disponíveis e as orientações institucionais. Embora tais esforços sejam relevantes, ainda persistem desafios para a construção de um sistema de M&E integrado entre as áreas programáticas e que seja capaz de medir os resultados dos modos de engajamento utilizados.

Origem: Questões 1, 3 e 6 - **Recomendação associada:** #18 - **Critérios:** Relevância; Eficácia; e Eficiência

Conclusão #12

A área de Comunicação apresentou crescimento significativo em termos de tamanho da equipe, orçamento, escopo do trabalho, alcance de público nas redes sociais e presença na mídia tradicional, tornando-se uma parceira da área programática na busca por recursos, conscientização social e resultados, além de dar maior visibilidade ao trabalho de advocacy.

Origem: Questões 2, 3, 4, 5 e 9 - **Recomendação associada:** #13 - **Critérios:** Relevância; Eficácia; Eficiência; e Coordenação

Conclusão #13

Como estratégias para garantir a sustentabilidade das intervenções, o UNFPA: investiu no desenvolvimento de capacidades dos portadores de deveres e no fortalecimento institucional e pessoal dos detentores de direitos; combinou a atuação nos centros formuladores de políticas e de tomada de decisão – abordagem top-down –, com o apoio a setores governamentais, organizações e grupos populacionais com participação limitada no processo decisório, sobretudo aqueles grupos que são deixados para trás – abordagem bottom-up; e demonstrou adaptabilidade frente às mudanças de contexto, mostrando-se flexível para absorver novas áreas de atuação, ainda que retrocessos nas áreas de mandato do UNFPA tenham sido relevantes para o país no período.

Origem: Questões 2, 3, 4, 6, 7, 8 e 10 - **Recomendações associadas:** #1, #10 e #19 - **Critérios:** Relevância; Eficácia; Eficiência; Sustentabilidade; e Cobertura

Conclusão #14

O UNFPA participou ativamente dos espaços e dos grupos de trabalho do UNCT, além de estar envolvido em diversas iniciativas e projetos interagenciais, demonstrando uma disposição genuína em colaborar com outras agências e construir respostas conjuntas do Sistema ONU no país. Por sua vez, a Reforma da ONU aponta para o fortalecimento do trabalho interagencial e do papel do Escritório do Coordenador Residente. Não obstante todos esses fatores, a coordenação interagencial ainda é um desafio, sobretudo em um cenário de recursos escassos e conservadorismo ascendente.

Origem: Questões 3, 9 e 10 - **Recomendação associada:** #11 - **Critérios:** Eficácia; Coordenação; e Cobertura

Conclusão #15

Na assistência humanitária, o UNFPA chegou a campo em 2017 e ajudou na construção da Operação Acolhida, posicionando-se de modo estratégico na resposta ao fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos e investindo no fortalecimento das suas áreas de mandato na assistência humanitária – VBG e SSR. Isso atenuou conflitos por mandato e recursos e aumentou as oportunidades de cooperação interagencial nos níveis do terreno e de tomada de decisão. Já o esforço do UNFPA na articulação com os diversos atores envolvidos na assistência humanitária ajudou a fortalecer as capacidades institucionais dos governos locais, sobretudo para a oferta de serviços de SSR e VBG perspectiva de gênero e direitos humanos.

Origem: Questões 7, 9, 10 e 11 - **Recomendação associada:** #12 - **Critérios:** Sustentabilidade; Coordenação; Cobertura; e Conectividade

Capítulo 6 – Recomendações

As recomendações apresentadas a seguir foram derivadas dos resultados e conclusões desta avaliação. Além disso, algumas delas surgiram nas entrevistas realizadas e foram apoiadas ou reafirmadas por participantes da avaliação por meio de outras entrevistas ou ainda pesquisas e consultas. O processo de avaliação e o seu acompanhamento preveem a disseminação e uso dos resultados, especialmente para a revisão potencial dos programas em andamento e para o desenvolvimento do novo Programa de País do UNFPA no Brasil. De modo a facilitar o seu uso, organizamos as recomendações abaixo pela ordem de curto, médio e longo-prazo, dividindo-as ainda entre recomendações estratégicas e programáticas. As recomendações de curto-prazo devem ser implementadas ainda na fase final da execução do 6º Programa de País; as de médio-prazo devem ser implementadas para o planejamento e início do ciclo programático do 7º Programa de País; finalmente, as de longo-prazo deverão ser executadas ao longo do 7º Programa de País.

6.1 Nível estratégico

Curto-Prazo

Recomendação #1 - Origem: Conclusão #13 - **Alvo:** Escritório de País, LACRO, RCO e UNCT

É recomendável que o UNFPA desenvolva estratégias de resposta às crescentes ameaças ao seu mandato em diversos níveis (nacional, regional e internacional), buscando alternativas de atuação e financiamento para Escritórios de País que estejam atuando em situação de alto risco contextual. Este desafio também está presente na configuração nacional dos mandatos das diferentes agendas do Sistema ONU e no papel do Escritório do Coordenador Residente, de modo que se faz necessário debater tal estratégia no âmbito do UNCT. Por outro lado, é relevante o desenvolvimento de estratégias de reaproximação com governos recém-eleitos e com potencial de legitimação e financiamento da Agenda da CIPD. Recomenda-se, ainda, a atualização das premissas e riscos que podem ter impacto nos resultados do 7º Programa de País, levando em conta a recente deterioração dos contextos político e sanitário.

Recomendação #2 - Origem: Conclusão #5 - **Alvo:** Escritório de País, área de RH, Parcerias Estratégicas e Escritório Local de Salvador

Considerando o sucesso do Escritório de País em estabelecer parcerias estratégicas, iniciativas multissetoriais e espaços de governança, recomenda-se o desenvolvimento de uma estratégia mais robusta para a gestão de tais alianças, buscando maior clareza sobre os seus objetivos e sobre os motivos para o investimento de recursos humanos e financeiros em sua manutenção. É ainda recomendável que o Escritório de País crie um plano de gestão de riscos contextuais para a análise dos acordos estabelecidos com os seus parceiros cofinanciadores, assim como desenvolva uma estratégia de investimento de recursos humanos na busca por parcerias que estabeleça responsabilidades e tempo de dedicação de cada oficial para esta atividade, buscando um melhor equilíbrio entre as atividades de mobilização de recursos e as demais funções programáticas. Ainda assim, a possibilidade de contratar um profissional exclusivo para a área de mobilização de recursos poderia ser levada em conta. Finalmente, é recomendável a prospecção de possibilidades para uma maior aproximação com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, bem como uma maior interiorização das atividades do Escritório Local de Salvador.

Recomendação #3 - Origem: Conclusão #8 - **Alvo:** Escritório de País, sobretudo Operações

Tendo em vista as necessidades colocadas pela emergência da assistência humanitária, pela alocação de equipes locais em vários estados e pela pandemia de Covid-19, recomenda-se a revisão dos procedimentos administrativos com o objetivo de identificar alternativas disponíveis nas normas institucionais para a descentralização de processos de aprovação e a maior celeridade de processos de compra e contratação em situações emergenciais. Sugere-se a realização de treinamentos da equipe para a aplicação de manuais de procedimentos administrativos emergenciais – e.g. Fast Track Procedures –, bem como a troca de experiências com o LACRO e outros Escritórios País no tema.

Médio-Prazo

Recomendação #4 - Origem: Conclusão #2 - **Alvo:** Escritório de País e LACRO

Fora os marcos normativos já alinhados ao 6º Programa de País, o Escritório de País deverá levar em conta no próximo ciclo programático o alinhamento com a Conferência de Nairóbi e com o PPA 2020-2023, buscando oportunidades de cooperação técnica e agendas convergentes com as novas prioridades do Governo Federal.

Ademais, é muito provável que a maior parte do 7º Programa de País transcorra em concomitância à execução do novo Plano Estratégico Global do UNFPA, conferindo uma janela de oportunidade para que o planejamento nacional seja alinhado desde o princípio com o marco global.

Recomendação #5 – Origem: Conclusão #3 – **Alvo:** Escritório de País e LACRO

É recomendável que o Escritório de País desenvolva uma Teoria da Mudança específica para o 7º Programa de País, levando em conta o novo Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil e as mudanças de contexto acumuladas ao longo do 6º Programa de País (fluxo misto de migrantes e refugiados, crescimento de setores conservadores e pandemia de Covid-19), mantendo a análise das inequidades estruturais da sociedade brasileira com base em evidências. Para tanto, recomenda-se continuar o trabalho de análise e construção da Teoria da Mudança iniciado no marco desta Avaliação através dos seguintes desenvolvimentos: a partir da árvore de soluções, definir as estratégias de engajamento para cada ator-chave e público-alvo; estabelecer as premissas entre as atividades e produtos, entre produtos e resultados e entre resultados e impactos; e identificar, no contexto do Sistema ONU no país, quais são os aceleradores da mudança aos quais o UNFPA faz uma contribuição fundamental e que devem ser inseridos na TdM.

Recomendação #6 – Origem: Conclusão #3 – **Alvo:** Escritório de País

Recomenda-se a continuidade do uso das estratégias para não deixar ninguém para trás e para alcançar primeiro os mais desfavorecidos no próximo ciclo programático, sugerindo ainda a ampliação do escopo das atividades voltadas para alguns grupos populacionais, principalmente: a população idosa, pela tendência demográfica de envelhecimento da população brasileira; e a população indígena e as comunidades quilombolas, visto que tais grupos têm sofrido crescentes ameaças aos seus direitos e territórios e configuram uma ponte para que o UNFPA fortaleça as suas ações na agenda de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Recomendação #7 - Origem: Conclusão #6 - **Alvo:** Escritório de País

Recomenda-se o uso estratégico do investimento de recursos semente em iniciativas piloto ou com potencial de escala. Identificar as condições que possibilitam a ampliação de uma iniciativa piloto no país é fundamental para o trabalho do Fundo, especialmente em um contexto de cortes orçamentários e recursos escassos. Por sua vez, recomenda-se que o Escritório de País incorpore o desenvolvimento de estratégias de sistematização de boas práticas e escalonamento de iniciativas piloto ao orçamento e ao planejamento de seus programas e projetos desde o princípio, promovendo, assim, a conexão entre o uso de recursos semente e o ganho de escala nos resultados.

Longo-prazo

Recomendação #8 - Origem: Conclusão #7 - **Alvo:** Escritório de País, sobretudo Operações e RH

Considerando que em 2019 o Escritório de País aprimorou um learning plan e, em 2020, um induction plan; recomenda-se seguir com o desenvolvimento dos planos citados, buscando, por um lado, diminuir o tempo da curva de aprendizagem nas equipes e, por outro, criar incentivos para a permanência dos profissionais, como expectativas de capacitação técnica e crescimento profissional. Neste sentido, é estratégico o desenvolvimento de capacidades na equipe do Escritório de País nas áreas de mobilização de recursos, parcerias estratégicas, planejamento e monitoramento. Além disso, recomenda-se a manutenção do Programa de Estágio Afirmativo e dos processos seletivos afirmativos, o desenvolvimento de estratégias de permanência para os profissionais aprovados em tais processos e o fortalecimento dos mecanismos de compliance na gestão de recursos humanos.

Recomendação #9 - Origem: Conclusões #1 e #4 - **Alvo:** Escritório de País

Considerando que o UNFPA tem logrado avanços na construção de capacidades nacionais, recomenda-se criar uma estratégia abrangente e integrada neste modo de engajamento com o objetivo de planejar intervenções de forma proativa, garantir maior retorno sobre os investimentos e atender às necessidades específicas do país, preenchendo as suas lacunas de capacidades com base nas considerações de equidade, gênero e vulnerabilidades. Com relação às atividades de construção de capacidades, devem ser levadas em conta as seguintes questões: assegurar a variedade de metodologias; aplicar práticas globais e regionais relevantes em desenvolvimento de capacidades; focar no estabelecimento de quadros de multiplicadores tanto nos governos, como na sociedade civil; analisar a relação de custo/benefício em uma estratégia abrangente para o desenvolvimento de capacidades; melhorar a integração das intervenções de treinamento aos resultados esperados do Programa de País; e utilizar as intervenções de desenvolvimento de capacidades como estratégias de saída para projetos e programas.

Recomendação #10 - Origem: Conclusões #4 e #13 - **Alvo:** Escritório de Países

Levando em conta a diversidade social e cultural do Brasil, as suas grandes disparidades econômicas, raciais e de gênero e a classificação do país no quadrante rosa do Plano Estratégico Global do UNFPA, recomenda-se manter os mecanismos de intervenção upstream (principalmente o desenvolvimento de capacidades para a criação de um ambiente favorável e o advocacy), em conjunto à abordagem downstream (sobretudo em áreas geográficas que apresentam vazios assistenciais e populações com maior exposição à vulnerabilidade), com foco em temas transversais e orientação para as necessidades locais. Nesse sentido, sugerimos: focar na resolução de problemas localizados levando em conta tanto as suas especificidades, como a adaptação de boas práticas globais; trabalhar na criação de ambientes favoráveis para a formulação de políticas que incentivem a participação social, a aprendizagem e a inovação; e incorporar esta inovação em ciclos periódicos de feedback que facilitem tanto uma rápida aprendizagem, como a avaliação ex-post e de longo-prazo dos projetos.

6.2 Nível programático

Curto-Prazo

Recomendação #11 - Origem: Conclusão #14 - **Alvo:** Escritório de Países, RCO e UNCT

É recomendável que o Escritório de Países dê maior relevância para o trabalho interagencial na finalização deste ciclo programático e no planejamento do próximo, principalmente se levarmos em conta o novo conjunto de regras que a Reforma da ONU e a aprovação da nova Quadrennial Comprehensive Policy Review (2016) colocaram para a cooperação da ONU no âmbito dos países. Nesse sentido, apresentam-se como janelas de oportunidade a elaboração de projetos conjuntos no âmbito do UNCT/Escritório do Coordenador Residente para a resposta à pandemia de Covid-19, a elaboração de propostas conjuntas para as ações de assistência humanitária através da plataforma R4V, a participação no joint team de HIV/AIDS e o desenvolvimento de projetos interagenciais de Cooperação Sul-Sul e Trilateral.

Recomendação #12 - Origem: Conclusão #15 - **Alvo:** Escritório de Países e parceiros do Sistema ONU (Acnur, OIM, ONU Mulheres e UNICEF)

Com relação à atuação do UNFPA na atenção ao fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos, recomenda-se a intensificação das intervenções de VBG e SSR na assistência humanitária, sobretudo na atenção às necessidades de pré-natal e contracepção de mulheres venezuelanas e na prevenção, testagem e tratamento de HIV/AIDS, áreas em que o UNFPA tem evidentes vantagens comparativas em relação a outros atores presentes no terreno. É também recomendável que o UNFPA amplie as ações de capacitação técnica e fortalecimento institucional de atores locais envolvidos na assistência humanitária, dando maior foco para este modo de engajamento. O UNFPA deve identificar e preencher lacunas técnicas dos parceiros, buscando soluções inovadoras e exemplos em boas práticas de outros países, como já tem feito nas formações de inserção de DIU por EAD. Para tanto, uma estratégia de recursos que garanta maior previsibilidade e sustentabilidade para o tamanho e a formação das equipes é fundamental.

Recomendação #13 - Origem: Conclusão #12 - **Alvo:** Escritório de Países, com foco na área de Comunicação

É recomendável que o planejamento da área de Comunicação seja feito de maneira integrada ao planejamento das áreas programáticas, de modo que as ações e campanhas conjuntas sejam definidas com antecedência. Recomenda-se ainda que o Escritório de Países aproveite o crescimento em tamanho e escopo da área, bem como o seu posicionamento estratégico em espaços do UNCT, para utilizar seus resultados positivos como uma ferramenta de mobilização de recursos, formalização de parcerias estratégicas, disseminação amigável de evidências e conscientização social sobre o mandato.

Médio-Prazo

Recomendação #14 - Origem: Conclusões #1 e #9 - **Alvo:** Escritório de Países, com foco na área de SSR

Considerando-se que as ações de capacitação técnica cresceram nos últimos anos de execução do 6º Programa de Países, recomenda-se crescente investimento neste modo de engajamento para a área de Saúde Sexual e Reprodutiva, que tem gerado resultados palpáveis e é muito bem avaliado pelos parceiros. Além disso, há espaço para crescimento das ações na área de assistência farmacêutica e insumos médicos, tanto no atendimento a populações expostas a maior vulnerabilidade, como em um maior envolvimento com a indústria farmacêutica. Finalmente, o Escritório de

País se beneficiaria de uma estratégia de reaproximação com os seus parceiros tradicionais na área, sobretudo o Ministério da Saúde, mantendo, no entanto, a lógica de expandir a base de parceiros e doadores.

Recomendação #15 - Origem: Conclusões #1 e #9 - **Alvo:** Escritório de País, com foco na área de Juventude

Considerando a recente contratação de uma oficial que se dedicará exclusivamente à área de Juventude e o êxito do 6º Programa de País em utilizar uma abordagem de jovens como um sujeitos de direitos que devem participar de espaços de debate e tomada de decisão, recomenda-se que o próximo ciclo programático dê seguimento às intervenções com essa abordagem e que o UNFPA busque retomar parcerias governamentais para influir positivamente na formulação de políticas públicas e na oferta de serviços para a Juventude.

Recomendação #16 - Origem: Conclusões #1 e #9 - **Alvo:** Escritório de País, com foco em Dinâmicas Populacionais

Considerando o êxito que o 6º Programa de País teve em produzir, sistematizar e disseminar dados robustos em formatos amigáveis e em capacitar gestores e formuladores de políticas para a utilização de dados e ferramentas demográficas, recomenda-se a continuidade desta abordagem para a área de Dinâmicas Populacionais no próximo ciclo programático. Ademais, é recomendável que o UNFPA amplie o seu trabalho de produção e divulgação de dados, atuando não apenas no apoio técnico a outras organizações, mas criando uma plataforma própria de produção e disseminação de dados com foco no preenchimento de lacunas nos dados oficiais, estratégia já presente em algumas intervenções do 6º Programa de País. Com isso, a área poderá dar vazão à crescente demanda interna e externa por dados populacionais com foco em populações vulneráveis. Por fim, recomenda-se que as ações de fortalecimento das capacidades para o uso de advocacy baseado em evidências seja ampliado para as organizações da sociedade civil.

Recomendação #17 - Origem: Conclusão #10 - **Alvo:** Escritório de País, com foco em Cooperação Sul-Sul

Tendo em vista os bons resultados obtidos com os projetos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral executados e a relação sólida e longeva que o UNFPA possui com a Agência Brasileira de Cooperação, recomenda-se que o próximo ciclo programático priorize a execução do planejamento conjunto feito pelas duas instituições em 2019. De modo complementar, sugere-se o envolvimento de organizações da sociedade civil nas intervenções da área, bem como um maior diálogo com outras áreas programáticas, ambos processos já iniciados na parte final da execução do 6º Programa de País.

Longo-prazo

Recomendação #18 - Origem: Conclusão #11 - **Alvo:** Escritório de País e LACRO

Como o uso da plataforma SIS/ My Results é obrigatório, recomenda-se que o Escritório de País adote uma estratégia unificada para o planejamento de atividades, monitoramento de indicadores e relatoria de resultados, de modo que a complexidade das atividades planejadas esteja num mesmo nível entre as áreas programáticas e a relatoria de resultados dos relatórios finais tenha maior padronização. Finalmente, os indicadores de produto deveriam ser revisados a partir das seguintes sugestões: desenvolver indicadores capazes de monitorar resultados dos diversos modos de engajamento do UNFPA no Brasil; desagregar os indicadores por gênero, raça e etnia; e desenhar indicadores de produto que fiquem dentro dos limites da capacidade de entrega do Escritório de País.

Recomendação #19 - Origem: Conclusão #13 - **Alvo:** Escritório de País e parceiros do Sistema ONU

Tendo em vista que o grau de sustentabilidade das intervenções variou bastante durante o 6º Programa de País, recomenda-se que o desenho de mecanismos de gestão compartilhada, atividades de transferência de expertise e estratégias de saída façam parte do processo de planejamento de todos os programas do Escritório de País. Além disso, o UNFPA se beneficiaria de uma estratégia de gestão de riscos contextuais e institucionais mais robusta no planejamento das intervenções, sobretudo ao levarmos em conta o cenário de instabilidade política e de crise sanitária e social decorrente da pandemia de Covid-19 em que está sendo implementado o 6º Programa de País e, muito provavelmente, será implementado o 7º Programa de País.

ANEXOS

Anexo 1. Lições aprendidas

Embora não constasse no Termo de Referência desta Avaliação Final, a solicitação da elaboração de uma seção de lições aprendidas foi feita no processo de revisão da primeira versão deste Relatório. Por isso, agregamos as lições aprendidas ao documento como o seu primeiro anexo. Apresentamos, portanto, duas seções de lições aprendidas: a primeira contém as lições aprendidas pelo Escritório de País durante a execução do 6º Programa de País, elaboradas a partir dos dados primários colhidos nas entrevistas com a equipe do UNFPA e dos dados secundários obtidos através da revisão dos relatórios de resultados do 6º Programa de País; já a segunda contém as lições aprendidas pela Equipe de Avaliação durante o processo avaliativo.

Lições aprendidas do 6º Programa de País

1. O *advocacy* baseado em evidências se demonstrou uma ferramenta poderosa para a incidência normativa, a construção de capacidades nacionais, a cooperação técnica e a conscientização social nos temas de mandato do UNFPA;
2. As mudanças de contexto e o retrocesso nas áreas de mandato do UNFPA mostraram a necessidade de expandir o rol de parceiros e diálogos para diversos níveis de governo e tipos de organização, embora os custos de recursos humanos e tempo precisem ser levados em conta;
3. O uso de redes sociais, campanhas com linguagem inovadora, parcerias com influenciadoras/es e publicações com formatos acessíveis tem se mostrado estratégias eficazes para a disseminação amigável de dados, a conscientização social nas áreas de mandato do UNFPA e a criação de estratégias para mitigar retrocessos;
4. Iniciativas piloto e o uso de recursos sementes apresentaram maior potencial de impacto quando desenhados desde o planejamento das intervenções para serem replicados e escalonados através da sistematização de boas práticas e da transferência de expertise;
5. O sucesso das ações de assistência humanitária dependeram da cooperação interagencial e da mobilização dos atores locais, embora ainda persistam desafios para uma maior cooperação tanto no nível do terreno, como no de tomada de decisão;
6. A formação de redes e de alianças multissetoriais demonstraram o poder de convocação do Escritório de País e se converteram em um valor agregado do UNFPA no Brasil, porém a gestão de tais estruturas de governança demanda objetivos claros e de longo prazo, sobretudo porque elas exigem o investimento de recursos humanos e criam expectativas em todos os envolvidos;
7. Nos casos em que foi fornecida, como na área de Segurança de Insumos em Saúde Sexual e Reprodutiva, a assistência técnica do LACRO foi relevante para o avanço na agenda do Programa de Ação da CIPD, na mobilização de recursos, no estabelecimento de parcerias e no diálogo técnico com governos de diversos níveis;
8. A manutenção de um diálogo perene e técnico da equipe do Escritório de País com representantes de governos, organismos internacionais e organizações da sociedade civil foi imprescindível para o aproveitamento de oportunidades de formalização de parcerias e mobilização de recursos;

9. O estabelecimento de processos seletivos afirmativos com regularidade tornou a equipe do Escritório de País mais representativa da diversidade da sociedade brasileira, mas as estratégias de permanência das pessoas contratadas por tais processos ainda é um desafio;
10. A produção de dados pelo Escritório de País ou com o seu apoio se mostrou uma fortaleza do UNFPA no país, sobretudo quando as necessidades de tal produção foram contempladas ainda no planejamento das intervenções, contribuindo para o preenchimento de lacunas nos dados oficiais, o *advocacy*, as ações de comunicação e a mobilização de recursos;
11. Para não deixar ninguém para trás e dar respostas rápidas em situações de emergência – como na assistência humanitária e na pandemia de Covid-19 – foi imprescindível um bom diálogo do Escritório de País com governos locais, associações comunitárias, entidades de classe, organizações de base e redes da sociedade civil, já que tais atores potencializaram a capilaridade das ações;
12. O uso de editais para o financiamento de projetos e alocação de equipes locais em vários estados permitiu uma maior presença do UNFPA no território nacional, gerou maior capilaridade das intervenções e criou janelas de oportunidade para parcerias, projetos e financiamentos, ainda que gargalos administrativos e limitações de recursos financeiros e humanos tenham criado algumas barreiras;
13. A intensificação da comunicação através de ferramentas de teletrabalho - exigida pela adaptação à pandemia de Covid-19 - permitiu um maior diálogo entre as áreas programáticas, entre as equipes alocadas em diversos estados e entre o Escritório de País e seus parceiros, ainda que a estafa mental e física causada pela hiperconectividade dessa modalidade de trabalho precise ser levada em conta;
14. As iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral e os projetos que envolvem a articulação com instituições de outros países exigem o engajamento de outros Escritórios-País e de instâncias superiores do UNFPA desde o princípio, bem como o desenvolvimento precoce de estratégias de monitoramento e avaliação conjuntas;
15. A instabilidade de recursos, os desafios para atingir metas altas de mobilização de recursos, os atrasos na execução e as incertezas orçamentárias para o ano seguinte prejudicaram a capacidade de planejamento, monitoramento e resposta do Escritório de País; e
16. A falta de uma estratégia padronizada de planejamento de atividades e de monitoramento das intervenções somadas à rigidez dos sistemas institucionais de monitoramento e relatoria de resultados colocaram uma série de desafios para a consecução dos objetivos do Programa de País e para a cooperação sustentável entre as áreas programáticas.

Lições aprendidas do exercício de avaliação

1. Em geral, a adaptação da avaliação à pandemia de Covid-19 mostrou uma melhora substancial na acessibilidade para realizar entrevistas por videoconferência com os atores locais, desde os funcionários públicos até os representantes de redes e organizações da sociedade civil;
2. A realização das oficinas de revisão da Teoria da Mudança com a equipe do Escritório de País e a utilização de um software específico para tal atividade (Miro) se demonstraram

estratégias eficazes para produzir análises *ad hoc*, exercícios de planejamento e gerar sinergias na equipe;

3. O exercício remoto tornou mais desafiador a avaliação de aspectos intangíveis que são muito relevantes para a análise da operação do UNFPA, como o ambiente do Escritório de País, o clima de trabalho, os mecanismos de relacionamento e comunicação, a disposição e estruturas organizativas, as conversas informais e não planejadas e a observação *in loco* das intervenções. Trata-se de ferramentas preciosas e insubstituíveis;
4. A análise de um grande volume de documentos, o alto número de entrevistas por videoconferência (100 pessoas em 75 entrevistas) e a substituição de grupos focais com beneficiárias/os das intervenções da assistência humanitária por entrevistas coletivas através de videoconferência (12 pessoas em total) se mostraram estratégias eficazes de mitigação das limitações metodológicas adicionadas pelo isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19;
5. Os prazos para um exercício remoto de avaliação devem ser mais flexíveis que os de uma avaliação em cenário padrão, já que há maior grau de imprevisibilidade e maior carga de trabalho dada a necessidade adicional de mitigar limitações metodológicas, sobretudo em se tratando de uma Equipe de Avaliação diminuta;
6. A realização de reuniões ordinárias e regulares entre a Equipe de Avaliação e a Gerente de Avaliação foi uma ferramenta imprescindível para o bom andamento do processo de Avaliação Final; e
7. A realização de oficinas de apresentação/discussão de conclusões e recomendações preliminares com a equipe do Escritório de País e com o Grupo de Referência da Avaliação foram oportunidades ímpares de validação e triangulação de dados e resultados.

Anexo 2. Termo de Referência

**EVALUATION OF THE 6th COUNTRY PROGRAMME (2017-2021)
OF THE UNITED NATIONS POPULATION FUND IN BRAZIL**



TERMS OF REFERENCE

Brasilia, August 2020.

CONTENTS

1. Introduction
2. Context
3. UNFPA Cooperation in Brazil
4. Purpose, objectives and scope
5. Evaluation criteria and preliminary evaluation questions
6. Methodology and Approach
7. Evaluation process
8. Expected outputs
9. Workplan
10. Composition of the evaluation team
11. Management of the evaluation
12. Bibliography and Resources
13. Annexes
 - Annex 1. Ethical Code of Conduct for UNEG/UNFPA Evaluations
 - Annex 2. List of Atlas Projects for the period under evaluation
 - Annex 3. Information on main stakeholders by areas of intervention
 - Annex 4. Evaluation matrix
 - Annex 5. Short outlines for the inception evaluation report
 - Annex 6. Short outlines for the final evaluation report
 - Annex 7: Evaluation Quality Assessment Grid
 - Annex 8: Management Template

1. INTRODUCTION

The United Nations Population Fund (UNFPA) is the UN's international development entity that addresses population issues. Since its creation in July 1967, it has been a key player in population development programs related to sexual and reproductive health issues and gender equality. UNFPA supports programs in all regions and more than 150 countries, areas and territories: Arab States and Europe, Asia and the Pacific, Latin America and the Caribbean, and Sub-Saharan Africa. In addition, it works closely with the other United Nations development and humanitarian response agencies.

UNFPA's mandate is guided by the Programme of Action of the International Conference on Population and Development (ICPD) held in Cairo in 1994, the Montevideo Consensus on Population and Development (Uruguay 2013) and its Guide operational (Mexico 2015), the Cairo +25 agenda, and is also aligned with the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals. In Brazil, it also harmonizes its Country Program with the common framework of partnership of the United Nations for Sustainable Development (UNSDCF) and with the national goals and objectives inscribed in the National Development Plans.

UNFPA's main objectives have been to expand the possibilities for women and young people to have healthy sexual and reproductive lives, to accelerate universal access to sexual and reproductive health, including voluntary family planning and safe motherhood, and to seek the realization of rights and opportunities for young people. UNFPA also helps countries to use population data in order to anticipate present and future challenges, it offers technical assistance that strengthens and empowers its partners, supports policy formulation and national capacity building, ensuring that reproductive health and the rights of women and young people remain at the heart of the development agenda.

Aiming at improving people's lives as a catalyst for action and an advocate for their issues, especially those most in need, UNFPA acts through alliances and partnerships with governments, other UN agencies, civil society, academia, and the private sector.

UNFPA has been in Brazil since 1973, collaborating with the government and various civil society organizations in the formulation and monitoring of population and development policies and programs. The Brazilian office was formally established, with representation in Brazil, in 1988, and is linked to the UNFPA Regional Office for the Latin America and the Caribbean (LACRO).

2. NATIONAL CONTEXT

The Standard Basic Technical Assistance Agreement (SBAA), between the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations Organization, Specialized Agencies and the International Atomic Energy, dated 29 December 1964, as well as and the Standard Basic Agreement for Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and UNFPA, dated 22 January 1988, constitutes the basis of relationship between the Member State and UNFPA. Further, the 2017-2021 sixth Country Programme Document (CPD), approved in 2016, also provides the legal basis for the relationship between the Government of the Federative Republic of Brazil and UNFPA.

Brazil is the world's sixth most populous country and has a population of around 211 million, according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) (2020)⁶⁸. The country is home to the world's largest African diaspora – over half (51%) of its population is of African descent. Brazil comprises 26 states and a federal district, as well as 5570 municipalities. The country has witnessed important advances in education and health and a progressive increase in life expectancy (76,3 years in 2018). This, along with the recent decline in the total fertility rate – from 2.1 children per woman in 2004 to 1.7 in 2018 – has led to a progressively slower population growth, changing the age structure towards an aged population, and allowed the country to benefit from a reduced dependency ratio, creating the conditions for reaping demographic and gender dividends and setting the stage for more effective investments in adolescents and youth, notwithstanding the need to address the aging population and its impact on the social protection network and sustainable development.

According to the 2010 population census, nearly 84.8% of the population live in urban areas, posing challenges related to accelerated urbanization and insufficient improvements in infrastructure of water, sanitation, garbage, dwelling, and transport to mention a few. The country region with the highest percentage of urban population is the Southeast, with 93.14% of people living in urban areas; the Northeast Region has the highest percentage of inhabitants living in rural areas, 26.88%. Considered an emerging middle-income country, Brazil has made progress in the last decade in reducing poverty; nevertheless, the country still faces persistent inequality challenges. In 2018, although one million people left the poverty line⁶⁹, a quarter of the Brazilian population, or 52.5 million people, still lived with less than that amount. The index fell from 26.5%, in 2017, to 25.3% in 2018 (in 2014, the year with the lowest proportion since 2012, it was 22.8%). While presenting a ranking of 79th among Human Development Index (HDI) measures, Brazil was indicated with a Gini index of 0,533 (Human Development Report, 2019), which measures inequality on a scale 0-1. In this position, the country might be classified among the “countries with a high HDI”, however it is also among the 10 countries with the highest Gini coefficient. The share of the richest 10% of Brazil concentrates 41.9% of the country's total income, and the share of the richest 1% concentrates 28.3% of the country's income. Disparities are most apparent in the North and Northeast regions and also in the outer suburban areas of urban centres and are characterized by low levels of education; exclusion from or unqualified participation in the formal labour market; insufficient basic services; precarious health conditions characterized by high levels of malnutrition, early death from avoidable causes, among other outcomes. Particularly affected by these inequities are indigenous groups, women, young people, and African descendants Brazilians.

These disparities are evident, in the same way, in access to quality health services, including to sexual and reproductive health services. Each year, around 3 million births take place in Brazil; of them, about 98% occur in hospitals or health care facilities, may it be public or private facilities. Although advances in obstetrics have contributed to the improvement of indicators on maternal morbidity and mortality in Brazil - maternal mortality ratio (MMR) fell from 143 maternal deaths per 100,000 live births in 1990 to 59,1 in 2018 – data regarding obstetric care indicate both an excess of obstetric interventions in the country (cesarean delivery, episiotomy, oxytocin use, etc.)

⁶⁸ https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php, July 2020.

⁶⁹ Daily income below US \$ 5.5, a measure adopted by the World Bank to identify poverty in developing countries like Brazil.

and a scenario of great disparities among regions and population groups. Also, the MMR indicator for the country is well above international commitments, such as the SDGs, for with the goal to reduce MMR, by 2030, to 30 deaths for every 100,000 live births. Regarding pregnancy in adolescence, 16.4% of live births are from mothers aged 19 years or younger in Brazil, varying between 23,7% in the North Region and 13,1% in the South Region (2017). Each year in the country, more than 22.000 babies are born from mothers aged 14 years old or under, especially in segments in situations of social vulnerability.

Despite underreporting, the data compiled in the 2018 Atlas of Violence regarding gender-based violence, which corresponds to information from 2016, there were 22.918 registered cases by the unified health system (SUS) and 49.497 cases registered by the police in Brazil; the majority of victims of sexual violence are young and afro-descendant women. Among all victims of sexual violence notified in 2016, 50.9% were up to 13 years old; 17% between 14 and 17 years old and 32.1% over 18 years old. When the data are disaggregated by race / color, it is observed that the black population [black 8.7% and brown 45.3%] is larger and corresponds to 54%; white 34.3%, yellow 0.7%; 1.2% indigenous. Not informed or ignored 8.8%.

As of 2015, Brazilian authorities registered a growing number of Venezuelans migrants and refugees seeking health services and asylum in Brazil. By July 2018, an estimated 25,000 Venezuelans were living in Roraima, 40% of which were women. On 15th February 2018 the Federal Government declared a state of social emergency in Roraima and announced efforts to relocate migrants in other states, starting with the resettlement of 1,000 people in the cities of São Paulo, Manaus and Cuiabá on a voluntary basis. The *Operação Acolhida* was established as the main government response in Brazil, organized by the Federal Government. In December 2019, the host countries, including Brazil, registered the sum of 4,769,498 Venezuelans, asylum seekers or migrants; the most recent data issued by the Brazilian government report the approval of 22,102 Venezuelan refugees by the National Refugee Council of the Ministry of Justice in Brazil, 119,244 asylum seekers and 104,859 Venezuelans with residence permits.

In 2020, the Sars-Cov-2/Covid-19 was declared a pandemic and a Public Health Emergency of International Concern (PHEIC) by the WHO, and it has been responsible so far (by August 8th 2020) for more than 20 million confirmed cases and 738 thousand deaths in the world, and more than 3 million confirmed cases and 101 thousand deaths in Brazil. Brazil is identified as the second country in the world regarding the absolute number of cases, after the United States of America. That implies a lethality rate of 5.2% and a mortality rate of 17.7.

3. UNFPA COOPERATION IN BRAZIL

UNFPA has previously undertaken five country programmes in Brazil, running from 1992-1997, 1998-2001, 2002-2006, 2007-2011, and 2012-2016. All programmes were executed in partnership with the Brazilian Cooperation Agency (ABC) which is part of the Brazilian Ministry of Foreign Affairs (MRE), also including other federal government institutions, state and municipal governments, as well as civil society organizations, the academic community and private sector. The current 2017-2021 Country Programme was approved by the Executive Board in September 2016, at its Second Regular Session.

The current global UNFPA Strategic Plan (2018-2021) was formally approved by the Executive Board in September 2017, at its Second Regular Session, and the Country Office has conducted a light review for aligning its current programme to the strategic direction.

The purpose of the evaluation is to provide accountability to stakeholders, support evidence-based decision-making and contribute to lessons learnt to the existing knowledge base as well as to draw from lessons and recommendations on current cooperation in order to improve future programming. Primary users of the country programme evaluation are the decision-makers within UNFPA and the Executive Board, government counterparts in Brazil, civil society stakeholders and other development partners.

Following an extensive consultative process, the 2017-2021 country programme preparation was aligned with national priorities: (a) the Brazil, Educational Homeland programme and the Federal Government Pluriannual Plan, 2016-2019; (b) the United Nations Development Assistance Framework, 2017-2021 (specially the output on People); (c) the 2030 Agenda for Sustainable Development; (d) the Programme of Action of the International Conference on Population and Development (ICPD); (e) the Montevideo Consensus on Population and Development; and (f) the International Decade for People of African Descent 2015-2024. The programme aimed at supporting country efforts to generate conditions for sustainable, inclusive economic growth and shared prosperity, at contributing to ensuring universal access to sexual and reproductive health-care services, fostering integration of reproductive health into national strategies and programmes, supporting the realization of sexual and reproductive rights, with a focus on women and girls, adolescents, youth and Afro-descendants; and contributing to increased availability of high-quality, timely and disaggregated data.

The programme contributes to the following UNFPA Strategic Plan (2017-2021) Outcomes and Country Programme Outputs:

UNFPA Strategic Plan (2017-2021) Outcomes	Country programme outputs	Strategic priorities
SP Outcome 1: Every woman, adolescent and youth everywhere, especially those furthest behind, has utilized integrated sexual and reproductive health services and exercised reproductive rights, free of coercion, discrimination and violence	Output 1: Sexual and reproductive health policies and programmes strengthened to deliver high-quality services, at national and subnational levels, in line with human rights-based, gender, race, age and culturally sensitive approaches, particularly addressed to the most vulnerable groups	These results are intended to be achieved by the following programme strategic priorities: (a) providing policy advice and strengthening capacities of duty bearers to provide high-quality services that meet human rights standards, with particular emphasis on gender, age, race, ethnicity and culturally sensitive approaches, and integrating the reproductive health commodity security strategy as a programming pillar, in the context of improved quality of care; (b) engaging in policy dialogue with health authorities for the incorporation of a rights-based, gender and culturally sensitive approach in the formulation, development and implementation of sexual and reproductive health policies, plans and programmes;

		<p>and (c) promoting evidence-based advocacy and strategic communication for community engagement to encourage rights-holders to advocate the fulfilment of their rights, with particular focus on sexual and reproductive health and rights. Special consideration will be given to making services available, accessible, acceptable and affordable to vulnerable groups, such as women and girls, Afro-descendants, indigenous peoples and other ethnic minorities, migrants and youth.</p>
<p>SP Outcome 2: Every adolescent and youth, in particular adolescent girls, is empowered to have access to sexual and reproductive health and reproductive rights, in all contexts</p>	<p>Output 1: National policies and programmes strengthened for incorporation of the human rights and needs of adolescents and youth, at national and subnational levels, through gender equality and culturally sensitive approaches, particularly for girls, Afro-descendants and vulnerable youth populations</p>	<p>These results are intended to be achieved by the following programme strategic priorities:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) offering evidence-based advocacy and policy advice for the inclusion of sexual and reproductive health needs and rights of adolescents and young people in public policies and programmes, at national and subnational levels; (b) strengthening advocacy capacity of youth networks and civil society organizations, at national and subnational levels, particularly on human rights and sexual and reproductive rights, enabling greater participation in policy dialogue; and (c) providing evidence-based advocacy and technical assistance for design and implementation of policies and programmes on life-skills education, comprehensive sexuality education, adolescent pregnancy, sexual violence and sexual transmitted diseases, including HIV, and on preventing and addressing racism and other forms of discrimination.

<p>SP Outcome 4: Everyone, everywhere, is counted, and accounted for, in the pursuit of sustainable development</p>	<p>Output 1: National socioeconomic development and environmental policies and programmes strengthened for the integration of evidence-based analysis on population dynamics and their links with sustainable development, sexual and reproductive health and rights, HIV and gender equality</p>	<p>These results are intended to be achieved by the following programme strategic priorities:</p> <p>(a) strengthening institutional capacities to produce, analyse and disseminate disaggregated data and information on population for the design, implementation and monitoring of public policies, plans and programmes, in order to confront persistent and emerging challenges (particularly aging of the population and socioeconomic inequalities), capitalize on opportunities, and assess and scale up successful sustainable development interventions;</p> <p>(b) promoting a better understanding of the linkages between population and sustainable development, utilizing demographic and gender dividend approaches as important enablers of inclusive social relations and equitable sustainable development;</p> <p>(c) disseminating data for raising social awareness of the rights of adolescents, youth, women, Afro-descendants, indigenous people, the elderly, the lesbian, gay, bisexual and transgender communities, people living with HIV/Aids, and migrants;</p> <p>(d) fostering knowledge sharing, systematization and dissemination of good practices and integration of population issues in the implementation of the national sustainable development agenda through South-South and trilateral cooperation initiatives;</p> <p>and (e) strengthening the capacities of civil society organizations to access and use evidence-based advocacy and policy dialogue on sexual and reproductive health and rights, youth and gender-based violence.</p>
---	---	--

	<p>Output 2: ICPD Programme of Action promoted, and its linkages with the 2030 Agenda for Sustainable Development enhanced, through South-South or trilateral cooperation</p>	<p>These results are intended to be achieved by the following programme strategic priorities:</p> <p>a) partnership opportunities in an evolving development context, where UNFPA will act as a knowledge broker that can bridge knowledge gaps by linking demand and supply of expertise, experience and technology, in line with the framework of operational guidelines on United Nations support to South-South and triangular cooperation.</p> <p>b) The programme will contribute to advancement of the principles of solidarity, cooperation among nations and promotion of human rights through the systematization, dissemination and implementation of expertise and knowledge from Brazil, contributing to the positioning of Brazil as a centre of excellence in the advancement of the ICPD and on population and sustainable development (South-South initiatives may adopt different implementation arrangements, including those involving both developed and developing countries, academia, civil society and other United Nations agencies, funds and programmes).</p>
--	---	---

4. PURPOSE, OBJECTIVES AND SCOPE

a) Purpose

The purpose of the independent external evaluation is to determine to what extent the 6th Country Program (2017-2021) has been relevant, to assess its degree of efficiency and sustainability, to establish to what extent the expected results were achieved, to identify the lessons learnt and to produce evidence for learning, decision making and accountability. Based on the findings, the evaluation is expected to formulate recommendations for the design of the Country Programme for the 2022-2025 cycle.

b) Objectives

The objectives of the evaluation of the UNFPA 6th Country Programme are:

1. to inform UNFPA CO, LACRO, HQ, national stakeholders, and the wider audience with an assessment of the relevance, effectiveness, and sustainability of the 6th UNFPA Country Programme⁷⁰, in development and humanitarian settings;

⁷⁰ A recent thematic evaluation was conducted by the Evaluation Office regarding South-South Cooperation within UNFPA Brazil, and, therefore, it shall be considered for this CPE evaluation.

2. to provide an assessment of the role played by the UNFPA country office in the coordination mechanisms of the United Nations Country Team (UNCT) with a view to enhancing the United Nations collective contribution to national development results;
3. to draw key lessons from past and current cooperation and provide a set of clear and forward-looking options leading to strategic and actionable recommendations for the next programming cycle;
4. to provide inputs to inform the strategic repositioning of the Country Office in light of the new Country Program to be developed in the near future that will orient the work of the CO Brazil for the 2022-2027 period.

The evaluation will cover all activities planned and/or implemented during the period 2017-mid 2020 within programme areas that embrace: reproductive health and rights; adolescence and youth; population dynamics and sustainable development; south-south cooperation; gender, race and ethnicity, and humanitarian assistance. Also, an assessment of comparative advantages and/or added value of UNFPA in the framework of the UN Reform. Besides the assessment of the intended effects of the programme, the evaluation also aims at identifying potential unintended effects.

Regarding the geographical scope, the evaluation will cover the cooperation developed by UNFPA nationally and in specific localities such as the Federal District and the states of Roraima, Amazonas, Bahia, Parana, and São Paulo. Considering the stakeholders, the evaluation must include the several relevant partners to UNFPA's performance case by case (government, NGOs, academic institutions, and the private sector, etc.).

c) Evaluation Audience

The country programme evaluation should contribute to strengthening reporting based on results and institutional learning, so that the conclusions and recommendations can be used to inform decision making, thereby strengthening programmatic efficacy and efficiency.

From this perspective, evaluation users are the UNFPA team in Brazil and the Country Programme counterparts (government, NGOs, academic institutions and the private sector), as well as other United Nations system agencies in Brazil, the UNFPA Latin American and Caribbean Regional Office (LACRO), UNFPA Headquarters and the Executive Board.

5. EVALUATION CRITERIA AND PRELIMINARY EVALUATION QUESTIONS

a) Evaluation criteria

In accordance with the methodology for Country Programme Evaluations as set out in the [*Evaluation Handbook: How to Design and Conduct a Country Programme Evaluation at UNFPA*](#) (2019), the evaluation will be based on a number of preliminary evaluation questions covering the following evaluation criteria: relevance, effectiveness, efficiency, sustainability, and coordination of UNFPA support, as well as coverage and connectedness regarding the humanitarian assistance interventions.

Relevance:

The criterion of relevance brings into focus the extent to which the objectives of the UNFPA country programme correspond to population needs at country level (in particular, those of vulnerable groups) and were aligned throughout the programme period with government priorities and with strategies of UNFPA. Relevance also includes the strategic positioning and “niche” of the organization, as well as its responsiveness.

Effectiveness:

This criterion looks at the extent to which country programme outputs have been achieved, and the extent to which these outputs have contributed to the achievement of the country programme outcomes. It requires a comparison of the intended goals, outcomes and outputs with the actual achievements in terms of results (in line with the logic of the theory of change of the country programme).

Efficiency:

This criterion draws upon the extent to which country programme outputs and outcomes have been achieved with the appropriate amount of resources (funds, expertise, time, administrative costs, etc.). It captures how resources have been used by the country office and converted into results along the results chain.

Sustainability:

This criterion looks at the continuation of benefits from a UNFPA-financed intervention after its termination, linked, in particular, to their continued resilience to risks. It embraces the extent to which benefits endure or the likelihood that benefits from the country programme continue after UNFPA funding is terminated and the corresponding interventions are closed.

Coordination:

This criterion refers to the extent to which UNFPA has been an active member of, and contributor to, the existing coordination mechanisms of the UNCT.

Coverage:

The extent to which major population groups facing life-threatening suffering were reached by humanitarian action.

Connectedness:

The extent to which activities of a short-term emergency nature are carried out in a context that takes longer-term and interconnected problems into account.

b) Evaluation questions

Criteria	Sexual and Reproductive Health	Adolescents and Youth	Population Dynamics	South-South Cooperation
Evaluation Questions				
Relevance	<p>1. To what extent is UNFPA support (i) adapted to the varied needs of the population, including the needs of marginalized and vulnerable groups; and (ii) in line with the priorities set by relevant international and national policy and normative frameworks, including international human rights agreements (ICPD PoA, 2030 Agenda, Montevideo Consensus, etc.)?</p> <p>2. To what extent has UNFPA ensured that the varied needs of vulnerable and marginalized populations, including adolescents and youth, afro-descendant, and LGBTI+ communities, have been taken into account in both the planning and implementation of all UNFPA-supported interventions under the country programme?</p> <p>3. To what extent has the Country Office been able to respond to specific/urgent needs and changes, including those due to humanitarian and/or epidemiological crises (for instance, the Venezuelan crisis and Covid-19)?</p>			
Effectiveness	<p>4. To what extent has progress been made towards strategically positioning the ICPD Agenda in national and local contexts, given priority areas of UNFPA in Brazil and globally?</p> <p>5. To what extent expected outputs were reached and to what extent they contribute to the achievement of the expected outcomes?</p> <p>6. To what extent has the Country Office been able to construct innovative partnerships with civil society, other United Nations agencies, academia, and private sector, among others, in favor of UNFPA mandate implementation?</p>			
Efficiency	<p>7. To what extent has the UNFPA CO made good use of its human, financial and administrative resources, and used an appropriate combination of tools and approaches to pursue the achievement of the outcomes defined in the country programme?</p> <p>8. To what extent did the intervention mechanisms (financing instruments, administrative regulatory framework, staff, timing and procedures) foster or hinder the achievement of the programme outputs, including those specifically related to advancing gender and race equality and human rights?</p>			

Sustainability	<p>9. To what extent has sustainability been achieved through capacity building and development of strengths in the partners and beneficiaries as well as the preparedness of an inclusive and diverse CO aiming at the achievement of the SDGs?</p> <p>10. To what extent has sustainability been achieved through efforts aiming at diminishing the impact of potential pushbacks in the thematic areas of CPD?</p>
Coordination	11. To what extent has the UNFPA Country Office contributed to the functioning and consolidation of UNCT coordination mechanisms, also considering the UN System reform context?
Coverage (humanitarian)	12. To what extent has the UNFPA CO support helped to increase the access of migrants and refugees, especially women and girls, to health services and information, within the Minimum Initial Service Packages (MISP) approaches as well as life-saving activities on GBV attention and prevention and wellbeing and mental health for migrants and refugees?
Connectedness (humanitarian)	13. To what extent has national and local capacity been supported and developed within the humanitarian assistance provided? (e.g. <i>Operacao Acolhida</i>)

The questions listed above are only indicative; the final set of evaluation questions will be determined during the design phase, after a discussion with the evaluation reference group/evaluation core group.

6. METHODOLOGY AND APPROACH

The design and implementation of the evaluation methodology should be consistent with the ethical standards established by the United Nations Evaluation Group (UNEG) and with the quality standards established by the United Nations and [UNFPA](#) in particular. The work of the evaluation team will be guided by the *UNEG Norms and Standards*. Team members will adhere to the *Ethical guidelines for Evaluators in the UN system* and the [Code of Conduct](#), also established by UNEG. The evaluation team members will be requested to sign the Code of Conduct prior to engaging in the evaluation exercise.

The evaluation will follow the methodology as presented in the [Evaluation Handbook: How to Design and Conduct a Country Programme Evaluation at UNFPA](#) (2019). The evaluation will also follow the guidance on the integration of gender equality and human rights as established in the UNEG guidance document [Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations](#).

Data Collection⁷¹

The evaluation will essentially use a mixed-method approach to data collection, including:

- Documentary review: Revision and analysis of documents related to UNFPA corporate policies and strategies, UNDAF and UNCT key documents, planning, monitoring and documents covering the period under evaluation.
- Individual or collective interviews: Interviews with UNFPA staff, implementing and strategic partners, civil society and beneficiaries (as appropriate).
- Focus groups: focal discussions with UNFPA staff in Brazil, with implementing and strategic partners, civil society and beneficiaries (as appropriate).
- Online questionnaires (a variety of techniques might be useful)

Validation mechanisms

The Evaluation Team will use a variety of methods to ensure the validity of the data collected. Besides a systematic triangulation of data sources and data collection methods and tools, the validation of data will be sought through regular exchanges with the CO programme managers. It must allow the obtaining of reliable, impartial and objective information that helps to produce evidence, conclusions, recommendations and lessons learnt that will provide the basis for defining the next Country Program. The evaluation team shall identify any limitations to the evaluation and propose strategies to mitigate them.

Stakeholders' participation

In order to improve the quality of the next programme document and to ensure that national development needs are addressed, it is important to invite implementing partners and national counterparts to participate in the final evaluation of the programme. This will also increase the sense of ownership of programme activities and therefore sustainability of the programme interventions. In that sense, an inclusive approach, involving a broad range of partners and stakeholders, will be taken.

The evaluation team will perform a stakeholders mapping in order to identify both UNFPA direct and indirect partners (i.e. partners who do not work directly with UNFPA and yet play a key role in a relevant outcome or thematic area in the national context). These stakeholders may include representatives from the Government, civil society organizations, the private sector, UN organizations, other multilateral organizations, bilateral donors, and beneficiaries.

Based on all of the above, the evaluation team must present in the initial report a methodological proposal (evaluation design), which will be internally validated by the Evaluation Technical Reference Committee and/or evaluation core group, including the UNFPA Regional Office. This proposal must specify the type of evaluation and design, the methods that will be used for collection and analysis of the information, to respond to the evaluation questions expressed in these Terms of Reference.

⁷¹ Please note that, given the ongoing Covid-19 pandemic in 2020, online interviews/discussions shall be prioritized.

7. EVALUATION PROCESS

The evaluation will unfold in five phases, each of them including several steps as indicated in the table below.

Phases and activities of the Evaluation

Phase	Key Activities
Preparatory phase	<ul style="list-style-type: none"> • Drafting of terms of reference • Selection of potential evaluators by country office (CO) with input from RO M&E adviser; pre-qualification of potential evaluators by the Evaluation Office, recruitment of external evaluators by CO • Assembly of a Reference Group (RG) for the CPE and evaluation core group • Compilation of initial documentation list • Stakeholders mapping and compilation of list of Atlas projects
Design Phase	<ul style="list-style-type: none"> • Selection of the methodology framework: evaluation criteria, evaluation questions, selection of methods and tools • Development of detailed evaluation plan • Drafting of a design report, quality assurance by evaluation manager • Finalization of the design report
Field Phase	<ul style="list-style-type: none"> • Collection and analysis of data; • Debriefing meeting on the preliminary findings, testing of elements of conclusions and tentative recommendations with a view to obtaining comments from the CO and key partners
Reporting Phase	<ul style="list-style-type: none"> • Production of the draft final evaluation report • CO evaluation manager performs the Evaluation Quality Assessment (EQA) of the draft final report • Review of draft final report based on consolidated comments (RG, RO M&E adviser and evaluation manager) • Drafting of the final evaluation report • CO evaluation manager in consultation with the regional M&E adviser performs the EQA of the final report • Evaluation Office performs the final EQA
Facilitation of use and dissemination phase	<ul style="list-style-type: none"> • Communication plan for sharing evaluation results finalized and implemented • CPE report distributed to stakeholders in UNFPA CO, RO and HQ, with a view to obtaining responses to recommendations (management response) • CPE report, final EQA and management response published on CO website and UNFPA evaluation database • Final CPE report made available to UNFPA Executive Board along with new country programme document • Follow-up of progress in implementing CPE recommendations (concerned CO, RO and Programme Division)

8. EXPECTED OUTPUTS

The evaluation team will produce the following deliverables, based on the methodological guidelines and instruments indicated in the [Evaluation Handbook: How to Design and Conduct a Country Programme Evaluation at UNFPA](#) (2019):

- A Inception Report with 70 pages maximum (please refer to annex 5) which must include (as a minimum): a) a stakeholders map; b) the evaluation matrix (including the final list of evaluation questions and the corresponding criteria and indicators); c) the overall evaluation design and methodology, with a detailed description of the data collection plan for the field phase;
- Reconstruction of the theory of change of the 6th Country Programme
- A debriefing presentation (PowerPoint) synthesizing the main preliminary findings, tentative elements of conclusions and recommendations of the evaluation, to be presented and discussed with the CO, Reference Group, evaluation core group, during the debriefing meeting foreseen at the end of the field phase;
- A first draft final evaluation report;
- A second draft final report of the evaluation (incorporating the comments from the evaluation Reference Group or evaluation core group);
- A PowerPoint presentation of the results of the evaluation for the dissemination seminar/webinar;
- The final report (maximum 70 pages plus annexes), integrating comments expressed during the dissemination seminar in Brasilia and the inputs received.

All deliverables will be elaborated in Portuguese and must be submitted in digital form together with all supporting documentation including tables, graphs and diagrams in its original format. The final report will be translated into English, by a translator hired by the UNFPA CO.

9. WORK PLAN

Below are the proposed main activities and timeline that should be taken into account by the Evaluation Team once they are hired. The activities can be adjusted by the Evaluation Team at the stage of design and draft of the detailed work plan, which will be reviewed and approved by the Evaluation Manager.

Phases	Duration	Main Activities	Responsible(s)
Design Phase	1-2 days	Virtual meetings for harmonization of guidelines on the evaluation process.	Evaluation Team, Evaluation Reference Group, Evaluation Manager/evaluation core group

	26-28 days	Complete the review of documentation, understand country context and UNFPA response. Adjust the evaluation questions. Establish a methodological framework, criteria, and strategy of collection and analysis of data. Complete mapping of stakeholders.	<i>Preparation:</i> Evaluation Team
		Draft a detailed work plan (including main activities and timeframe), agenda.	<i>Revision:</i> Evaluation Reference Group, evaluation core group
		Draft and submission of the Inception Report.	<i>Approval:</i> Evaluation Manager
	7-10 days	Revision of the Inception Report.	
	1-2 days	Virtual meeting for discussing the Inception Report	
	10-12 days	Revision/approval Inception report	
Field Phase	40 days	Data collection	Evaluation Team
	13-14 days	Analysis of results and drafting of preliminary findings, conclusions and elements of recommendations gathered at the end of the field phase.	Evaluation Team
	1 day (tbc 15 dec)	Debriefing virtual meeting: presentation of preliminary findings and elements of conclusions and recommendations gathered at the end of the field phase. (PowerPoint presentation shall be sent 3 days before the meeting)	Evaluation Team
		UNFPA Country Office drafts comments on the preliminary presentation of the Debriefing virtual meeting.	UNFPA Country Office, Evaluation Manager
Reporting Phase	30-35 days	Deepening of the analysis, preparation and submission of the first draft of the final evaluation report.	Evaluation Team
	7-10 days	Revision and comments on the first draft of the final evaluation report.	Evaluation Reference Group, Evaluation Manager, evaluation core group
	15-17 days	Incorporation of comments received, preparation, and submission of the second draft of the final evaluation report, along with PowerPoint presentation for the Meeting/Seminar (online).	Evaluation Team
	7 days	Reviews and comments on the second draft of the final evaluation report to be provided during the Meeting/Seminar.	Evaluation Reference Group, evaluation manager, core group

1-2 days	Meeting/Seminar (online).	Evaluation Team, Evaluation Reference Group, Evaluation Manager, core group
7-10 days	Incorporate the comments and suggestions provided, prepare and submit the Final Evaluation Report.	Evaluation Team
5-7 days	Reviews and approval of Final Evaluation Report.	Evaluation Reference Group, Evaluation Manager, core group

10. COMPOSITION OF THE EVALUATION TEAM

An external evaluation team well versed in themes relating to the UNFPA mandate and with the expected technical competence and necessary experience in programme evaluation shall be engaged. The evaluation team will be composed of two (2) consultants hired by UNFPA, as follows:

- A **national consultant**. This consultant will conduct all phases of the evaluation, including documentary review, interviews and/or focal groups, analysis and elaboration of the deliverables. She/he will play a key role in data collection and analysis work during the design, field, and reporting phases, providing expertise regarding the national context and familiarity with UNFPA's mandate and UN's work in Brazil. The consultant must have a Master Degree and previous experience with evaluations, must be fluent in Portuguese and English with excellent writing skills in English. She/he shall demonstrate capacity to apply a mixed methods approach and to respectfully interact with individuals and groups in diverse multicultural and social contexts under the parameters of gender equality and human rights; strategic thinking and policy advice are essential. Deliverables shall be written in Portuguese.
- An **international consultant**. Acting mainly as a special technical advisor, this consultant will have the responsibility to support and guide the national consultant in the design, field, and reporting phases. She/he shall apply her/his expertise in order to provide detailed orientation on the conduction of the evaluation, to participate in the design of the methodological strategies for the study, to monitor field phase conduction along with the national consultant and to join in all analytical efforts for the deliverables. The international consultant must have a Master Degree and extensive previous experience in leading complex evaluations, especially in the field of development cooperation for UN agencies and/or other international organizations evaluations. He/she shall demonstrate capacity to apply a mixed methods approach, strategic thinking, and policy advice, as well as to respectfully interact with individuals and groups in diverse multicultural and social contexts under the parameters of gender equality and human rights. Knowledge of the UN system and UNFPA interventions in the region and in Brazil will be an asset. The international consultant should have a good knowledge of the national development context and have working skills in Portuguese and English.

The following qualifications will be considered when appraising potential candidates:

- The team must have proven experience working on development initiatives supported by the United Nations system (including UNFPA) in Brazil and/or other Programme countries.
- Team members should be familiar with UNFPA programmatic areas, in particular: population dynamics and public policies; sexual and reproductive health, including maternal health, family planning and HIV/Aids, gender equality and prevention of gender-based violence, sexual and reproductive health and comprehensive sexuality education for adolescents and youth, production and analysis of data on population dynamics, youth, south-south and/or triangular international cooperation, among others.
- Good ability in using Microsoft Office programs, with emphasis on word processing (Word), spreadsheets (Excel), databases and preparing PowerPoint presentations.
- Excellent linguistic abilities for spoken and written communication in Portuguese and English.
- Team work skills.

In order to avoid any conflicts of interest whatsoever, the evaluation team members must not be involved in the design, implementation or have a consultancy/advisory role in the Country Programme interventions being assessed by this evaluation.

The work of the evaluation team will be guided by the Norms and Standards established by the [United Nations Evaluation Group \(UNEG\)](#). Team members will adhere to the [Ethical Guidelines for Evaluators in the UN system and the Code of Conduct](#), also established by UNEG. The evaluators will be requested to sign the Code of Conduct prior to engaging in the evaluation exercise.

10. MANAGEMENT OF THE EVALUATION

The UNFPA Brazil Country Office, headed by the Representative as its highest authority and responsible for ensuring the quality and independence of the evaluation, appoints an Evaluation Manager and calls for the formation of an Evaluation Reference Group and the evaluation core group. The evaluation manager will communicate with the evaluation team and will coordinate all the inputs from the reference group/evaluation core group.

The table below presents in detail the functions and responsibilities of all the actors involved in the evaluation process:

Roles and Responsibilities

Actors	Roles and Responsibilities
Evaluation manager	<p>The manager of a CPE oversees the entire process of the evaluation, from its preparation to the dissemination and use of the final evaluation report. She/he:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prepares the ToR of the evaluation with support from the RO M&E adviser, who thereafter approves. • Constitutes the reference group and evaluation core group. • Chairs the evaluation reference group. • Manages the interaction between the team of evaluators and the reference group or core group; serves as an interlocutor between both parties.

	<ul style="list-style-type: none"> • Launches the selection process for the team of evaluators, leading the selection of and preparing the contract for the consultants, in consultation with the regional M&E adviser. • With the assistance of the regional M&E adviser, identifies potential candidates to conduct the evaluation, and prepares the summary assessment table with the input of the regional M&E adviser, who thereafter sends the table to the Evaluation Office for pre-qualification of consultants. • Sets up the initial meeting for the evaluation and provides the team of evaluators with a first set of background documents and other materials. • Ensures the quality control of deliverables submitted by the evaluators throughout the evaluation process, paying particular attention to ensuring that the UNEG Norms and Standards, code of conduct and ethical guidelines for evaluations, as well as guidance on integrating human rights and gender equality into evaluations, are adhered to. • Assists the evaluators with logistical support in setting up the data-collection arrangements – e.g., for project visits, focus groups, interviews with key informants • Prevents any attempts to compromise the independence of the team of evaluators during the evaluation process. • Coordinates comments on, quality assures and approves the deliverables of the evaluators, including the final evaluation report. • Sends final report to the Evaluation Office. • Ensures the development and implementation of a communication plan for sharing evaluation results, focusing on the dissemination of the final evaluation report and the main findings, conclusions and recommendations (through a published knowledge product and other modalities), independent quality assessment and the management response on the country office website.
<p>Evaluation Team</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conducts the CPE in accordance with the instructions of the handbook and the evaluation manager. • Recognizes and adheres to the UNEG evaluation Norms and Standards, code of conduct and ethical guidelines for evaluations, and the guidance on integrating human rights and gender equality in evaluation. • Produces the design report. • Produces the draft and final evaluation report.
<p>Evaluation Reference Group (ERG)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Provides input to the ToR of the evaluation and to the selection of the team of evaluators • Contributes to the selection of evaluation questions • Provides overall comments to the design report of the CPE • Facilitates access of the evaluation team to information sources (documents and interviewees) to support data collection • Provides comments on the main deliverables of the evaluation, including the draft final report
<p>Regional M&E Adviser</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Provides support (backstopping) to the evaluation manager at all stages of the evaluation • Reviews and approves comments to the ToR for the evaluation • Sends the ToR of the evaluation to the Evaluation Office for approval • Assists the evaluation manager in the country office in identifying potential candidates and reviews the summary assessment table prior to sending it to the Evaluation Office • Normally, participates in the evaluation reference group • Provides support in the quality assurance of the draft and final evaluation reports. • Provides support to the dissemination and use of evaluation results.
<p>Evaluation Office</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reviews and approves the final draft ToR for the evaluation after the review and comments by the regional M&E adviser (to be included in the draft ToR sent to the Evaluation Office) • Pre-qualifies consultants

- Updates and maintains the UNFPA consultant roster with identified qualified evaluators
- Undertakes independent quality assessment (EQA) of the final evaluation report
- Publishes the final evaluation report and the EQA in the evaluation database.

11. WORKING CONDITIONS, FEES AND PAYMENT METHODS

The evaluation team shall work remotely in close communication with the Evaluation Manager and the Reference Group.

The Evaluation Manager will provide the evaluation team a list of counterparts to be contacted for this evaluation. The evaluation team will make contact with the counterparts personally, by e-mail or teleconference and will conduct online interviews to collect the necessary information. Payment of fees will be based on the delivery of outputs, as indicated below.

Payment will be deposited in up to 10 (ten) working days after approval of outputs, directly in the current account informed by the hired consultants.

Outputs, documents and other materials directly related to or produced, prepared or obtained as a consequence of this consultancy work hired to evaluate the Country Programme, are the exclusive property of UNFPA Brazil, and the hired consultants are not authorized to use or to publicize this data.

National Consultant	Amount (percentage)	Date (estimated)
Inception Report	25%	September 24, 2020
Debriefing meeting with a presentation (PowerPoint) synthesizing the main preliminary findings, tentative elements of conclusions and recommendations of the evaluation, to be presented and discussed during the debriefing meeting foreseen at the end of the field phase)	20%	Presentation on December 15, 2020 (tbc)
1st draft of the final evaluation report	20%	January 29, 2021
2nd draft of the final evaluation report + PowerPoint presentation for the Evaluation Results Meeting	10%	March 1, 2021
Final evaluation report	25%	March 22, 2021

International Consultant	Amount (percentage)	Date (estimated)
Reconstruction of the theory of change of the 6th Country Programme	10%	September 18, 2020
Revision and validation of the Inception Report	10%	September 24, 2020
Revision and validation of preliminary findings (presentation of the debriefing meeting, conducted with national consultant)	20%	Presentation on December 15, 2020 (tbc)
Revision and validation of the 1st draft of the final evaluation report (including strategic recommendations for Brazil CO's repositioning)	25%	January 29, 2021

Revision and validation of the presentation of the Evaluation results meeting (presentation conducted with national consultant)	15%	First week of March
EQA of the Evaluation Report	20%	March

Meetings	Date (estimated)
Meeting for harmonization of guidelines	August 24-26, 2020
Meeting on Design Report and field phase	October 7, 2020
Fieldwork (suggested)	October 20 - November 30, 2020
Debriefing Meeting	December 15, 2020
Evaluation results Meeting	March 9-10, 2021

12. BIBLIOGRAPHY AND RESOURCES

- UNFPA Strategic Plans (2014-2017; 2018-2021)
- Country Programme Document - CPD (2017-2021)
- Office SIS/MyResults Planning documents and reports (2017-2020)
- UN Framework of Partnerships for Sustainable Development (Brazil) (2017-2021)
- ICPD declaration and relevant review reports
- 2030 Agenda (SDGs) Reports
- Brazilian Government Pluri-Annual Plans (PPA) 2016-2019; 2020-2023
- Annual standard progress reports for co-financing projects
- Country programme evaluation of the last cycle
- Thematic Studies, non-papers and/or strategic documents produced by the Country Office
- Relevant Policy Documents
- Documents produced within projects and activities carried out by UNFPA
- Financial reports on core and non-core resources
- Field monitoring visits reports
- Minutes of UNCT and other relevant meetings
- Co-financing agreements and amendments
- Most important publications
- UNFPA Evaluation Handbook
- Ethical code of conduct for evaluation in the United Nations System, UNEG
- Other UNEG documents: <http://www.uneval.org/document/guidance-documents>
- Web UNFPA Brazil: <https://brazil.unfpa.org/>

The use of other reference documents that help to complement the evaluation process is not ruled out.

Annex 1: Ethical Code of Conduct for UNEG/UNFPA Evaluations

Ethical Principles in Evaluation

Intentionality of Evaluation

Utility

1. Evaluations should be designed to help organisations address and effectively serve the needs of the full range of participants (see also 3.3 Participants). Evaluations are valuable to the extent to which they serve the information and decision-making needs of intended users, including answering the questions posed of the evaluation by its commissioners.

Necessity

2. Evaluation involves the expenditure of time and financial resources and, even where mitigated, can lead to disruption, invasion of privacy and exposure to risks. Therefore evaluations shall only be commissioned where they are necessary and the effort justified in terms of the benefits likely to accrue from the evaluation exercise.

Obligations of Evaluators

Independence

3. Evaluation in the United Nations systems should be demonstrably free of bias. To this end, evaluators are recruited for their ability to exercise independent judgement. Evaluators shall ensure that they are not unduly influenced by the views or statements of any party. Where the evaluator or the evaluation manager comes under pressure to adopt a particular position or to introduce bias into the evaluation findings, it is the responsibility of the evaluator to ensure that independence of judgement is maintained. Where such pressures may endanger the completion or integrity of the evaluation, the issue will be referred to the evaluation manager and, where necessary, the director of evaluation, who will discuss the concerns of the relevant parties and decide on an approach which will ensure that evaluation findings and recommendations are consistent, verified and independently presented (see below Conflict of Interest).

Impartiality

4. Evaluations must give a comprehensive and balanced presentation of strengths and weaknesses of the policy, program, project or organizational unit being evaluated, taking due account of the views of a diverse cross-section of stakeholders. Evaluators shall:

- a. Operate in an impartial and unbiased manner at all stages of the evaluation.
- b. Collect diverse perspectives on the subject under evaluation.
- c. Guard against distortion in their reporting caused by their personal views and feelings.

Credibility

5. Evaluation shall be credible and based on reliable data and observations. Evaluation reports shall show evidence of consistency and dependability in data, findings, judgements and lessons learned; appropriately reflecting the quality of the methodology, procedures and analysis used to collect and interpret data. Evaluation managers and evaluators shall endeavour to ensure that each evaluation is accurate, relevant, and timely and provides a clear, concise and balanced presentation of the evidence, findings, issues, conclusions and recommendations.

Conflicts of Interest

6. Conflicts of interest shall be avoided as far as possible so that the credibility of the evaluation process and product shall not be undermined. Conflicts of interest may arise at the level of the Evaluation Office, or at that of individual staff members or consultants. Conflicts of interest should be disclosed and dealt with openly and honestly.

7. Evaluators are required to disclose in writing any past experience, of themselves, their immediate family, close friends or associates, which may give rise to a potential conflict of interest.

8. Evaluators engaged by a UN agency shall not have had any responsibility for the design, implementation or supervision of any of the projects, programs or policies that they are evaluating.

9. Under exceptional circumstances, it may be necessary to engage an evaluator who has a past connection with the object of the evaluation, for example where there is very small pool of competent experts. In such a case, measures to safeguard the integrity of the evaluation shall be adopted and such measures shall be disclosed in the evaluation report. The director of evaluation shall ensure that the evaluator in question is not appointed as evaluation manager or evaluation team leader.

10. The Evaluation Office shall avoid any conflict of interest, which might arise, or appear to arise, as a result of the acceptance of any form of external support or assistance. For example, the acceptance of supplementary funding for any of its activities, from bilateral or multilateral agencies or other parties shall be carefully considered and managed. Such funding must not lead to any bias in the evaluation approach, opinion, or findings. The director of evaluation shall carefully assess any offer of assistance to ensure the necessary independence of judgement from any contributing parties and to prevent any undue influence over the work of the Office.

Honesty and Integrity

11. Successful evaluation depends on the honesty and integrity of the entire evaluation process. Evaluators shall:

- a. Accurately represent their level of skills and knowledge and work only within the limits of their professional training and abilities in evaluation, declining assignments for which they do not have the skills and experience to successfully complete.
- b. Negotiate honestly the costs, tasks to be undertaken, limitations of methodology, scope of results likely to be obtained, and uses of data resulting from the evaluation

- c. Accurately present their procedures, data and findings, including ensuring that the evaluation findings are not biased to make it more likely that the evaluator receives further commissions from the Client
- d. As far as possible, prevent or correct misuse of their work by others.
- e. Decline evaluation assignments where the client is unresponsive to their expressed concerns that the evaluation methodology or procedures are likely to produce a misleading result. (If declining the assignment is not feasible, the evaluator shall record his/her dissent either in the evaluation report or otherwise).

Accountability

12. Evaluators are accountable for the completion of the evaluation as agreed with the Client. Specifically, evaluators shall:

- a. Complete the evaluation deliverables within the timeframe and budget agreed
- b. Exercise prudence and probity in fiscal decision-making so that evaluation expenditures are properly accounted for and the client receives value for money
- c. Give the evaluation manager early notice of any change to the evaluation plan or any risks to the successful completion of the evaluation and record the reasons for any changes made to the evaluation plan

Obligations to participants

13. Evaluators shall respect people's right to provide information in confidence and make participants aware of the scope and limits of confidentiality. Evaluators must ensure that sensitive information cannot be traced to its source so that the relevant individuals are protected from reprisals.

Respect for Dignity and Diversity

14. Evaluators shall:

- a. Respect differences in culture, local customs, religious beliefs and practices, personal interaction, gender roles, disability, age and ethnicity, and be mindful of the potential implications of these differences when planning, carrying out and reporting on evaluations, while using evaluation instruments appropriate to the cultural setting
- b. Keep disruption to a minimum while needed information is obtained, providing the maximum notice to individuals or institutions they wish to engage in the evaluation, optimizing demands on their time, and respecting people's right to privacy.

Rights

15. In including individuals or groups in the evaluation, evaluators shall ensure:
- a. **Right to Self-Determination.** Prospective participants should be treated as autonomous agents and must be given the time and information to decide whether or not they wish to participate and be able to make an independent decision without any pressure or fear of penalty for not participating.
 - b. **Fair Representation.** Evaluators shall select participants fairly in relation to the aims of the evaluation, not simply because of their availability, or because it is relatively easy to secure their participation. Care shall be taken to ensure that relatively powerless, ‘hidden’, or otherwise excluded groups are represented.
 - c. **Compliance with codes for vulnerable groups.** Where the evaluation involves the participation of members of vulnerable groups, evaluators must be aware of and comply with legal codes (whether international or national) governing, for example, interviewing children and young people.
 - d. **Redress.** Stakeholders receive sufficient information to know a) how to seek redress for any perceived disadvantage suffered from the evaluation or any projects it covers, and b) how to register a complaint concerning the conduct of an Implementing or Executing Agency.

Confidentiality

16. Evaluators shall respect people’s right to provide information in confidence and make participants aware of the scope and limits of confidentiality. Evaluators must ensure that sensitive information cannot be traced to its source so that the relevant individuals are protected from reprisals.

Avoidance of Harm

17. Evaluations can have a negative effect on their objects or those who participate in them. Therefore evaluators shall seek to: minimize risks to, and burdens on, those participating in the evaluation; and seek to maximize the benefits and reduce any unnecessary harms that might occur from negative or critical evaluation, without compromising the integrity of the evaluation.

Evaluation Process and Product

Accuracy, Completeness and Reliability

18. Evaluators have an obligation to ensure that evaluation reports and presentations are accurate, complete and reliable. In the evaluation process and in the production of evaluation products, evaluators shall:

- a. Carry out thorough inquiries, systematically employing appropriate methods and techniques to the highest technical standards, validating information using multiple measures and sources to guard against bias, and ensuring errors are corrected.

- b. Describe the purposes and content of object of the evaluation (programme, activity, strategy) clearly and accurately.
- c. UNEG Ethical Guidelines for Evaluation - Draft
- d. Present openly the values, assumptions, theories, methods, results, and analyses that significantly affect the evaluation, from its initial conceptualization to the eventual use of findings.
- e. Examine the context in enough detail so its likely influences can be identified (for example geographic location, timing, political and social climate, economic conditions).
- f. Describe the methodology, procedures and information sources of the evaluation in enough detail so they can be identified and assessed.
- g. Make a complete and fair assessment of the object of the evaluation, recording of strengths and weaknesses so that strengths can be built upon and problem areas addressed.
- h. Provide an estimate of the reliability of information gathered and the replicability of results (i.e. how likely is it that the evaluation repeated in the same way would yield the same result?).
- i. Explicitly justify judgements, findings and conclusions and show their underlying rationale so that stakeholders can assess them.
- j. Ensure all recommendations are based on the evaluation findings only, not on their or other parties' biases.

Transparency

- 19. Transparency and consultation with the stakeholders are essential features of evaluation. The Evaluation Office and the evaluation team leader shall clearly communicate to stakeholders the purpose of the evaluation, the criteria applied and the intended use of findings.
- 20. Stakeholders shall be consulted on the Terms of Reference (ToR) for the evaluation and their views taken into account in the final TOR. The Evaluation Manager shall carefully balance the views and requirements of stakeholders, ensuring that the evaluation retains a clear focus and that sound evaluation principles are not compromised by the wishes of stakeholders.
- 21. Evaluation methodology shall be disclosed in advance of the evaluation and clearly described in the evaluation report, including the assumptions and values underlying the evaluator's judgements. Evaluation documents shall be easily readable and specify their information sources and approaches.
- 22. Evaluation reports shall make the link between evidence, findings, conclusions and recommendations transparent, persuasive and proportionate to the body of evidence collected.

Reporting

- 23. The formal parties to an evaluation should ensure that the full set of evaluation findings along with pertinent limitations are made accessible to the persons affected by the evaluation, and to any others with legitimate claims or rights to receive the results, in relevant language(s).
- 24. As a norm, all evaluation reports shall be made public. Evaluation reports will only be withheld from publication for compelling reasons and in accordance with relevant rules within

each agency. The director of evaluation shall ensure high standards in accessibility and presentation of published reports and use a range of channels to reach audiences through, for example, electronic and interactive channels, knowledge networks, communities of practice, presentations at relevant conferences, as well as appropriate publications.

25. At country level, evaluation findings shall be presented and discussed at the appropriate national or local level, to enable stakeholders to respond to them, and ideally before the evaluation report is complete.

26. All materials generated in the conduct of the evaluation are the property of the agency and can only be used by permission. Responsibility for distribution and publication of evaluation results rests with the Evaluation Office. With the permission of the agency, evaluation consultants may make briefings or unofficial summaries of the results of the evaluation outside the agency.

27. Original data, including interview records and meeting notes will be retained in confidential files until completion of the evaluation. The director of evaluation shall determine an appropriate time for further retention, after which such data shall be securely disposed of in accordance with any Agency policy on the disposal of records. Databases of unpublished information on individual project activities shall be securely stored in the Evaluation Office and available for use only by the Office's staff and consultants, and only released to consultants in a manner which will maintain confidentiality and evaluation integrity.

Omissions and wrongdoing

28. Where evaluators find evidence of wrong-doing or unethical conduct, they are obliged to report it, whether or not such conduct relates directly to the evaluation Terms of Reference. Evaluators shall inform the Evaluation Manager who will in turn agree with the Evaluation Director on the most appropriate channel for reporting wrong-doing. Details of any wrong-doing, including names or events, shall only be divulged to the proper oversight authority.

For details on the ethics and independence in evaluation, please see UNEG Ethical Guidelines and Norms for Evaluation in the UN System:

<http://www.unevaluation.org/document/detail/102>

Annex 2. List of Atlas Projects for the period under evaluation

*Suggested Template (to be provided by the country office)**

POPULATION DYNAMICS						
Strategic plan outcome:						
Country Programme Output:						
Annual work plan (code and name)						
		Activity 01				
		...				
		Activity 01				
		...				
		Activity 01				
		...				

*Example source: UNFPA Evaluation Handbook, pg. 253.

Annex 3: Information on main stakeholders by areas of intervention

*Suggested Template (to be provided by the country office)**

Donors	Implementing agencies							Other partners						Rights holders (i.e., beneficiaries of UNFPA support)	Other development actors
	Government	Local NGO	International NGO	Womens Rights Organization	Other UN	Academia	Other	Government	Local NGO	International NGO	Womens Rights Organization	Other UN	Academia		
GENDER EQUALITY															
Strategic Plan (2018-2021) Outcome 3: Gender equality, the empowerment of all women and girls, and reproductive rights are advanced in development and humanitarian settings															
CPD Output: National staff capacity strengthened to mainstream gender in social policy and program formulation, implementation, monitoring and evaluation (31)															
CMR5G11A - Integration of gender issues															
Catalonian Agency for Development Aid (ACCD)	Ministry for the promotion of women and family (MPPMF)						Ministry of Health, Ministry for the promotion of youth, National Health Institute and Ministry of Justice							Women's associations at provincial, district and village level in the Northern province.	Other organizations or groups working on the same issues as UNFPA, but with whom UNFPA does not formally partner (i.e., other development actors working on issues related to sexual and reproductive health and rights, population and development, gender equality, and adolescents and youth)
(-)	(-)						(-)							(-)	
PROGRAMMATIC AREA															
UNFPA Strategic Plan outcome: (descriptions as per strategic plan)															
CPD Output: (descriptions as per CPD)															
If relevant, Atlas/GPS Project (code and name)															
(-)	(-)						(-)							(-)	
If relevant, Atlas/GPS Project (code and name)															
(-)	(-)						(-)							(-)	
PROGRAMMATIC AREA															
UNFPA Strategic Plan outcome: (descriptions as per strategic plan)															
CPD Output: (descriptions as per CPD)															
If relevant, Atlas/GPS Project (code and name)															
(-)	(-)						(-)							(-)	
If relevant, Atlas/GPS Project (code and name)															
(-)	(-)						(-)							(-)	

*Example source: UNFPA Evaluation Handbook, pg. 167.

Annex 4: Evaluation Matrix

EQ1 : To what extent ...			
Assumptions to be assessed	Indicators	Sources of information	Methods and tools for the data collection
Assumption 1 (see example in Tool 1)			
<p><i>Evaluators must fill this box with all relevant data and information gathered during the field phase in relation with the elements listed with the 'assumptions to be assessed' column and their corresponding indicators.</i></p> <p><i>The information placed here can stem from: documentary review, interviews, focus group discussions, etc. Since the filled matrix will become the main annex of the final evaluation report, the evaluation team leader and evaluation manager must ensure that all the information displayed:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>is directly related to the indicators listed above;</i> • <i>is drafted in a readable and understandable manner;</i> • <i>makes visible the triangulation of data;</i> • <i>the information source(s) are referenced in footnotes.</i> 			
Assumption 2 (see example in Tool 1)			
EQ2 : To what extent ...			
Assumptions to be assessed	Indicators	Sources of information	Methods and tools for the data collection
Assumption 1 (see example in Tool 1)			
EQ3 : To what extent ...			
Assumptions to be assessed	Indicators	Sources of information	Methods and tools for the data collection
Assumption 1 (see example in Tool 1)			

Annex 5: Suggested structure of the Design Report (Evaluation Handbook, pg. 210-211)

Section	Title	Suggested length
CHAPTER 1: Introduction		
1.1	Purpose and objectives of the CPE	
1.2	Scope of the evaluation	1-2 pages max
1.3	Purpose of the design report	
CHAPTER 2: Country context		
2.1	Development challenges and national strategies	
2.2	The role of external assistance	4-6 pages max
CHAPTER 3: United Nations/UNFPA response and programme strategies		
3.1	UNFPA strategic response	
3.2	UNFPA response through the country programme	5-7 pages max
3.2.1	The country programme	
3.2.2	The country programme financial structure	
Section	Title	Suggested length
CHAPTER 4: Evaluation methodology and approach		
4.1	Evaluation criteria and evaluation questions	
4.2	Methods for data collection and analysis	7-10 pages max
4.3	Selection of the sample of stakeholders	
4.4	Evaluability assessment, limitations and risks	
CHAPTER 5: Evaluation process		
5.1	Process overview	
5.2	Team composition and distribution of tasks	
5.3	Resource requirements and logistic support	3-5 pages max
5.4	Work plan	
TOTAL		20-30 pages max

ANNEXES

- Annex 1 Terms of reference
- Annex 2 Evaluation matrix
- Annex 3 Interview guides
- Annex 4 List of UNFPA interventions
- Annex 5 Stakeholders map
- Annex 6 CPE agenda
- Annex 7 Documents consulted

Annex 6: Suggested structure of the Final Evaluation Report (Evaluation Handbook, pg. 226-227)

Section	Title	Suggested length
EXECUTIVE SUMMARY		5 pages max
CHAPTER 1: Introduction		
1.1	Purpose and objectives of the CPE	5-7 pages max
1.2	Scope of the evaluation	
1.3	Methodology and process	
CHAPTER 2: Country context		
2.1	Development challenges and national strategies	5-6 pages max
2.2	The role of external assistance	
CHAPTER 3: United Nations/UNFPA response and programme strategies		
3.1	UNFPA strategic response	5-7 pages max
3.2	UNFPA response through the country programme	
3.2.1	Brief description of UNFPA previous cycle strategy, goals and achievements	
3.2.2	Current UNFPA country programme	
3.2.3	The financial structure of the programme	
Section	Title	Suggested length
CHAPTER 4: Findings: answers to the evaluation questions		
4.1	Answer to evaluation question 1	25-35 pages max
4.2	Answer to evaluation question 2	
4.3	Answer to evaluation question 3	
4.4	Answer to evaluation question X	
CHAPTER 5: Conclusions		
5.1	Strategic level	6 pages max
5.2	Programmatic level	
CHAPTER 6: Recommendations		
6.1	Recommendations	4-5 pages max
<i>(Total number of pages)</i>		55-70 pages

ANNEXES

Annex 1 Terms of reference

Annex 2 List of persons/institutions met

Annex 3 List of documents consulted

Annex 4 The evaluation matrix

Annex 7: Evaluation Quality Assessment Grid

Quality Assessment criteria	Assessment Levels			
	Very Good	Good	Poor	Unsatisfactory
<p>1. Structure and Clarity of Reporting <i>To ensure report is user-friendly, comprehensive, logically structured and drafted in accordance with international standards.</i> Checklist of minimum content and sequence required for structure:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Acronyms; ii) Exec Summary; iii) Introduction; iv) Methodology including Approach and Limitations; v) Context; vi) Findings/Analysis; vii) Conclusions; viii) Recommendations; ix) Transferable Lessons Learned (where applicable) <p>Minimum requirements for Annexes: ToRs; Bibliography List of interviewees; Methodological instruments used.</p>	<p><i>Please insert <u>assessment level</u> followed by your main <u>comments</u>.</i></p>			
<p>2. Completeness and concision of the executive summary <i>To provide an overview of the evaluation, written as a stand-alone section and presenting main results of the evaluation.</i> Structure (paragraph equates to half page max):</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Purpose, including intended audience(s); ii) Objectives and Brief description of intervention (1 para); iii) Methodology (1 para); iv) Main Conclusions (1 para); v) Recommendations (1 para). Maximum length 3-4 page 				
<p>3. Justification of the design and of the methodological approach <i>To provide a clear explanation of the following elements/tools</i> Minimum content and sequence: Explanation of methodological choice, including constraints and limitations; Techniques and tools for data collection provided in a detailed manner; Triangulation systematically applied throughout the evaluation; Details of participatory stakeholders' consultation process are provided. Whenever relevant, specific attention to cross-cutting issues (vulnerable groups, youth, gender equality) in the design of the evaluation</p>				

<p>4. Reliability of Data <i>To clarify data collection processes and data quality</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · Sources of qualitative and quantitative data have been identified; · Credibility of primary (e.g. interviews and focus groups) and secondary (e.g. reports) data established and limitations made explicit; 	
<p>5. Soundness of the analysis and credibility of the findings <i>To ensure sound analysis and credible findings</i></p> <p><u>Findings</u></p> <ul style="list-style-type: none"> · Findings stem from rigorous data analysis; · Findings are substantiated by evidence; · Findings are presented in a clear manner <p><u>Analysis</u></p> <ul style="list-style-type: none"> · Interpretations are based on carefully described assumptions; · Contextual factors are identified. · Cause and effect links between an intervention and its end results (including unintended results) are explained. 	
<p>6. Validity of the conclusions <i>To assess the validity of conclusions</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · Conclusions are based on credible findings; · Conclusions must convey evaluators’ unbiased judgment of the intervention. 	
<p>7. Usefulness of the recommendations <i>To assess the usefulness and clarity of recommendations</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · Recommendations flow logically from conclusions; · Recommendations must be strategic, targeted and operationally-feasible; · Recommendations must take into account stakeholders’ consultations whilst remaining impartial; · Recommendations should be presented in priority order 	
<p>8. Meeting Needs <i>To ensure that Evaluation Report responds to requirements (scope & evaluation questions/issues/DAC criteria) stated in the ToR (ToR must be annexed to the report).</i> <i>In the event that the ToR do not conform with commonly agreed quality standards, assess if evaluators have highlighted the deficiencies with the ToR.</i></p>	

Annex 8: Management Response template

UNFPA Management Response	Country Programme Evaluation (from-to):..... (Country: Brazil)
---------------------------------	---

Note: The following management response lists the recommendations as they appear in the evaluation report. Please refer to the report for more details on each recommendation. Recommendations may be organized by clusters, e.g.: strategic recommendations, recommendations associated with the country programme, recommendations associated with cross-cutting issues. Within each cluster, recommendations should be ranked by priority levels (from 1 to 3).

Instructions for completing the management response:

1. Boxes in white to be completed upon receiving the present request
2. Boxes in grey to be completed one year later.

Cluster 1: Strategic recommendations				
Recommendation #	To (e.g Executive Director's Office)	Priority Level(from 1 to 3)		
Management response - Please provide your response to the above recommendation. Where recommendations (or parts of) are not accepted, please provide detailed justification. Where accepted, please indicate key actions for implementation:				
Key action(s)	Deadline	Responsible unit(s)	Annual implementation status updates	
			Status (ongoing or completed)	Comments

Cluster 2: Recommendations associated with the programme		
Recommendation #	To	Priority level
Management response - Please provide your response to the above recommendation. Where recommendations (or parts of) are not accepted, please provide detailed justification. Where accepted, please indicate key actions for implementation:...		

Key action(s)	Deadline	Responsible unit(s)	Annual implementation status updates	
			Status (ongoing or completed)	Comments

Clusters 3: Recommendations associated with cross-cutting issues				
Recommendation #	To		Priority level	
<p>Management response - <i>Please provide your response to the above recommendation. Where recommendations (or parts of) are not accepted, please provide detailed justification. Where accepted, please indicate key actions for implementation:.</i></p>				
Key action(s)	Deadline	Responsible unit(s)	Annual implementation status updates	
			Status (ongoing or completed)	Comments

Anexo 3. Lista de pessoas/instituições participantes

Ferramenta 1 – Equipe do UNFPA

1. Entrevista 1: **Astrid Bant** – Representante UNFPA Brasil - 29/10/2020;
2. Entrevista 2: **Caio Oliveira** – Oficial de Programa de Assuntos Humanitários – 03/11/2020;
3. Entrevista 3: **Rachel Quintiliano** – Oficial de Comunicação – 03/11/2020;
4. Entrevista 4: **Nair Souza** – Oficial de Programa de Segurança de Insumos – 04/11/2020;
5. Entrevista 5: **Michele Dantas** – Oficial de Projetos – 04/11/2020;
6. Entrevista 6: **Anna Cunha** – Analista de Programa para Saúde Reprodutiva e Direitos – 05-19/11/2020;
7. Entrevista 7: **Júnia Quiroga** – Representante Auxiliar – 05/11/2020;
8. Entrevista 8: **Vinícius Monteiro** – Oficial de Programa para a área de População e Desenvolvimento – 05/11/2020;
9. Entrevista 9: **Cíntia Cruz** – Oficial de Projeto / Analista Técnica – 06/11/2020;
10. Entrevista 10: **Igo Martini** – Oficial de Projeto e Chefe de Escritório de Roraima e Amazonas – 06/11/2020;
11. Entrevista 11: **Juliana Soares** – Oficial de Parcerias Estratégicas – 06/11/2020;
12. Entrevista 12: **Ana Claudia Pereira** – ex-Oficial de Gênero e Raça/ Cooperação Sul-Sul e Trilateral/ Assistência Humanitária (atual Oficial de Programas da ONU Mulheres) – 12/11/2020;
13. Entrevista 13: **Débora Rodrigues** – Coordenadora de Escritório de Manaus – 13/11/2020;
14. Entrevista 14: **Luana Silva** – Oficial de Programa para a Equidade de Gênero, Raça e Etnia – 16/11/2020;
15. Entrevista 15: **Jaime Nadal** – ex-Representante UNFPA Brasil (atual Representante UNFPA Ucrânia) – 17/11/2020;
16. Entrevista 16: **Yves Sassenrath** – ex-Representante Adjunto UNFPA Brasil (atual Representante UNFPA Haiti) – 17/11/2020;
17. Entrevista 17: **Jorge de Oliveira** – Gerente de Operações – 19/11/2020;
18. Entrevista 18: **Daniela Florio** – Associada de Projetos – 23/11/2020;
19. Entrevista 19: **Gabriela Monteiro** – Oficial de Juventude – 30/11/2020;
20. Entrevista 20: **Melina Macuxi** – Consultora – 22/12/2020;

Ferramenta 2 – Sistema ONU

21. Entrevista 21: **Flavia Muniz** – Gerente de Projetos – ONU Mulheres Brasil - 03/12/2020;
22. Entrevista 22: **Lia Poggio** – Coordenadora de Emergência e Chefe de Escritório em Boa Vista, Manaus e Pacaraima - OIM Brasil - 01/12/2020;
23. Entrevista 22: **Gerson Costa Filho** – Coordenador Unidades Móveis de Saúde - OIM Brasil - 01/12/2020;

24. Entrevista 23: **Paola Bolognesi** – Interagency coordination officer – ACNUR Brasil - 04/12/2020;
25. Entrevista 23: **Arturo de las Nieves** – Senior filed coordenador – ACNUR Brasil - 04/12/2020;
26. Entrevista 24: **Livia da Costa** – Coordenadora técnica do Joint SGD Fund – UNICEF Brasil - 04/12/2020;
27. Entrevista 25: **Cleiton de Lima** – Assessor de Apoio Comunitário/ Diretor Interino (2019-2020) - UNAIDS Brasil - 13/01/2020;
28. Entrevista 26: **Akemi Kamimura** – Consultora Nacional em Direitos Humanos/ Gabinete da Representante Adjunta – OPAS Brasil - 14/01/2020;

Ferramenta 3 – Governo Federal

29. Entrevista 27: **Theresa de la Mare** – Ex-diretora Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas - DAPES e ex-Coordenadora de Saúde dos Adolescentes (atual: Coordenadora do Centro Integrado 18 de Maio da SEJUS DF) - Ministério da Saúde - 23/11/2020;
30. Entrevista 28: **Luciana Prazeres** – Analista de Produções Geográficas e Estatísticas - IBGE - 26/11/2020;
31. Entrevista 29: **Priscila Carvalho** – Coordenadora de Saúde de Adolescentes e Jovens - Ministério da Saúde - 02/12/2020;
32. Entrevista 29: **Lorenza Longhi** – Consultora Técnica da Assessoria Internacional - Ministério da Saúde - 02/12/2020;
33. Entrevista 30: **Marta Antunes** – Coordenadora do Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais - Gerência Técnica do Censo Demográfico - IBGE - 08/12/2020;
34. Entrevista 31: **Cleonice Gama** – Ex-Diretora de Assistência Farmacêutica do Departamento de Assistência Farmacêutico - Ministério da Saúde - 09/12/2020;
35. Entrevista 31: **Marília Cunha** – Ex-Assessora de Assistência Farmacêutica - Ministério da Saúde - 09/12/2020;
36. Entrevista 32: **Francisco Gaetani** – Ex-Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP - 09/12/2020;
37. Entrevista 33: **Coronel Alei Salim Magluf Junior** – Coronel - Exército Brasileiro - 14/12/2020;
38. Entrevista 33: **Coronel Carlos Cinelli** – Coronel - Exército Brasileiro - 14/12/2020;
39. Entrevista 34: **Ana Paula Gomes Matias** – Diretora do Departamento de Atenção à Primeira Infância - Ministério da Cidadania - 15/12/2020;
40. Entrevista 35: **Juliana Machado Givisiez** – Assessora Técnica/Assessoria Internacional - Ministério da Saúde - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis - 07/01/2020;
41. Entrevista 36: **Cristina Guilam** – Coordenadora Geral de Educação da FioCruz – FioCruz – 11/01/2020;
42. Entrevista 36: **Maria Gomes** – Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação do Instituto Fernandes Figueira – Pesquisadora da FioCruz – FioCruz - 11/01/2020;

43. Entrevista 37: **Diego Callisto** – Assessor Técnico da Área de Prevenção - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde - 13/01/2020;
44. Entrevista 38: **Cecília Malaguti do Prado** – Coordenadora Geral da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais – Agência Brasileira de Cooperação/MRE - 04/02/2021;
45. Entrevista 39: **Marcio Correa** – Responsável pelos Programas de Cooperação Técnica e Multilateral da ABC – Agência Brasileira de Cooperação/MRE - 17/02/2021;
46. Entrevista 40: **Socorro Tabosa** – Ex-Subchefe Adjunta de Políticas Sociais na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (atual Assessora Especial do Chefe de Missão da OIM Brasil) – Casa Civil - 17/02/2021;

Ferramenta 4 – Governos Locais

47. Entrevista 41: **Secretaria Julieta Palmeira** – Secretária de Estado de Política para as Mulheres da Bahia – Governo Estadual da Bahia – 23/11/2020;
48. Entrevista 42: **Denise Ocampos** – Gerência de atenção à saúde às populações – Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal - 24/11/2020;
49. Entrevista 42: **Giani Schwengber Cezimbra** - Ginecologista da Secretaria – Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal - 24/11/2020;
50. Entrevista 42: **Luiz Fernando Marques** – Servidor da Secretaria de Saúde (Médico de Família e Comunidade - Adolescente) – Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal - 24/11/2020;
51. Entrevista 43: **Andreza Tavares** – Psicóloga – CREAS Boa Vista - 26/11/2020;
52. Entrevista 44: **Katherine Benevides** – Assessora Técnica do Gabinete do Secretário – Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Amazonas – 03/12/2020;
53. Entrevista 45: **Subsecretário Demontê Alves Batista Filho** – Subsecretário – Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS) – Secretaria de Justiça do Governo do Distrito Federal – 08/12/2020;
54. Entrevista 46: **Catherine Louise Rohsig Silva** – Psicóloga da Secretaria de Saúde de Nova Santa Rosa – Prefeitura de Nova Santa Rosa – 09/12/2020;
55. Entrevista 47: **Secretária Cleide dos Santos Messias** – Secretária de Saúde de Corbélia – Prefeitura de Corbélia – 09/12/2020;
56. Entrevista 48: **Lucia Freitas** – Coordenadora de Saúde da Mulher do Município Gerência da Rede Cegonha/ Departamento de Atenção Primária – Secretaria Municipal da Saúde/SEMSA Manaus – 14/12/2020;
57. Entrevista 49: **Secretária Tânia Soares** – Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social – Governo do Estado de Roraima/ SETRABES – 17/12/2020;
58. Entrevista 50: **Ângela Maria Pessoa de Oliveira** – Assessora técnica – COSEMS-Pará – 29/01/2020;
59. Entrevista 51: **Charles Tocantins** – Presidente do COSEMS-Pará e Vice-Presidente do CONASEMS – COSEMS-Pará/CONASEMS – 01/02/2020;

Ferramenta 5 – Doadores e OIs

60. Entrevista 52: **Kelly Aguiar** – Diretora Associada de Relações Governamentais – Merck Brasil/MSD –20/11/2020;
61. Entrevista 53: **Thaissa Peixoto** – Gerência de Saúde – Diretório Nacional do Serviço Social do Comércio/SESC – 03/12/2020;
62. Entrevista 53: **Ingrid Oliveira** – Gerência de Saúde – Diretório Nacional do Serviço Social do Comércio/SESC – 03/12/2020;s
63. Entrevista 54: **Nelson Barros** – Gerente de Comunicação e Coordenação do Núcleo de Ações Afirmativas – Esporte Clube Bahia – 04/12/2020;
64. Entrevista 55: **Antonio Carlos Osinski** – Ex-Analista de Negócios – Itaipu Binacional – 16/12/2020;
65. Entrevista 56: **Embaixador Carlo Krieger** – Embaixador de Luxemburgo no Brasil – Embaixada de Luxemburgo – 11/01/2021;
66. Entrevista 57: **Daniel Rémon Boef** – Conselheiro da Embaixada da Holanda e Chefe do Departamento de Assuntos Políticos, Diplomacia Pública e Cultura – Embaixada da Holanda – 27/01/2020;

Ferramenta 6 – Parceiras/os implementadoras/es

67. Entrevista 58: **Ana Cristina Carvalho** – Presidente – Associação de Bem com a Vida –27/11/2020;
68. Entrevista 59: **Rosana Baeringer** – Professora Federal – Núcleo de Estudos de População Elza Berquó/NEPO da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP 27/11/2020;
69. Entrevista 60: **Maria Elias Sarmiento** – Presidente – Grupo de Apoio e Solidariedade – 30/11/2020;
70. Entrevista 61: **Ricardo Ojima** – Presidente – Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP – 08/12/2020;
71. Entrevista 62: **Lúcia Xavier** – Coordenadora Geral – Criola – 18/12/2020;
72. Entrevista 63: **Ana Carolina Franzon** – Associada Individual – Rede Feminista de Saúde – 22/12/2020;
73. Entrevista 63: **Carolina Oms** – Codiretora – Az Mina – 22/12/2020;
74. Entrevista 64: **Edna Araújo** – Coordenadora do GT Racismo e Saúde e Membro do Conselho Deliberativo – Associação Brasileira de Saúde Coletiva/ABRASCO – 14/01/2021;
75. Entrevista 64: **Luís Eduardo Batista** – Coordenador do GT Racismo e Saúde e Membro do Conselho Deliberativo – Associação Brasileira de Saúde Coletiva/ABRASCO – 14/01/2021;

Ferramenta 7 – Organizações da Sociedade Civil

76. Entrevista 65: **Luciana Guerra** – Oficial de Participação Comunitária – Associação Voluntários para o Serviço Internacional – Brasil/AVSI – 26/11/2020;

77. Entrevista 65: **Ícaro Alef Lopes Moreira** – Oficial de Proteção – Associação Voluntários para o Serviço Internacional – Brasil/AVSI – 26/11/2020;
78. Entrevista 65: **Georgina Bolívar** – Coordenadora de Projetos – Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados/Jesuítas – 26/11/2020;
79. Entrevista 66: **Richarlls Martins** – Coordenador Geral – Rede Brasileira de População e Desenvolvimento/REBRAPD – 27/11/2020;
80. Entrevista 67: **Rayanne Máximo** – Ex-Colaboradora da REJUIND (atual Consultora de Desenvolvimento e Participação de Jovens do UNICEF Manaus) – Rede de Juventude Indígena/REJUIND – 27/11/2020;
81. Entrevista 68: **Givania Silva** – Coordenadora de Mulheres e Educação – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos/CONAQ – 02/12/2020;
82. Entrevista 69: **Mariana Martins** – Ex-Presidente – Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina do Brasil/IFMSA-BR – 02/12/2020;
83. Entrevista 69: **Vinicius Henrique Alves Bartolo** – Ex-Vice-Presidente – Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina do Brasil/IFMSA-BR – 02/12/2020;
84. Entrevista 70: **Nivete Azevedo** – Coordenação Geral – Centro Mulheres do Cabo – 08/12/2020;
85. Entrevista 71: **Keyla Simpson** – Coordenadora Geral – Associação Baiana de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans da Bahia/ATRAÇÃO – 17/12/2020;
86. Entrevista 72: **Matheus Valois Serra** – Escoteiro – Escoteiros do Brasil – 07/01/2020;
87. Entrevista 72: **Patrick Pereira** – Conselheiro – Conselho de Jovens do UNICEF – 07/01/2020;
88. Entrevista 72: **Tatiane Anjos** – Integrante – Rede de Protagonistas de Itapajipe/REPROTAI – 07/01/2020;

Ferramenta 8 – Redes e Coletivos

Não houve entrevistas com o uso desta ferramenta, embora representantes de redes e coletivos tenham sido entrevistados/os sob outras ferramentas, como é o caso das 6 e 7.

Ferramenta 9 – Beneficiários/as da assistência humanitária

89. Entrevista 73: **Mulher abrigada 1** –Boa vista – Abrigo São Vicente – 26/11/2020;
90. Entrevista 73: **Mulher abrigada 2** –Boa vista – Abrigo São Vicente – 26/11/2020;
91. Entrevista 73: **Mulher abrigada 3** –Boa vista – Abrigo São José – 26/11/2020;
92. Entrevista 73: **Mulher abrigada 4** –Boa vista – Abrigo Rondon 2 – 26/11/2020;
93. Entrevista 74: **Mulher Warao 1** – Mulheres Etnia Warao Acampadas – Boa Vista – 26/11/2020;
94. Entrevista 74: **Mulher Warao 2** – Mulheres Etnia Warao Acampadas – Boa Vista – 26/11/2020;
95. Entrevista 75: **Carlina Gonzalez** – Facilitadoras Indígenas – Etnia Warao – 12/01/2020;
96. Entrevista 75: **Estella Vaz** – Facilitadoras Indígenas – Etnia Warao – 12/01/2020;
97. Entrevista 75: **Jolimar Bastardo** – Facilitadoras Indígenas – Etnia Warao – 12/01/2020;
98. Entrevista 75: **Liani Torres** – Facilitadoras Indígenas – Etnia Warao – 12/01/2020;

99. Entrevista 75: **Erminia de Mariano** – Facilitadoras Indígenas – Etnia Warao – 12/01/2020;
100. Entrevista 75: **Sara Wando** – Facilitadoras Indígenas – Etnia Eñapá – 12/01/2020.

Ferramenta 10 – Grupos Focais

Em consequência da ausência de interações face a face, o trabalho de campo foi todo realizado remotamente através de videoconferências, o que impossibilitou a realização de Grupos Focais, que foram substituídos, sempre que possível, por entrevistas individuais e coletivas.

Ferramenta 11 – Questionário para Parcerias

Lista confidencial de participantes, tal como acordado com as/os respondentes.

Anexo 4. Lista de documentos consultados

Governo Federal

- Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19;
- Mensagem Presidencial e anexos do Plano Plurianual 2016-2019;
- Mensagem Presidencial e anexos do Plano Plurianual 2020-2023;
- Cadernos ODS – ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019;
- Cadernos ODS – ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019;
- Cadernos ODS – ODS 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles – IPEA, 2019;
- Cadernos ODS – ODS 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020;
- Memória do IV Seminário de Consulta à População Quilombola;
- Memória do II Seminário de Consulta à População Quilombola para Censo Demográfico 2020.

Sistema ONU

- Análise Conjunta de País (CCA) 2015;
- Atas de reunião do UNCT dos anos 2017, 2018, 2019 e 2020;
- Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018). ES/2019/04, UNHCR, 2019;
- Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluation -- Towards UNEG Guidance. UNEG, 2011;
- Leaving no one behind. A UNSDG operational guide for UN country teams. UNSDG, 2019;
- Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021;
- Marco de Resposta e Recuperação Socioeconômica do Sistema ONU no Brasil - SERP (Covid-19);
- Relatórios de Progresso (2017, 2018 e 2019) Marco de Parceria das Nações Unidas no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2020;
- Repositioning of the United Nations development system in the context of the quadrennial comprehensive policy review of operational activities for development of the United Nations system. UN, A/RES/72/279;
- Transforming our world. The 2030 Agenda for Sustainable Development. UN, A/RES/70/1.
- UNEG Code of Conduct for Evaluation in the UN System. UNEG, 2008.
- UNEG Ethical code of conduct for evaluation in the United Nations System. UNEG, 2008.

Sociedade civil

- Relatórios Luz da Sociedade Civil (I, II, III e IV) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil;
- Nota técnica - ABRASCO - A situação dos quilombos do Brasil e o enfrentamento à pandemia da Covid-19 - Artigo de Hilton P. Silva e Givânia M. Silva - GT Racismo e Saúde;
- Nota técnica - ABRASCO - Pandemia tem cor, renda e gênero - artigo de Lucélia Luiz Pereira - GT Racismo e Saúde;
- Nota técnica - ABRASCO - Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra_ - Artigo de Edna Araújo e Kia Caldwell - GT Racismo e Saúde;
- Nota técnica ABRASCO - A saúde mental da população negra importa! Por que ainda precisamos afirmar? - Artigo de Emiliano de Camargo David - GT Racismo e Saúde;
- Nota técnica ABRASCO - Parceria do GT Racismo e Saúde com UNFPA Brasil analisa impactos do racismo na pandemia – Entrevista com Luis Eduardo Batista - GT Racismo e Saúde.

UNFPA Brasil

- Annual Enterprise Risk Assessment – Brazil (2018 e 2019);
- Annual Work Plans (2017, 2018, 2019, e 2020);
- Business Continuity Plan 2020;
- Country Programme Document - CPD (2017-2021);
- Country Programme Document - CPD (2017-2021) light review;
- Contratos com doadores e parceiros implementadores, relatórios de resultados, relatórios financeiros e documentação de suporte;
- Contratos diversos de Grants e HACTS com parceiros;
- Gravidez na adolescência no Brasil - vozes de meninas especialistas - INDICA e UNFPA (2017);
- ICT Disaster Preparedness and Data Recovery Plan 2019;
- Induction Plan (2020);
- Learning Plan (2019 e 2020);
- Memorandos de Entendimento (MoU) diversos com parceiros;
- Organograma Escritório de País do UNFPA no Brasil;
- Planilhas financeiras ATLAS 2017-2020;
- Planos e relatórios de comunicação 2017-2020;
- Relatórios anuais de resultados (2017, 2018, 2019 e 2020);
- Relatórios financeiros de execução de recursos *core* e *não-core* do 6º Programa de País;
- Relatório Violência de Gênero, Nacionalidade e Raça/Etnia em Duas Cidades de Roraima (2020);
- Revisão participativa do Programa de País UNFPA: Brasil. 2012-2014; Anexo 1: Matriz de Revisão. Março, 2016;

→ Termo de Referência – Avaliação do 6º Programa de País do UNFPA no Brasil.

UNFPA Global

→ Adapting Evaluations to the Covid-19 pandemic. UNFPA Evaluation Office, 2019.

→ Evaluation Handbook on How to Design and Conduct a Country Programme Evaluation at UNFPA (2013);

→ ICPD declaration and relevant review reports;

→ Integrated midterm review and progress report on implementation of the UNFPA strategic plan, 2018-2021 e os seus anexos;

→ Relatórios Situação da População Mundial. UNFPA (2017, 2018, 2019 e 2020);

→ UNFPA Global Strategic Plan 2014-2017 e os seus anexos;

→ UNFPA Global Strategic Plan 2018-2021 e os seus anexos;

→ United Nations Population Fund Evaluation policy. UNFPA, 2019.

Anexo 5. Matriz de Avaliação

Critério de avaliação: RELEVÂNCIA			
EQ 1: Em que medida o apoio do UNFPA é alinhado com as prioridades colocadas pelos marcos normativos e políticos nacionais e internacionais, incluindo acordos internacionais de direitos humanos (Agenda 2030, Programa de Ação da CIPD, Consenso de Montevidéu, etc.)?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
H 1.1: Os objetivos e estratégias dos componentes do CPD são consistentes com as prioridades estabelecidas nos marcos normativos internacionais (ICPD PoA, Agenda 2030, Consenso de Montevidéu, UNFPA Global SP etc)	Porcentagem dos outputs e indicadores do CPD consistentemente alinhados com os objetivos dos marcos normativos internacionais, sobretudo Programa de Ação da ICPD e o Consenso de Montevidéu	CPD <i>CPD light review</i> UNFPA Global SP 2014-2017 UNFPA Global SP 2018-2021 Agenda 2030	Revisão de documentos Revisão de literatura especializada Entrevistas com a equipe do UNFPA Entrevistas com parceiros
	Porcentagem dos outputs e indicadores do CPD consistentemente alinhados com o UNFPA Global Strategic Plan 2018-2021	Programa de Ação da ICPD Consenso de Montevidéu AWPs	Revisão de literatura especializada
	Porcentagem dos outputs e indicadores do CPD consistentemente alinhados com a Agenda 2030	Relatórios anuais de resultados Produtos técnicos	
	Capacidade de adaptação das estratégias de mobilização de recursos	Oficiais de programa	

<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
<p>H 1.2: Os objetivos e estratégias dos componentes do CPD são coerentes com as prioridades estabelecidas nos marcos normativos nacionais (UNSDPF, PPA e planos nacionais setoriais) e com as prioridades nacionais e sua evolução ao longo do tempo</p>	<p>Porcentagem dos outputs e indicadores do CPD consistentemente alinhados com o Marco de Parceria, o PPA e os Planos Nacionais de políticas setoriais</p> <p>Evidências de que os parceiros governamentais participaram efetivamente do processo de planejamento do CPD</p> <p>Evidências de que o Escritório País foi capaz de realinhar suas estratégias e prioridades depois da mudança no Governo Federal e da entrada em vigor do novo PPA</p> <p>Capacidade do Escritório País em reorientar e adaptar os objetivos do CPD e dos AWP</p> <p>Evidências de que a estratégia de comunicação institucional do Escritório País tem auxiliado na resposta às crises</p>	<p>CPD</p> <p>UNSDPF</p> <p>PPA e planos nacionais (saúde, políticas para as mulheres, juventude, etc.)</p> <p>Relatórios, <i>issue briefs</i> e outros documentos sobre a resposta à pandemia de Covid-19</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

<p>H 1.3: O Programa de País (nas diferentes fases do ciclo programático) é estruturado para que as atividades dos AWP's reflitam adequadamente o alinhamento do CPD com os marcos normativos nacionais e internacionais e com as mudanças de contexto que afetam as prioridades nacionais</p>	<p>Evidência de que o processo de planejamento anual é feito com prazos factíveis e com o investimento de recursos financeiros e humanos adequados</p> <p>Nível de participação dos diversos parceiros nacionais no processo de planejamento e revisão do CPD e dos AWP's</p> <p>Evidência de que o Escritório País tem dado respostas rápidas às mudanças no cenário político e às crises humanitárias (fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela) e sanitárias (pandemia de Covid-19)</p> <p>Capacidade do Escritório País em reorientar e ajustar os objetivos do CPD e dos AWP's</p> <p>Uso de lições aprendidas e evidências para orientar mudanças e adaptações de estratégias e programas</p>	<p>CPD</p> <p>AWP's</p> <p>Documentos de planejamento</p> <p>Oficiais de programa</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevista com parceiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			

Critério de avaliação: RELEVÂNCIA			
EQ 2: Em que medida (i) o apoio do UNFPA é adaptado em termos das várias necessidades da população, inclusive aquelas dos grupos marginalizados e vulneráveis; e (ii) em que medida o UNFPA tem garantido que as necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas sejam levadas em conta tanto no planejamento, como na implementação de todas as intervenções apoiadas pelo UNFPA no marco do Programa de País levando em conta as variações de contexto?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
<p>H 2.1: As diversas necessidades da população, particularmente a dos grupos mais vulneráveis, têm sido levadas em consideração no apoio prestado pelo UNFPA aos beneficiários e parceiros do setor público e da sociedade civil durante todo o ciclo de programação e com adaptação às mudanças de contexto.</p>	<p>Capacidade do Programa de País em atender ao princípio de “<i>leaving no one behind</i>” através do uso de evidências e dados desagregados para a identificação de grupos e subgrupos vulneráveis e quais as barreiras que os impedem de acessar serviços e oportunidades</p> <p>Evidências de que o Escritório de País desenvolveu, implementou e monitorou ações com o objetivo de mitigar as barreiras de acesso identificadas para os grupos vulneráveis</p> <p>Evidências da inclusão das populações vulneráveis e marginalizadas nas atividades planejadas nos AWP e relatadas nos relatórios anuais de resultados</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Atas de reunião e documentos do Grupo Assessor Interagencial sobre Juventude (GA) e do GT de Gênero, Raça e Etnia</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>

	<p>Evidência de que, face às mudanças de contexto, o Escritório País monitorou e levou em conta as necessidades da população, sobretudo dos grupos marginalizados e vulneráveis</p>		
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 2.2: O Escritório País tem oferecido <i>advocacy</i> baseado em evidências e assistência técnica para o desenho e implementação de políticas e programas que levam em conta as variadas necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas e as disparidades regionais, raciais e de gênero no acesso a serviços</p>	<p>Número de produtos técnicos produzidos e apoiados pelo UNFPA que geraram evidências para o desenho e implementação de políticas e programas com disponibilidade de dados e indicadores desagregados por gênero, raça, etnia, região, idade e outras variáveis relevantes</p> <p>Número de atividades de capacitação técnica efetuadas pelo UNFPA ou com o seu apoio para o desenho e implementação de políticas e programas que levam em conta as variadas necessidades das populações e as disparidades de acesso a serviços</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programas</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>

	Evidência de que o Escritório País conduziu atividades de <i>advocacy</i> junto a parceiros estratégicos para o desenho e implementação de políticas e programas		
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 2.3: Os objetivos e estratégias dos componentes do CPD são consistentes com o conjunto de evidências geradas por estudos e produtos técnicos sobre as necessidades da população, inclusive aquelas dos grupos marginalizados e vulneráveis	<p>Evidências de que o CPD leva em conta as necessidades específicas das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e da população LGBTI+</p> <p>A adaptação do apoio do UNFPA às necessidades de grupos marginalizados é feita com base em evidências colhidas em estudos de instituições com credibilidade e, na ausência destes, em produtos de conhecimento produzidos <i>ad hoc</i> pelo próprio Escritório País ou com o seu apoio</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p>
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

Critério de avaliação: EFICÁCIA			
EQ 3: Em que medida os produtos esperados (<i>outputs</i>) foram alcançados e em que medida eles contribuem para atingir os resultados esperados (<i>outcomes</i>)?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
H 3.1: A Teoria da Mudança do CPD logrou estabelecer uma cadeia causal entre os produtos (<i>outputs</i>) e resultados (<i>outcomes</i>), levando a que a entrega dos produtos tenha contribuído de modo evidente para atingir os resultados esperados	Avaliação qualitativa da Teoria da Mudança que embasa o CPD Performance dos indicadores de <i>output</i> e <i>outcome</i> do CPD	CPD AWPs Relatórios anuais de resultados Oficiais de programa	Revisão de documentos Entrevistas com a equipe do UNFPA
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 3.2: O Escritório País conta com sistemas de monitoramento e avaliação e tem executado o CPD de acordo com os princípios da Gestão Baseada em Resultados	Existência e qualidade de planos e sistemas de monitoramento e avaliação no âmbito do CPD e dos programas Porcentagem da equipe treinada em RBM Identificação de utilização de lições aprendidas no planejamento de programas e projetos	AWPs Relatórios anuais de resultados Planejamento e relatórios de avaliação de projetos Relatórios de auditoria Oficiais de programa	Revisão de documentos Entrevistas com a equipe do UNFPA
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

<p>H 3.3: As intervenções do UNFPA na área de saúde sexual e reprodutiva contribuíram para o aumento da capacidade técnica de instituições, movimentos e provedores de serviços, bem como para a adoção de perspectivas de gênero, raça e Direitos Humanos</p>	<p>Performance dos indicadores de <i>output</i> e <i>outcome</i> desta área no CPD</p> <p>Evidências do aumento da capacidade técnica de instituições, movimentos e provedores de serviços da área de saúde sexual e reprodutiva (profissionais treinados, instituições com aumento de capacidade técnica, fortalecimento de organizações e redes da sociedade civil, etc.)</p> <p>Existência de iniciativas de adoção das perspectivas de gênero, raça e Direitos Humanos nos serviços de saúde sexual e reprodutiva (programas e políticas sensíveis a estes temas, profissionais treinados, geração e uso de dados desagregados, etc.)</p> <p>Evidências de que os/as gerentes de programa monitoram os efeitos inesperados das intervenções na área de saúde sexual e reprodutiva</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>
---	---	--	--

	<p>Número de produtos técnicos produzidos pelo UNFPA ou com o seu apoio</p> <p>Percepção dos principais parceiros e beneficiários quanto à eficácia das intervenções do UNFPA na área de saúde sexual e reprodutiva</p>		
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 3.4 As intervenções do UNFPA contribuíram para a incorporação das necessidades e Direitos Humanos de adolescentes e jovens em programas e políticas de diversos níveis e com foco em populações vulneráveis e marginalizadas</p>	<p>Performance dos indicadores de <i>output</i> e <i>outcome</i> desta área no CPD</p> <p>Evidências de que as necessidades e Direitos Humanos de jovens foram incorporadas em programas e políticas de diversos níveis (profissionais treinados, fortalecimento de redes e organizações, atividades de educação sexual e <i>life skills</i>, etc.)</p> <p>Evidências de que os/as gerentes de programa monitoram os efeitos inesperados das intervenções</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>

	<p>na área programática adolescentes e jovens</p> <p>Número de produtos técnicos produzidos pelo UNFPA ou com o seu apoio</p> <p>Percepção dos principais parceiros e beneficiários quanto à eficácia das intervenções do UNFPA para adolescentes e jovens</p>		
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 3.5 O UNFPA contribuiu para a integração baseada em evidências de questões de dinâmicas populacionais, HIV, saúde sexual e reprodutiva e igualdade de raça, gênero e etnia no planejamento de políticas e programas a nível nacional, setorial e local</p>	<p>Performance dos indicadores de <i>output</i> e <i>outcome</i> desta área no CPD</p> <p>Evidência de que dados produzidos pelo UNFPA ou com o seu apoio foram usados no planejamento de políticas e programas a nível nacional, setorial e local</p> <p>Existência de grupos de trabalho intersetoriais sobre integração de dados no Governo Federal e governos estaduais</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>

	<p>Evidências de que os/as gerentes de programa monitoram os efeitos inesperados das intervenções nesta área</p> <p>Número de produtos técnicos produzidos pelo UNFPA ou com o seu apoio</p> <p>Percepção dos principais parceiros e beneficiários quanto à eficácia das intervenções do UNFPA nesta área</p>		
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			

<p>Critério de avaliação: EFICÁCIA</p>			
<p>EQ 4: Em que medida o Escritório de País tem sido capaz de (i) construir parcerias inovadoras com atores diversificados, formando um conjunto estratégico de parceiros com capacidade técnica para contribuir com a implementação do mandato do UNFPA; e (ii) aproveitar as oportunidades de formalizar parcerias e vinculá-las aos objetivos do Programa de País, do Marco de Cooperação e do Programa de Ação da CPID?</p>			
<p>Hipótese a ser testada</p>	<p>Indicadores</p>	<p>Fontes da informação</p>	<p>Métodos e ferramentas para a coleta de dados</p>
<p>H 4.1: O Escritório País foi capaz de aproveitar as oportunidades de formalizar parcerias e de construir parcerias inovadoras, fazendo uso estratégico de suas</p>	<p>Número de parcerias com outras agências do Sistema ONU</p> <p>Número de parcerias com instituições governamentais</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos dos projetos</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p>

<p>vantagens comparativas e privilegiando a atuação em áreas em que possui mandato, bom posicionamento e capacidades técnica e operacional</p>	<p>Número de parcerias com organizações da sociedade civil</p> <p>Número de parcerias com atores não tradicionais</p> <p>Evidências de que as vantagens comparativas do UNFPA no país foram identificadas e priorizadas no planejamento de objetivos do CPD e das atividades do AWP</p> <p>O Escritório País possui uma estratégia de mobilização de recursos focada no financiamento de áreas em que possui vantagem comparativa</p> <p>Percepção dos parceiros sobre as vantagens comparativas e a eficácia das intervenções do UNFPA</p> <p>Identificação de boas práticas estabelecidas pelo Escritório País em parcerias concretas, tais quais consórcios de múltiplos doadores, novas modalidades de mobilização e/ou distribuição de recursos,</p>	<p>Projetos e relatórios para doadores</p> <p>Meios de comunicação institucionais</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>
--	---	---	--

	fomento de novas redes e cooperação com atores não tradicionais, entre outras.		
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 4.2: O Escritório País tem progredido em direção a um posicionamento estratégico da Agenda ICPD através da cooperação técnica com parceiros governamentais e não-governamentais, da conscientização pública através de ações de produção de evidências e comunicação institucional e do fortalecimento de capacidades e criação de projetos piloto em contextos locais	<p>Porcentagem dos projetos executados em parceria com o setor público alinhados com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento</p> <p>Número de produtos técnicos que abordam a Agenda ICPD elaborados ou financiados pelo Escritório País</p> <p>Número de ações e público atingido pelas ações de comunicação institucional do UNFPA</p> <p>Número de projetos executados em contextos locais alinhados com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e o Consenso de Montevidéu</p>	<p>Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento</p> <p>Compromissos de Nairóbi</p> <p>Consenso de Montevidéu</p> <p>UNFPA Global SP 2018-2021</p> <p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Revisão de literatura especializada</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p>

	Produção e sistematização de boas práticas com potencial de escala criadas em nível local		
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 4.3: O Escritório País tem fortalecido a capacidade técnica e o potencial de incidência política de organizações, redes e movimentos da sociedade civil que representam populações vulneráveis e marginalizadas	<p>Número de organizações parceiras que receberam capacitações técnicas feitas pelo ou com o apoio do Escritório País</p> <p>Número de gestores e trabalhadores da saúde treinados com o apoio do UNFPA</p> <p>Percepção dos principais parceiros e beneficiários quanto à qualidade da capacitação técnica fornecida pelo UNFPA</p> <p>Porcentagem das parcerias listadas na <i>stakeholders mapping table</i> que representam setores e/ou temáticas diversas em termos de gênero, raça e etnia</p> <p>Evidências de que as organizações, redes e movimento da sociedade civil</p>	<p><i>Stakeholders mapping table</i></p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>

	<p>apoiados formalmente pelo UNFPA são representativos da diversidade das populações vulneráveis e marginalizadas presentes nos objetivos do CPD</p>		
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 4.4 O Escritório País tem contribuído para a implementação do mandato do UNFPA através da cooperação técnica com instituições diversas e da promoção de um ambiente propício para iniciativas de cooperação trilateral e Sul-Sul</p>	<p>Performance dos indicadores de <i>output</i> e <i>outcome</i> desta área no CPD</p> <p>Número de produtos técnicos elaborados com o apoio do UNFPA</p> <p>Número de iniciativas de cooperação trilateral e Sul-Sul</p> <p>Evidências de que o UNFPA monitora os efeitos inesperados de suas intervenções nesta área</p> <p>Número de boas práticas de cooperação trilateral e Sul-Sul sistematizadas e disseminadas com o apoio do UNFPA</p> <p>Percepção dos principais parceiros e beneficiários quanto à relevância da</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Oficiais de programa</p> <p>Representantes de instituições, movimentos e redes parceiras</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>

	cooperação técnica fornecida e/ou fomentada pelo UNFPA		
Para futuro preenchimento de dados coletados.			

Critério de avaliação: EFICIÊNCIA			
EQ 5: Em que medida o Escritório de País do UNFPA fez bom uso dos seus recursos humanos, financeiros e administrativos e utilizou uma combinação apropriada de ferramentas e abordagens para atingir os resultados (<i>outcomes</i>) definidos no Programa de País?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
<p>H 5.1: Os recursos humanos, financeiros e administrativos estão no nível adequado para o volume e a complexidade dos resultados (<i>outcomes</i>) previstos no CPD</p>	<p>Total de recursos (<i>core e non-core</i>) e taxas de <i>delivery</i> por ano de execução do CPD para cada área de <i>outcome</i></p> <p>O Escritório País apresenta boa estrutura para a alocação de recursos e a execução financeira por (i) área programática, (ii) prioridades em cada área e (iii) tipo de modalidade de implementação (treinamento, assistência técnica, etc.)</p> <p>Evidência de que o Escritório País tem sido capaz de mobilizar os recursos financeiros necessários para a execução do CPD</p>	<p>Relatórios financeiros do ATLAS</p> <p>Diretrizes e regras para procedimentos administrativos e financeiros</p> <p>Organograma</p> <p>Diretrizes para a distribuição de responsabilidades e fluxos de aprovação</p> <p>Oficiais de programas e equipe de operações</p>	<p>Revisão de documentos (diretrizes e relatórios financeiros)</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA (programa e operações)</p>

	<p>Evidências de que o tamanho e a expertise da equipe são compatíveis com a complexidade de execução de cada área programática do CPD</p> <p>Existência de estratégias para evitar e mitigar os efeitos da sobrecarga de trabalho e da alta rotatividade da equipe</p>		
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 5.2: Os parceiros implementadores do UNFPA foram escolhidos de modo criterioso e receberam os recursos que foram planejados, com a continuidade prevista e de acordo com os valores e prazos planejados</p>	<p>Evidência da aplicação de critérios e processos transparentes de identificação e seleção dos parceiros implementadores</p> <p>Alocação de recursos e execução financeira por PI ao longo do período de execução do CPD</p> <p>Evidência de que os recursos foram recebidos pelos parceiros implementadores nos montantes e prazos estipulados nos AWP</p>	<p>AWPs</p> <p>Documentos de processos seletivos de parceiros em modalidades diversas (PIs/HACT, Grants, etc.)</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Relatórios financeiros do ATLAS</p> <p>Oficiais de programas e equipe de operações</p> <p>Representantes de parceiros implementadores</p>	<p>Revisão de documentos (relatórios narrativos e financeiros)</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA (programa e operações)</p> <p>Entrevistas com parceiros implementadores e beneficiários dos recursos financeiros</p>

	Evidências de que o financiamento do UNFPA tem se dado numa base plurianual e previsível aos parceiros implementadores		
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 5.3: Os recursos fornecidos pelo UNFPA têm gerado um efeito de alavanca entre seus parceiros governamentais e não-governamentais	<p>Existência de coerência e sinergia entre os parceiros governamentais e o Escritório País nos temas sensíveis ao mandato do UNFPA</p> <p>Evidências de que o apoio financeiro do UNFPA incentivou o investimento de recursos públicos dos vários níveis de governo em políticas consonantes com as áreas programáticas e prioridades do CPD</p> <p>Evidências de que o apoio financeiro do UNFPA incentivou o investimento de recursos de outros doadores (fundações, organizações da sociedade civil, OIs, etc.) em projetos consonantes com as áreas programáticas e prioridades do CPD</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Relatórios financeiros do ATLAS</p> <p>Oficiais de programas e equipe de operações</p> <p>Representantes de parceiros implementadores</p>	<p>Revisão de documentos (relatórios narrativos e financeiros do UNFPA / relatórios e produtos técnicos de órgãos governamentais e parceiros implementadores)</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA (programa e operações)</p> <p>Entrevistas com parceiros implementadores e beneficiários dos recursos financeiros</p>
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

Critério de avaliação: EFICIÊNCIA			
EQ 6: Em que medida os mecanismos das intervenções (instrumentos financeiros, marco regulatório administrativo, equipe, temporalidade e procedimentos) promoveram ou obstruíram a consecução dos produtos (<i>outputs</i>) previstos no programa, incluindo aqueles especificamente relacionados com a promoção da igualdade de gênero e raça e dos Direitos Humanos?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
H 6.1: Os produtos esperados foram alcançados nos prazos estipulados e com os recursos planejados no CPD	<p>Performance dos indicadores de <i>output</i> do CPD</p> <p>Alocação de recursos e execução financeira dos <i>outputs</i> e projetos do CPD</p> <p>As atividades e os projetos foram executados de acordo com os prazos planejados e, quando não, justificativas factíveis foram apresentadas</p> <p>As atividades e os projetos foram executados de acordo com o planejamento orçamentário e, quando não, justificativas factíveis foram apresentadas</p> <p>Porcentagem de metas dos <i>Annual Work Plans</i> reportadas como entregues nos Relatórios anuais de resultados</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Relatórios financeiros do ATLAS</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p>

	Medida em que a realocação de recursos financeiros, técnicos e humanos para novas atividades foi justificada		
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 6.2: Os mecanismos das intervenções permitiram uma boa execução do programa do país e a otimização dos produtos previstos no programa	<p>Evidência de que o Escritório País possui estruturas de gestão e governança eficientes</p> <p>Alocação de recursos e execução financeira dos <i>outputs</i> do OEEF</p> <p>Evidência de que possíveis gargalos administrativos foram identificados e solucionados durante a execução dos programas</p>	<p>Diretrizes e regras para procedimentos administrativos e financeiros</p> <p>Diretrizes para a distribuição de responsabilidades e fluxos de aprovação</p> <p>Oficiais de programas e equipe de operações</p> <p>Representantes de parceiros implementadores</p>	<p>Revisão de documentos (diretrizes e relatórios financeiros)</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA (programa e operações)</p> <p>Entrevistas com parceiros implementadores e beneficiários dos recursos financeiros</p>
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 6.3: A equipe do UNFPA e os parceiros implementadores executaram suas atividades com foco no alcance dos <i>outputs</i> do CPD e de acordo com as regras e procedimentos estipulados nos marcos regulatórios administrativos	<p>Evidências de que as atividades foram bem gerenciadas e executadas para garantir a consecução dos <i>outputs</i></p> <p>Evidências de que o cancelamento, reformulação ou criação de novas atividades foram justificados de acordo</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Relatórios financeiros do ATLAS</p>	<p>Revisão de documentos (diretrizes e relatórios financeiros)</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA (programa e operações)</p> <p>Entrevistas com parceiros implementadores e</p>

	<p>com a lógica da intervenção do CPD</p> <p>Relevância das <i>soft activities</i> para a consecução dos <i>outputs</i> do CPD</p> <p>Grau de conhecimento e cumprimento das diretrizes e regras para procedimentos administrativos pela equipe do UNFPA (porcentagem da equipe que cumpriu os cursos obrigatórios; porcentagem de processos administrativos cumpridos de acordo com as regras)</p> <p>Grau de conhecimento e cumprimento das diretrizes e regras para procedimentos administrativos pelos parceiros implementadores (porcentagem de PIs treinados; porcentagem de relatórios narrativos e financeiros dos PIs aprovados pelo UNFPA)</p>	<p>Diretrizes e regras para procedimentos administrativos e financeiros</p> <p>Diretrizes para a distribuição de responsabilidades e fluxos de aprovação</p> <p>Oficiais de programas e equipe de operações</p> <p>Representantes de parceiros implementadores</p>	<p>beneficiários dos recursos financeiros</p>
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 6.4: Os <i>outputs</i> do CPD relacionados com a promoção da igualdade de gênero e raça e</p>	<p>Evidências de que as atividades foram bem gerenciadas e executadas para</p>	<p>CPD AWPs</p>	<p>Revisão de documentos (diretrizes e relatórios financeiros)</p>

<p>dos Direitos Humanos apresentaram bom desempenho através da adequada execução de atividades e alocação de recursos</p>	<p>garantir a consecução dos <i>outputs</i></p> <p>Porcentagem marcada do orçamento planejado e do orçamento executado para as atividades de promoção da igualdade de gênero e raça e dos Direitos Humanos</p> <p>Evidências de que a promoção da igualdade de gênero e raça e dos Direitos Humanos são transversais aos <i>outputs</i> do CPD</p>	<p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Relatórios financeiros do ATLAS</p> <p>Oficiais de programas e equipe de operações</p>	<p>Entrevistas com a equipe do UNFPA (programa e operações)</p>
---	--	--	---

<p>Critério de avaliação: SUSTENTABILIDADE</p>			
<p>EQ 7: Em que medida a sustentabilidade foi alcançada através da capacitação e do desenvolvimento de pontos fortes dos parceiros e beneficiários, assim como da aptidão de um Escritório de País inclusivo e diverso em alcançar os ODS?</p>			
<p>Hipótese a ser testada</p>	<p>Indicadores</p>	<p>Fontes da informação</p>	<p>Métodos e ferramentas para a coleta de dados</p>
<p>H 7.1: Os programas do CPD foram planejados prevendo estratégias de saída factíveis que apontam com clareza para o futuro almejado pela intervenção (solução definitiva do problema abordado ou transferência gradual da intervenção para parceiros e/ou beneficiários)</p>	<p>Proporção dos programas que possuem estratégias de saída adequadamente planejadas</p> <p>Uso de lições aprendidas e evidências para elaborar estratégias de saída baseadas em projeções factíveis do futuro próximo</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Documentos de memória dos processos de planejamento</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Oficiais de programas</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros implementadores e beneficiários dos recursos financeiros</p>

	<p>Existência de compromissos políticos e financeiros formais do Governo Federal para dar sustentabilidade aos resultados do CPD</p> <p>Identificação de mecanismos de apoio aos parceiros e/ou beneficiários com o objetivo de promover a continuidade das melhorias feitas através das intervenções</p> <p>Percepção dos principais parceiros e beneficiários quanto à expectativa de continuidade das intervenções</p>	<p>Representantes de parceiros implementadores</p>	<p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 7.2: As intervenções previstas no CPD e nos AWP foram planejadas com o nível adequado de envolvimento dos principais parceiros e beneficiários e apresentam mecanismos eficazes de gestão compartilhada, criando, assim, um ambiente propício para que os parceiros e beneficiários se apropriem das intervenções</p>	<p>Evidência de que os parceiros e beneficiários participaram efetivamente do planejamento das intervenções</p> <p>Existência de mecanismos eficazes de gestão compartilhada</p> <p>Evidências de que o Escritório País forneceu capacitação técnica com o objetivo de promover a apropriação das</p>	<p>CPD</p> <p>AWPs</p> <p>Documentos de memória dos processos de planejamento</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Oficiais de programas</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros implementadores e beneficiários dos recursos financeiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>

	<p>intervenções do UNFPA pelos parceiros</p> <p>Percepção dos principais parceiros e beneficiários quanto ao seu grau de participação no planejamento e execução compartilhada das intervenções</p>	<p>Representantes de parceiros implementadores e beneficiários</p>	
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 7.3: O Escritório País avaliou sistematicamente suas contrapartes, identificou seus pontos fracos e fortes e forneceu cooperação técnica com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais de parceiros e beneficiários</p>	<p>Evidências de que o Escritório País avalia de modo sistemático e contínuo os seus parceiros, levando em conta tais avaliações no planejamento dos AWP</p> <p>Número de parceiros capacitados tecnicamente pelo UNFPA por <i>output</i></p> <p>Evidências de que o Escritório País tem feito pré-teste e pós-teste com seus parceiros e beneficiários</p> <p>Evidências de que o Escritório País tem feito treinamento de treinadores</p>	<p>AWPs</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Documento de processos seletivos</p> <p><i>Capacity assessments</i></p> <p>Oficiais de programas</p> <p>Representantes de parceiros implementadores e beneficiários</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com parceiros implementadores e beneficiários dos recursos financeiros</p> <p><i>Survey</i> com parceiros e beneficiários</p>
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			

<p>H 7.4: A equipe do Escritório País é representativa da diversidade da sociedade brasileira e apresenta as qualificações necessárias para suprir as demandas por capacitação técnica de parceiros e beneficiários nas áreas de atuação do UNFPA no país</p>	<p>Grau de diversidade da equipe do Escritório País (gênero, sexualidade, raça, etnia e pessoas com deficiência)</p> <p>Evidência de que os processos seletivos são pautados pelos princípios da transparência e da inclusividade</p> <p>Comprovações curriculares de que a equipe de cada área programática do Escritório País possui qualificação satisfatória nos seus temas de atuação</p> <p>Porcentagem da equipe do Escritório País treinada e sensibilizada para a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia</p>	<p>Documentos de processos seletivos</p> <p>Organograma do Escritório País</p> <p>Certificados de cursos obrigatórios e <i>learning plan</i></p> <p>Equipe das diversas áreas do Escritório País</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p>
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			

Critério de avaliação: SUSTENTABILIDADE			
EQ 8: Em que medida a sustentabilidade foi alcançada através de esforços que tenham como objetivo diminuir o impacto de potenciais retrocessos nas áreas temáticas do Programa de País?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
H 8.1: A implementação do CPD se apoia em um sistema de gestão de riscos capaz de prever riscos de diferentes níveis (baixo, médio e alto) e tipos (contextual, programático e institucional), bem como de planejar e executar atividades de monitoramento e mitigação para os riscos identificados	Existência de um sistema de gestão de riscos eficiente no Escritório País Evidência de que o Escritório País tem feito o monitoramento dos riscos identificados Porcentagem dos riscos identificados para os quais o Escritório País executou atividades de mitigação	AWPs Relatórios anuais de resultados Documentos de projetos <i>Risk management plan</i> Oficiais de programa	Revisão de documentos Entrevistas com a equipe do UNFPA
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 8.2: O Escritório País demonstrou flexibilidade face às mudanças no contexto nacional (crises política, econômica e sanitária) e desenvolveu estratégias para diminuir o impacto de potenciais retrocessos nas áreas temáticas do CPD	Existência de estratégia de mobilização de recursos para financiar novas atividades e projetos necessários para a adaptação ao novo contexto Evidências de que o Escritório País buscou novas parceiras ou novas relações com parceiros tradicionais para diminuir o impacto de potenciais retrocessos	AWPs Relatórios anuais de resultados Documentos de projetos <i>Risk management plan</i> Produtos técnicos Oficiais de programa	Revisão de documentos Entrevistas com a equipe do UNFPA Entrevistas com parceiros implementadores

	Existência de mecanismos de formação à distância para a capacitação técnica de parceiros	Representantes de parceiros implementadores	
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

Critério de avaliação: COORDENAÇÃO			
EQ 9: Em que medida o Escritório de Países do UNFPA contribuiu para o funcionamento e a consolidação dos mecanismos de coordenação do UNCT, levando também em consideração o contexto da reforma do Sistema ONU?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
H 9.1: O Escritório Países contribuiu ativamente para as iniciativas interagenciais e para os grupos de trabalho do UNCT	<p>Número de iniciativas interagenciais em que o Escritório Países participou</p> <p>Porcentagem dos recursos anuais destinados para a execução de atividades interagenciais</p> <p>Evidências de que o Escritório Países tem participação ativa nos grupos de trabalho do UNCT, sobretudo o Grupo Assessor Interagencial sobre Juventude (GA) e o GT de Gênero, Raça e Etnia</p>	<p>Marco de Cooperação 2017-2021</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Atas de reunião e documentos do Grupo Assessor Interagencial sobre Juventude (GA) e do GT de Gênero, Raça e Etnia</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com o Escritório do Coordenador Residente e com representantes de outras agências do Sistema ONU</p>

	<p>Participação do Escritório País em estruturas de coordenação humanitária</p> <p>Evidências da divisão de responsabilidades entre as agências do Sistema ONU responsáveis pela assistência humanitária</p>	<p>Atas e documentos do Humanitarian Country Team (HCT)</p> <p>Atas e documentos do Grupo de Trabalho Intersectorial em Violência Baseada em Gênero de Roraima e do Setor Nacional de Violência Baseada em Gênero</p> <p>Oficiais de programas</p> <p>Representantes de outras agências do Sistema ONU</p>	
<p><i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i></p>			
<p>H 9.2: O diálogo e a cooperação interagencial compreenderam todo o ciclo programático, desde o planejamento até a avaliação, de modo a potencializar as ações conjuntas e o bom uso das vantagens comparativas de cada agência</p>	<p>Porcentagem dos indicadores do CPD que são compartilhados com outras agências do Sistema ONU no Marco de Cooperação</p> <p>Existência de programas interagenciais resultantes de estratégias conjuntas de mobilização de recursos, planejamento e execução de atividades</p> <p>Número de avaliações de programas e projetos</p>	<p>Marco de Cooperação 2017-2021</p> <p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Relatórios de avaliações</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>Atas de reunião e documentos do Grupo Assessor</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com o Escritório do Coordenador Residente e com representantes de outras agências do Sistema ONU</p>

	conduzidas em conjunto com outras agências	Interagencial sobre Juventude (GA) e do GT de Gênero, Raça e Etnia Oficiais de programas Representantes de outras agências do Sistema ONU	
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 9.3: O Escritório País tem desenvolvido estratégias para se adaptar às mudanças trazidas pela reforma do Sistema ONU, tais quais, crescente importância do trabalho interagencial, maior relevância da incidência normativa, fortalecimento do papel do Coordenador Residente e centralidade da Agenda 2030	Evidências de que o Escritório País tem desenvolvido estratégias e produtos técnicos para se adaptar ao contexto da reforma do Sistema ONU Porcentagem dos outputs e indicadores do CPD consistentemente alinhados com a Agenda 2030	AWPs Relatórios anuais de resultados Documentos de projetos Produtos técnicos Oficiais de programas Representantes de outras agências do Sistema ONU	Revisão de documentos Entrevistas com a equipe do UNFPA Entrevistas com o Escritório do Coordenador Residente, representantes de agências do Sistema ONU e outras agências de cooperação internacional
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

Critério de avaliação: COBERTURA			
EQ 10: Em que medida o auxílio do Escritório de País do UNFPA contribuiu para o aumento do acesso de migrantes e refugiados – especialmente mulheres e meninas – a serviços de saúde e informações tanto no contexto da abordagem do Pacote Mínimo de Serviços Iniciais (MISP), como nas atividades emergenciais de prevenção e resposta à Violência Baseada em Gênero e de promoção de bem-estar e saúde mental para migrantes e refugiados?			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
H 10.1: O UNFPA forneceu serviços de alta qualidade no contexto da assistência humanitária para o fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela no Brasil para responder a necessidades de saúde sexual e reprodutiva, especialmente para mulheres, meninas e jovens	<p>Evidências de que a abordagem do Pacote Mínimo de Serviços Iniciais (MISP) foi usada na programação e execução das atividades</p> <p>Número de migrantes e refugiadas/os venezuelanas/os atendidas/os em atividades de promoção da saúde sexual e reprodutiva</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p><i>Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018)</i></p> <p>Atas e documentos do Humanitarian Country Team (HCT)</p> <p>Oficiais de programas</p> <p>Representantes de outras agências do Sistema ONU</p> <p>Representantes de parceiros implementadores</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com representantes de outras agências do Sistema ONU (ACNUR, OIM, ONU Mulheres e UNICEF)</p> <p>Entrevista com representantes de parceiros implementadores</p>

<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
<p>H 10.2: As ações de prevenção e resposta à Violência Baseada em Gênero e às práticas nocivas foram adequadas em termos de desenho e cobertura no contexto da assistência humanitária para o fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela no Brasil</p>	<p>Evidências de que tanto os <i>Minimum Standards for Prevention and Response to Gender-Based Violence in Emergencies</i>, como o <i>Essential Services Package for Women and Girls Subject to Violence</i> foram utilizados no planejamento e execução de atividades</p> <p>Evidências de que um sistema eficiente de gestão dos casos de VBG foi criado, permitindo a resposta e monitoramento dos casos e dividindo as responsabilidades com clareza entre as diferentes agências do Sistema ONU</p> <p>Evidências de que o Escritório País desenvolveu e implementou estratégias para cobrir a maior parte da população de migrantes e refugiados venezuelanos na prevenção e resposta à VBG</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p><i>Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018)</i></p> <p>Atas e documentos do Humanitarian Country Team (HCT)</p> <p>Atas e documentos do Grupo de Trabalho Intersetorial em Violência Baseada em Gênero de Roraima e do Setor Nacional de Violência Baseada em Gênero</p> <p>Oficiais de programas</p> <p>Representantes de outras agências do Sistema ONU</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com representantes de outras agências do Sistema ONU (ACNUR, OIM, ONU Mulheres e UNICEF)</p> <p>Entrevista com representantes de parceiros implementadores</p>

		Representantes de parceiros implementadores	
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 10.3: O Escritório País produziu e utilizou dados referentes a dinâmicas populacionais específicas no planejamento e execução de atividades da assistência humanitária para o fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela no Brasil	<p>Evidência de que as comunidades afetadas foram mapeadas</p> <p>Evidência do uso e/ou produção de dados sobre as populações afetadas</p> <p>Existência de dados desagregados por gênero, raça e idade</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p><i>Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018)</i></p> <p>Atas e documentos do Humanitarian Country Team (HCT)</p> <p>Oficiais de programas</p> <p>Representantes de outras agências do Sistema ONU</p> <p>Representantes de parceiros implementadores</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com representantes de outras agências do Sistema ONU (ACNUR, OIM, ONU Mulheres e UNICEF)</p> <p>Entrevista com representantes de parceiros implementadores</p>
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

Critério de avaliação: CONECTIVIDADE			
EQ 11: Em que medida as capacidades locais e nacionais foram desenvolvidas e apoiadas no contexto da assistência humanitária proporcionada? (ex. Operação Acolhida)			
Hipótese a ser testada	Indicadores	Fontes da informação	Métodos e ferramentas para a coleta de dados
H 11.1: O Escritório de País contribuiu para o treinamento de parceiros governamentais e não-governamentais nos temas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção e resposta à Violência Baseada em Gênero, inclusive nos estados envolvidos no processo de interiorização	<p>Número de atividades de treinamento de parceiros governamentais</p> <p>Número de servidores governamentais treinados</p> <p>Medida em que os treinamentos com os parceiros governamentais apresentaram enfoque de gênero, diversidade e saúde sexual e reprodutiva</p> <p>Número de atividades de treinamento de parceiros implementadores</p> <p>Número de representantes de parceiros implementadores treinados</p> <p>Diversidade de temas cobertos pelas atividades de treinamento com parceiros implementadores</p>	<p>AWPs</p> <p>Relatórios anuais de resultados</p> <p>Documentos de projetos</p> <p>Produtos técnicos</p> <p>SOPs e <i>referral pathways</i></p> <p><i>Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018)</i></p> <p>Atas e documentos do Humanitarian Country Team (HCT)</p> <p>Atas e documentos do Grupo de Trabalho Intersetorial em Violência Baseada em Gênero de Roraima e do Setor Nacional de Violência Baseada em Gênero</p>	<p>Revisão de documentos</p> <p>Entrevistas com a equipe do UNFPA</p> <p>Entrevistas com representantes de outras agências do Sistema ONU (ACNUR, OIM, ONU Mulheres e UNICEF)</p> <p>Entrevista com representantes de parceiros implementadores</p>

	Evidência de que a recorrência dos treinamentos foi capaz de dar conta da rotatividade das equipes governamentais em campo, sobretudo no caso do Exército	Oficiais de programas Representantes de outras agências do Sistema ONU Representantes de parceiros implementadores	
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			
H 11.2: O Escritório País promoveu o fortalecimento e capacitação técnica das redes e coletivos de migrantes e refugiados formados pelos beneficiários no contexto humanitário, inclusive no contexto de estados envolvidos no processo de interiorização	Número de atividades capacitação técnica das redes e coletivos de migrantes e refugiados Diversidade de temas cobertos pelas atividades de capacitação técnica das redes e coletivos de migrantes e refugiados Número de materiais impressos (cartilhas, <i>referral pathways</i> e informativos) produzidos e distribuídos para os beneficiários	AWPs Relatórios anuais de resultados Documentos de projetos Produtos técnicos <i>SOPs e referral pathways</i> <i>Evaluation of UNHCR prevention of, and response to, SGBV in Brazil focusing on the Population of Concern from Venezuela (2017-2018)</i> Atas e documentos do Humanitarian Country Team (HCT) Atas e documentos do Grupo de Trabalho Intersetorial em Violência Baseada em Gênero	Revisão de documentos Entrevistas com a equipe do UNFPA Entrevistas com representantes de outras agências do Sistema ONU (ACNUR, OIM, ONU Mulheres e UNICEF) Entrevista com representantes de parceiros implementadores

		de Roraima e do Setor Nacional de Violência Baseada em Gênero	
		Oficiais de programas	
		Representantes de outras agências do Sistema ONU	
		Representantes de parceiros implementadores	
<i>Para futuro preenchimento de dados coletados.</i>			

Anexo 6. Metodologia e ferramentas de coleta de dados

O marco metodológico para levar a cabo esta avaliação se baseia nas Normas e procedimentos para a Avaliação do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG) e no Glossário de Termos Chave da OCDE em Avaliação e Gestão Baseada em Resultados (2002), assim como na Política de Avaliação do UNFPA (2019). Especificamente, foram seguidas as orientações metodológicas do *Evaluation Handbook* do UNFPA (UNFPA, 2013, *Revised Edition 2019*) sob as Normas e Padrões do Grupo de Avaliação do Sistema ONU. Outro documento importante de referência é o manual para a integração de Direitos Humanos e Igualdade de Gênero em avaliações editado pelo UNEG (*Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluation -- Towards UNEG Guidance*, UNEG/G(2011)2). O desenho da pesquisa se organizou a partir dos critérios e das perguntas de avaliação para avançar para a formulação de indicadores, fontes de informação e métodos de coleta de dados e análise de informações. Com esses elementos foi elaborada a Matriz de Avaliação (Anexo 4) que, por sua vez, alimentou a elaboração dos instrumentos técnicos.

A avaliação de um Programa de País enfrenta um desafio que é inerente a qualquer empreendimento analítico que precisa dar conta de uma realidade complexa, variável e multifacetada: a construção de esquemas analíticos que sejam, a um só tempo, factíveis e sofisticados. Essa tarefa demanda tanto o uso amplo de variadas ferramentas de coleta de dados, como de esquemas analíticos para a classificação e análise de tais dados. É somente através do rigor metodológico nas duas pontas do processo de avaliação – a coleta e a análise de dados – que será possível elaborar conclusões e recomendações baseadas em evidências robustas e que sejam úteis a todos os interessados. Por isso, a introdução deste Anexo 5 se dedica à descrição da abordagem metodológica dessa avaliação de Programa de País e compreende o seguinte roteiro: discussão dos critérios de Avaliação; descrição do processo de escolha e listagem das Questões de Avaliação; e apresentação das ferramentas de coleta de dados. Por sua vez, a discussão sobre a escolha e perfil da amostra de parceiros que fizeram parte do exercício e a reflexão sobre as limitações metodológicas da Avaliação foram apresentadas no corpo principal do Relatório.

Critérios de avaliação

Esta seção apresenta os critérios de avaliação, ferramenta essencial para recortar da realidade quais serão os principais problemas e hipóteses abordados ao longo da avaliação, permitindo que o exercício analítico ocorra dentro de um escopo realizável, porém que não deixe de abordar os aspectos mais relevantes da execução do Programa de País. Assim, a abordagem metodológica foi composta de seis critérios de avaliação que, por sua vez, subdividiram-se em onze questões de avaliação.

Os critérios de avaliação estão listados abaixo seguidos da ênfase que este exercício deu a cada um deles.

Relevância

Este critério buscou determinar em que medida os objetivos do Programa de País estão alinhados com os marcos normativos internacionais, com os marcos normativos e prioridades nacionais e com as necessidades específicas da população. Dentro deste escopo amplo, dois aspectos ganharam especial ênfase: a presente relevância do Programa de País, dada as intensas mudanças políticas, sociais e econômicas em curso no Brasil e a emergência da pandemia de

Covid-19, o que levou a uma conseqüente necessidade de adaptação da operação; e as necessidades dos grupos vulneráveis em termos de idade, gênero, raça, etnia e região, bem como da intersecção entre duas ou mais dessas variáveis.

Eficácia

Este critério visou determinar em que medida os produtos previstos no Programa de País foram alcançados e em que medida eles contribuíram para atingir os resultados previstos e para chegar a todos os grupos populacionais, inclusive os mais vulneráveis. Neste caso, foram enfatizados os seguintes objetivos: avaliar os processos de planejamento e monitoramento do Escritório de País; analisar o posicionamento estratégico do UNFPA; identificar se os resultados das intervenções beneficiaram equitativamente a grupos distintos; e avaliar o papel das parcerias do UNFPA para a consecução dos objetivos do Programa de País.

Eficiência

Este critério analisou como os produtos e resultados do Programa de País foram alcançados em prazos factíveis e com o investimento da quantidade e combinação adequadas de recursos financeiros, humanos e técnicos. A ênfase se deu: nos ajustes feitos no desenho das intervenções e no conjunto de suas atividades, bem como quais as motivações que os justificam; e na relação com os parceiros implementadores.

Sustentabilidade

Este critério prospectou qual é a factibilidade da continuação dos benefícios das intervenções do UNFPA para além dos limites financeiros e temporais da execução das atividades do Programa de País. Dois aspectos da sustentabilidade ganharam maior ênfase: a promoção de capacidade institucional das contrapartes do UNFPA e o potencial de que tais parceiros se apropriem das intervenções do Programa de País; e a gestão de risco do Escritório de País, sobretudo em relação a potenciais retrocessos nas áreas programáticas e à emergência sanitária em decorrência da pandemia de Covid-19.

Coordenação

Este critério analisou em que medida o UNFPA tem contribuído ativamente para os mecanismos de coordenação existentes na Equipe de País das Nações Unidas (UNCT). A ênfase de tal critério foi dada: na atuação do UNFPA em iniciativas interagenciais, sobretudo em áreas temáticas sensíveis aos grupos populacionais mais vulneráveis; e nas respostas do Escritório de País às mudanças advindas da Reforma do Sistema ONU.

Cobertura

Este critério buscou determinar em que medida os grupos populacionais mais vulneráveis e/ou correndo maiores riscos foram atendidos na emergência humanitária do fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos para o Brasil. A ênfase se deu nas atividades de promoção de Saúde Sexual e Reprodutiva e de prevenção e resposta à violência baseada em gênero.

Conectividade

Por fim, este critério analisou como as atividades de curto prazo implementadas no contexto de emergência humanitária levaram em conta questões relevantes em um contexto mais amplo de necessidades e problemas interconectados, bem como prospectou o seu potencial de sustentabilidade. A ênfase recaiu sobre o treinamento e o fortalecimento institucional de parceiros e beneficiárias/os.

Questões de Avaliação

As Questões de Avaliação estão organizadas na tabela abaixo (Tabela 1) sob os seus respectivos critérios. As questões foram previamente definidas pelo Escritório de País do UNFPA em parceria com a Assessora Regional de Monitoramento e Avaliação do LACRO, sendo inseridas já no Termo de Referência da presente avaliação. Posteriormente, as questões foram apresentadas para a Equipe de Avaliação, que procedeu a sua tradução para o português e a revisão das perguntas no sentido de adaptá-las às necessidades de coleta e análise de dados.

A Equipe de Avaliação decidiu por manter 11 das 13 Questões de Avaliação, cortando as questões que no Termo de Referência estavam sob os números 3⁷² e 4⁷³. Antes de cortar essas questões, a Equipe de Avaliação inseriu-as na Matriz de Avaliação e desenvolveu indicadores que, posteriormente, foram transferidos para outras questões, garantindo assim que os temas relevantes das questões excluídas fossem medidos através das hipóteses a serem testadas para outras perguntas. Além disso, a Equipe de Avaliação revisou substancialmente as questões de números 1 e 2: a subquestão do apoio do UNFPA para as várias necessidades da população proposta na Questão 1 foi transferida para a Questão 2, evitando assim a repetição de métodos de coleta e análise de dados. Com isso, a Questão 1 passou a tratar exclusivamente do alinhamento com os marcos normativos nacionais e internacionais e a Questão 2 das necessidades da população. Já a Questão 4⁷⁴ foi ampliada para, além da categoria de parcerias inovadoras, dar conta: do aproveitamento de oportunidades para formalizar parcerias e vinculá-las aos objetivos do Programa de País, ao Marco de Parceria e ao Programa de Ação da CIPD; e da formação de um conjunto de parcerias diversas e relevantes para a implementação do mandato do UNFPA. Desse modo, a questão se tornou mais robusta para a avaliação de como a criação e a manutenção de parcerias têm contribuído para a implementação do Programa de País e do mandato do UNFPA no Brasil. Por fim, afora pequenas correções textuais e adaptações conceituais, as outras questões permaneceram como propostas no Termo de Referência.

⁷² A questão respondia ao critério de Relevância e tinha a seguinte redação: “Em que medida o Escritório de País tem sido capaz de responder a necessidades específicas e urgentes, bem como a mudanças, incluindo aquelas decorrentes de crises humanitárias e/ou epidemiológicas (por exemplo, a crise venezuelana e a Covid-19)?”.

⁷³ A questão respondia ao critério de Eficácia e apresentava a seguinte redação: “Em que medida o Escritório de País tem progredido em direção a um posicionamento estratégico da Agenda ICPD nos contextos locais e nacional, dadas as áreas prioritárias do UNFPA globalmente e no Brasil?”.

⁷⁴ Originalmente, a Questão #6 do Termo de Referência.

Questões de Avaliação

Questões de Avaliação
Critério Relevância - Questão 1
Em que medida o apoio do UNFPA é alinhado com as prioridades colocadas pelos marcos normativos e políticos nacionais e internacionais, incluindo acordos internacionais de direitos humanos (Agenda 2030, Programa de Ação da CIPD, Consenso de Montevideu, etc.)?
Critério Relevância - Questão 2
Em que medida (i) o apoio do UNFPA é adaptado em termos das várias necessidades da população, inclusive aquelas dos grupos marginalizados e vulneráveis; e (ii) em que medida o UNFPA tem garantido que as necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas sejam levadas em conta tanto no planejamento, como na implementação de todas as intervenções apoiadas pelo UNFPA no marco do Programa de Países levando em conta as variações de contexto?
Critério Eficácia - Questão 3
Em que medida os produtos esperados (<i>outputs</i>) foram alcançados e em que medida eles contribuem para atingir os resultados esperados (<i>outcomes</i>)?
Critério Eficácia - Questão 4
Em que medida o Escritório de Países tem sido capaz de (i) construir parcerias inovadoras com atores diversificados, formando um conjunto estratégico de parceiros com capacidade técnica para contribuir com a implementação do mandato do UNFPA; e (ii) aproveitar as oportunidades de formalizar parcerias e vinculá-las aos objetivos do Programa de Países, do Marco de Cooperação e do Programa de Ação da CIPD?
Critério Eficiência - Questão 5
Em que medida o Escritório de Países do UNFPA fez bom uso dos seus recursos humanos, financeiros e administrativos e utilizou uma combinação apropriada de ferramentas e abordagens para atingir os resultados (<i>outcomes</i>) definidos no Programa de Países?
Critério Eficiência - Questão 6
Em que medida os mecanismos das intervenções (instrumentos financeiros, marco regulatório administrativo, equipe, temporalidade e procedimentos) promoveram ou obstruíram a consecução dos produtos (<i>outputs</i>) previstos no programa, incluindo aqueles especificamente relacionados com a promoção da igualdade de gênero e raça e dos Direitos Humanos?

Critério Sustentabilidade - Questão 7
Em que medida a sustentabilidade foi alcançada através da capacitação e do desenvolvimento de pontos fortes dos parceiros e beneficiários, assim como da aptidão de um Escritório de País inclusivo e diverso em alcançar os ODS?
Critério Sustentabilidade - Questão 8
Em que medida a sustentabilidade foi alcançada através de esforços que tenham como objetivo diminuir o impacto de potenciais retrocessos nas áreas temáticas do Programa de País?
Critério Coordenação - Questão 9
Em que medida o Escritório de País do UNFPA contribuiu para o funcionamento e a consolidação dos mecanismos de coordenação do UNCT, levando também em consideração o contexto da reforma do Sistema ONU?
Critério Cobertura - Questão 10
Em que medida o auxílio do Escritório de País do UNFPA contribuiu para o aumento do acesso de migrantes e refugiados – especialmente mulheres e meninas – a serviços de saúde e informações tanto no contexto da abordagem do Pacote Mínimo de Serviços Iniciais (MISP), como nas atividades emergenciais de prevenção e resposta à Violência Baseada em Gênero e de promoção de bem-estar e saúde mental para migrantes e refugiados?
Critério Conectividade - Questão 11
Em que medida as capacidades locais e nacionais foram desenvolvidas e apoiadas no contexto da assistência humanitária proporcionada? (ex. Operação Acolhida)

Ferramentas para a coleta de dados

Esta avaliação propôs um desenho metodológico não-experimental que buscou responder a perguntas descritivas e normativas com base em dados majoritariamente qualitativos. Tal desenho foi operacionalizado pelas onze questões de avaliação apresentadas na seção anterior que, por sua vez, dividem-se nas diversas hipóteses listadas na Matriz de Avaliação e que foram testadas uma a uma à luz dos dados coletados. Assim, o rigor metodológico foi garantido por uma combinação de ferramentas metodológicas diversas e complementares, de modo que as lacunas e fraquezas de uma ferramenta foram compensadas pelas características positivas de outra. Além disso, a Equipe de Avaliação combinou a coleta de dados primários e secundários, qualitativos e quantitativos, de modo que a análise foi empreendida a partir de distintas abordagens e permitiu a triangulação de dados.

A complementaridade de abordagens e a triangulação de dados foram os dois fundamentos metodológicos desta Avaliação. O primeiro garantiu que as intervenções do UNFPA fossem analisadas de acordo com o contexto complexo em que são executadas e mesmo que a análise se

concentrasse nas variáveis dependentes, as variáveis independentes não deixaram de ser levadas em conta. Já o segundo permitiu que, mesmo tendo em conta os limites de recursos, escopo e ferramentas metodológicas inerentes a um processo de avaliação, as conclusões e recomendações apresentadas fossem robustas e baseadas em evidência, contribuindo para uma avaliação factível e útil para o UNFPA e seus parceiros.

A triangulação foi complementada com duas técnicas de validação: a primeira atravessou toda a Fase de Campo e consistiu nas revisões internas da Equipe de Avaliação (no caso, entre o consultor nacional e o consultor internacional); a segunda aconteceu ao final da Fase de Campo durante uma Reunião de Validação com a equipe do Escritório de País do UNFPA, em 15 de Dezembro de 2020.

Este Anexo 5 traz um conjunto de 12 ferramentas de coleta de dados que foram elaboradas a partir das questões e hipóteses de avaliação. As ferramentas de coleta de dados foram desenvolvidas de modo a refletir todos os indicadores da Matriz de Avaliação que dependiam da coleta de dados primários, ao mesmo tempo em que foram flexíveis para permitir a coleta de dados não previstos na Matriz. Em seguida a esta introdução, apresentaremos o conjunto de 12 ferramentas de coleta de dados desenvolvidas para este exercício: um guia de entrevista semiestruturada para a equipe do UNFPA; sete guias de entrevista semiestruturada, uma para cada tipo de parceria (Sistema ONU; Governo Federal; governos locais; doadores e organizações internacionais; parceiros implementadores; organizações da sociedade civil; e redes e coletivos); dois guias para mediação de grupos focais (representantes de organizações da sociedade civil e beneficiárias/os); um questionário para parceiras/os em geral; um questionário para os oficiais do UNFPA.

Finalmente, foram efetivamente utilizadas as seguintes ferramentas de coleta de dados:

- a. **Revisão documental:** permitiu o levantamento de dados secundários quantitativos e qualitativos sobre um conjunto amplo de intervenções do Programa de País;
- b. **Entrevistas individuais e coletivas:** possibilitaram a coleta de dados primários; a validação e triangulação dos dados colhidos através da revisão documental e de outras entrevistas; a identificação de efeitos não esperados das intervenções do UNFPA e outras informações contextuais; a identificação de percepções e análises de uma amostra variada e representativa de parceiros; e o envolvimento dos parceiros no processo de avaliação, tornando-o um exercício mais transparente e participativo;
- c. **Grupos focais:** devido às limitações impostas pela pandemia de Covid-19, não foram realizados grupos focais, os quais foram substituídos pela realização de entrevistas coletivas; e
- d. **Questionários:** realizados tanto com parceiros como com a própria equipe do UNFPA, os questionários permitiram a identificação de tendências das intervenções do UNFPA e de percepções das contrapartes nelas envolvidas em nível agregado, complementando as evidências qualitativas das entrevistas com dados primários quantitativos.

FERRAMENTA 1

Guia de entrevista semiestruturada

Público: equipe do UNFPA

Ficha de entrevista CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo: <i>CARGO</i>	Data de entrada no UNFPA: <i>MÊS E ANO</i>
Área programática atual: <i>ÁREA ATUAL</i>	Área programática anterior: <i>ÁREA ANTERIOR, SE APLICÁVEL</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais a atuação da/o entrevistada/o no UNFPA, qual a sua trajetória na instituição e em que áreas atuou e/ou atua no Escritório de País.

Anotações

2. Relevância

- a. Identificar como os objetivos e estratégias da área programática da/o entrevistada/o se alinham com as prioridades estabelecidas nos marcos internacionais e nacionais.

Anotações

- b. Compreender como os parceiros nacionais, sobretudo os governamentais, participaram do processo de planejamento do Programa de País e como o diálogo com tais parceiros, o uso de lições aprendidas, ao emergência de crises e as mudanças de contexto influenciaram na revisão e adaptação de objetivos e estratégias.

Anotações

- c. Buscar evidências de, como na área programática da/o entrevistada/o, as necessidades específicas da população e as barreiras a direitos e serviços, sobretudo dos grupos mais vulneráveis, têm sido identificadas, monitoradas e levadas em conta no planejamento e execução das intervenções do UNFPA.

Anotações

- d. Identificar quais são as principais ações de capacitação técnica e *advocacy* da área programática e em que medida elas se baseiam em evidências, consultas a parceiras/os e produtos técnicos.

Anotações

3. Eficácia

- a. Pedir que a/o entrevistada/o enumere os principais resultados positivos e os maiores desafios das intervenções de sua área programática ao longo da execução do 6º Programa de País.

Anotações

- b. Identificar quais são as/os principais parceiras/os e/ou beneficiárias/os da área programática e quais os tipos de parcerias e intervenções conjuntas.

Anotações

- c. Identificar a lista de principais produtos técnicos e/ou serviços oferecidos pelo UNFPA na área programática e qual a expectativa do uso que as/os parceiras/os farão deles.

Anotações

- d. Solicitar à/ao entrevistada/o que explique as estratégias e ferramentas de monitoramento e avaliação das atividades e projetos de sua área programática, como ela/e faz para monitorar os efeitos inesperados – positivos ou negativos – das intervenções, como faz uso de lições aprendidas e que tipo de treinamento possui em RBM.

Anotações

- e. Compreender como as abordagens e os recortes de gênero, raça, idade e Direitos Humanos são adotadas no planejamento e execução das atividades da área programática.

Anotações

- f. Identificar quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas e qual o uso estratégico feito de tais vantagens comparativas em sua área programática para a mobilização de recursos, estabelecimento de parcerias e planejamento e execução de atividades.

Anotações

- g. Pedir à/ao entrevistado que explique as estratégias para o posicionamento estratégico da Agenda ICPD no Brasil, sobretudo através da cooperação técnica com parceiros governamentais e não governamentais.

Anotações

- h. Pedir à/ao entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. Solicitar à/ao entrevistada/o que avalie a disponibilidade de recursos financeiros, humanos e técnicos do Escritório de País *vis a vis* a complexidade dos objetivos do Programa de País e de seus AWP.

Anotações

- b. Pedir que a/o entrevistada/o explique a alocação de recursos financeiros de sua área programática, como tal alocação contribui para a consecução dos produtos do Programa de País, como se deram e com qual justificativa os ajustes de prazo e realocação de recursos mais relevantes e como as abordagens de gênero, raça e idade são transversalizadas na alocação de recursos.

Anotações

- c. Compreender como se dá o processo de relatoria de resultados da área programática da/o entrevistada/o no âmbito interno do escritório, para o LACRO, a sede e os doadores.

Anotações

- d. Questionar como a/o entrevistada/o avalia a contribuição das atividades de sua área programática para a consecução dos produtos do Programa de País, listar atividades relevantes que não estejam registradas nos AWP e identificar quais atividades dos AWP foram canceladas, reformuladas ou criadas e por quê.

Anotações

- e. Perguntar à/ao entrevistada/o se, em sua opinião, existem no Escritório de País gargalos administrativos, problemas no fluxo de decisões, na distribuição de responsabilidades e nos processos de relatoria de resultados, assim como quais seriam as soluções possíveis.

Anotações

- f. Compreender como a área programática se relaciona com as/os seus parceiras/os, sobretudo tendo em conta as seguintes questões: *capacity assessment*, identificação e seleção de parcerias, transferência de recursos, treinamento para a execução adequada de recursos, comunicação institucional e monitoramento da execução de atividades conjuntas.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Verificar como e em que medida o UNFPA tem fortalecido a capacidade técnica e o potencial de incidência política de instituições, organizações e redes parceiras da área programática da/o entrevistada/o, qual o grau de diversidade das parcerias beneficiadas e quais as principais ações de capacitação (*capacity assessments*, pré e pós-teste, temas de capacitação, treinamento de treinadores, etc.).

Anotações

- b. Identificar as estratégias de saída dos projetos da área programática da/o entrevistada/o e qual os modos e níveis de participação das/os parceiras/os no seu planejamento e execução.

Anotações

- c. Compreender como a área programática da/o entrevistada/o tem identificado e monitorado riscos, bem como planejado e executado ações de mitigação de riscos.

Anotações

- d. Solicitar à/ao entrevistada/o que identifique as principais mudanças de contexto em sua área programática e quais as estratégias desenvolvidas para se adaptar a elas (mobilização de recursos, novas atividades, tipos de parceria, novos parceiros, formação à distância, etc.)

Anotações

6. Coordenação

- a. Saber se a área programática da/o entrevistada/o está envolvida em programas conjuntos com outras agências do Sistema ONU e, caso afirmativo, saber como foram planejados tais programas, como foi ou está a sua execução, como se dá a divisão de responsabilidades e quais são as ferramentas conjuntas de monitoramento e avaliação.

Anotações

- b. Questionar a/o entrevistada/o sobre como é a relação do UNFPA com outras agências nos mecanismos de coordenação do Sistema ONU (UNCT e GTs) e nos mecanismos específicos de coordenação da assistência humanitária (Operação Acolhida).

Anotações

- c. Identificar como a área programática da/o entrevista/o tem respondido ao contexto de Reforma do Sistema ONU e da implementação da Agenda 2030 e quais as suas expectativas em relação ao trabalho interagencial neste contexto.

Anotações

7. Cobertura *SE APLICÁVEL*

- a. Pedir que a/o entrevistada/o descreva como o UNFPA tem fornecido serviços de saúde sexual e reprodutiva e prevenido e respondido à VSBG no contexto da assistência humanitária.

Anotações

- b. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos, sobretudo na geração de dados sobre a população a ser atendida, no desenvolvimento de estratégias para amplificar a cobertura do atendimento, na aplicação do MISB e na prevenção e gestão de casos de violência baseada em gênero.

Anotações

- c. Verificar como o UNFPA mapeou, identificou demandas e gerou dados desagregados sobre comunidades e grupos populacionais específicos no contexto da assistência humanitária para o fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela no Brasil.

Anotações

8. Conectividade *SE APLICÁVEL*

- a. Identificar em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados o UNFPA ofereceu atividades de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária, quer seja para beneficiárias/os finais ou para instituições parceiras no contexto da Operação Acolhida.

Anotações

- b. Saber a percepção da/o entrevistada/o sobre as expectativas de sustentabilidade da assistência humanitária nos pontos de entrada de migrantes e refugiadas/os venezuelanas/os no Brasil, bem como do potencial de integração social, meios de vida e autonomia econômica das/os beneficiárias/os da assistência humanitária, sobretudo no contexto da interiorização.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 2

Guia de entrevista semiestruturada

Público: Sistema ONU

Ficha de entrevista		
CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo ou papel: <i>CARGO</i>	Instituição/organização: <i>INSTITUIÇÃO</i>
Tipo de parceria: <i>PARCERIA</i>	Área de atuação: <i>ÁREA</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da instituição/organização/rede/coletivo da/o entrevistada/o e qual o cargo/papel que ela/e exerce.

Anotações

2. Relevância

- a. Compreender em que medida e como a instituição da/o entrevistada/o participou de processos conjuntos de planejamento e execução de atividades e/ou programas com o UNFPA e qual o nível de coerência entre as prioridades da sua instituição e do UNFPA.

Anotações

- b. Saber se e como a instituição/organização da/o entrevistada/o participou como parceira ou beneficiária de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de necessidades ou incidência política para o desenho e implementação de políticas e programas, especialmente com foco nas necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas.

Anotações

- c. Identificar quais deveriam ser, na opinião da/o entrevistada/o, as áreas prioritárias de ação do UNFPA.

Anotações

3. Eficácia

- a. No caso de intervenções em parceria, compreender como elas são executadas e se há estratégias conjuntas de desenvolvimento e monitoramento de indicadores e efeitos inesperados das intervenções.

Anotações

- b. Identificar qual é a percepção da/o entrevistada/o sobre a eficácia e relevância das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação da sua instituição e quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- c. Solicitar o julgamento que a/o entrevista/o faz das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que a sua instituição faz dos recursos propiciados pelo UNFPA.

Anotações

- d. Pedir à/ao entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. No caso de que a instituição da/o entrevistada/o tenha atuado conjuntamente com o UNFPA, identificar: quais são as atividades informais que as instituições mantêm em uma base cotidiana (reuniões, consultas recíprocas, incidência política); e, no caso de parcerias formais, perguntar como foi o processo de formalização da seleção/parceria e prospectar qual o grau de conhecimento da instituição parceira das diretrizes e regras do UNFPA.

Anotações

- b. No caso de que a parceria tenha envolvido transferência de recursos entre as partes, saber como e em que prazo foi feita a transferência, se houve esforços conjuntos de mobilização de recursos, qual é a expectativa futura do apoio e como ele influenciou o modo como a instituição executa suas atividades e aloca os seus próprios recursos.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação da instituição da/o entrevistada/o no planejamento, execução e gestão das intervenções que, porventura, tenha em parceria com o UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades e transferência de expertise.

Anotações

- b. Compreender como a relação da instituição da/o entrevistada/o com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

- a. Saber se a agência da/o entrevistada/o está envolvida em programas conjuntos com o UNFPA e, caso afirmativo, saber como foram planejados tais programas, como foi ou está a sua execução e quais são as ferramentas conjuntas de monitoramento e avaliação.

Anotações

- b. Questionar a/o entrevistada/o sobre como é a relação com o UNFPA nos mecanismos de coordenação do Sistema ONU (UNCT e GTs) e nos mecanismos específicos de coordenação da assistência humanitária (Operação Acolhida).

Anotações

- c. Identificar como a agência da/o entrevista/o tem respondido ao contexto de Reforma do Sistema ONU e da implementação da Agenda 2030 e quais as suas expectativas em relação ao trabalho interagencial neste contexto.

Anotações

7. Cobertura

- a. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos, sobretudo na geração de dados sobre a população a ser atendida, no desenvolvimento de estratégias para amplificar a cobertura do atendimento, na aplicação do MISP e na prevenção e gestão de casos de violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - a instituição da/o

entrevistada/o atuou em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 3

Guia de entrevista estruturada

Público: Governo Federal

Ficha de entrevista CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo ou papel: <i>CARGO</i>	Instituição/organização: <i>INSTITUIÇÃO</i>
Tipo de parceria: <i>PARCERIA</i>	Área de atuação: <i>ÁREA</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da instituição/organização/rede/coletivo da/o entrevistada/o e qual o cargo/papel que ela/e exerce.

Anotações

2. Relevância

- a. Compreender em que medida e como o órgão/instituição da/o entrevistada/o participou de processos conjuntos de planejamento e execução do Programa de País com o UNFPA e como a/o entrevistada/o avalia a relação entre os programas do CPD e as áreas de atuação, programas e marcos normativos do Governo Federal.

Anotações

- b. Identificar como a/o entrevistada/o avalia o nível de coerência entre as prioridades do UNFPA e do Governo Federal (da área específica da/o entrevistada/o e do governo como um todo).

Anotações

- c. Saber se e como a instituição/organização da/o entrevistada/o participou como parceira ou beneficiária de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de necessidades ou incidência política para o desenho e implementação de políticas e programas, especialmente com foco nas necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas.

Anotações

- d. Identificar quais deveriam ser, na opinião da/o entrevistada/o, as áreas prioritárias de ação do UNFPA.

Anotações

3. Eficácia

- a. Compreender a natureza da parceria entre o órgão/instituição da/o entrevistada/o e o UNFPA, em que áreas essa parceria se dá, quais são as intervenções conjuntas, como elas são executadas e se há estratégias conjuntas de desenvolvimento e monitoramento de indicadores e efeitos inesperados das intervenções.

Anotações

- b. Identificar qual é a percepção da/o entrevistada/o sobre a eficácia e relevância das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação do seu órgão/instituição e quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- c. Solicitar o julgamento que a/o entrevista/o faz das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que a sua instituição faz dos recursos propiciados pelo UNFPA.

Anotações

- d. Pedir à/ao entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. No caso de que o órgão/instituição da/o entrevistada/o tenha atuado conjuntamente com o UNFPA, identificar: quais são as atividades informais que as instituições mantêm em uma base cotidiana (reuniões, consultas recíprocas, incidência política); e, no caso de parcerias formais, perguntar como foi o processo de formalização da seleção/parceria e prospectar qual o grau de conhecimento da instituição parceira das diretrizes e regras do UNFPA.

Anotações

- b. No caso de que a parceria tenha envolvido transferência de recursos entre as partes, saber como e em que prazo foi feita a transferência, se houve esforços conjuntos de mobilização de recursos, qual é a expectativa futura do apoio e como ele influenciou o modo como o órgão/instituição executa suas atividades e aloca os seus próprios recursos.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação do órgão/instituição da/o entrevistada/o no planejamento, execução e gestão das intervenções que, porventura, tenha em parceria com o UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades e transferência de expertise.

Anotações

- b. Identificar quais são os compromissos políticos e financeiros formais entre o órgão/instituição da/o entrevistada/o e o UNFPA, como este acordo tem evoluído ao longo do tempo e quais são as expectativas futuras.

Anotações

- c. Compreender como a relação do órgão/instituição da/o entrevistada/o com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos, sobretudo na geração de dados sobre a população a ser atendida, no desenvolvimento de estratégias para amplificar a cobertura do atendimento, na aplicação do MISP e na prevenção e gestão de casos de violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - o órgão/instituição da/o entrevistada/o atuou em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência

humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 4

Guia de entrevista semiestruturada

Público: governos locais

Ficha de entrevista CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo ou papel: <i>CARGO</i>	Instituição/organização: <i>INSTITUIÇÃO</i>
Tipo de parceria: <i>PARCERIA</i>	Área de atuação: <i>ÁREA</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da instituição/organização/rede/coletivo da/o entrevistada/o e qual o cargo/papel que ela/e exerce.

Anotações

2. Relevância

- a. Compreender em que medida e como o órgão/instituição da/o entrevistada/o participou de processos conjuntos de planejamento e execução do Programa de País com o UNFPA e como a/o entrevistada/o avalia a relação entre os programas do CPD e as áreas de atuação, programas e marcos normativos dos âmbitos nacional e local.

Anotações

- b. Identificar como a/o entrevistada/o avalia o nível de coerência entre as prioridades do UNFPA e do seu governo local (da área específica da/o entrevistada/o e do governo como um todo).

Anotações

- c. Saber se e como a instituição/organização da/o entrevistada/o participou como parceira ou beneficiária de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de necessidades ou incidência política para o desenho e implementação de políticas e programas, especialmente com foco nas necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas.

Anotações

- d. Identificar quais deveriam ser, na opinião da/o entrevistada/o, as áreas prioritárias de ação do UNFPA.

Anotações

3. Eficácia

- a. Compreender a natureza da parceria entre o órgão/instituição da/o entrevistada/o e o UNFPA, em que áreas essa parceria se dá, quais são as intervenções conjuntas, como elas são executadas e se há estratégias conjuntas de desenvolvimento e monitoramento de indicadores e efeitos inesperados das intervenções.

Anotações

- b. Identificar qual é a percepção da/o entrevistada/o sobre a eficácia e relevância das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação do seu órgão/instituição e quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- c. Solicitar o julgamento que a/o entrevista/o faz das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que a sua instituição faz dos recursos propiciados pelo UNFPA.

Anotações

- d. Pedir à/ao entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. No caso de que o órgão/instituição da/o entrevistada/o tenha atuado conjuntamente com o UNFPA, identificar: quais são as atividades informais que as instituições mantêm em uma base cotidiana (reuniões, consultas recíprocas, incidência política); e, no caso de parcerias formais, perguntar como foi o processo de formalização da seleção/parceria e prospectar qual o grau de conhecimento da instituição parceira das diretrizes e regras do UNFPA.

Anotações

- b. No caso de que a parceria tenha envolvido transferência de recursos entre as partes, saber como e em que prazo foi feita a transferência, se houve esforços conjuntos de mobilização de recursos, qual é a expectativa futura do apoio e como ele influenciou o modo como o órgão/instituição executa suas atividades e aloca os seus próprios recursos.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação do órgão/instituição da/o entrevistada/o no planejamento, execução e gestão das intervenções que, porventura, tenha em parceria com o UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades e transferência de expertise.

Anotações

- b. Identificar quais são os compromissos políticos e financeiros formais entre o órgão/instituição da/o entrevistada/o e o UNFPA, como este acordo tem evoluído ao longo do tempo e quais são as expectativas futuras.

Anotações

- c. Compreender como a relação do órgão/instituição da/o entrevistada/o com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos, sobretudo na geração de dados sobre a população a ser atendida, no desenvolvimento de estratégias para amplificar a cobertura do atendimento, na aplicação do MISIP e na prevenção e gestão de casos de violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - o órgão/instituição da/o entrevistada/o atuou em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência

humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 5

Guia de entrevista estruturada

Público: doadores e OIs

Ficha de entrevista CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo ou papel: <i>CARGO</i>	Instituição/organização: <i>INSTITUIÇÃO</i>
Tipo de parceria: <i>PARCERIA</i>	Área de atuação: <i>ÁREA</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da instituição/organização/rede/coletivo da/o entrevistada/o e qual o cargo/papel que ela/e exerce.

Anotações

2. Relevância

- a. Compreender em que medida e como a instituição/organização da/o entrevistada/o participou de processos conjuntos de planejamento e execução do Programa de País com o UNFPA e como a/o entrevistada/o avalia a relação entre os programas do CPD e as prioridades da sua organização.

Anotações

- b. Saber se e como a instituição/organização da/o entrevistada/o participou como parceira ou beneficiária de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de

necessidades ou incidência política para o desenho e implementação de políticas e programas, especialmente com foco nas necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas.

Anotações

- c. Identificar quais deveriam ser, na opinião da/o entrevistada/o, as áreas prioritárias de ação do UNFPA.

Anotações

3. Eficácia

- a. Compreender a natureza da parceria entre a instituição/organização da/o entrevistada/o e o UNFPA, em que áreas essa parceria se dá, quais são as intervenções conjuntas, como elas são executadas e se há estratégias conjuntas de desenvolvimento e monitoramento de indicadores e efeitos inesperados das intervenções.

Anotações

- b. No caso de projetos financiados ou co-financiados pela instituição/organização da/o entrevistada/o, identificar como ela/e avalia o modo pelo qual o UNFPA se comunica institucionalmente e reporta os resultados do projeto.

Anotações

- c. Identificar qual é a percepção da/o entrevistada/o sobre a eficácia e relevância das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação de sua instituição/organização e quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- d. Pedir à/ao entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. No caso de que a instituição/organização da/o entrevistada/o tenha atuado conjuntamente com o UNFPA, identificar: quais são as atividades informais que as instituições mantêm em uma base cotidiana (reuniões, consultas recíprocas, incidência política); e, no caso de parcerias formais, perguntar como foi o processo de formalização da seleção/parceria e prospectar qual o grau de conhecimento da instituição parceira das diretrizes e regras do UNFPA.

Anotações

- b. No caso de que a parceria tenha envolvido transferência de recursos entre as partes, saber como e em que prazo foi feita a transferência, se houve esforços conjuntos de mobilização de recursos,

qual é a expectativa futura do apoio e como ele influenciou o modo como a instituição/organização executa suas atividades e aloca os seus próprios recursos.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação da instituição/organização da/o entrevistada/o no planejamento, execução e gestão das intervenções que, porventura, tenha em parceria com o UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades e transferência de expertise.

Anotações

- b. Identificar quais são os compromissos políticos e financeiros formais entre a instituição/organização da/o entrevistada/o e o UNFPA, como este acordo tem evoluído ao longo do tempo e quais são as expectativas futuras.

Anotações

- c. Compreender como a relação da instituição/organização da/o entrevistada/o com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos, sobretudo na geração de dados sobre a população a ser atendida, no desenvolvimento de estratégias para ampliar a cobertura do atendimento, na aplicação do MISIP e na prevenção e gestão de casos de violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - a instituição/organização da/o entrevistada/o atuou em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 6

Guia de entrevista estruturada Público: parceiros implementadores (PIs)

Ficha de entrevista CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo ou papel: <i>CARGO</i>	Instituição/organização: <i>INSTITUIÇÃO</i>
Tipo de parceria: <i>PARCERIA</i>	Área de atuação: <i>ÁREA</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da instituição/organização/rede/coletivo da/o entrevistada/o e qual o cargo/papel que ela/e exerce.

Anotações

2. Relevância

- a. Compreender em que medida e como a instituição/organização da/o entrevistada/o participou de processos conjuntos de planejamento e execução de atividades com o UNFPA e como a/o entrevistada/o avalia a relação entre os programas do CPD e as prioridades da sua organização.

Anotações

- b. Saber se e como a instituição/organização da/o entrevistada/o participou como parceira ou beneficiária de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de necessidades ou incidência política para o desenho e implementação de políticas e programas, dando especial atenção para como a/o entrevistada/o avalia a atuação do UNFPA na

identificação e abordagem de necessidades específicas e barreiras de acesso a serviços dos grupos populacionais com os quais a sua organização trabalha.

Anotações

- c. Identificar quais deveriam ser, na opinião da/o entrevistada/o, as áreas prioritárias de ação do UNFPA.

Anotações

3. Eficácia

- a. Compreender a natureza da parceria entre a instituição/organização da/o entrevistada/o e o UNFPA, em que áreas essa parceria se dá, quais são as intervenções conjuntas, como elas são executadas e se há estratégias conjuntas de desenvolvimento e monitoramento de indicadores e efeitos inesperados das intervenções.

Anotações

- b. Nas intervenções pelas quais o parceiro implementador é responsável, compreender como é feito o atendimento ao público beneficiário, quais as características e vulnerabilidades específicas da população atendida e quais são as iniciativas de adoção das perspectivas de gênero, raça, geração e Direitos Humanos.

Anotações

- c. Identificar qual é a percepção da/o entrevistada/o sobre a eficácia e relevância das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação de sua instituição/organização e quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- d. Solicitar o julgamento que a/o entrevista/o faz das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que a sua organização faz dos recursos propiciados pelo UNFPA.

Anotações

- e. Pedir à/o entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. No caso de que a instituição/organização da/o entrevistada/o tenha atuado conjuntamente com o UNFPA, identificar: quais são as atividades informais que as instituições mantêm em uma base cotidiana (reuniões, consultas recíprocas, incidência política); e, no caso de parcerias

formais, perguntar como foi o processo de formalização da seleção/parceria e que tipo de treinamento o UNFPA forneceu sobre seus procedimentos e regras ao PI.

Anotações

- b. No caso de que a parceria tenha envolvido transferência de recursos entre as partes, saber como e em que prazo foi feita a transferência, se houve esforços conjuntos de mobilização de recursos, qual é a expectativa futura do apoio e como ele influenciou o modo como a instituição/organização executa suas atividades e aloca os seus próprios recursos.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação da instituição/organização da/o entrevistada/o no planejamento, execução e gestão das intervenções em parceria com o UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades, transferência de expertise e realização de pré- e pós-testes.

Anotações

- b. Prospectar qual é a expectativa do PI sobre a continuidade das intervenções conjuntas.

Anotações

- c. Compreender como a relação da instituição/organização da/o entrevistada/o com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos e pedir que a/o entrevistada/o descreva e avalie a qualidade, a relevância e a cobertura populacional dos serviços fornecidos nas áreas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção e resposta à violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - a instituição/organização da/o entrevistada/o atuou em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 7

Guia de entrevista estruturada

Público: organizações da sociedade civil

Ficha de entrevista CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo ou papel: <i>CARGO</i>	Instituição/organização: <i>INSTITUIÇÃO</i>
Tipo de parceria: <i>PARCERIA</i>	Área de atuação: <i>ÁREA</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da organização/rede/coletivo da/o entrevistada/o e qual o cargo/papel que ela/e exerce.

Anotações

2. Relevância

- a. Compreender em que medida e como a organização da/o entrevistada/o participou de processos conjuntos de planejamento e execução de atividades com o UNFPA e como a/o entrevistada/o avalia a relação entre os programas do CPD e as prioridades da sua organização.

Anotações

- b. Saber se e como a organização da/o entrevistada/o participou como parceira ou beneficiária de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de necessidades ou incidência política para o desenho e implementação de políticas e programas, dando especial atenção para como a/o entrevistada/o avalia a atuação do UNFPA na identificação e abordagem de

necessidades específicas e barreiras de acesso a serviços dos grupos populacionais com os quais a sua organização trabalha.

Anotações

- c. Identificar quais deveriam ser, na opinião da/o entrevistada/o, as áreas prioritárias de ação do UNFPA.

Anotações

3. Eficácia

- a. Compreender a natureza da parceria entre a organização da/o entrevistada/o e o UNFPA, em que áreas essa parceria se dá, se há intervenções conjuntas, como elas são executadas e como ela/e avalia a adoção das perspectivas de gênero, raça, geração e Direitos Humanos pelo UNFPA.

Anotações

- b. Identificar qual é a percepção da/o entrevistada/o sobre a eficácia e relevância das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação de sua organização e quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- c. Solicitar o julgamento que a/o entrevista/o faz das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que a sua organização faz dos recursos propiciados pelo UNFPA.

Anotações

- d. Pedir à/o entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. No caso de que a organização da/o entrevistada/o tenha atuado conjuntamente com o UNFPA, identificar: quais são as atividades informais que as instituições mantêm em uma base cotidiana (reuniões, consultas recíprocas, incidência política); e, no caso de parcerias formais, perguntar como foi o processo de formalização da seleção/parceria e se o UNFPA forneceu treinamento sobre seus procedimentos e regras e de que tipo.

Anotações

- b. No caso de que a parceria tenha envolvido transferência de recursos entre as partes, saber como e em que prazo foi feita a transferência, se houve esforços conjuntos de mobilização de recursos,

qual é a expectativa futura do apoio e como ele influenciou o modo como a organização executa suas atividades e aloca os seus próprios recursos.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação da organização da/o entrevistada/o no planejamento, execução e gestão das intervenções em que, porventura, seja parceira ou beneficiária do UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades, transferência de expertise e realização de pré- e pós-testes.

Anotações

- b. Prospectar qual é a expectativa da/o entrevistada/o sobre a continuidade das intervenções conjuntas e de seus efeitos positivos e que tipo de apoio o UNFPA forneceu com vistas a garantir tal continuidade.

Anotações

- c. Compreender como a relação da organização da/o entrevistada/o com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos e pedir que a/o entrevistada/o descreva e avalie a qualidade, a relevância e a cobertura populacional dos serviços fornecidos pelo UNFPA ou com o seu apoio nas áreas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção e resposta à violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - a organização da/o entrevistada/o atuou em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 8

Guia de entrevista estruturada

Público: redes e coletivos da sociedade civil/beneficiários

Ficha de entrevista CABEÇALHO		
Nome do(a) entrevistado(a): <i>NOME</i>	Cargo ou papel: <i>CARGO</i>	Instituição/organização: <i>INSTITUIÇÃO</i>
Tipo de parceria: <i>PARCERIA</i>	Área de atuação: <i>ÁREA</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Entrevistador: <i>ENTREVISTADOR</i>	Data da entrevista: <i>DATA</i>	Código da entrevista: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo da entrevista.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho da entrevista.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da organização/rede/coletivo da/o entrevistada/o e qual o cargo/papel que ela/e exerce.

Anotações

2. Relevância

- a. Compreender em que medida e como a rede/coletivo da/o entrevistada/o participou de processos conjuntos de planejamento e execução de atividades com o UNFPA e como a/o entrevistada/o avalia a relação entre os programas do CPD e as prioridades da sua rede/coletivo.

Anotações

- b. Saber se e como a rede/coletivo da/o entrevistada/o participou como parceira ou beneficiária de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de necessidades ou incidência política para o desenho e implementação de políticas e programas, dando especial atenção para como a/o entrevistada/o avalia a atuação do UNFPA na identificação e abordagem de

necessidades específicas e barreiras de acesso a serviços dos grupos populacionais com os quais a sua rede/coletivo trabalha.

Anotações

- c. Identificar quais deveriam ser, na opinião da/o entrevistada/o, as áreas prioritárias de ação do UNFPA.

Anotações

3. Eficácia

- a. Compreender a natureza da parceria entre a rede/coletivo da/o entrevistada/o e o UNFPA, em que áreas essa parceria se dá, se há intervenções conjuntas, como elas são executadas e como ela/e avalia a adoção das perspectivas de gênero, raça, geração e Direitos Humanos pelo UNFPA.

Anotações

- b. Identificar qual é a percepção da/o entrevistada/o sobre a eficácia e relevância das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação de sua rede/coletivo e quais as vantagens comparativas que ela/e enxerga na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- c. Solicitar o julgamento que a/o entrevista/o faz das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que a sua rede/coletivo faz dos recursos propiciados pelo UNFPA, dando especial foco a como a vida dos grupos populacionais relacionados à sua rede/coletivo foi afetada – positiva ou negativamente – pelas intervenções do UNFPA.

Anotações

- d. Pedir à/o entrevistada/o que identifique quais são, em sua opinião, as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

- a. No caso de que a rede/coletivo da/o entrevistada/o tenha atuado conjuntamente com o UNFPA, identificar: quais são as atividades informais que as instituições mantêm em uma base cotidiana (reuniões, consultas recíprocas, incidência política); e, no caso de parcerias formais, perguntar como foi o processo de formalização da seleção/parceria e se o UNFPA forneceu treinamento sobre seus procedimentos e regras e de que tipo.

Anotações

- b. No caso de que a parceria tenha envolvido transferência de recursos entre as partes, saber como e em que prazo foi feita a transferência, se houve esforços conjuntos de mobilização de recursos, qual é a expectativa futura do apoio e como ele influenciou o modo como a rede/coletivo executa suas atividades e aloca os seus próprios recursos.

Anotações

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação da rede/coletivo da/o entrevistada/o no planejamento, execução e gestão das intervenções em que, porventura, seja parceira ou beneficiária do UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades, transferência de expertise e realização de pré- e pós-testes.

Anotações

- b. Prospectar qual é a expectativa da/o entrevistada/o sobre a continuidade das intervenções conjuntas e de seus efeitos positivos e que tipo de apoio o UNFPA forneceu com vistas a garantir tal continuidade.

Anotações

- c. Compreender como a relação da rede/coletivo da/o entrevistada/o com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. No caso de que a rede/coletivo tenha sido beneficiária de serviços no contexto da assistência humanitária, pedir que a/o entrevistada/o descreva e avalie a qualidade, a relevância e a cobertura populacional dos serviços fornecidos pelo UNFPA ou com o seu apoio nas áreas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção e resposta à violência baseada em gênero.

Anotações

- b. Identificar como se deu na assistência humanitária a divisão de responsabilidades entre os diversos atores institucionais envolvidos, sobretudo na geração de dados sobre a população a ser atendida, no desenvolvimento de estratégias para amplificar a cobertura do atendimento, na aplicação do MISIP e na prevenção e gestão de casos de violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - a rede/coletivo da/o entrevistada/o atuou em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

- b. Dar liberdade para que a/o entrevistada/o fale sobre qualquer tema que ainda não tenha sido abordado

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 9

Guia para moderação de grupos focais

Público: beneficiários

Ficha de grupo focal CABEÇALHO		
Característica do grupo: <i>CARACTERÍSTICA</i>	Número de pessoas: <i>NÚMERO</i>	Gênero: <i>GÊNERO</i>
Faixa etária: <i>FAIXA</i>	Local: <i>CIDADE</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Mediador: <i>MEDIADOR</i>	Data do grupo focal: <i>DATA</i>	Código do grupo: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo do grupo focal

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho do grupo focal

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil do grupo participante e que tipo de benefícios usufruem das intervenções do UNFPA

Anotações

2. Relevância

- a. Verificar se as/os participantes do grupo focal fizeram parte de alguma ação do UNFPA para o fornecimento direto de serviços, capacitação técnica, identificação de necessidades ou *advocacy* para o desenho e implementação de políticas e programas, saber como foi a experiência e questionar como elas/es avaliam a atuação do UNFPA na identificação e abordagem de necessidades específicas e barreiras de acesso a direitos e serviços do seu grupo populacional.

Anotações

- b. No caso do fornecimento direto de serviços ou de capacitação técnica, compreender em linhas gerais como se deu o processo e o quanto a atuação do UNFPA atendeu e/ou não às necessidades específicas do grupo populacional das/os participantes do grupo focal.

Anotações

3. Eficácia

- a. Identificar qual é a percepção das/os participantes do grupo focal sobre a eficácia das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação que lhes são relevantes e quais as vantagens comparativas que elas/es enxergam na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- b. Solicitar o julgamento que as/os participantes do grupo focal fazem das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que as/os participantes fazem dos recursos propiciados pelo UNFPA, dando especial foco a como suas vidas foram afetadas – positiva ou negativamente – pelas intervenções do UNFPA.

Anotações

- c. Pedir às/aos participantes que identifiquem quais são as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

NÃO APLICÁVEL

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação das/os presentes no grupo focal no planejamento, execução e gestão das intervenções em que, porventura, sejam beneficiárias/os do UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades, transferência de expertise e realização de pré- e pós-testes.

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. No caso de que as/os participantes do grupo focal tenham sido beneficiárias/os de serviços no contexto da assistência humanitária, pedir que elas/es descrevam e avaliem a qualidade, a relevância e a cobertura populacional dos serviços fornecidos pelo UNFPA ou com o seu apoio nas áreas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção e resposta à violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência e com quais resultados alcançados - as/os participantes do grupo focal foram beneficiárias/os do UNFPA em treinamentos e processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 10

Guia de moderação de grupos focais

Público: representantes de organizações e redes da sociedade civil

Ficha de grupo focal CABEÇALHO		
Característica do grupo: <i>CARACTERÍSTICA</i>	Número de pessoas: <i>NÚMERO</i>	Gênero: <i>GÊNERO</i>
Faixa etária: <i>FAIXA</i>	Local: <i>CIDADE</i>	Produtos/projetos relacionados: <i>PRODUTO</i>
Mediador: <i>MEDIADOR</i>	Data do grupo focal: <i>DATA</i>	Código do grupo: <i>CÓDIGO</i>

1. Questões iniciais

- a. Apresentar a si, os propósitos da avaliação, as questões éticas e o objetivo do grupo focal.

Anotações

- b. Coletar os dados necessários para preencher o cabeçalho do grupo focal.

Anotações

- c. Compreender em linhas gerais o perfil e a atuação da organização/rede/coletivo das/os participantes e quais os cargos/papéis que elas/es exercem.

Anotações

2. Relevância

- a. Verificar se as/os participantes do grupo focal fizeram parte de alguma ação do UNFPA para a capacitação técnica, identificação de necessidades ou *advocacy* para o desenho e implementação de políticas e programas, saber como foi a experiência e questionar como elas/es avaliam a atuação do UNFPA na identificação e abordagem de necessidades específicas e barreiras de acesso a direitos e serviços dos grupos populacionais com os quais a sua rede/coletivo trabalha.

Anotações

3. Eficácia

- a. Identificar qual é a percepção das/os participantes do grupo focal sobre a eficácia das intervenções do UNFPA nas áreas de atuação que lhes são relevantes e quais as vantagens comparativas que elas/es enxergam na operação do Escritório de País *vis a vis* outras instituições atuando nos mesmos temas.

Anotações

- b. Solicitar o julgamento que as/os participantes do grupo focal fazem das intervenções do UNFPA, das suas ações de comunicação institucional, da assistência técnica do fundo e dos produtos técnicos elaborados por ele ou com o seu apoio e qual o uso que a sua rede/coletivo faz dos recursos propiciados pelo UNFPA, dando especial foco a como a vida dos grupos populacionais relacionados às suas organizações/rede/coletivo foi afetada – positiva ou negativamente – pelas intervenções do UNFPA.

Anotações

- c. Pedir às/aos participantes que identifiquem quais são as principais inovações e boas práticas da operação do UNFPA no Brasil.

Anotações

4. Eficiência

NÃO APLICÁVEL

5. Sustentabilidade

- a. Identificar qual é o grau e a modalidade de participação das/os presentes no grupo focal no planejamento, execução e gestão das intervenções em que, porventura, sejam parceiras/os ou beneficiárias/os do UNFPA, dando especial foco para os processos de capacitação técnica, avaliação de capacidades, transferência de expertise e realização de pré- e pós-testes.

Anotações

- b. Compreender como a relação das/os participantes do grupo focal com o UNFPA evoluiu nos últimos anos e que adaptações foram feitas na relação para lidar com as mudanças nos contextos políticos, econômico e social, dando especial atenção para os desafios a serem enfrentados e a identificação e mitigação de riscos na sua área de atuação (i.e. modalidade da parceria, volume de recursos, novas modalidades de capacitação técnica, procedimentos de segurança).

Anotações

6. Coordenação

NÃO APLICÁVEL

7. Cobertura

- a. No caso de que as/os participantes do grupo focal tenham sido parceiras/os e/ou beneficiárias/os de serviços no contexto da assistência humanitária, pedir que elas/es descrevam e avaliem a

qualidade, a relevância e a cobertura populacional dos serviços fornecidos pelo UNFPA ou com o seu apoio nas áreas de saúde sexual e reprodutiva e prevenção e resposta à violência baseada em gênero.

Anotações

8. Conectividade

- a. Compreender como - em que temas, para que público, com qual frequência, qual a rotatividade de funções do público treinado e com quais resultados alcançados - as/os participantes do grupo focal atuaram em parceria com o UNFPA em processos de capacitação técnica, disseminação de informações e transferência de expertise no contexto da assistência humanitária, quer seja como beneficiário de treinamentos do UNFPA ou como responsável pelo treinamento de terceiros em parceria com o UNFPA.

Anotações

9. Questões extras

- a. Espaço para perguntar qualquer questão relevante que não tenha sido abordada nos tópicos anteriores

Anotações

10. Finalização

- a. Checar se nenhuma questão relevante ou informação essencial ficou pendente

Anotações

- b. Agradecer e fazer as considerações finais (informações sobre o processo de avaliação, expectativas sobre o compartilhamento de resultados, etc.)

Anotações

11. Conclusões

- a. Interpretações

Anotações

- b. Referências de documentos e pessoas

Anotações

- c. Próximos passos e lembretes

Anotações

FERRAMENTA 11

Questionário para parceiras/os

Público: geral

O consultor manterá a identidade do entrevistado confidencial

1. Dados Gerais

Qual é o seu nome?

Qual é o nome da instituição/organização/rede/coletivo que o/a senhor/a representa?

Qual é o seu cargo/papel?

2. Qual é a principal área de cooperação ou diálogo da sua instituição com o UNFPA? (H3.3, H3.4, H3.5, H4.4)

- Saúde sexual e reprodutiva
- Medicamentos e insumos
- Prevenção e tratamento de HIV
- Juventude
- Gênero e raça
- População e desenvolvimento
- Cooperação Sul-Sul e/ou Trilateral
- Assistência humanitária

3. A sua organização/coletivo já foi consultada pelo UNFPA para a identificação de necessidades e demandas? (H2.1)

- Não
- Sim, apenas uma vez
- Sim, entre duas e quatro vezes
- Sim, muitas vezes ou com regularidade cotidiana

4. Por favor, avalie o diálogo da sua organização com o UNFPA. (H1.2 e H1.3)

- () Muito negativo
- () Negativo
- () Médio
- () Positivo
- () Muito positivo

5. Qual o nível de atendimento das atividades do UNFPA às necessidades específicas de sua organização e/ou de seu grupo populacional? (H2.1)

- () Nulo
- () Baixo
- () Médio
- () Alto
- () Muito alto

6. Representantes de sua organização/coletivo já participaram de capacitações técnicas ou treinamentos fornecidos pelo UNFPA? (H2.2, H4.3)

- () Não
- () Sim, apenas uma vez
- () Sim, entre duas e quatro vezes
- () Sim, muitas vezes ou com regularidade cotidiana

7. Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, como a/o senhor/a avalia a qualidade das capacitações técnicas e/ou treinamentos fornecidos pelo UNFPA? (H2.2, H3.3, H4.3)

- () Péssima
- () Baixa qualidade
- () Mediana
- () Boa qualidade
- () Excelente

8. Caso tenha respondido sim às duas perguntas anteriores, em quais tema(s) o UNFPA forneceu treinamento? (H2.2, H3.3, H4.3)

- () Saúde sexual e reprodutiva
- () Medicamentos e insumos
- () Prevenção e tratamento de HIV
- () Juventude
- () Gênero e raça
- () População e desenvolvimento
- () Cooperação Sul-Sul e/ou Trilateral
- () Assistência humanitária

9. Com que frequência a sua organização/coletivo utiliza produtos técnicos e/ou metodologias elaborados pelo UNFPA? (H3.3, H3.4, H3.5, H4.4)

- Nunca
- Pouco
- Às vezes
- Regularmente
- Sempre

10. Qual é o nível de participação da sua instituição no planejamento das atividades conjuntas com o UNFPA, caso elas existam? (H7.1, H7.2, H7.3)

- Nula
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

11. Qual é o nível de participação da sua instituição na execução das atividades conjuntas com o UNFPA, caso elas existam? (H7.1, H7.2, H7.3)

- Nula
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

12. Qual é o tipo de apoio fornecido pelo UNFPA que o/a senhor/a considera mais relevante? É possível escolher de uma a três opções. (H7.1, H7.2, H7.3)

- Capacitação institucional
- Elaboração de produtos técnicos
- Advocacy e sensibilização
- Treinamento de gestores e prestadores de serviços
- Fornecimento direto de serviços
- Conscientização social
- Apoio financeiro

13. Como o/a senhor/a avalia os resultados das atividades do UNFPA na área de atuação da sua organização/coletivo? (H3.3, H3.4, H3.5, H4.4)

- Nulos
- Baixos
- Medianos

- () Relevantes
- () Muito relevantes

14. Qual é a principal vantagem comparativa do UNFPA no Brasil? É possível escolher de uma a duas opções e caso uma delas seja “outra”, favor especificar por escrito qual. (H4.1)

- () Reconhecimento social
- () Prestígio político
- () Capacidade técnica e expertise
- () Capacidade de dialogar com diferentes atores
- () Articulação internacional
- () Atuação em temas relevantes
- () Inserção midiática
- () Outra. Especificar _____

15. Qual área deveria ser a prioridade do Escritório de País do UNFPA pelos próximos anos? É possível escolher de uma a três opções. (H4.1)

- () Saúde sexual e reprodutiva
- () Medicamentos e insumos
- () Prevenção e tratamento de HIV
- () Juventude
- () Gênero e raça
- () População e desenvolvimento
- () Cooperação Sul-Sul e/ou Trilateral
- () Assistência humanitária

16. Caso queira, escreva abaixo quaisquer comentários ou recomendações sobre as atividades do UNFPA no Brasil.

FERRAMENTA 12

Questionário para Equipe do UNFPA

Público: Oficiais do UNFPA

1. E-mail address
2. *Specify what general policy/UNFPA programme area(s) you work with*
Tick all that apply
 - a. *Sexual and reproductive health*
 - b. *Youths and adolescents*
 - c. *Population dynamics*
 - d. *Humanitarian response*
 - e. *Cooperação Sul-Sul*
 - f. *Cross-sectoral*
 - g. *Other*
3. *What are the main national issues/challenges that you and your area of work try to solve? (national problem that tries to solve)?*
Please provide brief explanation (Examples: school dropout, maternal mortality, generation of knowledge, etc.)
4. *In your opinion, what are the main national capacity gaps (in the public sector) for policy accomplishment (capacities, resources, motivation)?*
(Indicate from 1 to 7, being 1 not a gap and 7 very important gap)
 - a. *Low capacity of individuals who deliver services*
 - b. *Low capacity of individuals who define policies*
 - c. *Too normative policy formulation*
 - d. *Inexistence of causal models and evidence-based In policy formulation*
 - e. *Understanding of local reality in policy formulation (top-down approaches)*
 - f. *High professional rotation in service delivery*
 - g. *National budget is not enough for service delivery*
 - h. *Low quality of professionals*
 - i. *Professional absenteeism*
 - j. *Poor training institutions*
 - k. *Lack of infrastructure, commodities and equipment*
 - l. *Lack in administrative processes*
 - m. *Lack of M&E data for evidence-based policies*
 - n. *Resistance to innovations from policy makers professionals*
 - o. *Lack of institutional cooperation*
 - p. *Other (please specify bellow)*
5. *Please specify the answer "other" of the previous question*
6. *Interventions on capacity development conducted by your area/projects defined:*

(Indicate the correct postulates)

Tick all that apply

- a. Justification for intervention*
- b. The rationale for pilot selection*
- c. N° of potential beneficiaries*
- d. Expected contribution to CP outcome*
- e. Analysis of the possibility*
- f. For scale up*
- g. Other*

7. *Please specify the answer "other" of the previous question*
8. *Related with the previous question, what were (or are) the main results achieved with the advocacy and capacity development interventions in the area(s) your work with?*
9. *Did the capacity development interventions involve the application of?*
Please state briefly which one in survey final comments
Mark only one oval
 - a. The introduction of an innovation approach/technology in the country*
 - b. The application of knowledge/technology/approach already in national standards or protocols*
 - c. Both*
10. *Did you do any kind of assessment about the effectiveness of the capacity development interventions? Pre and post-tests. Yes/no If yes, please explain briefly*
Mark only one oval
 - a. YES*
 - b. NO*
11. *Please explain the answer "yes" of the previous question*
12. *Did you collaborate with other UN agencies on advocacy or capacity development intervention? If yes, please explain briefly*
Mark only one oval
 - a. YES*
 - b. NO*
13. *Please explain the answer "yes" of the previous question*
14. *What were, if any, the main constrictions or challenges for capacity development implementation?*
15. *Do you have and would you like to provide any additional details on the previous points (sector gaps, intervention formulation, collaboration mechanisms) or further ideas? This would be very appreciated.*

Anexo 7. Principais resultados do 6º Programa de País por produto e modo de engajamento

Principais resultados – Produto 1

As atividades do Produto 1 no 6º Programa de País foram planejadas a partir de três modos de engajamento principais, que são elencados abaixo em itálico seguidos dos principais resultados alcançados através de cada um. Ao final, também apresentamos as principais atividades realizadas para a resposta à pandemia de Covid-19.

Modo de engajamento: *Oferta de aconselhamento político e fortalecimento das capacidades dos portadores de deveres para o fornecimento de serviços de qualidade que atendam aos padrões de direitos humanos, com ênfase particular em abordagens culturalmente sensíveis de gênero, idade, raça e etnia, integrando a estratégia de segurança de insumos de saúde reprodutiva como um pilar programático, no contexto de melhoria da qualidade do cuidado.*

- a. **Parceria com a Itaipu Binacional para o treinamento de cerca de 360 gestores e provedores de serviços de 51 municípios do Oeste do Paraná para a oferta de serviços acolhedores a adolescentes nos municípios**, assim como para o fortalecimento de ações intersetoriais de prevenção e redução da gravidez não intencional. Os treinamentos foram executados no âmbito do projeto *Prevenção e Redução da Gravidez Não Intencional na Adolescência* e os profissionais treinados são, majoritariamente, das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social;
- b. **Apoio ao Diretório Nacional do Serviço Social do Comércio – Sesc para a definição de diretrizes para as suas ações de Saúde Sexual e Reprodutiva e educação sexual**, assim como oferta de *advocacy* baseado em evidências para as campanhas e projetos de Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção da violência baseada em gênero da instituição. O Sesc está presente em todo o território nacional e, além da execução de projetos de educação sexual, possui 393 unidades de atendimento geral que abarcam todos os estados da Federação e abrigam 236 consultórios médicos e outros equipamentos de saúde⁷⁵;
- c. **Apoio ao Governo do Estado da Bahia no projeto Respeita as Mina na Saúde**, com foco na qualificação em gênero na área da saúde e treinamento de provedores de serviços de saúde da rede estadual e no **treinamento de 40 profissionais de saúde para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de rua**;
- d. **O UNFPA forneceu *advocacy* baseado em evidências a governos estaduais com vistas a promover a ampliação do uso do DIU como método contraceptivo eficaz, seguro, barato, reversível e de longa duração**. Já no âmbito da assistência humanitária, o UNFPA ofereceu a inserção do DIU e posterior acompanhamento a migrantes e refugiadas venezuelanas em Roraima e Amazonas, assim como promoveu via plataforma digital o **curso *Atualização sobre DIU: Ampliando o Acesso e a Garantia de Direitos para cerca de 70 profissionais de saúde*** de ambos os estados;
- e. **Em parceria com o COSEMS-PA**, o UNFPA está executando o **projeto Saúde das Manas** na Ilha do Marajó, estado do Pará, região com municípios entre os piores IDHs do país. O UNFPA investiu USD 135.000,00 de recursos *core* no projeto, que visa **fortalecer o acesso a serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva, com ênfase no planejamento familiar e prevenção de mortalidade materna e gravidez na adolescência**. O projeto consiste na instalação e operação de sete salas de telemedicina para a atenção ginecológica

⁷⁵ Disponível em https://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/numeros/. Acesso em 21 fev 2021.

e o acesso a contraceptivos para um **público potencial de 80 mil mulheres que vivem em uma área de vazio assistencial** em serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva; e

- f. Finalmente, o UNFPA lançou recentemente o **projeto Enlace**, uma parceria entre a FioCruz, a Johnson&Johnson Foundation e a Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras, que tem como objetivo principal o **treinamento de 350 profissionais da área obstétrica**.

Modo de engajamento: *Engajamento no diálogo político com autoridades de saúde para a incorporação de abordagens culturalmente sensíveis baseadas em direitos e gênero na formulação, desenvolvimento e implementação de políticas, planos e programas de Saúde Sexual e Reprodutiva.*

- a. **Em parceria com a Itaipu Binacional**, o UNFPA realizou o **I Seminário Internacional para a Prevenção e Redução da Gravidez não Intencional na Adolescência** (2018), que contou com a participação de **cerca de 200 pessoas** de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai.;
- b. **Ações de diálogo com o Ministério da Saúde** nas áreas de **assistência farmacêutica** e estimativa de **demandas contraceptivas** e impactos socioeconômicos da **gravidez na adolescência** – esta última com a apoio do Escritório Regional – LACRO. Ambas ações resultaram na assinatura de acordos com transferências de recursos do Ministério de Saúde para o UNFPA que, no entanto, enfrentaram sérias barreiras para a implementação;
- c. Promoção de **campanhas de comunicação com potencial de conscientização de autoridades de saúde**: o UNFPA apoiou a Coordenação Geral de Saúde dos Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde (CGSAJ) no **projeto DiverSUS**, que elaborou e difundiu materiais de comunicação com perspectiva de Juventude e reflexões sobre identidades étnicas e raciais, condições sociais, sexualidades e afetos; ação de comunicação **Mais que minha mãe, menos que minha filha**, que consistiu na produção de uma série de vídeos de 1,5 minutos em que pessoas comuns refletiam sobre o acesso a direitos sexuais e reprodutivos nas diferentes gerações de suas famílias; e
- d. Realização de **dois seminários de desenvolvimento profissionais para um total de 45 estudantes de medicina** da Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina – IMFSA Brasil nos temas de Saúde Sexual e Reprodutiva e saúde da população LGBTI, com **foco no potencial multiplicador dos participantes**; concessão de uma *grant* ao IMFSA que está financiando **10 atividades de educação sexual** executadas por estudantes federados da instituição em 10 cidades brasileiras.

Modo de engajamento: *Promoção de advocacy baseado em evidências e comunicação estratégica de engajamento comunitário para mobilizar detentores de direitos em prol do cumprimento dos mesmos, com um foco particular em saúde e direitos sexuais e reprodutivos.*

- a. Promoção de **campanhas de comunicação para o fortalecimento de detentores de direitos**, como a campanha **Ela Decide o Seu Presente e o Seu Futuro**, uma parceria com entidades do setor privado e com influenciadoras digitais que buscou promover o empoderamento de jovens e mulheres para que tomem decisões informadas e autônomas sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva;
- b. Continuidade da **Sala de Situação, Ação e Articulação sobre Direitos das Mulheres**, criada em 2016 para fomentar a participação das mulheres na **resposta à epidemia de Zika Vírus**; e
- c. Em **parceria com o Governo do Estado da Bahia**, realização de uma **oficina Saúde Sexual e Reprodutiva e direitos para 35 lideranças de comunidades tradicionais** (terreiros de Candomblé, comunidades quilombolas e entidades negras).

Modo de engajamento: *Ações de resposta à Covid-19.*

- a. **Apoio ao GT de Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO** com o objetivo de elaboração e publicação de **notas técnicas sobre a saúde da população negra no contexto da pandemia de Covid-19**, fornecendo insumos e evidências para a sensibilização de autoridades de saúde, provedores de serviço e pesquisadores;
- b. **Tradução e elaboração de estudos e notas técnicas e promoção de atividades virtuais**, como reuniões, painéis, *webnarios* e *podcasts*, com o objetivo de compreender o impacto da pandemia de Covid-19 no acesso a direitos e serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva, bem como fornecer dados e evidências para gestores, provedores de serviço e organizações e redes da sociedade civil;
- c. Criação da **Sala de Situação em Sala de Situação de Violência Baseada em Gênero no Nordeste** com a participação de 12 organizações da sociedade civil;
- d. **Distribuição de de 9300 mil kits dignidade (higiene e autocuidado)** para populações vulneráveis nos estados do Amazonas, Bahia, Pará, Roraima e no Distrito Federal; e
- e. **Fornecimento de cerca de 1.106 milhões de equipamentos de proteção individual – EPIs** para provedores de Saúde Sexual e Reprodutiva visando a continuidade dos serviços nos estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima e o Distrito Federal.

Principais resultados – Produto 2

As atividades do Produto 2 no 6º Programa de País foram planejadas a partir de três modos de engajamento principais, que são elencados abaixo em itálico seguidos dos principais resultados alcançados em cada um. Ao final, também apresentamos as principais atividades realizadas para a resposta à pandemia de Covid-19.

Modo de engajamento: *Oferta de advocacy baseada em evidências e aconselhamento político para a inclusão das necessidades de Saúde Sexual e Reprodutiva e direitos de adolescentes e pessoas jovens em programas e políticas públicas, em níveis nacional e subnacional.*

- a. **Mobilização de recursos com o Governo do Distrito Federal** (Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes) para a execução do **projeto Brasília: +Juventude +Direitos**, assinado em 2017. Apesar do sucesso em formalizar a parceria, **o projeto enfrentou desafios administrativos e institucionais para ser implementado**, tendo sido cancelado em 2020;
- b. **Lançamento do Selo Chega Mais, que reconheceu e certificou 19 serviços de qualidade para jovens** na rede de atenção à saúde do Distrito Federal, e **apresentação de experiências premiadas para gestores municipais do Paraná**, o que contou com gestores de um dos serviços premiados no Distrito Federal, o Adolescento, serviço de saúde mental e atenção qualificada e sensível a gênero para adolescentes; e
- c. **Assistência técnica para gestores e provedores de serviços de mais de 2.000 prefeituras municipais através do Programa Conjunto Fundo ODS**, que congrega UNICEF, ONU Mulheres, PNUD, UNFPA e UNESCO, tendo o UNICEF como agência líder. O foco do UNFPA nessa iniciativa é a **atenção às jovens mães** que cuidam – muitas vezes como mães solteiras – das crianças atendidas pelo programa, buscando **fomentar oportunidades de estudo e empregabilidade**. Com a pandemia de Covid-19, o programa teve de ser reformulado e boa parte da assistência técnica aos municípios tem sido feita remotamente através de reuniões virtuais e produção de conteúdos digitais.

Modo de engajamento: *Fortalecimento da capacidade de advocacy das redes de Juventude e de organizações da sociedade civil, em níveis nacional e subnacional, particularmente em direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos, permitindo maior participação em diálogo político.*

- a. Apoio para a **participação de representantes de redes e coletivos de Juventude na Cúpula de Nairóbi** (2019) e reuniões preparatórias, no Fórum de São José e na Conferência Internacional da Juventude de Cairo, Egito;
- b. **Organização da Sala de Situação de Juventude e Sociedade Civil** sobre Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em dezembro de 2019, que contou com a **participação de 10 organizações e redes da sociedade civil**⁷⁶. A Sala de Situação permitiu que os jovens fizessem um **balanço da Cúpula de Nairóbi** (2019) e de suas reuniões preparatórias, assim como resultou no compartilhamento de experiências e do fortalecimento e **expansão de redes de jovens engajados na implementação e monitoramento da Agenda 2030 e da Agenda da CIPD**;
- c. Como um desdobramento da Sala de Situação de Juventude e Sociedade Civil, surgiu o **Observatório da Juventude, composto por 09 jovens**. O Observatório tem o objetivo de **monitorar e mapear os direitos da Juventude e os avanços na área de Saúde Sexual e Reprodutiva**. Com o início da pandemia de Covid-19, as atividades do Observatório passaram ao formato virtual;
- d. **Financiamento de organizações da sociedade civil: apoio à Rede de Juventude Indígena – REJUIND** em 2018 com o objetivo de promover o fortalecimento institucional e o planejamento estratégico das ações de comunicação da rede, o que permitiu criação de site, identidade visual e registro de memória da constituição da rede; **financiamento de três propostas de organizações da Juventude através do edital Nas Trilhas do Cairo**; e
- e. **Criação do projeto Redes&Raízes**, que tem como objetivo **fortalecer as capacidades institucionais e de advocacy de coletivos, organizações e redes da Juventude negra**, buscando ampliar a sua participação no processo de desenvolvimento. O projeto foi iniciado com o apoio a **19 organizações que participaram de 03 oficinas formativas** em novembro de 2020.

Modo de engajamento: *Oferta de advocacy baseada em evidências e assistência técnica para criar e implementar políticas e programas de educação em habilidades para vida, educação em sexualidade abrangente, gravidez adolescente, violência sexual e doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV, e na prevenção e enfrentamento do racismo e outras formas de discriminação.*

- b. **Cerca de 1.000 jovens já receberam aconselhamento, informações sobre prevenção, testagem de HIV e incentivo ao tratamento** através de diversas iniciativas, com destaque para o projeto **#borasaber**, uma parceria com o Ministério da Saúde, prefeituras municipais e ONGs com experiência em testagem por pares e de base comunitária. As ações do projeto foram realizadas nas cidades de Porto Alegre (parceria com a ONG Somos), Boa Vista (parceria com a ONG Viva Mulher Sabendo) e Belém (parceria com a ONG Rede de Apoio e Solidariedade);

⁷⁶ As organizações e redes participantes foram: Fiocruz; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Rede de Juventude Indígena; Coletivo de Transs pra Frente; Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA); Juventude Marista; Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania; Observatório de Saúde da População Negra; Engajamundo; e Movimento Estamos TodEs em Ação. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/unfpa-reune-jovens-em-brasilia-para-construcao-de-estrategias-no-avanco-da-agenda-2030>. Acesso em 22 fev 2021.

- c. No âmbito do projeto *Prevenção e Redução da Gravidez Não Intencional na Adolescência*, a iniciativa **Caravana Tá no Rumo** levou atividades de educação sexual e conscientização sobre direitos e serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva a **3.159 jovens** paranaenses (2.000 em 2019 e 1.159 em 2020, dos quais cerca de 1.800 eram meninas). As atividades foram realizadas em um container adaptado para o projeto (exposição itinerante) que percorreu diversos municípios do Oeste do Paraná;
- d. **O Escritório de País gerou, sistematizou e disseminou evidências sobre Juventude com perspectiva de Direitos Humanos e foco em Saúde Sexual e Reprodutiva.** Como exemplo podemos citar: as publicações *Gravidez na Adolescência no Brasil* (INDICA, UNICEF e UNFPA), *Estratégia Regional para prevenção e dedução da Gravidez não-intencional na Adolescência* (UNFPA), *Fecundidade e maternidade adolescente no Cone Sul* (UNFPA e governos do Cone Sul); o **projeto Agenda Jovem**, que deu suporte para que a **FioCruz** sistematizasse as pesquisas e conteúdos audiovisuais dos últimos anos no tema de Juventude e saúde;
- e. Em uma ação interagencial, **o UNFPA coordenou a Campanha Vidas Negras**, articulada através do Grupo Assessor de Juventude, do qual o UNFPA é a agência-líder. Alinhada ao marco da Década Internacional dos Afrodescendentes, a campanha buscou ampliar, junto à sociedade, gestores públicos, sistema de Justiça, setor privado e movimentos sociais, a **visibilidade do problema da violência contra a Juventude negra no país.** A iniciativa teve apoio de diversas figuras públicas e influenciadores digitais, assim como presença na mídia tradicional e impacto nas redes sociais. Segundo o Relatório Anual de 2017, **o lançamento da campanha atingiu um público de 11,5 milhões de pessoas;** e
- f. **A iniciativa Roda das Juventudes Já! selecionou 30 jovens** de diferentes identidades e regiões para participarem de um espaço virtual no qual buscaram soluções para a violência baseada em gênero. O processo durou quatro semanas e foi guiado por mentores e metodologias específicas. **Deste grupo, 12 jovens e 2 mentores foram selecionados para a etapa regional da iniciativa,** que reunirá jovens de toda a América Latina.

Modo de engajamento: *Ações de resposta à Covid-19.*

- b. O Produto 2 possui uma série de atividades de diálogo direto com os gestores públicos e os sujeitos da Juventude ou de articulação em rede de tais sujeitos em espaços de debate e construção coletiva. Assim, **iniciativas como o Programa Conjunto Fundo ODS, o Observatório da Juventude e o Roda das Juventudes Já! foram adaptadas para o formato virtual;**
- c. A falta de acesso à internet de banda larga ou o limite de dados móveis se mostraram barreiras determinantes para o acesso de jovens às iniciativas da área. Por isso, **o UNFPA disponibilizou pacotes de dados móveis para os participantes do Roda das Juventudes Já!,** permitindo uma participação mais equitativa. Mesmo assim, a participação se mostrou uma barreira para jovens de áreas rurais e isoladas em que a falta de sinal de celular não permitiu o uso do pacote de dados disponibilizado; e
- d. A pandemia de Covid-19 e os problemas sociais dela decorrentes têm afetado a saúde mental dos jovens. Por isso, **o UNFPA contratou um terapeuta com experiência em Juventude para dar suporte psicológico aos participantes da iniciativa Roda das Juventudes Já!**

Principais resultados – Produto 4.1

As atividades do Produto 4.1 no 6º Programa de País foram planejadas a partir de cinco modos de engajamento principais, tal qual apresentado no 6º Programa de País. No entanto, o quarto modo de engajamento apontado para o Produto 4.1 se adapta melhor às atividades desenvolvidas sob o Produto 4.2, por isso, iremos abordá-lo na seção seguinte. Trata-se do seguinte: *Fomento do compartilhamento de conhecimento, sistematização e disseminação de boas práticas e integração de questões populacionais na implementação da agenda nacional de desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Trilateral.*

Já os outros quatro modos estão elencados abaixo em itálico seguidos dos principais resultados alcançados em cada um. Ao final, também apresentamos as principais atividades realizadas para a resposta à pandemia de Covid-19.

Modo de engajamento: *Fortalecimento das capacidades institucionais para produzir, analisar e disseminar dados e informações desagregados sobre a população para a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas, planos e programas, visando enfrentar desafios persistentes e emergentes (particularmente o envelhecimento da população e as desigualdades socioeconômicas), capitalizar oportunidades, acessar e ampliar a escala de intervenções de desenvolvimento sustentável exitosas.*

- a. **Em parceria com o NEPO/UNICAMP o UNFPA promoveu 22 edições de treinamento para gestores públicos, além de uma com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em temas de população e desenvolvimento, alcançando cerca de 700 gestores das regiões Sudeste, Norte e Nordeste.** O curso é uma sensibilização sobre demografia e Dinâmicas Populacionais para gestores de vários níveis que foi desenvolvido por pesquisadores do NEPO/UNICAMP. Os cursos apresentam conceitos básicos de demografia, tendências, políticas sociais e questões específicas dos locais de realização, tendo como objetivo formar multiplicadores e dotar os gestores públicos de ferramentas da área de Dinâmicas Populacionais para o embasamento de políticas públicas, como, por exemplo, ler uma pirâmide demográfica para definir estratégias de vacinação;
- b. Em uma articulação que envolveu o IBGE, a CONAQ e representante de comunidades quilombolas de diferentes estados, o UNFPA contribuiu decisivamente para a **inclusão de quesito étnico-racial para população quilombola no próximo Censo Demográfico** e para o desenvolvimento da metodologia adequada para a inclusão. Um marco deste processo foi a realização do **Seminário de Consulta à População Quilombola para o Censo Demográfico 2020**, em 2018. O desenvolvimento da metodologia incluiu a realização de pré-testes e a participação ativa de representantes da população quilombola. **Além disso, o UNFPA também deu apoio logístico e técnico ao IBGE na realização da consulta livre e esclarecida dos povos tradicionais afetados de acordo com a Convenção nº 169 da OIT.** Ao todo, o Brasil possui 3.467 comunidades remanescentes de quilombo autodeclaradas em 25 dos 27 estados da Federação, sendo que 2.807 dessas já possuem certidão expedida pelo órgão competente pelo seu reconhecimento, a Fundação Cultural Palmares⁷⁷. Mesmo com este número expressivo de comunidades, ainda inexistem dados censitários específicos sobre essas populações. **A inclusão se concretizará no próximo Censo, a ser realizado em 2021, e**

⁷⁷ Disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-05-02-2021.pdf>. Acesso em 25 fev 2021.

representa um potencial inédito de geração e cruzamento de dados para esta população, que é estratégica para a garantia de que *ninguém será deixado para trás*;

- c. **O UNFPA contribuiu para o fortalecimento de capacidades do IBGE**, sobretudo em cenário de crise econômica em que o Instituto tem sofrido restrições orçamentárias. Uma das principais ações foi a **contratação de seis consultores/as para o apoio à Diretoria de Pesquisa do IBGE** e à coordenação do próximo Censo Demográfico. Além disso, o UNFPA realizou junto ao IBGE o **Seminário Internacional de Observadores do Censo Demográfico 2020** (2019) e o **Workshop Sobre Uso de Estimativas Populacionais para o Censo 2021** (2020) para técnicos do Instituto. Finalmente, o UNFPA tem dado apoio ao IBGE para o desenvolvimento e uso de metodologias georreferenciadas para a estimativa populacional no processo de planejamento, monitoramento e avaliação do censo;
- d. **Através da parceria com a ENAP**, o UNFPA trabalhou para fortalecer a capacidade do Governo Federal para a produção e uso de evidências demográficas. Em 2017, a ENAP e o UNFPA organizaram o **curso População, Cidades e Políticas Sociais para técnicos e gestores sobre conceitos e tendências de Dinâmicas Populacionais e a análise de indicadores sociais** para a formulação de políticas públicas. Outra ação foi a **criação da INFOGOV⁷⁸, uma plataforma virtual contendo informações estratégicas para o desenvolvimento de políticas públicas** em formato amigável; e
- e. **A equipe do Escritório de País desenvolveu o *Humanitarian Information System on Specific Protection Needs - HumanIS***, uma ferramenta para a coleta, análise e sistematização em painéis de dados das necessidades e atendimentos da assistência humanitária. Trata-se de uma plataforma colaborativa que está sendo usada pela equipe em campo para **monitorar as necessidades de Saúde Sexual e Reprodutiva no contexto da assistência humanitária** ao fluxo misto de migrantes e refugiados da Venezuela, bem como para **reportar os números de atendimentos e resultados de modo mais preciso**.

Modo de engajamento: *Promoção de um melhor entendimento das ligações entre população e desenvolvimento sustentável, utilizando abordagens demográficas e de dividendo de gênero como importantes ferramentas para relações sociais inclusivas e desenvolvimento sustentável igualitário.*

- a. **Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA**, o UNFPA desenvolveu importantes ações para conectar as agendas de Dinâmicas Populacionais e desenvolvimento sustentável, o que resultou em uma **série de cinco estudos com evidências, mapas e análises para o embasamento de políticas públicas na área de meio ambiente e cidades**. Além disso, o UNFPA deu **apoio ao MMA para a implementação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente**. Por uma decisão do novo Governo Federal, no entanto, os estudos não foram publicados e a parceria com o UNFPA foi encerrada;
- b. Apoio para a realização do **Seminário Diálogos Estratégicos sobre Mudança do Clima, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Humano**, realizado em 2018 pelo Sistema ONU no Brasil com o objetivo de **discutir a promoção de políticas para diminuir os efeitos adversos da mudança do clima**, com base Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e
- c. Também no âmbito da parceria com a ENAP, o UNFPA apoiou no **desenvolvimento da plataforma Desafios ENAP⁷⁹**, uma ferramenta aberta que utiliza disputas e prêmios para **convidar a sociedade a pensar e propor soluções inovadoras para problemas públicos**. A

⁷⁸ Disponível em <http://infogov.enap.gov.br/>. Acesso em 25 fev 2021.

⁷⁹ Disponível em <https://desafios.enap.gov.br/>. Acesso em 25 fev 2021.

iniciativa se desdobrou na organização da **Semana de Inovação do Setor Público, na qual o UNFPA apresentou dois painéis**, um sobre novas tendências populacionais e outro sobre o uso de formas inovadoras e divertidas de comunicar dados e evidências.

Modo de engajamento: *Disseminação de dados para aumentar o conhecimento social sobre direitos de adolescentes, jovens, mulheres, afrodescendentes, indígenas, idosos, lésbicas, gays, bissexuais e comunidades transgênero, pessoas vivendo com HIV/Aids, e migrantes.*

- a. **O UNFPA promoveu diversas atividades pontuais e campanhas de comunicação com foco na disseminação amigável e comunicação acessível de dados já existentes ou produzidos ad hoc.** O Escritório de País contratou um cientista de dados para atender a demanda interna e externa por dados robustos e acessíveis. Nesse sentido, a área de Dinâmicas Populacionais está trabalhando na **produção de painéis e outras formas de divulgação amigável** das bases de dados do UNFPA e de parceiros estratégicos, como o IBGE e o Ministério da Saúde (DATA SUS);
- b. Além dos seminários e workshops já citados nesta seção, o UNFPA promoveu uma série de atividades de formação e apoiou a publicação de estudos no âmbito do Produto 4.1, tais quais:
 - **Seminário Demografia Econômica e Envelhecimento Populacional no Brasil** (2017), em parceria com o então Ministério do Planejamento e Gestão;
 - **Seminário Migrações Internacionais e Cidades** (2017), em parceria com a ENAP; a publicação do **Atlas Temático Migrações Internacionais** (2018), em parceria com o Observatório das Migrações de São Paulo (UNICAMP);
 - Publicação da coletânea de artigos **Migrações Venezuelanas** (2018), em parceria com o NEPO/UNICAMP;
 - Publicação do **Atlas Temático: Migrações Internacionais na Região Nordeste** (2019), em parceria com o Observatório das Migrações em São Paulo (UNICAMP), Observatório das Migrações no Estado do Ceará (URCA) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); e
 - Publicação da coletânea de artigos **Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid 19** (2020), em parceria com o NEPO/UNICAMP.
- c. **Apoio à realização das reuniões bianuais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**, eventos importantes para a disseminação de dados e intercâmbios de experiências na área de Dinâmicas Populacionais; e
- d. **O Escritório de País produziu um estudo inédito com estimativas da mortalidade materna indígena no Brasil** e a sua distribuição pelo território nacional. O estudo visa preencher uma lacuna nos dados públicos, já que eles não trazem estimativas da Razão de Mortalidade Materna dos povos indígenas, que representam uma população vulnerável e estratégica para o mandato do UNFPA no país.

Modo de engajamento: *Fortalecimento das capacidades de organizações da sociedade civil para acessar e usar advocacy baseada em evidências e diálogo político sobre direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva, Juventude e violência baseada em gênero.*

- a. **O UNFPA financiou a Rede Brasileira de População e Desenvolvimento – REBRAPD**, contribuindo o **fortalecimento institucional da Rede** e apoiando a **realização de 15 eventos para coletar insumos da sociedade civil para a participação na Cúpula de Nairóbi** (2019). Os eventos foram parte da Plataforma Cairo+25 Brasil e aconteceram em 10 cidades de todas as regiões do país;

- b. O UNFPA contribuiu para o **fortalecimento institucional da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ**, sobretudo no processo de inclusão de quesito étnico-racial para população quilombola no próximo Censo Demográfico. Nesse sentido, o UNFPA financiou a logística e deu apoio técnico à participação de representantes quilombolas nas reuniões e pré-testes do Censo; realizou duas atividades com lideranças quilombolas para discutir o andamento do processo; e apoiou a realização da consulta livre e esclarecida com base na Convenção nº 169 da OIT;
- c. Financiamento de **duas propostas** ligadas à agenda de Dinâmicas Populacionais no **edital Nas Trilhas do Cairo**.

Modo de engajamento: *Ações de resposta à Covid-19.*

- a. Através de uma **parceria com a ABEP**, o UNFPA criou a **série de webnários População e Desenvolvimento em Debate**. Foram **25 edições** em que representantes de governo, da academia, do Sistema ONU e da sociedade civil **discutiram temas da agenda de população e desenvolvimento no contexto da pandemia de Covid-19**. Algumas edições foram focadas em grupos em situação de vulnerabilidade, como indígenas, mulheres e meninas, população negra, migrantes e refugiados, LGBTQI e idosos. Os *webnários* foram transmitidos pelo YouTube e atingiram um público amplo de vários estados e países. Até o dia 26/02/2021, o canal do YouTube do UNFPA contava com uma soma de **24.785 visualizações** dos 25 vídeos disponíveis, ou seja, uma média de praticamente **1.000 visualizações por edição**. A parceria com a ABEP também resultou em **artigos e pesquisas sobre o impacto da pandemia de Covid-19 na agenda de população e desenvolvimento**, o que resultará em uma publicação;
- b. O UNFPA deu **apoio para que comunidades quilombolas e grupos de migrantes e refugiados produzissem máscaras de proteção individual**, alcançando a produção de **mais de 30 mil itens**. Além disso, o UNFPA financiou **ações de prevenção e resposta à Covid-19 da associação representativa do povo indígena Fulni-ô**, de Pernambuco;
- c. O Escritório de País deu apoio ao NEPO/UNICAMP para o **treinamento de 30 pessoas para a produção e distribuição de refeições à pessoas vulneráveis**. Ao longo de três meses, o projeto distribuiu 78 mil refeições em São Paulo; e
- d. No âmbito da parceria com o IBGE, o UNFPA forneceu **apoio para adaptação do Censo 2020(21) para o contexto pandêmico**, como a identificação de oportunidades de aperfeiçoamento para a execução do censo e o **desenvolvimento de protocolos para o recenseamento de comunidades quilombolas e indígenas**.

Principais resultados – Produto 4.2

As atividades do Produto 4.2 no 6º Programa de País foram planejadas a partir de dois modos de engajamento principais, que são elencados abaixo em itálico seguidos dos principais resultados alcançados em cada um. Para o Produto 4.2 não há atividades realizadas para a resposta à pandemia de Covid-19.

Modo de engajamento: *Contribuir para o avanço dos princípios de solidariedade, cooperação entre as nações e promoção dos direitos humanos através da sistematização, disseminação e implementação da capacidade técnica e conhecimentos do Brasil, contribuindo para o posicionamento do País como um centro de excelência no avanço da CIPD e em desenvolvimento sustentável e populacional.*

- a. Ainda em 2017, deu-se o **último ano de execução do projeto Brazil & Africa: Fighting Poverty and Empowering Women via South-South Cooperation**, executado em **parceria**

com a ONU Mulheres e com foco na capacitação técnica do Governo de Moçambique no desenho de políticas públicas para o empoderamento das mulheres, resposta à violência baseada em gênero e o combate à pobreza. O último ano do projeto teve como foco a análise dos seus resultados e a sistematização e divulgação de boas práticas. Neste contexto, em maio de 2017 foi realizado um seminário em Maputo, Moçambique, em que representantes dos governos de Brasil e Moçambique discutiram possibilidades para aprofundar a cooperação bilateral. **O projeto, no entanto, não se desdobrou em oportunidades concretas nos anos subsequentes e careceu de uma estratégia mais eficaz de sustentabilidade e engajamento dos parceiros;**

- b. O principal destaque do Produto 4.2 é o **projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África, que em 2019 foi reconhecido como um dos cinco melhores projetos de Cooperação Sul-Sul do UNFPA em nível global**⁸⁰. O projeto surgiu de uma demanda recorrente ao IBGE, que depois do Censo de 2010 recebeu muitos **pedidos de cooperação técnica e empréstimo de equipamentos do censo eletrônico**. Em resposta aos desafios logísticos e à limitação de recursos para atender ao volume de demandas, o projeto fez a escolha de **treinar dois países africanos para que eles servissem como centros de referência para multiplicar a expertise adquirida para as suas regiões**. Os dois países africanos cooperantes foram **Cabo Verde e Senegal**, cujas equipes técnicas dos institutos nacionais de demografia⁸¹ receberam, cada qual, um **treinamento de duas semanas com representantes do IBGE, da ABC e do UNFPA**. Nos treinamentos, o IBGE apresentou a experiência brasileira e as possibilidades de replicação dessa expertise em outros países, ao passo que a ABC e o UNFPA deram suporte logístico e foram responsáveis pelo módulo de Cooperação Sul-Sul e Trilateral. Além disso, **foi estabelecido um Comitê Gestor responsável por elaborar um plano para a identificação de oportunidades e a execução de iniciativas de replicação da expertise para outros países africanos**. Em 2020, a ABC aprovou a realização da segunda fase do projeto, que deverá incorporar a cooperação com o Egito e São Tomé e Príncipe;
- c. **O UNFPA assinou um Memorando de Entendimento com a Fiocruz em 2019**⁸². Essa parceria ainda está no começo e o andamento do processo foi bastante afetado pela pandemia de Covid-19, já que, além do cenário de isolamento social, a Fiocruz é uma das principais instituições envolvidas na resposta à crise sanitária no país. **Tal parceria compreende uma aliança estratégica em nível global e a conceptualização do ICPD Reference Center for Sexual and Reproductive Health and Rights**, através do qual a FioCruz irá atuar como um centro de referência para a educação e treinamento de profissionais de órgãos nacionais de saúde pública, com foco prioritário na prevenção à mortalidade materna através da Cooperação Sul-Sul e Trilateral com países africanos de língua portuguesa. **Em 2020, o UNFPA avançou no diálogo com o Governo de Angola para a elaboração de um projeto em parceria com a Fiocruz para a abordagem da mortalidade materna no país; e**
- d. **Novas oportunidades de Cooperação Sul-Sul e Trilateral têm sido negociadas, como uma parceria com a Johnson&Johnson e a Fiocruz** para a cooperação entre Brasil e México na capacitação de profissionais obstétricos e oportunidades de **cooperação técnica do Ministério da Saúde do Brasil com países da América Latina nas áreas de prevenção e**

⁸⁰ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/23516-un-agency-recognizes-project-on-electronic-census-data-collection-in-africa>. Acesso em 02 fev 2021.

⁸¹ Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde – INECV e Agence Nationale de Statistique et de la Démographie – ANSD (Senegal).

⁸² Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-população-da-onu-assina-acordo-de-cooperação-com-fiocruz-em-nova-york>. Acesso em 02 fev 2021.

tratamento de câncer e radioterapia. No entanto, até o fechamento deste Relatório Final não há resultados substanciais para reportar para essas novas iniciativas.

Modo de engajamento: *Fomento do compartilhamento de conhecimento, sistematização e disseminação de boas práticas e integração de questões populacionais na implementação da agenda nacional de desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Trilateral.*

- a. **O Escritório de País focou na realização de seminários, reuniões multilaterais e na apresentação de experiências em seminários e conferências** organizadas por outras instituições. Nessas oportunidades, as boas práticas identificadas durante a execução dos projetos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral no Brasil foram apresentadas, ao mesmo tempo em que as instituições cooperantes e novos e potenciais parceiros tiveram a oportunidade de dialogar entre si. Dentre elas, vale destacar:
 - **Participação na Inter-institutional Conference on South-South and Triangular Cooperation** (2018, Bali, Indonésia);
 - **Organização do evento International Census Technical Exchange** (Rio de Janeiro, Brasil, 2019)⁸³, em parceria com a ABC e o IBGE; e
 - **Participação no 8th African Population Conference**, onde o UNFPA apresentou a parceria com o IBGE e diálogos foram estabelecidos com representantes de Egito, Costa do Marfim e Moçambique; e
- b. O Escritório de País investiu pouco na sistematização de boas práticas em publicações, fossem físicas ou virtuais, com duas notáveis exceções: **a criação da plataforma virtual e-census.africa**⁸⁴, que centraliza informações de todos os países participantes no projeto **Centros de Referência em Censos** e possibilita o contato com as instituições cooperantes; e **a publicação South-South and Triangular Cooperation in Action Sexual and Reproductive Health**⁸⁵, material de alcance global do UNFPA que sistematizou informações dos projetos Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África e Promoting Gender Equality and Empowerment of Women - Brazil and Mozambique. Em ambos os casos, contudo, **o volume de informações disponíveis é pequeno e insuficiente para uma replicação das ferramentas desenvolvidas** nestes projetos em outros contextos.

⁸³ Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/evento-sobre-censo-2020-promove-troca-de-conhecimento-com-diversos-pa%C3%ADses>. Acesso em 02 fev 2021.

⁸⁴ Disponível em <http://www.e-census.africa/accueil.php?lang=pt>. Acesso em 02 fev 2021.

⁸⁵ Disponível em <https://www.unfpa.org/publications/south-south-and-triangular-cooperation-action>. Acesso em 02 fev 2021.

Anexo 8. Conclusões completas

Nível estratégico

Conclusão #1

A operação do UNFPA no Brasil entre 2017 e 2021 se deu em cenários econômico, político e social em intensa transformação, o que colocou desafios adicionais ao Escritório de País e exigiu adaptações nas áreas programáticas, no modelo de negócios, na estrutura de recursos humanos e na gestão de parcerias. Ainda assim, o Fundo logrou avanços relevantes no advocacy baseado em evidências e no aconselhamento para a formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero, raça e etnia. Cabe destaque para os resultados na promoção e acesso a métodos contraceptivos modernos, acesso de adolescentes e jovens a espaços de participação e serviços de saúde, testagem e tratamento de HIV/Aids e ferramentas demográficas. Como estratégias, destacam-se o preenchimento de lacunas nos dados oficiais, o enfrentamento a vazios assistenciais de insumos e atenção à saúde sexual e reprodutiva e o fortalecimento institucional e capacitação técnica de gestores, provedores de serviços e sujeitos de direitos

Origem: Questão 3

Critério: Eficácia

Recomendações associadas: #9, #14, #15 e #16

Racionalidade: A avaliação encontrou evidências de que produtos alcançados ao longo do 6º Programa de País contribuem para o nível dos resultados, como exposto: no **Resultado 1**, o aumento do acesso ao DIU e outros métodos contraceptivos, os projetos que buscam superar barreiras de acesso a serviços – como o Saúde das Manas –, as ações de *advocacy* e capacitação técnica – como as parcerias com o Sesc, o Governo do Estado da Bahia e a Itaipu Binacional -, a relação estreita com o Ministério da Saúde e as muitas publicações e eventos que geraram evidências no tema de Saúde Sexual e Reprodutiva mostram que o UNFPA logrou aumentar a disponibilidade e uso de serviços de SSR integrados como planejamento familiar, saúde materna e HIV, abordando as inequidades de acesso; no **Resultado 2**, iniciativas como o Selo Chega Mais, o projeto em parceria com a Itaipu Binacional, o projeto *#borasaber*, o apoio à Juventude indígena e a criação de espaços de participação política e capacitação de jovens demonstram que houve aumento da prioridade para adolescentes, especialmente meninas adolescentes muito jovens, nas políticas e programas de desenvolvimento nacional, particularmente o aumento na disponibilidade de educação integral para a sexualidade e SSR; o **Resultado 4**, a inclusão de quesito étnico-racial para população quilombola no próximo Censo Demográfico, o apoio técnico e institucional ao IBGE e à ENAP, os cursos para gestores públicos, os projetos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral executados e as publicações e seminários realizados através de parcerias diversas efetivamente contribuíram para que políticas nacionais e agendas de desenvolvimento internacionais fossem fortalecidas através da integração de análises baseadas em evidências sobre Dinâmicas Populacionais e as suas ligações com o desenvolvimento sustentável, Saúde Sexual e Reprodutiva e direitos reprodutivos, HIV e igualdade de gênero. Tais exemplos, longe de representarem a totalidade dos produtos gerados pelo 6º Programa de País, nos ajudam a visualizar o nexo causal entre o nível dos produtos e o dos resultados. Quanto a esta questão, a Equipe de Avaliação encontrou fortes indícios de que o Escritório de País tem obtido sucesso na contribuição para os resultados do UNFPA em nível global.

Conclusão #2

O 6º Programa de País foi planejado em forte alinhamento com os marcos normativos internacionais – sobretudo com o Plano Estratégico Global 2014-2017 do UNFPA, a Agenda da CIPD e a Agenda 2030 – e com as prioridades nacionais – com centralidade do Plano Plurianual 2016-2019. Ao longo de sua execução, o Escritório de País realinhou com sucesso o 6º Programa de País com o Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA e fez esforços em absorver as mudanças e temas emergentes trazidos pela Conferência de Nairóbi (2019) e pelo Plano Plurianual 2020-2023

Origem: Questão 1

Critério: Relevância

Recomendação associada: #4

Racionalidade: O 6º Programa de País foi elaborado em alinhamento tanto com os principais marcos normativos internacionais do UNFPA, como em relação à prioridades nacionais e ao PPA 2016-2019. No âmbito internacional, a Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e a Agenda 2030 são estruturantes do plano, o que se complementa pela importância de marcos específicos da América Latina – como o Consenso de Montevidéu – ou relevantes para segmentos populacionais brasileiros – como a Convenção nº 169 da OIT. Já o alinhamento com as prioridades nacionais é centralizado pelo Plano Plurianual, que é também a base para o Marco de Parceria do Sistema ONU no país. A mudança de abordagem do PPA 2020-2023, que levou o planejamento governamental de uma visão focada na diversidade e nos direitos humanos para um plano com foco na família e na primeira infância, tem exigido um realinhamento das áreas programáticas, a busca por agendas convergentes com parceiros tradicionais e a aproximação com setores governamentais de perfil técnico. Tal cenário terá provável impacto no próximo ciclo programático, que será planejado ainda em 2021. Para o próximo ciclo, a Conferência de Nairóbi (2019) também será uma nova e fundamental referência, já que a Declaração de Nairóbi propõe um enfrentamento mais robusto da violência sexual e baseada em gênero e das barreiras de acesso à saúde sexual e reprodutiva, o que se traduz na proposição de três zeros: zero necessidade de planejamento familiar não atendida; zero mortalidade materna; zero violência sexual e baseada em gênero e práticas nocivas.

Conclusão #3

O Escritório de País segue a Teoria da Mudança do Plano Estratégico Global 2018-2021 do UNFPA e, ainda que não tenha criado uma Teoria da Mudança específica para o 6º Programa de País, desenvolveu uma análise sofisticada e baseada em evidências das inequidades estruturantes da sociedade brasileira. Assim, o 6º Programa de País obteve sucesso em desenvolver estratégias para não deixar ninguém para trás e alcançar primeiro os mais desfavorecidos, atuando em consonância com a Agenda 2030 e abordando os aspectos multidimensionais das barreiras de acesso a serviços e direitos por diferentes segmentos da população brasileira, com exceção da população idosa, sobretudo ao considerarmos a tendência demográfica de envelhecimento no país. As estratégias combinaram a capacitação de atores governamentais para o cumprimento de seus deveres e o fortalecimento de redes e organizações da sociedade civil para a demanda de seus direitos

Origem: Questões 1, 2, 3 e 8

Crítérios: Relevância; Eficácia; e Sustentabilidade

Recomendações associadas: #5 e #6

Racionalidade: O Programa de País foi formulado com uma abordagem baseada em direitos humanos e com foco no diagnóstico e enfrentamento de inequidades estruturais da população brasileira. Nesse sentido, os recortes de gênero, raça e etnia são transversais a todos os produtos do 6º Programa de

País, enquanto o recorte de Juventude representa tanto um produto específico, como um recorte transversal. Para além desses recortes macro, o 6º Programa de País ofereceu ferramentas para que as ações alcançassem os grupos populacionais que vivenciam vulnerabilidades multidimensionais ou que enfrentam barreiras mais graves para o acesso a serviços e direitos. A estratégia do Escritório de País para que *ninguém seja deixado para trás* consistiu em aproveitar duas janelas de oportunidade: por um lado, identificar demandas específicas dessas populações e preencher lacunas nos dados oficiais; por outro, dar visibilidade aos próprios grupos vulneráveis e promover a divulgação ampla e amigável de dados já existentes. Com o sucesso desta estratégia, o UNFPA foi capaz de identificar parte dos grupos populacionais que *estão sendo deixados para trás*, para, a partir daí, compreender o como e o por quê da exclusão e, assim, planejar e executar atividades para *alcançar primeiro os mais desfavorecidos*. Para tanto, o UNFPA concentrou seus recursos humanos e financeiros nos grupos populacionais com maior nível de vulnerabilidade ou maior barreira de acesso a direitos e serviços. O Escritório de País buscou promover o fortalecimento das capacidades institucionais e técnicas dos portadores de dever para que eles fornecessem serviços de qualidade e com abordagem de gênero, raça e direitos humanos. Quanto ao recorte de idade, o UNFPA obteve sucesso em abordar o segmento populacional da Juventude, porém pouco trabalhou com o recorte populacional dos idosos em suas publicações, treinamentos ou atividades de capacitação. Ao mesmo tempo, o UNFPA trabalhou pelo fortalecimento da capacidade de *advocacy* de coletivos, redes e organizações de detentores de direitos, de modo que as populações vulneráveis adquiram melhores condições e ferramentas para buscar a garantia de seus direitos. O modelo de negócios global do UNFPA indica que os contextos do quadrante rosa – no qual está inserido o Brasil - devem se concentrar no desenvolvimento de capacidades e na criação de um ambiente favorável por meio de diagnósticos e análises de capacidade setorial e multisetorial para identificar os principais desafios sistêmicos e fornecer soluções para a realização e preservação dos ganhos de desenvolvimento. Apesar dos avanços na identificação e abordagem dos grupos populacionais que *estão sendo deixados para trás*, ainda há uma série de desafios para a transversalização da estratégia, sobretudo se levarmos em conta os retrocessos de financiamento e escopo sofridos pelas políticas sociais no Brasil nos últimos anos e o impacto diferenciado da pandemia de Covid-19 entre os mais vulneráveis. Mesmo assim, o 6º Programa de País mostrou-se resiliente às mudanças de contexto, sobretudo por uma análise dos problemas - aos quais busca oferecer soluções de longo prazo - feita com base em evidências e em diálogo com as principais contrapartes nacionais. Dessa forma, a partir de uma análise da Teoria da Mudança é possível interpretar positivamente os esforços feitos pelo Escritório de País para fornecer dados e construir evidências nas áreas de seu mandato, bem como para executar atividades de *advocacy* ou mobilização de recursos para fortalecer a oferta de serviços.

Conclusão #4

O 6º Programa de País teve como estratégias pilares o fortalecimento de capacidades nacionais e de um ambiente propício aos avanços nos temas de mandato do UNFPA. Para tanto, o Escritório de País promoveu o advocacy baseado em evidências, o treinamento de gestores e provedores de serviço e a assistência técnica para a formulação de políticas públicas com enfoque de gênero, raça, etnia, idade e direitos humanos. O sucesso dessas iniciativas se baseou na expertise acumulada pela equipe, na participação de grupos vulneráveis em espaços de tomada de decisão e no uso de evidências robustas, muitas vezes produzidas ad hoc pelo UNFPA ou com o seu apoio

Origem: Questões 2, 3 e 7

Crítérios: Relevância; Eficácia; Sustentabilidade

Recomendações associadas: #9 e #10

Racionalidade: Os parceiros entrevistados avaliaram muito bem, em geral, a qualidade do diálogo que tiveram com o UNFPA nos últimos quatro anos. O *advocacy* baseado em evidências junto a organismos governamentais e entidades do setor privado é uma das ferramentas que o Escritório de País tem usado para lograr a construção de capacidades nacionais e de um ambiente propício aos avanços nos temas de mandato do UNFPA. Outra é o treinamento de gestores e provedores de serviço em temas do mandato do UNFPA,

buscando incorporar as perspectivas de direitos humanos e desenvolvimento sustentável às políticas públicas. Além disso, o UNFPA forneceu subsídios para informar ações e políticas de governos e entidades privadas, trazendo visibilidade para temas de seu mandato e fornecendo ferramentas e evidências para o desenho de intervenções baseadas em gênero, raça, etnia e idade. Finalmente, o 6º Programa de País foi planejado e tem sido executado a partir do uso de evidências provenientes tanto de instituições e estudos oficiais, como de estudos *ad hoc* produzidos pelo UNFPA para preencher lacunas nos dados oficiais ou produzir evidências necessárias para uma intervenção específica. Tais evidências cumprem um papel fundamental na identificação das necessidades das populações vulneráveis e marginalizadas e são complementadas por ações de comunicação institucional, pelo diálogo constante com lideranças e representantes de governos e da sociedade civil e, por fim, pela criação *ad hoc* de estruturas de governança e participação, como salas de situação e alianças multissetoriais.

Conclusão #5

As parcerias, iniciativas multissetoriais e espaços de governança criados pelo UNFPA contribuíram para um posicionamento estratégico da Agenda CIPD, para a conscientização social nos temas de seu mandato e para a criação de sinergia entre atores que têm o UNFPA como ponto de conexão. Para tanto, também foi relevante a expansão territorial do Escritório de País, que alocou equipes nas cinco regiões do Brasil, aproximando-se de atores locais de governos e da sociedade civil. A gestão de parcerias estratégicas foi imprescindível para que o Escritório de País fosse capaz de aumentar consideravelmente o volume de recursos não core, assim como para expandir a sua base de parceiros cofinanciadores, o que se deu, em grande parte, pela capacidade de criar alianças multissetoriais, novas formas de coalização e canais de diálogo com parceiros não tradicionais. No entanto, a mobilização de recursos encontrou desafios e, ainda, barreiras para se traduzir em execução dos projetos e, no âmbito das parcerias, a estratégia de gestão de riscos teve êxito limitado

Origem: Questões 1, 3, 4, 5, 6, 8, 10 e 11

Crítérios: Relevância; Eficácia; Eficiência; Sustentabilidade; Cobertura; e Conectividade

Recomendação associada: #2

Racionalidade: As contrapartes do 6º Programa de País excederam em muito as parcerias formais e os projetos em que efetivamente havia transferências de recursos entre as partes. A soma de uma boa reputação com o investimento na construção de canais de diálogo com atores diversos resultaram em um considerável poder de convocação. Por sua vez, este poder foi utilizado estrategicamente para a criação de redes heterogêneas, campanhas e alianças multissetoriais com o objetivo de ampliar a visibilidade e os avanços nos temas de mandato do 6º Programa de País. Exemplos como os da Aliança e o do Conselho Consultivo nos mostram que o UNFPA possui um poder de convocação que compreende um conjunto muito amplo de atores governamentais, internacionais, do setor privado, da sociedade civil e da academia. No contexto do 6º Programa de País, o UNFPA tem logrado formar redes heterogêneas e inovadoras que congregam indivíduos e sujeitos coletivos que, muitas vezes, não dialogariam na mesma mesa não fosse a conexão possibilitada pelo Fundo. A formação e manutenção de tais redes, porém, demanda o investimento de tempo e recursos humanos do UNFPA e dos seus parceiros e cria expectativas nos seus participantes que precisam ser administradas ao longo do tempo. Além disso, durante a execução do 6º Programa de País, a crescente presença do UNFPA no território brasileiro foi estratégica para formalizar parcerias com governos e organizações locais, aproveitar oportunidades, chegar a populações vulneráveis e garantir serviços de VBG e SSR para a população migrante e refugiada. Para tanto, foi essencial a alocação de equipes locais em Salvador, Boa Vista, Foz do Iguaçu e Manaus, bem como o crescimento do apoio à sociedade civil organizada em número de organizações beneficiadas por *grants*, unidades da federação e áreas de atuação. Com isso, o UNFPA esteve mais próximo das regiões e grupos populacionais prioritários para a execução do 6º Programa de País e foi capaz de promover articulações, redes e espaços de governança com parceiros locais, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Além disso, a aproximação com governos estaduais e prefeituras representa uma janela de oportunidade para o Escritório de País, tanto para a mobilização de recursos, como para o posicionamento estratégico da Agenda CIPD no país e o aumento de

escala e capilarização das atividades pelo território nacional. Nesse sentido, o Escritório de País foi capaz de aumentar consideravelmente a sua base de mobilização de recursos não *core*, tanto em termos de volume de recursos, como de número e tipo de parceiros cofinanciadores. O sucesso da estratégia de mobilização de recursos financeiros, contudo, consumiu muitos recursos humanos e vários acordos esbarraram em problemas administrativos e políticos, o que gerou sérios atrasos e cancelamentos nas transferências e execução de recursos. Exemplos como os dos acordos com o Ministério da Saúde nas áreas de assistência farmacêutica e contracepção ou com o Governo do Distrito Federal na área de Juventude, mostram a capacidade do Escritório de País em mobilizar recursos vultosos junto a parceiros governamentais - que reconhecem a importância da expertise do UNFPA para a parceria. Entretanto, o cancelamento de tais acordos antes de ou durante a sua execução mostram que o UNFPA tem falhado com frequência na gestão de riscos contextuais, levando a que grandes esforços de mobilização de recursos não se traduzam na execução de projetos e, conseqüentemente, em resultados. Por outro lado, embora a busca de novos parceiros cofinanciadores tenha se mostrado exitosa, há uma tendência de que governos estaduais e empresas privadas disponibilizem um volume menor de recursos, o que exige um maior investimento de recursos humanos do Escritório de País e pode levar à pulverização de pequenas iniciativas.

Conclusão #6

A estratégia de utilizar recursos semente para deflagrar o investimento de recursos dos parceiros se mostrou exitosa para o modelo de negócios do UNFPA no Brasil, país classificado no quadrante rosa de acordo com o Plano Estratégico Global 2018-2021 do Fundo. Com essa estratégia, limitados recursos financeiros investidos pelo Escritório de País foram capazes de gerar escala em algumas intervenções e levaram a que parceiros não apenas disponibilizassem recursos financeiros, mas também outros ativos, como recursos humanos, técnicos, insumos e espaços midiáticos. No entanto, o Escritório de País não desenvolveu uma estratégia de sistematização de boas práticas e escalonamento de iniciativas piloto condizente com o investimento de recursos semente

Origem: Questões 4, 5 e 7

Crítérios: Eficácia; Eficiência; e Sustentabilidade

Recomendação associada: #7

Racionalidade: O desenho do 6º Programa de País atende à orientação para países classificados no quadrante rosa, que é investir recursos estratégicos que possibilitem uma posterior atuação *upstream*. O investimento de tais recursos, portanto, deve resultar na mobilização de recursos cofinanciados que, por sua vez, possibilitem maior escala do trabalho de desenvolvimento de capacidades e assistência técnica, além do *advocacy* nas áreas de mandato do UNFPA. Tal estratégia foi fundamental para acomodar o Escritório de País aos cortes de recursos *core* sentidos logo no primeiro ano do 6º Programa de País, permitindo que neste cenário adverso a operação do Fundo no Brasil crescesse através da mobilização de recursos cofinanciados, muitos deles deflagrados pelos *recursos semente*. A deflagração de recursos financeiros, no entanto, é apenas um dos potenciais efeitos do uso de *fundos semente*. A execução do 6º Programa de País nos mostrou que os *recursos semente* foram capazes de deflagrar uma série de outros recursos não contábeis, porém que contribuíram para o aumento de escala dos resultados e atingem somas consideráveis quando monetizados. Um exemplo é como o trabalho da área de comunicação resultou na oferta gratuita de espaços de publicidade em jornais e canais de televisão; outro exemplo é dado pela verificação de que o investimento do UNFPA no fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil aumentou a escala dos resultados dos projetos, já que os modestos recursos aportados ativaram os recursos técnicos e humanos abundantes nessas organizações. Apesar das iniciativas piloto ou demonstrativas estarem presentes nos relatos da equipe do UNFPA, essas experiências foram escassamente documentadas, constituindo uma abordagem de estudos de caso. Há a necessidade de aproveitar essa experiência por razões de responsabilidade e aprendizagem organizacional. Assim, os investimentos em projetos piloto precisam produzir resultados que vão além de uma pequena intervenção.

Conclusão #7

A remodelação do Escritório de País teve êxito em adaptá-lo para uma nova lógica de financiamento e a migração para contratos LICA permitiu o aumento da equipe com maior garantia de benefícios. Mesmo assim, a rotatividade da equipe e o consequente alto investimento na curva de aprendizagem de novos contratados continuam a ser problemas relevantes de recursos humanos. Por outro lado, a diversidade de gênero, raça e etnia do Escritório de País foi reconhecida por parceiros e pela própria equipe como um valor agregado do UNFPA, contribuindo para que parceiros governamentais e do setor privado enxergassem aí uma vantagem comparativa do Fundo, para que parceiros da sociedade civil se reconhecessem nessa diversidade e para que a equipe do UNFPA considerasse o ambiente institucional com mais potencial e mais acolhedor

Origem: Questão 4, 5 e 6

Critério: Eficácia; e Eficiência

Recomendação associada: #8

Racionalidade: A migração da maior parte da equipe para contratos LICA permitiu um aumento substantivo dos recursos humanos, que passaram de menos de 10 pessoas no ápice do processo de remodelamento do Escritório de País para quase 70 pessoas na Fase de Campo desta Avaliação. Os contratos LICA são relativamente baratos para o UNFPA, garantem mais direitos que boa parte dos contratos até então utilizados e permitem a contratação de uma equipe maior, o que resolveu muitos problemas de gestão de recursos humanos do Escritórios de País. No entanto, se comparados aos contratos FTA, os contratos LICA são menos atrativos para uma permanência de longo prazo dos profissionais, contribuindo para a rotatividade da equipe que, por sua vez, é reforçada pela instabilidade de recursos de algumas áreas, sobretudo na assistência humanitária. Este cenário cria desafios para a manutenção da memória institucional, ao mesmo tempo em que exige maiores investimentos na curva de aprendizagem da equipe. Ademais, a instabilidade das equipes limita a capacidade de planejar atividades a médio e longo prazo, assim como contribui para o estresse dos profissionais. Por outro lado, ao longo do 6º Programa de País o UNFPA avançou no sentido de constituir uma equipe diversa em termos de gênero, raça e etnia. Dentre os principais fatores que contribuíram para tal diversidade estão o Programa de Estágio Afirmativo e a realização de processos seletivos afirmativos, como foi o caso dos processos que, em 2020, selecionaram as novas oficiais de Gênero, Raça e Etnia e Juventude. Desde 2017, o Programa de Estágio Afirmativo buscou tornar a equipe mais diversa e gerar oportunidades para que as populações vulneráveis potencialmente beneficiárias dos projetos de Juventude fossem também representadas no próprio Escritório de País. Por sua vez, os processos seletivos afirmativos também contribuíram para a diversificação de expertises presentes na equipe do Escritório de País, aumentando a capacidade e a sensibilidade do UNFPA para incluir as populações *que estão sendo deixadas para trás* em suas intervenções.

Conclusão #8

A emergência da assistência humanitária, a alocação de equipes locais e a pandemia de Covid-19 evidenciaram a existência de gargalos administrativos no Escritório de País, sobretudo com relação à centralização de processos de aprovação e à realização de compras e contratações em regime emergencial. Por outro lado, os parceiros cofinanciadores foram unânimes em avaliar positivamente os procedimentos administrativos do UNFPA, bem como os parceiros implementadores também avaliaram positivamente os treinamentos administrativos recebidos

Origem: Questões 4, 6 e 7

Crítérios: Eficácia; Eficiência; e Sustentabilidade

Recomendação associada: #2

Racionalidade: Um gargalo administrativo relevante identificado durante esta Avaliação diz respeito aos procedimentos estipulados nos marcos regulatórios administrativos para o atendimento de demandas por compras e contratações no âmbito da assistência humanitária. Nesse sentido, o Escritório de País optou por não solicitar o uso das regras de *Fast Track Procedures* – FTP, mantendo o uso dos procedimentos padrão para recursos *core* estipulados no *Policy and Procedures Manual*. Há também um gargalo administrativo na formalização dos acordos com o governo brasileiro, sobretudo porque o processo de formalização – através da modalidade PRODOC – é lento e depende da aprovação da Agência Brasileira de Cooperação que, idealmente, deve estar envolvida desde o começo do processo. Em um contexto de instabilidade política em que equipes diretivas dos principais órgãos governamentais mudaram com bastante rapidez, o tempo de negociação e aprovação dos PRODOCs passou a representar um risco administrativo maior para alguns projetos. A equipe reduzida da área de Operações combinada com a centralidade de aprovações de processos pelo Gerente de Operações também representou um gargalo administrativo, sobretudo em situações emergenciais. Uma das soluções que o Escritório de País buscou para este problema foi o uso e o fortalecimento da *Joint Operations Facilities* – JOF, que é uma estrutura de operações especializada em compras e viagens que atende a diversas agências.

Nível programático

Conclusão #9

Sob o ponto de vista do critério de Eficácia, as atividades de SSR concentraram recursos e esforços em grupos prioritários, logrando sucesso em identificar e enfrentar barreiras de acesso a serviços, promover e garantir acesso a insumos e métodos de contracepção, possibilitar planejamento reprodutivo a grupos vulneráveis e capacitar tecnicamente gestores e provedores de serviços. Já as ações de Juventude tiveram como elemento central a perspectiva dos jovens como sujeitos de direitos, levando em conta as interseccionalidades de gênero, raça e etnia para criar espaços de participação diversos e promover o acesso a serviços – sobretudo de saúde sexual e reprodutiva. Por sua vez, a área de População e Desenvolvimento promoveu o fortalecimento das capacidades institucionais de parceiros para produzir, analisar e disseminar dados, incluiu populações vulneráveis na metodologia oficial do Censo e capacitou gestores para a compreensão e uso de conceitos e ferramentas demográficas para a formulação e execução de políticas públicas

Origem: Questão 3

Critério: Eficácia

Recomendações associadas: #14, #15 e #16

Racionalidade: As estratégias para as atividades de Saúde Sexual e Reprodutiva tiveram como abordagem principal a desigualdade que existe sob a média dos indicadores da área em termos de gênero, raça, etnia, idade e região. Nesse sentido, cabe destaque aos esforços para fortalecer os adolescentes e jovens como usuários dos serviços de saúde, o recorte substancial de gênero e raça no desenho dos projetos e o atendimento de demandas de Saúde Sexual e Reprodutiva de mulheres migrantes e refugiadas, mulheres em situação de rua ou habitantes de áreas em que se observam vazios assistenciais nos serviços públicos. A área de Saúde Sexual e Reprodutiva é central ao mandato do UNFPA e estruturante da ação do Escritório de País, de modo que atividades de outras áreas programáticas muitas vezes dialogam com o tema. Além disso, o UNFPA fortaleceu a abordagem de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, o que incluiu a participação deste grupo nos processos decisórios relacionados à Juventude. Assim, os projetos que tiveram como parceiros os portadores de dever apresentaram foco na Juventude como um público usuário dos serviços públicos. De modo complementar, as ações voltadas para os detentores de direitos buscaram criar espaços de troca de experiências em que os jovens encontraram oportunidades de capacitação e ferramentas para a criação e expansão de redes. A principal estratégia foi a construção de canais de diálogo direto com os sujeitos da Juventude, buscando criar ferramentas para que os jovens cultivem habilidades

para a vida e sejam protagonistas de suas trajetórias. Além disso, as ações e campanhas de comunicação foram uma estratégia importante tanto para a disseminação de evidências, como para a oferta de informações sobre direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva. Apesar dos avanços, mudanças no contexto político, no pessoal da administração pública e a crise econômica levaram ao cancelamento e à descontinuidade de projetos e obstruíram os resultados da área. Finalmente, as intervenções da área de Dinâmicas Populacionais atingiram vários níveis de governo, aproximando-os da academia e possibilitando que debates e ferramentas teórico-metodológicas do campo da Demografia fossem apropriadas por gestores e tomadores de decisão. As contribuições do UNFPA para o campo das políticas públicas não se limitaram ao fortalecimento institucional e apoio logístico, mas também representaram aportes técnicos à produção de dados estatísticos e formulação de políticas públicas. De modo complementar, o UNFPA investiu na produção e disseminação de evidências na agenda de população e desenvolvimento, sobretudo na conexão entre demografia e desenvolvimento sustentável e na promoção das perspectivas de gênero, raça e etnia. O trabalho de disseminação de evidências, embora baseado em dados robustos e análises sofisticadas, primou pela conscientização social e pela adoção de estratégias inclusivas de comunicação, criando pontes entre a academia, os gestores públicos e a sociedade civil. Por fim, o trabalho com meio ambiente - relevante até 2018 através de uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente - perdeu relevância ao longo do 6º Programa de País. O afastamento do Governo Federal de uma agenda de meio ambiente cara ao UNFPA gerou uma ruptura da parceria, a qual não foi compensada com novas intervenções no campo. Por outro lado, o contato com comunidades tradicionais e povos indígenas se intensificou – como no caso da inclusão da identificação quilombola no próximo Censo nacional - o que pode dar novo fôlego ao trabalho com meio ambiente a partir da relação dessas populações com o território e a natureza.

Conclusão #10

No 6º Programa de País, as iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Trilateral configuraram tanto um modo de engajamento, como um produto específico. As ações tiveram foco no continente africano e o UNFPA deu apoio para que instituições nacionais brasileiras identificassem oportunidades e executassem acordos de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, ao que se seguiram iniciativas – como seminários, missões e publicações – para a sistematização e disseminação de boas práticas, buscando sempre o efeito multiplicador

Origem: Questão 3

Critério: Eficácia

Recomendação associada: #17

Racionalidade: As intervenções de Cooperação Sul-Sul e Trilateral se concentraram em: ações de prevenção e resposta à violência baseada em gênero com foco em Saúde Sexual e Reprodutiva; e Demografia e censos populacionais. Em termos gerais, os resultados do segundo tema foram os mais robustos, sobretudo a partir da parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Já os resultados do primeiro tema foram tímidos e restritos a um projeto que se encerrou em 2017, porém apresentam bom potencial de recuperação a partir da parceria que resultou da assinatura em nível global de um Memorando de Entendimento entre o UNFPA e a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. A Cooperação Sul-Sul e Trilateral foi também fundamental para promover e concretizar parcerias em prol de uma agenda comum de cooperação técnica para o desenvolvimento entre diversos países, tendo o Escritório de País, muitas vezes, atuado como uma ponte entre a demanda e a oferta de expertise e cooperação entre países e instituições. Além deste papel de conexão entre atores e demandas, o Escritório de País demonstrou uma postura ativa de fomento à iniciativas e de envolvimento técnico e logístico no planejamento e execução das atividades, mesmo em um cenário de recursos humanos limitados para a área. Finalmente, o foco de Cooperação Sul-Sul e Trilateral do UNFPA se concentrou nos projetos governamentais, o que se deve à própria natureza deste tipo de cooperação no Brasil, que é centralizada pela Agência Brasileira de Cooperação.

Conclusão #11

As áreas programáticas mantiveram o monitoramento sobre os indicadores de seus projetos e o Escritório de País monitorou os indicadores de produto e resultado do 6º Programa de País de acordo com as ferramentas disponíveis e as orientações institucionais. Embora tais esforços sejam relevantes, ainda persistem desafios para a construção de um sistema de M&E integrado entre as áreas programáticas e que seja capaz de medir os resultados dos vários modos de engajamento previstos no 6º Programa de País

Origem: Questões 1, 3 e 6

Critérios: Relevância; Eficácia; e Eficiência

Recomendação associada: #18

Racionalidade: Os indicadores de produto do 6º Programa de País foram adequadamente monitorados ao longo da execução do 6º Programa de País, porém o monitoramento dos indicadores de resultado encontrou alguns limites, como a indisponibilidade de dados em regime anual e a impossibilidade de monitorá-los através do sistema *SIS – My Results Reporting*. Além disso, problemas no desenho de alguns indicadores de produto limitaram a sua eficácia para o monitoramento dos resultados do 6º Programa de País, como indicadores acima do nível de complexidade dos produtos, ausência de indicadores para monitorar algumas formas de engajamento – sobretudo *advocacy* e diálogo político – e a falta de desagregação de dados por gênero, raça e etnia. Por sua vez, o sistema *SIS – My Results Reporting* tem sido eficaz para monitorar os indicadores de produto, mas não tem se mostrado uma ferramenta prática e acessível para o monitoramento em base cotidiana dos projetos e programas e, tampouco, para criar uma sinergia entre as áreas programáticas em termos de planejamento, monitoramento e avaliação. Mesmo assim, as entrevistas com os oficiais de programa e a análise das publicações produzidas pelo UNFPA mostraram que o Escritório de País monitora diversos indicadores e tendências relevantes para o 6º Programa de País. Embora cada área programática tenha desenvolvido práticas próprias de planejamento e monitoramento de suas atividades e a equipe de Dinâmicas Populacionais tenha avançado no desenvolvimento de ferramentas de coleta e sistematização de dados, falta ao Escritório de País uma abordagem integrada de M&E que permita que o planejamento das atividades seja feito com maior antecedência, bem como o monitoramento realizado em base cotidiana. Outra questão é que, com as mudanças significativas no contexto de governança, institucional e política do país, incluindo aquelas resultantes da pandemia COVID-19, há uma necessidade de revisitar e atualizar as premissas e os riscos que podem ter impacto significativo nos resultados do 6º Programa de País. Finalmente, há consideráveis variações de complexidade e nível entre as metas de diferentes áreas ou anos de planejamento: enquanto algumas estão redigidas como atividades, outras aparecem como entregas parciais no âmbito de uma atividade, o que cria ruídos no estabelecimento da cadeia causal que leva das atividades aos produtos.

Conclusão #12

A área de Comunicação apresentou crescimento significativo em termos de tamanho da equipe, orçamento, escopo do trabalho, alcance de público nas redes sociais e presença na mídia tradicional, tornando-se uma parceira da área programática na busca por recursos, conscientização social e resultados, além de dar maior visibilidade ao trabalho de advocacy

Origem: Questões 2, 3, 4, 5 e 9

Critérios: Relevância; Eficácia; Eficiência; e Coordenação

Recomendação associada: #13

Racionalidade: O aumento da equipe e a disponibilidade de recursos para a contratação de consultores e empresas *ad doc* para campanhas e projetos – sem a dependência de recursos das áreas programáticas – dotou a área de Comunicação de independência e maior capacidade de planejamento e

entrega. Com isso, a área de Comunicação pode elaborar estratégias conjuntas com os oficiais de programa que extravasaram a divulgação de fatos, efemérides e resultados dos projetos. Tais estratégias, por exemplo, permitiram o desenvolvimento de formas inovadoras e amigáveis de sistematizar e disseminar evidências, fazendo com que as ações de comunicação contribuísem diretamente para a consecução de metas dos produtos do 6º Programa de País e ampliassem a visibilidade do trabalho de *advocacy*. Além disso, as ações de comunicação contribuíram para o fortalecimento da conscientização social nos temas de mandato do UNFPA, o aumento da visibilidade e autoridade do Fundo no debate público sobre temas sensíveis e o estabelecimento de parcerias estratégicas para a Agenda 2030 e a Plataforma de Ação da CIPD, contribuições adequadas para um país classificado no quadrante rosa do UNFPA.

Conclusão #13

Como estratégias para garantir a sustentabilidade das intervenções, o Escritório de País: investiu no desenvolvimento de capacidades dos portadores de deveres e no fortalecimento institucional e pessoal dos detentores de direitos; combinou a atuação nos centros formuladores de políticas e de tomada de decisão – abordagem top-down –, com o apoio a setores governamentais, organizações e grupos populacionais com participação limitada no processo decisório, sobretudo aqueles grupos que são deixados para trás – abordagem bottom-up; e demonstrou grande adaptabilidade frente às mudanças de contexto, mostrando-se flexível para absorver novas áreas de atuação, ainda que retrocessos nas áreas de mandato do UNFPA tenham sido relevantes para o país no período

Origem: Questões 2, 3, 4, 6, 7, 8 e 10

Critérios: Relevância; Eficácia; Eficiência; Sustentabilidade; e Cobertura

Recomendações associadas: #1, #10 e #19

Racionalidade: Para alcançar a sustentabilidade de suas intervenções, o UNFPA trabalhou na construção de capacidades de seus parceiros, assim como buscou o fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil. Em ambos os casos, o Escritório de País visou a transferência das intervenções para os parceiros como estratégias de saída. A pedra angular dessa abordagem foi a oferta de treinamentos e capacitações técnicas a diversos parceiros nas áreas de mandato do UNFPA. A Equipe de Avaliação identificou a realização de 70 eventos de treinamento e capacitação, entre workshops, seminários, cursos e reuniões técnicas. Outro fator fundamental para a sustentabilidade das intervenções foi a construção de mecanismos de gestão compartilhada nas intervenções, através dos quais os parceiros fizeram parte da gestão de projetos e programas. Mesmo assim, fatores de instabilidade institucional ou orçamentária limitaram o potencial de sustentabilidade de algumas intervenções. Por outro lado, alguns projetos foram desenhados para o aproveitamento de janelas de oportunidade de parcerias e/ou mobilização de recursos, em alguns casos com frágeis estratégias de saída e gestão de riscos, o que também contribuiu para um grau de sustentabilidade limitado. Além disso, não há uma estratégia global ou regional a respeito das tendências políticas que questionam consensos internacionais ligados ao mandato do UNFPA. Em vários países, setores conservadores têm questionado os direitos das mulheres, a diversidade de gênero, a educação sexual, entre outras questões. Apesar de uma recente tendência de fortalecimento de governos e posturas progressistas em diversos países, o Brasil tem assistido a um crescimento constante do setor conservador desde o começo da implementação do 6º Programa de País. Este cenário tem apresentado diversas ameaças de retrocesso nas áreas de mandato do UNFPA e, na prática, resultou no cancelamento de acordos e na quebra de parcerias, afetando o prospecto de sustentabilidade de intervenções do Escritório de País. Soma-se a isso a emergência de duas crises: a crise humanitária do fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos; e a pandemia de Covid-19. Todos esses fatores exigiram constantes mudanças e adaptações no Programa de País, bem como exigiram estratégias mais robustas de gestão de riscos.

Conclusão #14

O UNFPA participou ativamente dos espaços e dos grupos de trabalho do UNCT, além de estar envolvido em diversas iniciativas e projetos interagenciais, demonstrando uma disposição genuína em colaborar com outras agências e construir respostas conjuntas do Sistema ONU no país. Por sua vez, a Reforma da ONU aponta para o fortalecimento do trabalho interagencial e do papel do Escritório do Coordenador Residente. Não obstante todos esses fatores, a coordenação interagencial ainda é um desafio, sobretudo em um cenário de recursos escassos e conservadorismo ascendente

Origem: Questões 3, 9 e 10

Critérios: Eficácia; Coordenação; e Cobertura

Recomendação associada: #11

Racionalidade: O Escritório de País participou ativamente das reuniões e iniciativas do UNCT, liderando a campanha Vidas Negras e o Grupo Assessor de Juventude, participando da proposta do Fundo Global ODS, estimulando a produção de notas conjuntas e ajudando a elaborar o plano de resposta conjunto à pandemia de Covid-19. O UNFPA é parte de diversas estruturas de coordenação interagencial da assistência humanitária, com destaque para a coliderança nacional do Setor de Saúde e do Subsetor de Violência Baseada em Gênero. Soma-se a isso a participação em diversos projetos e iniciativas interagenciais (LEAP, H6, Joint Team, Plataforma R4V, JOF). Ademais, o contexto da Reforma da ONU fez crescer em importância o Escritório do Coordenador Residente, o trabalho interagencial e a centralidade das prioridades nacionais no processo de planejamento do Marco de Parceria da ONU no Brasil e, conseqüentemente, dos documentos de planejamento de cada agência. Todos esses fatores apontam para a crescente importância do trabalho interagencial para a presença da ONU nos países. Entretanto, a disputa por recursos e a sobreposição de mandatos ainda criam barreiras para uma cooperação robusta entre os organismos do Sistema ONU. Soma-se a isso que, muitas vezes, a cooperação é feita formalmente, porém não implica em um planejamento conjunto substancial, fazendo com que os projetos sejam “colchas de retalhos” de mandatos, ou seja, sejam a soma dos esforços individuais de cada agência.

Conclusão #15

Na assistência humanitária, o UNFPA chegou a campo ainda em 2017 e ajudou na construção da Operação Acolhida, posicionando-se de modo estratégico na resposta ao fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos. O investimento do UNFPA em fortalecer as suas áreas de mandato na assistência humanitária – Violência Baseada em Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva - permitiu um melhor posicionamento do Fundo na Operação Acolhida, atenuando conflitos por mandato e recursos e aumentando as oportunidades de cooperação interagencial nos níveis do terreno e de tomada de decisão. Finalmente, o investimento do UNFPA na articulação com os diversos atores envolvidos na assistência humanitária ajudou a fortalecer as capacidades institucionais dos governos locais, sobretudo para a oferta de serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência Baseada em Gênero com qualidade e perspectiva de gênero e direitos humanos

Origem: Questões 7, 9, 10 e 11

Critérios: Sustentabilidade; Coordenação; Cobertura; e Conectividade

Recomendação associada: #12

Racionalidade: O foco inicial do Escritório de País na assistência humanitária se deu na área de Violência Baseada em Gênero, porém as ações de Saúde Sexual e Reprodutiva cresceram ano a ano, chegando ao protagonismo em 2020. A atuação do UNFPA em suas áreas de mandato foi muito bem avaliada por uma grande diversidade de parceiros envolvidos na assistência humanitária. Por outro lado, a instabilidade de recursos financeiros e humanos também foi apontada por parceiros como uma fragilidade do UNFPA em campo, fazendo com que haja pouca expectativa de parcerias e soluções de longo prazo.

Ainda que as tensões oriundas da sobreposição e disputas de mandato tenham arrefecido bastante ao longo do desenvolvimento da resposta humanitária, as entrevistas mostraram que o tema ainda traz preocupação, sobretudo na área de VBG, já que ela se relaciona de modo mais íntimo a outros mandatos, como o de proteção. A cooperação interagencial melhorou durante a evolução da Operação Acolhida, opinião compartilhada em diversas entrevistas, porém as tensões pela sobreposição de mandatos nunca deixaram de estar presentes em alguma medida. Tal questão é evidenciada pelas poucas iniciativas de cooperação interagencial na assistência humanitária que compreendam todo o ciclo programático, ainda que no âmbito técnico as entrevistas tenham avaliado positivamente a cooperação entre os atores no terreno. Com o anúncio da futura saída das Forças Armadas do Brasil da Operação Acolhida e a consequente e gradual transferência das ações para os governos locais e para as agências da ONU, o fortalecimento e capacitação dos atores locais ganha ainda maior relevância para a garantia da Conectividade da assistência humanitária. O êxito do UNFPA em articular atores diversos e em criar e fortalecer capacidades nos atores locais responsáveis pela assistência humanitária foi amplamente reconhecida nas entrevistas desta Avaliação. As capacitações do UNFPA nas áreas de Violência Baseada em Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva foram muito bem avaliadas entre os parceiros, uma das evidências de que o Escritório de País conseguiu se posicionar estrategicamente no contexto da assistência humanitária.

Anexo 9. Descrição dos grupos em maior situação de vulnerabilidade

- a. **Indígenas e minorias étnicas:** os povos indígenas e tradicionais (como os quilombolas) enfrentam um amplo histórico de violações de direitos, o que inclui violações aos seus territórios tradicionais por grileiros de terra e garimpeiros, violência física por parte de grupos de poder locais, barreiras de acesso a serviços de saúde e maior suscetibilidade a danos ambientais. Além de indicadores de saúde muito ruins, há uma considerável insuficiência de dados – em qualidade e escopo – sobre essas populações. Estimativas com base no Censo Demográfico 2010 mostram que as mortes de crianças menores de um ano são cerca de 60% mais frequentes na população indígena que no restante da população⁸⁶;
- b. **Afrodescendentes:** apesar dos negros (pretos e pardos) representarem mais da metade da população brasileira, como já apontado no Capítulo Dois deste Relatório Final, os indicadores sociais e de saúde são, de modo generalizado, piores para este recorte populacional. Ademais, são mais frequentes para esta população as violações de direitos e as barreiras de acesso a serviços. Por exemplo, as mulheres negras são mais da metade das vítimas de mortalidade materna e têm o dobro de chances de ir a óbito por causas relacionadas à gravidez⁸⁷, ao parto e ao pós-parto do que as mulheres brancas;
- c. **Jovens e adolescentes:** o recorte populacional da juventude enfrente vulnerabilidades específicas no Brasil, sobretudo quando consideramos a sobreposição de vulnerabilidades. Nesse sentido, a gravidez precoce atinge mais as jovens negras do que as brancas, bem como os jovens negros apresentam taxas de homicídio consideravelmente mais altas do que o restante da população⁸⁸;
- d. **Pessoas migrantes e refugiadas:** desde 2017 o Brasil possui uma legislação que acolhe pessoas de outras nacionalidades e garante os seus direitos⁸⁹. Mesmo assim, migrantes e refugiados enfrentam vulnerabilidades extras, como a barreira da língua no acesso a serviços e o racismo também sofrido por populações estrangeiras não-brancas. Soma-se a isso casos violentos de xenofobia, como os sofridos por venezuelanos no estado de Roraima em 2018⁹⁰;
- e. **Pessoas com deficiência:** pessoas com deficiência enfrentam formas de exclusão e barreiras específicas no Brasil, como menor oportunidade de emprego formal e falta de estrutura inclusiva para a mobilidade urbana em boa parte das cidades brasileiras;
- f. **LGBTQI:** apesar do Brasil não ser um país que oficialmente criminaliza pessoas LGBTQI, denúncias de casos de LGBTQIfobia, barreiras para o acesso a serviços e violações de direitos são recorrentes para este recorte populacional, o que se agrava por uma ausência sistêmica de dados quantitativos. Exceções devem ser feitas ao Grupo Gay da Bahia, que há quase quatro décadas faz um levantamento de casos de violência e homicídios contra população LGBTQI, e ao Atlas da Violência de 2019, que trouxe uma seção inédita sobre o tema⁹¹. Os dados são, porém, em quantidade e qualidade limitadas; e

⁸⁶ Fonte: *UNFPA SURVEY LNOB - Leaving No One Behind* (documento interno UNFPA).

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em 11 fev 2021.

⁸⁹ Lei Nº 13.445 de 24 de Maio de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em 11 fev 2021.

⁹⁰ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/18/politica/1534628902_135239.html. Acesso em 11 fev 2021.

⁹¹ Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em 11 fev 2021.

- g. **Outras populações:** o Escritório de País ainda elenca outros recortes populacionais vulneráveis, como profissionais do sexo, pessoas em situação de rua, população em conflito com a lei e pessoas idosas. Para uma definição mais precisa das necessidades e demandas desses recortes populacionais, contudo, faz-se necessário uma produção de dados mais robusta, bem como uma maior aproximação com eles.

Anexo 10. Estudo de caso projeto *#borasaber*

De acordo com o Escritório de País, o projeto *#borasaber* prevê a participação de adolescentes e jovens na mobilização pela oferta de testagem, informação qualificada sobre prevenção do HIV e infecções sexualmente transmissíveis. Além disso, casos identificados positivos são vinculados aos serviços de saúde para início imediato do tratamento. O projeto tem como público grupos populacionais atingidos por variáveis de exclusão sobrepostas, ou seja, busca *alcançar primeiro os mais desfavorecidos*. Ao fazê-lo, a equipe do UNFPA, ciente dos limites dos recursos investidos, criou diferentes estratégias para gerar um efeito multiplicador de suas ações: fortalecimento de coletivos e entidades da sociedade civil; criação e estruturação de redes; desenvolvimento e sistematização de iniciativas piloto com potencial de replicação; e investimento de *“fundos semente”* com potencial para deflagrar recursos financeiros, humanos e/ou técnicos de outros parceiros.

Em resumo, o projeto consistiu na testagem de HIV por fluído oral realizada por pares em contextos em que certos grupos populacionais estão expostos a maiores riscos de contaminação e enfrentam maiores barreiras de acesso aos serviços de testagem e tratamento. Assim, jovens – ou outro segmento populacional específico - são treinados para a realização da testagem de triagem de HIV por fluído oral e realizam a testagem de seus pares sob a supervisão de uma organização da sociedade civil com expertise em ações de prevenção, testagem e tratamento de HIV/AIDS. O UNFPA financia o projeto transferindo recursos para a OSC, que executa o projeto e conta com o apoio da rede de serviços municipal e/ou estadual e com a capacitação técnica e fornecimento de insumos do Governo Federal.

A escolha das cidades que participaram das ações – Porto Alegre, Belém e Boa Vista – se deu com base nas evidências do ranking de índice composto do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, no qual é possível identificar as cidades com maior taxa de prevalência de HIV no país. A proposta do UNFPA, em diálogo com as suas contrapartes, foi a de escolher capitais que estão entre as cinco piores epidemias de HIV do país, buscando, dentro deste recorte, que locais a população tem maiores barreiras para acessar os serviços e quais seriam os grupos com maior exposição ao risco - como jovens homens entre 15 e 29 anos que fazem sexo com outros homens, trabalhadoras do sexo e migrantes e refugiados.

O teste é feito por pares, o que busca criar uma relação de confiança e superar uma relevante barreira de serviço, que é falta de acolhimento ou o receio da discriminação. No caso de que o teste dê positivo, a pessoa que aplica o teste pede o consentimento da pessoa testada para acompanhá-la até o serviço de saúde para a realização de um teste confirmatório e fornece apoio para que ela inicie o tratamento - caso o diagnóstico se confirme. Se o teste tiver resultado negativo, a pessoa testada recebe informações sobre prevenção combinada e o acesso aos serviços de saúde. Os dados do atendimento são lançados em uma base com proteção da privacidade das pessoas testadas e os dados são sistematizados de modo a fornecer novas evidências para o desenho do projeto.

Além de promover o acesso a serviços para uma população vulnerável, o projeto busca capacitar o poder público para a melhor oferta do serviço, assim como fortalecer institucionalmente as ONGs e redes atuantes no campo. Essa estratégia já é usada pelo Governo Federal em outros contextos, porém o valor agregado do UNFPA, além dos recursos investidos, é a expertise e a capacidade de chegar nas populações mais vulneráveis, o que foi confirmado nas entrevistas realizadas com representantes do poder público e da sociedade civil. Vemos aí a complementaridade entre desenvolvimento de capacidades e fortalecimento institucional.

Como abordagem *top-down*, o *#borasaber* se relaciona com toda a estrutura administrativa do Estado brasileiro, desde o centro formulador da política – o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde - até o ente federativo que entrega os serviços na ponta. Trata-se de uma parceria com o Governo Federal, que define as diretrizes, dá embasamento técnico e financia a maior parte das políticas públicas no país; passa pelo diálogo com os governos estaduais, que conhecem com maiores detalhes os contextos regionais, definem as prioridades do ente estadual, entregam alguns serviços na ponta e têm maior capilaridade junto aos municípios; e, finalmente, é executado por organizações locais da sociedade civil com o apoio da rede de serviços municipal, já que os municípios são os principais entregadores de serviços e executores das políticas de saúde pública.

Esta abordagem *top-down* é complementada pela *bottom-up*, já que o projeto visa fortalecer tanto a rede de atenção municipal, como grupos populacionais expostos a riscos e organizações da sociedade civil. As entrevistas com os parceiros do projeto avaliaram positivamente a sua participação e relataram resultados palpáveis de fortalecimento institucional e capacitação técnica.

Convém salientar que o projeto *#borasaber* é de pequeno porte e possui escala limitada, tendo sido implementado em apenas três cidades. O seu exemplo para a sustentabilidade, contudo, não advém de sua escala, mas de sua estratégia: com o investimento de poucos recursos, o projeto buscou preencher com o valor agregado do UNFPA a lacuna de atenção de uma política já existente e para a qual o Governo Federal possui recursos garantidos e expertise – o projeto Viva Melhor Sabendo. Para tanto, buscou fortalecer os profissionais e potenciais usuários dos serviços públicos, sobretudo aqueles mais vulneráveis ou sob maior risco. Assim uma das ONGs participantes no projeto logrou um financiamento inédito com o Ministério da Saúde após a execução completa do financiamento recebido pelo UNFPA, o que mostra que o projeto tem construído uma articulação em rede, o que contribui para a deflagração de recursos nos parceiros e, conseqüentemente, para a sua sustentabilidade. Por isso, o projeto *#borasaber* é exemplar de ações em que o UNFPA buscou o foco nas populações mais vulneráveis aliado à busca pela sustentabilidade.

Anexo 11. Atuação do UNFPA na assistência humanitária ano a ano Ano 2017

No âmbito da assistência humanitária em resposta ao fluxo misto de migrantes e refugiados venezuelanos, o UNFPA passou a ter presença física em Roraima em setembro de 2017, porém ainda não com um escritório estruturado. A equipe em campo buscou trabalhar em coordenação com o ACNUR e a OIM para desenvolver estratégias conjuntas, dando especial foco para a área de Violência Baseada em Gênero. Como a federalização da resposta só aconteceria em 2018, a presença em campo do UNFPA buscou a interlocução com os atores locais, sobretudo do Governo do Estado de Roraima e das prefeituras de Boa Vista e Pacaraima. Em paralelo, no nível federal o UNFPA criou um subgrupo para coordenar as questões de Violência Baseada em Gênero, que contava com a presença do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, dos então Ministérios do Desenvolvimento Social e dos Direitos Humanos e das Secretarias de Igualdade Racial (SEPPIR) e de Política para as Mulheres (SPM) - agora rebaixadas em status e parte do Ministério da Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos.

Em campo, havia um clima de animosidade entre as organizações envolvidas na assistência e os governos locais, bem como um sentimento de xenofobia com os migrantes e refugiados que, embora não tenha desaparecido até hoje, era mais forte então. Ademais, as entrevistas com diversos atores envolvidos na resposta desde o seu princípio mostram que havia um maior potencial de conflito entre as diversas agências em algumas áreas de mandato. Tais problemas foram parcialmente solucionados na medida em que a resposta amadurecia e aumentava de escala. Com relação ao papel do UNFPA, as ações de 2017 mostram um foco central na área de Violência Baseada em Gênero e no desenvolvimento de estratégias de proteção para populações vulneráveis, enquanto questões de Saúde Sexual e Reprodutiva e de produção de dados ficaram em segundo plano. Assim, o UNFPA distribuiu 62 kits dignidade para a população migrante em situação de rua, apoiou na publicação de informação relevante em espanhol e promoveu campanhas contra a xenofobia. Ainda que em estágio inicial, o Escritório de País produziu análises que ajudaram a compreender as diferentes características e riscos enfrentados por distintos segmentos populacionais, como indígenas, mulheres, LGBTI, pessoas vivendo com HIV/AIDS e pessoas com deficiência. Um resultado desses esforços foi o *needs assessment* levado a cabo junto à população venezuelana nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, que buscou identificar as principais barreiras desse grupo aos serviços de saúde com foco em ISTs.

Ano 2018

Em 2018, além da já citada federalização da resposta – que permitiu o aumento de escala da resposta e uma maior coordenação entre os atores de diversos níveis –, o UNFPA logrou mobilizar a soma de USD 1.263,000,00, o que permitiu um aumento na equipe, que chegou a 20 pessoas, sendo 18 em Roraima e 2 em Brasília. Além disso, os recursos permitiram uma maior presença de campo em Boa Vista e Pacaraima. Embora já houvesse presença no terreno desde 2017, foi apenas em 2018 que o UNFPA estruturou o seu Escritório Local, que contava ainda com dois *safe spaces* nos PTRIGs de Pacaraima e Boa Vista, voltados para mulheres expostas à violência, população LGBTI e outros grupos em situação vulnerável.

Nos primeiros três meses de atividade, os *safe spaces* geraram 4.775 atendimentos em Pacaraima e 1.181 em Boa Vista. Como referência, em 2018 o ACNUR estimou que havia 75.560 venezuelanos requerentes de refúgio em todo o território brasileiro, dos quais cerca de 25 mil estavam em Boa Vista, o que mostra que em apenas três meses os *safe spaces* lograram atender a

quase 8% da população de refugiados venezuelanos no país. Se considerarmos que os *safe spaces* são destinados a atender apenas à uma parcela da população – aquela exposta a riscos e violência – e projetarmos os atendimentos reportados para 3 meses para o período de 12 meses, chegamos ao número de 23.824 atendimentos potenciais, o que mostra uma capacidade considerável de cobertura da população migrante e refugiada pelos serviços do *safe space*.

Em parceria com a ONG Viva Melhor Sabendo, o UNFPA financiou via HACT a manutenção de uma Casa de Passagem com 12 vagas para migrantes e refugiados vivendo com HIV/AIDS, buscando gerar acolhimento e segurança para esse grupo, bem como garantir o acesso ao tratamento e demais serviços de saúde. Com essa mesma ONG, o UNFPA implementaria em 2020 as ações do projeto *#borasaber* em Boa Vista. As ações de 2018 mostram uma importância crescente da prevenção e tratamento de HIV/AIDS na assistência humanitária, resultado tanto de um diálogo próximo com a UNAIDS, como pelas evidências geradas através do *needs assessment* iniciado em 2017, que concluiu que a população venezuelana representava 27% dos casos de HIV diagnosticados em Roraima e que a transmissão vertical do HIV correspondia a 80% dos nascimentos. A gravidade das evidências geradas levou a que o UNFPA elaborasse um Plano de Ação Corretiva para o tema, além de ações de distribuição de materiais informativos, preservativos e outros métodos de proteção para cerca de 17 mil pessoas, com destaque para um trabalho mais próximo com 30 mulheres - *cis* e *trans* – trabalhadoras do sexo.

Também via HACT, o UNFPA apoiou a abertura de um centro de coexistência e cuidado psicológico em parceria com o Exército da Salvação, que depois foi substituído como parceiro implementador pela ONG World Vision. Em parceria com atores locais, o UNFPA desenvolveu fluxos de encaminhamento para a Casa de Passagem para Pessoas Vivendo com HIV/AIDS e para casos de Violência Baseada em Gênero nas cidades de Boa Vista, Manaus e São Paulo. O UNFPA referenciou 128 casos de Saúde Sexual e Reprodutiva para a rede de proteção de Roraima e 18 casos de vítimas de VBG para a rede de proteção local, além de ter conduzido 4 workshops para disseminar informações sobre a rede de proteção local para um total de 546 beneficiárias/os. Outras 17 rodas de conversa sobre direitos dos migrantes e refugiados e serviços disponíveis foram realizadas em 2018 com mulheres, população LGBTI e população em situação de rua. Finalmente, ao longo do ano, cerca de 1 mil kits dignidade foram entregues em Roraima.

Em termos de produção e disseminação de dados, em 2018 o UNFPA apoiou a publicação de uma coletânea de artigos sobre a migração venezuelana, lançada em parceria com o Observatório das Migrações em São Paulo. Já em parceria com a Universidade Federal de Roraima e a ONU Mulheres, o UNFPA organizou o seminário *Migração, Refúgio e Violência de Gênero: promovendo o direito de todas e todos*, que contou com 170 participantes. Em 2018, o foco continuou a ser o componente de VBG do mandato em situações de assistência humanitária, porém com um nítido crescimento de ações de SSR e HIV/AIDS. Por fim, a Operação Acolhida trouxe uma nova estratégia para a assistência humanitária, que é o processo de interiorização, na qual migrantes e refugiados venezuelanos são levados em aviões da Força Aérea Brasileira para municípios de outras regiões do país através de diversas modalidades, como transferência abrigo para abrigo, reunião familiar e empregabilidade. Para a interiorização, o UNFPA contribuiu com apoio logístico, disseminação de informação para as/os beneficiárias/os e o mapeamento de 651 pessoas com necessidades específicas de proteção.

Ano 2019

Em 2019 o UNFPA atuou na Plataforma R4V como colíder do Setor de Saúde ao lado OPAS, além de coordenar o Subsetor de VBG. Em setembro, o UNFPA estruturou a sua presença em Manaus com a abertura de um Escritório Local e de dois *safe spaces*, um no PTRIG e outro na Rodoviária. Além disso, o UNFPA estabeleceu um Time de Resposta Rápida em Pacaraima e Boa Vista para responder com agilidade às necessidades de SSR e de proteção em VBG. Em 2019 a tendência de crescimento das ações da área de Saúde Sexual e Reprodutiva se manteve, o que incluiu a contratação de uma especialista em SSR para a equipe de Roraima. Com relação aos números de atendimento, o UNFPA proveu assistência direta para 11 mil beneficiárias/os, sendo 63% mulheres, incluindo 737 mulheres grávidas e 1.067 lactantes. Além disso, 29.000 beneficiários participaram em atividades coletivas com o fornecimento de informação de proteção emergencial e acesso a serviços em SSR e VBG. O número de kits dignidade distribuídos cresceu 6 vezes em relação ao ano anterior, chegando a 6.000. Finalmente, entre preservativos masculinos, femininos e lubrificantes, cerca de 30 mil itens de prevenção à gravidez e à transmissão de ISTs foram distribuídos. Já o centro de coexistência e cuidado psicológico aberto em 2018 passou a fazer, em 2019, cerca de 700 atendimentos mensais. Por sua vez, em 2019 o UNFPA atualizou os documentos e trabalhou para a ativação da rede identificada nos fluxos de encaminhamento desenvolvidos em 2018 para casos de Violência Baseada em Gênero nas cidades de Boa Vista, Manaus e São Paulo.

Na área de produção e sistematização de dados, o Escritório de País desenvolveu a HumanIS, uma ferramenta de coleta de dados em contextos humanitários. Com ela, tornou-se possível mapear as principais necessidades das/os beneficiárias/os, inserir os dados de atendimento e gerar painéis visuais de dados. O HumanIS contribui para que a maior parte dos atendimentos sejam contabilizados, já que muitos dados se perdiam nos sistemas não automatizados. Por fim, o UNFPA começou uma pesquisa sobre a prevalência de VBG entre mulheres brasileiras e venezuelanas vivendo em Boa Vista e Pacaraima.

Ano 2020

Por conta da pandemia de Covid-19, o posto de fronteira de Pacaraima ficou fechado a maior parte do ano, assim como o PTRIG de Manaus, convertido em centro para resposta à crise sanitária. Até agosto de 2020, haviam entrado 297.629 refugiados e migrantes no Brasil, segundo dados da Plataforma R4V de 18 de novembro de 2020. Deste total, 148.782 pessoas entraram com pedido de residência ou estadia regular, 46.343 foram reconhecidos como refugiadas e 102.504 aguardavam reconhecimento como refugiadas. Em 2020, o UNFPA atendeu a 8.352 pessoas na assistência humanitária, das quais 6.961 eram mulheres, ou seja, 83% do total. Dentre as mulheres atendidas, 65% estavam em idade reprodutiva, 40% eram meninas ou jovens e 25% mulheres indígenas. Do total de mulheres atendidas, cerca de 3.000 receberam serviços de SSR. Destas, cerca de mil mulheres receberam atenção pré-natal e mais de 500 foram vinculadas a serviços de saúde para a atenção de necessidades de contracepção. A pandemia de Covid-19 colocou desafios extras para a assistência humanitária, exigindo cuidados redobrados e atenção aos diferentes impactos para grupos populacionais distintos, sobretudo na identificação e atenção às vítimas de VBG e os efeitos da pandemia para a saúde materna. Como apoio aos serviços de saúde locais, o UNFPA doou mais de 150.000 itens de Equipamento de Proteção Individual – EPIs, beneficiando 40 unidades de saúde de Roraima e Amazonas e mais de 4.000 profissionais. Finalmente, foram distribuídos 4.000 kits dignidade na assistência humanitária.

Na área de produção de dados, além de um uso mais robusto da ferramenta HumanIS, o UNFPA conduziu um *needs assessment* sobre SSR em Roraima e Manaus, o que resultou na elaboração de um projeto exitoso para o *Emergency Fund* da sede do Fundo, que acrescentou USD 300 mil aos recursos *core* de 2020. Além disso, o UNFPA publicou os resultados da pesquisa *Violência de Gênero, Nacionalidade e Raça/Etnia em Duas Cidades de Roraima*, que caracterizou a violência sofrida por mulheres brasileiras e venezuelanas que residem em Boa Vista e Pacaraima. De acordo com o que vinha acontecendo desde 2018, o ano de 2020 marcou um fortalecimento ainda maior das ações de SSR na assistência humanitária. Nesse sentido, o UNFPA mapeou as demandas por contracepção nos abrigos e ofereceu opções de planejamento familiar para as mulheres que assim desejavam, disponibilizando insumos contraceptivos e capacitando profissionais dos serviços públicos locais para a inserção do DIU. Além disso, em Roraima 9 profissionais de saúde passaram a realizar pré-natal dentro dos abrigos, o que se mostrou relevante no contexto de pandemia, em que o acesso aos serviços de saúde apresenta maiores barreiras. As entrevistas com outros atores da Operação Acolhida, com parceiros de governos locais e com beneficiárias foram unânimes em avaliar positivamente o trabalho com Saúde Sexual e Reprodutiva do UNFPA, sobretudo a atenção pré-natal, a disseminação de informação de qualidade e a oferta de métodos contraceptivos modernos.

A identificação e resposta às necessidades de SSR também foram fortalecidas através da contratação de 6 facilitadoras venezuelanas das etnias indígenas Warao e Eñapá, que estão trabalhando sob a coordenação de uma indígena brasileira da etnia Macuxi. As facilitadoras indígenas levantam as necessidades de SSR nas suas comunidades e auxiliam o acesso a serviços de SSR e VBG para as mulheres de suas etnias. Além da relação de confiança mútua e da compreensão das dinâmicas culturais de seus povos, as facilitadoras indígenas também têm contribuído para a tradução de informações para as suas línguas indígenas, principalmente porque muitas mulheres Warao e Eñapá não falam português ou espanhol. Por fim, em algumas entrevistas verificamos que há uma forte identificação do UNFPA com o público LGBTI. Por um lado, isso é positivo, já que o público LGBTI é relevante para o mandato do UNFPA na assistência humanitária e corresponde a uma parte importante dos casos de proteção de VBG. Por outro, essa identificação parece, em alguns casos, ser fruto da percepção errônea de que a população LGBTI é responsabilidade do UNFPA, quando a atenção às suas necessidades específicas deve ser transversal ao trabalho de todos os atores envolvidos na Operação Acolhida.

Anexo 12. Figuras referenciadas no corpo do texto

FIGURA 01 – Resposta à questão 5 do Questionário para Parcerias

5. A sua organização já foi contatada pelo UNFPA para realizar diálogos, parcerias, convites, identificação de necessidades ou demandas?

69 respostas

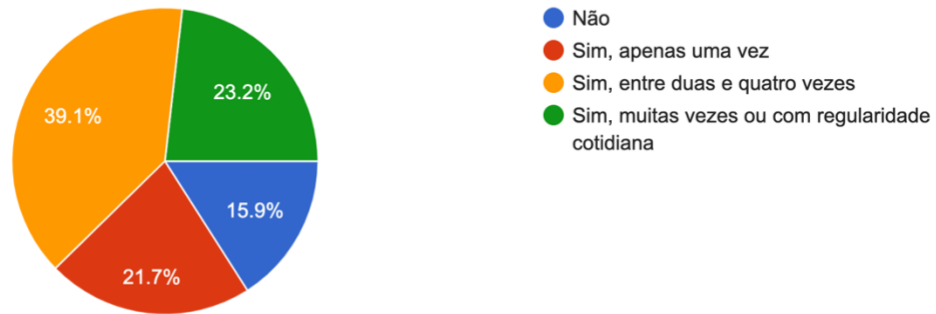


FIGURA 02 – Resposta à questão 6 do Questionário para Parcerias

6. Por favor, avalie a comunicação direta do UNFPA com a sua organização e/ou coletivo (levar em conta reuniões físicas e presenciais, seminários, trocas de e-mails, etc.). Responda de 1 a 5 numa escala em que 1 é "muito negativa" e 5 é "muito positiva".

67 respostas

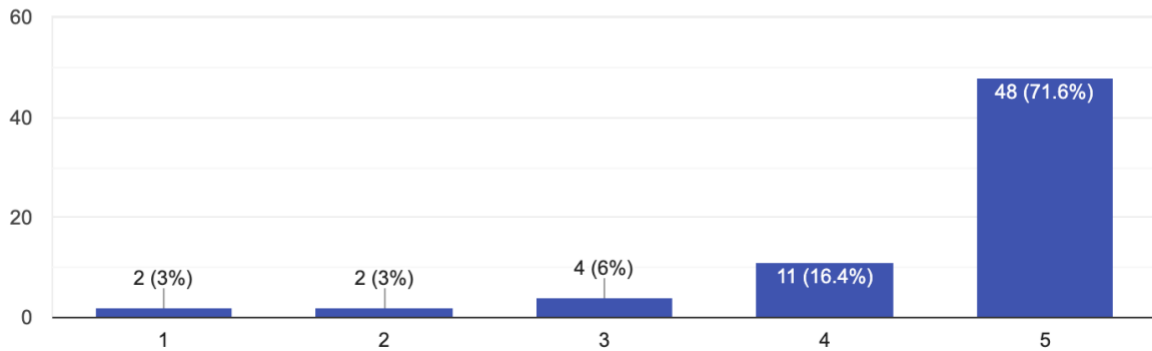


FIGURA 03 – Questão 14 do Questionário para Parcerias

14. Com que frequência a sua instituição utiliza produtos técnicos e/ou metodologias elaborados pelo UNFPA?

67 responses

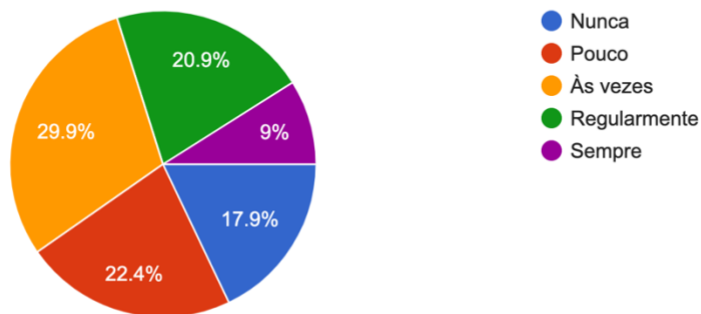
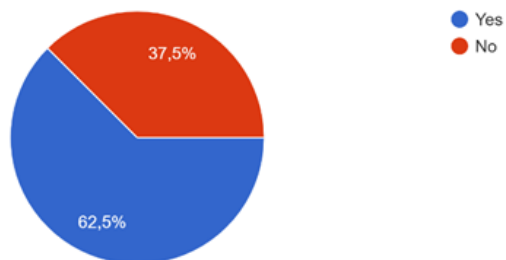


FIGURA 04 – Cooperação no desenvolvimento de capacidades

8. Did you collaborate with other UN agencies on advocacy or capacity development intervention?

If yes, please explain briefly

8 respuestas



Fonte: elaboração própria

FIGURA 05 – Premissas da Teoria da Mudança do CPD



Fonte: Elaboração própria a partir de oficinas com a equipe do Escritório de País.

FIGURA 06 – Resposta à questão 15 do Questionário para Parcerias

15. Qual é o nível de participação da sua instituição no planejamento das atividades conjuntas com o UNFPA, caso elas existam? Responda de 1 a 5 numa escala em que 1 é "nulo" e 5 é "alto". Deixe em branco se não se aplicar à sua realidade.

49 responses

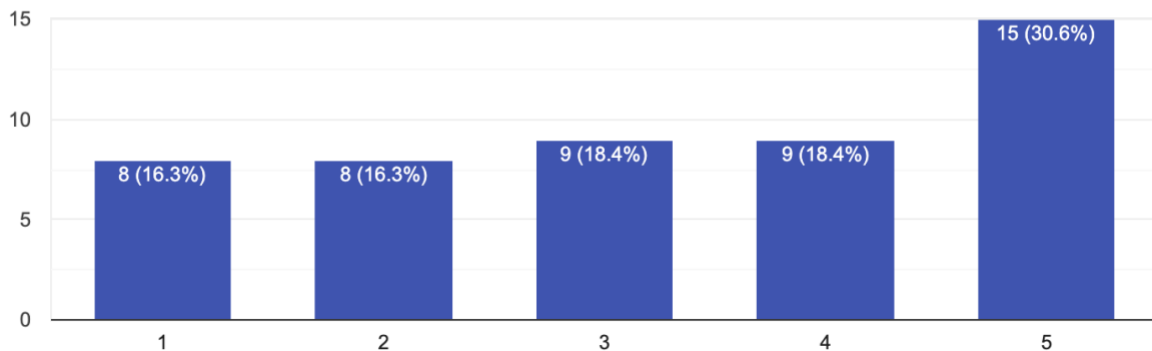


FIGURA 07 – Resposta à questão 16 do Questionário para Parcerias

16. Qual é o nível de participação da sua instituição na execução das atividades conjuntas com o UNFPA, caso elas existam? Responda de 1 a 5 numa escala em que 1 é "nulo" e 5 é "alto". Deixe em branco se não se aplicar à sua realidade.

48 responses

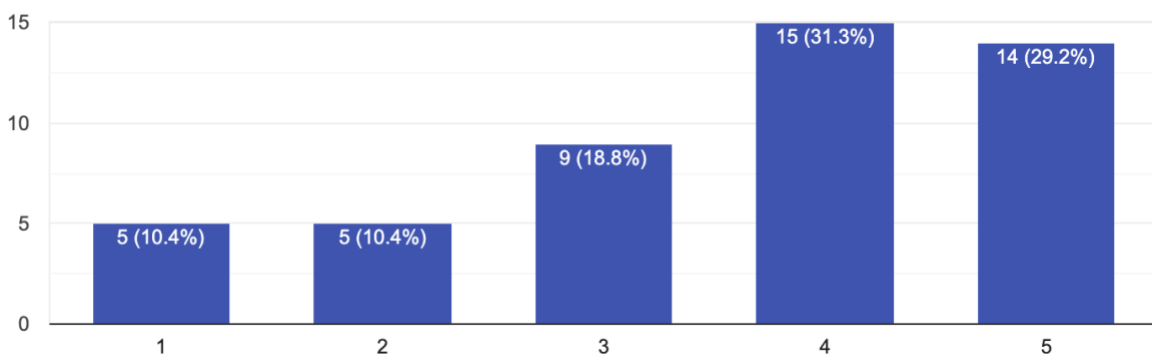


FIGURA 08 – Resposta à questão 8 do Questionário para Parcerias

8. Representantes de sua organização/coletivo já participaram de capacitações técnicas ou treinamentos fornecidos pelo UNFPA?

69 responses

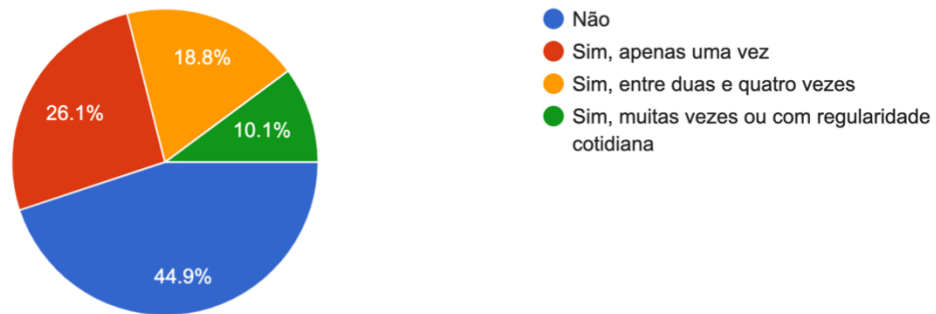


FIGURA 09 – Resposta à questão 9 do Questionário para Parcerias

9. Caso tenha respondido sim na questão 8, como a/o senhor/a avalia a qualidade das capacitações técnicas e/ou treinamentos fornecidos pelo UNFPA? Responda de 1 a 5 numa escala em que 1 é "péssima" e 5 é "excelente".

38 responses

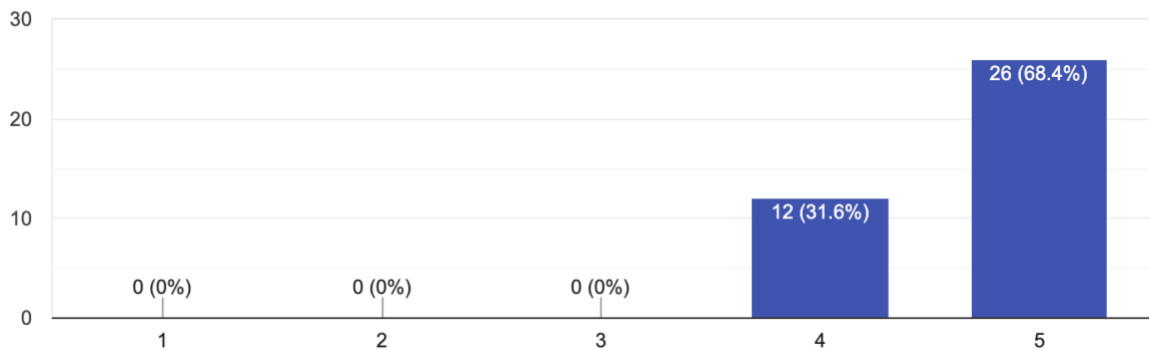


FIGURA 10 – Resposta à questão 11 do Questionário para Parcerias

11. Até que ponto você acha que aprendeu com o treinamento recebido do UNFPA? Responda de 1 a 5 numa escala em que 1 é "nada" e 5 é "muito".

36 responses

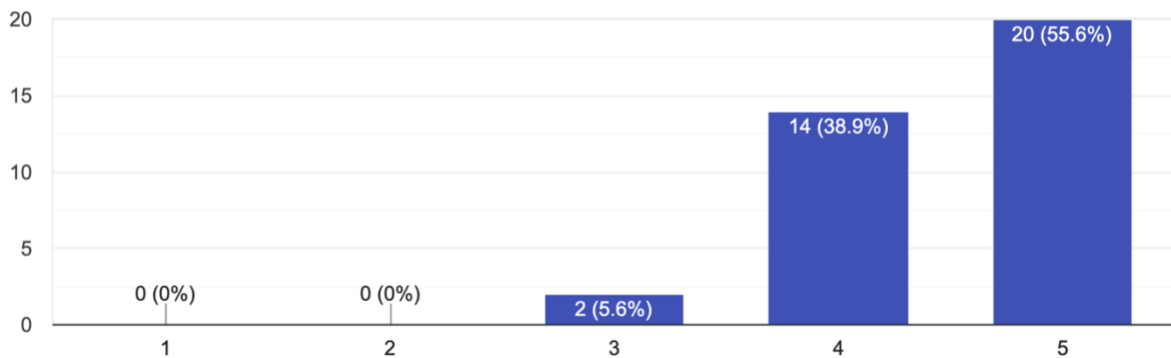
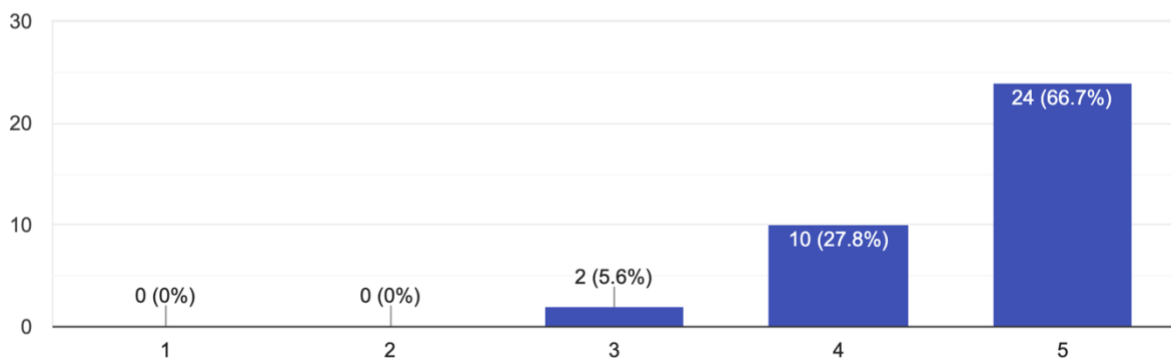


FIGURA 11 – Resposta à questão 13 do Questionário para Parcerias

13. Quão útil foi o treinamento para o seu dia a dia de trabalho? Responda de 1 a 5 numa escala em que 1 é "nada útil" e 5 é "muito útil".

36 responses



Anexo 13. Tabelas referenciadas no corpo do texto

TABELA 01 – Matriz Lógica do 5º Programa de Países

Matriz Lógica do 5º Programa de Países	
Resultado 1 – Saúde e direitos reprodutivos Aumento do acesso a serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva de alta qualidade, incluindo prevenção ao HIV, particularmente para populações em situação vulnerável	Produto 1 – Aumento da capacidade nacional para prover serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva de alta qualidade com foco em populações em situação vulnerável
	Produto 2 – Instituições nacionais e sociedade civil com capacidades fortalecidas para implementar programas de prevenção de HIV para populações em situação vulnerável em áreas pré-selecionadas
Resultado 2 – População e Desenvolvimento Dinâmicas Populacionais, incluindo questões emergentes e os direitos dos jovens, são incorporados em políticas, planos e programas nacionais e locais que buscam fomentar o desenvolvimento sustentável e reduzir a desigualdade	Produto 1 - As instituições nacionais e locais têm maior capacidade para produzir, analisar e incorporar dados e indicadores desagregados da população nas políticas, planos e programas
	Produto 2 – As instituições de Juventude têm maior capacidade para garantir a incorporação dos direitos e necessidades dos jovens nas políticas públicas
	Produto 3 - Instituições nacionais e locais têm maior capacidade para analisar e utilizar informações e dados sobre questões populacionais emergentes a fim de projetar, desenvolver, implementar e monitorar políticas públicas
Resultado 3 – Cooperação Sul-Sul A capacidade nacional e internacional para dar suporte às conquistas e compromissos da ICPD é fortalecida	Produto 1 - As instituições nacionais têm maior capacidade para implementar iniciativas que buscam promover questões relacionadas ao Programa de Ação da ICPD
	Produto 2 - As questões da ICPD foram incorporadas nas iniciativas, programas e projetos Sul-Sul e/ou trilaterais entre instituições nacionais e países parceiros

Fonte: Elaboração própria com base no documento do 5º Programa de Países.

TABELA 02 – Alinhamento 6º Programa de País e PPA 2016-2019

Produtos do 6º Programa de País	PPA 2016-2019
<p>Produto 1 - Programas e políticas de Saúde Sexual e Reprodutiva fortalecidos para prover serviços de qualidade nos níveis nacional e subnacional, alinhados com abordagens culturalmente sensíveis baseadas em direitos humanos, gênero, raça e idade, particularmente focados nos grupos mais vulneráveis</p>	<p>PROGRAMA 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)</p>
<p>Produto 2 - Programas e políticas nacionais fortalecidos pela incorporação de direitos humanos e necessidades de adolescentes e jovens nos níveis nacional e subnacional, através da igualdade de gênero e de abordagens culturalmente sensíveis, particularmente para meninas, afrodescendentes e populações jovens em situação de vulnerabilidade</p>	<p>PROGRAMA 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude PROGRAMA 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes</p>
<p>Produto 4.1 - Desenvolvimento socioeconômico nacional e políticas e programas para o meio ambiente fortalecidos pela integração de análises baseadas em evidências de Dinâmicas Populacionais e a sua ligação com desenvolvimento sustentável, direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva, HIV e igualdade de gênero</p>	<p>PROGRAMA 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação PROGRAMA 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial PROGRAMA 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</p>
<p>Produto 4.2 - O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento promovido, e suas conexões com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ampliadas, através da Cooperação Sul-Sul e Trilateral</p>	<p>PROGRAMA 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação PROGRAMA 2082 - Política Externa</p>
<p>Temas transversais</p> <p>PROGRAMA 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência</p> <p>PROGRAMA 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo</p> <p>PROGRAMA 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</p> <p>PROGRAMA 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas</p>	

Fonte: 6º Programa de País; e PPA 2016-2019.

TABELA 03 – Visão dos parceiros

Contribuições mais efetivas do UNFPA	Fatores internos ou externos limitantes do alcance dos resultados esperados
<p>I. Melhoria da capacidade de planejamento estratégico das organizações;</p> <p>II. Reforço material, técnico e institucional das organizações da sociedade civil;</p> <p>III. Esforços para fortalecer o diálogo entre o governo e a sociedade civil;</p> <p>IV. Contribuição efetiva para a melhoria das condições de saúde (serviços de SSR para adolescentes e gestantes, programas de SSR para jovens, prevenção, testagem e tratamento de HIV/AIDS);</p> <p>V. Melhoria da capacidade das organizações na gestão e implementação de projetos; e</p> <p>VI. Sensibilização e reforço das capacidades das comunidades, bem como do comportamento dos seus membros.</p>	<p>I. Em termos internos: a falta de engajamento e compromisso político do governo em relação a determinadas metas; a dificuldade para articular políticas entre os três níveis de governo; as deficiências de gestão dos recursos públicos; a dificuldade atual das OSC para influenciar os processos de desenvolvimento junto com o Governo Federal; a compreensão da realidade local na formulação de políticas; a extensão territorial do país e as insuficiências das vias de comunicação em algumas áreas; a insuficiência de recursos humanos, técnicos e financeiros dos governos e demais organizações;</p> <p>II. Em termos externos: a limitação de fundos; os prazos reduzidos para implementação dos projetos em contraposição ao longo prazo necessário para comprovar impactos; a burocracia e processos administrativos associados ao acesso aos fundos; recursos humanos escassos, alternância e sobreposição de pontos focais no Sistema ONU para atender às demandas nacionais.</p>
Principais reflexões	Principais lições aprendidas
<p>I. Necessidade de dar continuidade ao apoio fornecido para melhorar o acesso aos serviços de saúde;</p> <p>II. Possibilidade de estender os projetos para além das iniciativas piloto;</p> <p>III. Considerar adolescentes e jovens como público-alvo prioritário (beneficiário e instrumental) para os <i>fundos semente</i>;</p> <p>IV. Continuar com as intervenções tendo como foco as comunidades mais vulneráveis e desprotegidas e <i>não deixar ninguém para trás</i>.</p>	<p>I. O envolvimento das comunidades é fundamental para a sustentabilidade dos resultados alcançados;</p> <p>II. A existência de processos de comunicação inovadores e acessíveis faz toda a diferença;</p> <p>III. Relevância do trabalho conjunto entre técnicos das agências da ONU e membros das organizações da sociedade civil para intercambiar conhecimentos e consolidar a estrutura institucional de organizações; e</p> <p>IV. O acompanhamento das atividades e os sistemas de monitoramento e avaliação são instrumentos relevantes que contribuem para a maior eficácia dos resultados e reforçam sua sustentabilidade.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de oficinas com a equipe do Escritório de País.

Tabela 04 – Grants concedidas no 6º Programa de País

#	Ano	Estado	Forma	Organização	Área de atuação
1	2017	RJ	Direto	Criola	Mulheres negras
2	2018	RJ/Nacional	Direto	REBRAPD/CEPIA	Diverso - população e desenvolvimento
3	2018	BA	Direto	Odara – Instituto da Mulher Negra	Mulheres negras
4	2018	RJ/Nacional	Direto	REJUIND	Juventude indígena
5	2019	RJ	Direto	REBRAPD/CEPIA	Diverso - população e desenvolvimento
6	2019	BA	Ela Decide	Alevante da Terra	Mulheres
7	2019	BA	Ela Decide	Associação Unzó Maiala	Povos e comunidades tradicionais
8	2019	BA	Ela Decide	Coletivo Crochetando	Mulheres
9	2019	BA	Ela Decide	Coletivo Flores de Dan	Mulheres
10	2019	BA	Ela Decide	Coletivo LesbiBahia	LGBTIQ
11	2019	BA	Ela Decide	Coletivo Lunáticas	Mulheres
12	2019	BA	Ela Decide	Grupo Meninas e Mulheres Empoderadas	Mulheres
13	2019	BA	Ela Decide	Organização Via Mulher	Mulheres
14	2020	RJ/Nacional	Direto	ABRASCO	Trabalhadores da saúde
15	2020	SP/Nacional	Direto	IFMSA Brasil	Estudantes de medicina
16	2020	PE	Direto	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural Fulni-ô e Xixiakla	Povo indígena
17	2020	PA	Trilhas do Cairo	Associação Bebo Xikrin do Bacajá – ABEX	Indígena
18	2020	SE	Trilhas do Cairo	Ilê Axé Oju Onirê	Povos e comunidades tradicionais
19	2020	PE	Trilhas do Cairo	Associação da Juventude Camponesa Nordestina	Juventude
20	2020	BA	Trilhas do Cairo	Associação Tamo Juntas	Mulheres

21	2020	SP	Trilhas do Cairo	Az Mina	Mulheres
22	2020	PE	Trilhas do Cairo	Centro de Estudos e Memória da Juventude	Juventude
23	2020	SC	Trilhas do Cairo	Associação Casa da Mulher Catarina – Rede Feminista de Saúde - CMCRF	Mulheres
24	2020	PB	Trilhas do Cairo	Cunhã Coletivo Feminista	Trabalhadoras domésticas
25	2020	DF	Trilhas do Cairo	Distrito Drag	LGBTIQ
26	2020	PE	Trilhas do Cairo	Grupo Curumim Gestão e Parto	Mulheres negras
27	2020	DF	Trilhas do Cairo	Instituto Afrolatinas	Mulheres negras
28	2020	SE	Trilhas do Cairo	Organização Social Ághata	Mulheres
29	2020	SC/Nacional	Trilhas do Cairo	Politize Instituto de Educação Política	Juventude
30	2020	RJ	Trilhas do Cairo	Instituto Raízes em Movimento	População periférica

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos de *grants* do 6º Programa de País.

TABELA 05 – Execução do 6º Programa de Países por Fundo (até Dez/2020)

Fundo	Resultado	Projeto	Planejado	Executado	Taxa de Delivery
3006E	Emergency	Emergency Fund	157.277,05	156.690,81	99,6%
3FPBF	1	3FPBF_20_Brazil_BRA-MRF-2020-07 - Netherlands	42.530,98	39.018,59	91,7%
BRA06	4	Population Dynamics and Implications for the Sustainable Planning Agenda	131.808,96	105.453,28	80,0%
BRA07	1	Strengthening SEPPIR actions in the field of health, policy for youth and policy for Quilombolas community	90.004,52	90.004,52	100,0%
BRA08	General	Transfer of resources towards and implementation of programme activities relating to the 2013-2015 UNFPA Country Programme for Brazil	550.496,64	512.870,20	93,2%
BRA09	4	Desenvolvimento de Produtos para a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento	49.734,34	49.936,25	100,4%
BRA11	4	Políticas Públicas e Dinâmicas Populacionais no Brasil	185.010,40	179.360,09	96,9%
BRA12	2	BRASILIA: +JUVENTUDE +DIREITOS	31.685,63	29.548,71	93,3%
BRA13	1	Pharmaceutical Assistance to Brazil	0,00	-19,60	0,0%
EUB13	HUM	Support the strengthening of the protection environment for people displaced from Venezuela to Brazil and Columbia, as a key contribution to preventing instability, increasing resilience and building national crisis response capacity	715.544,00	703.009,12	98,2%
FPA51	OEEF	Co Management Operational Cost	1.097.466,00	970.642,29	88,4%
FPA52	OEEF	CO Cost Dev.Eff Operation Cost	342.948,00	330.212,20	96,3%
FPA53	OEEF	CO Management post cost	1.577.563,00	1.485.503,38	94,2%
FPA54	OEEF	CO Development Eff. post cost	551.517,00	468.847,48	85,0%
FPA61	OEEF	UN Development Coordination	15.000,00	15.000,00	100,0%
FPA90	OEEF	CO Programme Delivery	5.841.701,07	5.789.415,83	99,1%
IPU01	1	Projeto de Prevenção e Redução da Gravidez não Intencional na Adolescência nos Municípios de Oeste do Paraná	647.459,92	650.253,17	100,4%
NLA79	1	Dutch Public Diplomacy Initiative in support of #SheDecides in Brazil	87.259,90	64.978,46	74,5%
UDA51	2	Cooperação entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo de População das Nações Unidas e Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH)	125.808,31	122.567,32	97,4%
UDC79	2	MPTF Proj. No. 00119076	62.564,40	62.563,66	100,0%
UFJ05	HUM	Leadership, Empowerment, Access and Protection (LEAP) for Migrant, Asylum Seeker and Refugee Women and Girls in Brazil	208.751,31	206.859,04	99,1%
UOG65	HUM	Provide comprehensive survivor-centred and multi-sectoral care for GBV survivors and promote Sexual and Reproductive health rights for vulnerable venezuelans in Roraima State, with emphasis on women, adolescents and young people	264.341,16	263.948,53	99,9%
UQA68	2	UNAIDS UBRAF 2018-2019 Country Envelopes	106.058,11	48.775,02	46,0%
UQA70	2	UNAIDS UBRAF 2018-2019 Country Envelopes	144.723,05	144.392,87	99,8%
UQA72	2	UNAIDS UBRAF 2020-2021 Country Envelopes	61.972,84	59.951,06	96,7%
URC01	2	Gestão do saldo de recursos do Grupo Assessor para Juventude pelo UNFPA	1.522,96	1.516,11	99,6%
ZZM19	1	Alliance for the Promotion of Sexual and Reproductive Health and Rights in Brazil	47.468,30	44.676,80	94,1%
ZZM22	4	ICPD25 & Nairobi Summit	14.338,97	12.961,80	90,4%
ZZT05	HUM	Gender Based Violence	9.904,05	9.731,10	98,3%
ZZT07	HUM	UNFPA Humanitarian Action Thematic Fund (HTF)	324.018,33	323.699,24	99,9%

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios financeiros do 6º Programa de Países.